CADERNOS DE
PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DO IPHAN

1

Assentamentos Jesuíticos: Territórios e Significados

COPEDOC/ IPHAN/ RIO DE JANEIRO - 2008

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura
Gilberto Gil Passos Moreira

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Luiz Fernando de Almeida

Coordenadora-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência do IPHAN - COPEDOC
Lia Motta

Gerente de Pesquisa da COPEDOC
Coordenação do Projeto *Assentamentos Jesuíticos - Territórios e Significados*
Márcia Regina Romeiro Chuva

Pesquisadores
Aline Bezerra de Menezes
Luciano dos Santos Teixeira
Sérgio Barra

Revisão
Analucia Thompson
Bettina Zellner Grieco
Claudia Feierabend Baeta Leal

Pesquisa e seleção de imagens
Bettina Zellner Grieco

Colaboração
Ivan Carlos de Brito Sardinha
Luiz Cristiano de Andrade
Maria José Silveira Soares
Rodrigo Valverde

Projeto Gráfico
Oswaldo Ulhoa

Diagramação
Bettina Zellner Grieco

Reprodução de imagens
Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha

Capa
Marcela Perroni

Elaborado por Biblioteca Noronha Santos/ IPHAN

Assentamentos jesuíticos: territórios e significados/ [org. Márcia Chuva, pesquisa e textos Aline Bezerra de Menezes, Luciano dos Santos Teixeira, Sérgio Barra]. – Rio de Janeiro: IPHAN/ Copedoc, 2008.
150 f.: il.; 30 cm. – (Cadernos de Pesquisa e Documentação; 1)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7334-076-1

1. Patrimônio. 2. Preservação. 3. Jesuítas. 4. História. 5. Tombamento. 6. Historiografia. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Série.

IPHAN/ RJ CDD 363.690981

Sumário

Apresentação

Lia Motta
Coordenadora-Geral da Copedoc/ IPHAN

Inauguramos, com a publicação de Assentamentos Jesuíticos: territórios e significados, a série *Cadernos de Pesquisa e Documentação*, que visa dar publicidade às pesquisas desenvolvidas e em andamento na Copedoc, sempre voltadas a subsidiar as ações de preservação do patrimônio cultural, por meio da produção de uma memória institucional.

De caráter preliminar, os relatórios apresentados nesta série pretendem dar acesso a informações contidas nos arquivos do IPHAN e à produção do conhecimento em processo. Contamos com a participação dos técnicos da Casa e com a colaboração dos profissionais engajados na preservação do patrimônio em geral, no sentido de estabelecermos um diálogo reflexivo, crítico e estimulante, visando à consolidação e à apropriação de concepções contemporâneas postas em debate e em circulação na atualidade. Sabidamente, as ditas concepções não são unas, estáticas nem tampouco desinteressadas e, por isso mesmo, pretendemos contribuir para os confrontos de posições e incentivar os embates técnicos por meio da circulação desses *Cadernos*. Pretende-se com isso colaborar na formulação de alternativas assentadas numa reflexão sistemática acerca das próprias práticas rotineiras historicamente adotadas no campo da preservação, para a solução de problemas enfrentados na lida do patrimônio cultural.

O interesse pelo tema tratado nesse primeiro número da série surgiu da vontade de estabelecermos uma parceria com a Superintendência Regional do IPHAN no Espírito Santo, que se tornou a principal incentivadora desse estudo sobre a história da proteção do patrimônio jesuítico no IPHAN, pelo interesse em reforçar suas ações de proteção do patrimônio jesuítico no estado, valorizando uma das marcas da sua ocupação - a presença jesuítica no território capixaba. Diante disso, iniciamos um estudo voltado para o conhecimento da ação institucional sobre a herança jesuítica no Brasil. Como incentivadores desse estudo, contamos com os historiadores Cláudio Conte, chefe da Sub-Regional do IPHAN em Cuiabá e Jaelson Trindade, técnico da Superintendência do IPHAN em São Paulo, e com a arqueóloga da Superintendência Regional do IPHAN no Rio de Janeiro, Rosana Najjar, além, é claro, da Tereza Carolina Frota de Abreu, superintendente do IPHAN no Espírito Santo, que colaborou com o desenvolvimento do trabalho, recebendo nossos pesquisadores em Vitória, para o levantamento de fontes no arquivo da Superintendência, bem como participando do seminário interno realizado na Copedoc, para apresentação e discussão da pesquisa em desenvolvimento.

Esperamos, com esta publicação, não apenas disseminar a importância da pesquisa sistemática no acervo documental da instituição como também estimular os desdobramentos desse estudo preliminar em novos projetos que avancem na produção de conhecimento voltada para a identificação dos traços da presença jesuítica na formação da sociedade brasileira.

Introdução

Márcia Chuva
Gerente de Pesquisa da Copedoc/IPHAN

Luciano dos Santos Teixeira
Historiador da Copedoc/ IPHAN

Em 2005, iniciamos na Gerência de Pesquisa da Copedoc o estudo acerca do patrimônio jesuítico protegido pelo IPHAN, com o objetivo de subsidiar ações de proteção desse tipo de patrimônio cultural no Espírito Santo, atendendo uma demanda da Superintendência Regional do estado, que visava consubstanciar sua política regional sobre a herança jesuítica a partir de um conhecimento da ação institucional relacionada ao tema, da sua reconfiguração nos dias atuais, sem deixar de considerar, também, as singularidades locais da experiência jesuítica.

Essa pesquisa vinha ao encontro das finalidades centrais dessa Gerência de fornecer subsídios as ações de preservação do patrimônio cultural a partir de um conhecimento das práticas institucionais desempenhadas historicamente, mediante pesquisas sistemáticas na documentação reunida no Arquivo Central do IPHAN e nos arquivos regionais, visando estimular novas apropriações do conhecimento produzido institucionalmente ao longo do tempo. Desse modo, pesquisar sobre os bens protegidos pelo IPHAN relacionados à presença jesuítica no Brasil significou mergulhar numa temática já consagrada institucionalmente, o que nos levou à formulação das perguntas centrais relacionadas aos valores de patrimônio atribuídos nesse processo, e que levaram a determinadas escolhas. Com essa reflexão, pretendemos contribuir com a atualização do tema, de forma alguma esgotado no âmbito da preservação, criando possibilidades de novas apropriações e re-significações da chamada herança jesuítica, passível de se tornar patrimônio cultural brasileiro.

Esse Caderno reúne textos voltados a uma reflexão sobre as relações entre as representações presentes na historiografia acerca do papel dos jesuítas na formação da sociedade brasileira e o processo de patrimonialização do seu legado, por meio dos tombamentos realizados pelo IPHAN, principalmente nas suas primeiras décadas de atuação. Esse imbricamento entre revisão historiográfica e análise da gestão do patrimônio cultural com ênfase na ação do IPHAN, aqui proposto como metodologia para o desenvolvimento de todo o processo da pesquisa, confere uma abrangência de olhar que escapa aos recortes tradicionais desenvolvidos pela pesquisa acadêmica de modo geral.

O primeiro artigo deste Caderno, de autoria da historiadora Aline Bezerra de Menezes, apresenta uma leitura preliminar das fontes e bibliografia utilizadas nos estudos técnicos do IPHAN, a propósito dos tombamentos realizados, garimpando no Arquivo Central do IPHAN os bens tombados de origem jesuítica. Como nem sempre a denominação “jesuítica” aparecia nos processos de tombamento desses bens, para identificá-los foi necessária uma pes-

quisa complementar em fontes bibliográficas, remetendo-nos à presença jesuítica no Brasil e a bens por eles construídos que foram tombados sem identificação explícita de sua origem. Graças ao desenvolvimento desse estudo, percebeu-se que a denominação **patrimônio jesuítico**, adotada naturalmente no início do trabalho, deveria ser problematizada, posto que não se tratava de uma categoria de época (ou nativa), isto é, não era reconhecida nem tampouco utilizada pelos agentes da preservação até então.

Seguem-se dois artigos de caráter historiográfico: um elaborado por Sérgio Barra, historiador bolsista do PEP - Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN, sobre a obra clássica e referencial de Serafim Leite, organizada em 10 volumes - *História da Companhia de Jesus no Brasil*, produzida nas primeiras décadas do século XX - que exerceu forte influência nas pesquisas sobre a Companhia de Jesus. O outro artigo, do historiador Luciano S. Teixeira, da Copedoc, analisa o modo como os clássicos da historiografia brasileira do mesmo período (Gilberto Freyre; Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior) compreenderam o papel dos jesuítas na formação da nacionalidade brasileira. Vale destacar os fortes vínculos profissionais e pessoais mantidos entre Rodrigo Melo Franco de Andrade quando diretor do SPHAN e Gilberto Freyre, que foi representante do Serviço em Pernambuco por curto espaço de tempo, e entre o diretor da instituição e Sérgio Buarque de Holanda, que freqüentava seu gabinete no Rio de Janeiro, tendo ambos escrito artigos para a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O último artigo desse Caderno, no qual a categoria **patrimônio jesuítico** é recuperada por Sérgio Barra, retoma indagações colocadas no primeiro texto, ao analisar dois casos de bens de origem jesuítica não tombados pelo IPHAN: o Palácio Anchieta, em Vitória, e o Pátio do Colégio, em São Paulo. Ao discutir os critérios que levaram esses bens a não serem reconhecidos como de valor nacional, ele nos induz a pensar na possibilidade de adotarmos hoje a categoria patrimônio jesuítico à luz dos avanços mais recentes proporcionados pela discussão acerca do patrimônio imaterial. Esse artigo, embora não se proponha a ser conclusivo ou uma síntese final, por ter sido cronologicamente escrito depois dos demais que compõem esse Caderno (em fevereiro de 2007), espelha uma certa trajetória de reflexões e discussões que não poderiam ter sido previstas na elaboração do primeiro texto (em 2005).

Como anexos, ao final do Caderno, encontram-se produtos que devem auxiliar pesquisadores e técnicos da instituição interessados em avançar sobre o tema, tais como: uma descrição detalhada dos processos de tombamento de cada bem de origem jesuítica tombado pelo IPHAN, elaborada por Aline B. Menezes em 2005, e revista e atualizada por Sérgio Barra no início de 2007, com fotos levantadas no Arquivo Central do IPHAN pela arquiteta Bettina Griecco; tabelas dos bens tombados, organizadas em ordem cronológica, por inscrição dos bens em cada Livro de Tombo e por região; e uma significativa bibliografia sobre o tema reunida ao longo do trabalho.

Algumas falhas, redundâncias e repetições serão facilmente notadas: resultado de um trabalho em progresso, sujeito a revisões e complementações. Particularmente, destacamos o texto sobre Serafim Leite, cujo objetivo era tratar de modo exaustivo a obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Fruto de uma pesquisa que sofreu descontinuidade, seu resultado esboça algumas questões e valores atribuídos por Serafim Leite à presença jesuítica no país, que reforçaram certa visão de nossa história colonial. Decidimos incluí-lo, não somente pelo caráter preliminar dessa publicação, mas por julgarmos que ele pode contribuir para estimular estudos semelhantes, dentro e fora do IPHAN, aprofundando nossa compreensão desse conjunto de valores.

Em decorrência do foco da pesquisa ter se concentrado nos processos de tombamento, não reunimos informações que permitissem uma leitura diacrônica das obras e reformas realizadas nos bens de origem jesuítica, tampouco das pesquisas arqueológicas, executadas em alguns desses bens tombados pelo IPHAN.

Com relação ao trabalho de catequese junto aos indígenas, tão crucial na ação jesuítica, mas não contemplada pelo estudo aqui empreendido sobre os processos de tombamento, merece destaque a atenção especial que tem sido dispensada à questão indígena, sobretudo nos últimos anos, por parte dos agentes de preservação no Brasil, a exemplo do trabalho junto aos mbyá-guarani no Rio Grande do Sul, desenvolvido

pelo IPHAN como uma das iniciativas mais importantes no sentido de suprir essa lacuna existente no âmbito da proteção do patrimônio material de origem jesuítica. A partir desse trabalho, a comunidade mbyá-guarani tornou a freqüentar o sítio e teve um inventário de seus costumes, saberes, lugares e celebrações registrado por uma equipe de antropólogos, inserindo, com isso, essas comunidades nas políticas públicas de patrimônio cultural.

Reconhecemos o caráter histórico das ações de preservação, o que impõe aos seus agentes ainda maior responsabilidade, pois os valores não são intrínsecos aos bens identificados e protegidos, mas sim atribuídos pelos sujeitos históricos no processo de preservação cultural e de disseminação desses valores no âmbito da educação e comunicação. E se, em algumas regiões do país tais trabalhos têm avançado, uma percepção mais global da herança física e simbólica da Companhia de Jesus na América Portuguesa ainda está por ser construída no campo do patrimônio cultural.

Pensarmos hoje em patrimônio jesuítico, conforme proposto nos trabalhos aqui apresentados, é pensar numa atualização da ação institucional sobre esse patrimônio consagrado. Significa pensar a herança jesuítica de modo integrado, como parte de um amplo projeto de catequese e colonização do império português, destacando o simbolismo dos aspectos formais dos vestígios materiais por um lado e, por outro, as apropriações dessa herança como bens culturais no tempo: esses vestígios passaram do lugar negativo em que foram colocados logo após a expulsão dos jesuítas do Brasil até as primeiras décadas do século XIX - quando foram apropriados pelo poder público e transfigurados fisicamente - para um processo de reavaliação da Companhia de Jesus pela historiografia brasileira como elemento fundamental na construção da nacionalidade, o que subsidiou as ações de preservação dos bens arquitetônicos de origem jesuítica, sobretudo nas décadas de 1930 e 1940.

Ao destacarmos a Companhia de Jesus, a sua herança material e simbólica, bem como as apropriações dessa herança feitas ao longo do tempo pela sociedade brasileira, queremos trazer à tona e dar visibilidade aos sujeitos do processo de atribuição de valor de patrimônio - não somente os técnicos da preservação e os intelectuais que subsidiam suas escolhas, mas também aqueles que dele usufruem.

O papel do IPHAN na construção da categoria de Patrimônio Jesuítico:

Aline Bezerra de Menezes
Historiadora

Introdução

Os resultados ora apresentados são relativos ao trabalho de pesquisa realizado durante oito meses, do ano de 2005, no âmbito da COPEDOC / IPHAN, sob a supervisão direta do historiador Luiz Cristiano Oliveira Andrade e a gerência da historiadora Márcia Chuva.

Como parte da ação "Pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Cultural", o projeto tinha como objetivo inicial o aprofundamento do conhecimento acerca da participação da Companhia de Jesus na formação da sociedade brasileira e do seu território através da ação missioneira, bem como o desenvolvimento progressivo de conhecimento capaz de subsidiar ações de proteção e de salvaguarda desse patrimônio cultural brasileiro, de acordo com novos valores que pudessem orientar sua preservação na atualidade.

A expectativa era de que este trabalho gerasse resultados também de ordem prática tal como a implantação de uma linha de pesquisa sobre a ação institucional que produzisse uma análise crítica a respeito de sua prática para o desenvolvimento de novas leituras do "patrimônio jesuítico" tradicionalmente tombado. Tal análise deveria ser capaz de agregar novos valores a esses bens e orientar ações de salvaguarda e gestão dos mesmos, conferindo um caráter mais abrangente e alinhado às recentes discussões sobre as práticas de preservação.

Ao final desta etapa de pesquisa, os resultados alcançados foram os seguintes: um levantamento dos bens de origem jesuítica protegidos sob a gestão do IPHAN, e bibliografia sobre o tema, uma descrição detalhada dos processos de tombamento, a produção de tabelas de dados organizados tematicamente e este texto analítico.

Como parte da proposta mais geral de levantamento e análise das ações de preservação dos bens de origem jesuítica no Brasil, no âmbito do IPHAN, o trabalho de pesquisa se iniciou com um levantamento dos estudos e publicações sobre o assunto dentro da própria instituição. A pesquisa foi feita na Biblioteca Noronha Santos, e os livros e artigos consultados estão disponíveis em listagem bibliográfica anexa. As consultas incluíram as publicações do IPHAN, estudos não publicados como teses e dissertações e ainda livros que discutissem a questão da preservação das edificações jesuíticas.

A partir do material consultado, foi possível observar alguns modos de abordagem crítica do objeto de estudo desenvolvido pelos técnicos do IPHAN que se mantiveram ao longo dos anos. O tratamento da questão da preservação dos vestígios estava relacionado com a valorização estética e arquitetônica do acervo, resultado da compreensão do objeto tombado como bem isolado de seu entorno e fora das relações sociais que concorreram para sua formação.

Este exercício interpretativo, efetuado pelos arquitetos que se debruçaram sobre o tema desde o início das atividades da agência federal brasileira de preservação, levava em conta as características arquitetônicas de acordo com sua exemplaridade e singularidade.

Verificou-se durante o exame dessa literatura a inclinação para uma abordagem que priorizava a importância estética dos bens de origem jesuítica. Em alguns trabalhos que se tornaram importantes ao longo dos anos, as formas das construções da Companhia de Jesus no Brasil foram comparadas a "matrizes" européias que comprovariam sua filiação aos modelos construtivos praticados na Europa naquele momento. Enfatizava-se a ligação entre a produção no Brasil de edificações pelos jesuítas e o período artístico correspondente na Europa, localizando o jesuítico entre os estilos renascentista e o barroco.

Esta abordagem marcou os estudos acerca dos bens produzidos pelos jesuítas no Brasil e ainda se faz presente em alguns estudos recentes. Entretanto, algumas mudanças vêm acontecendo no sentido de agregar novos conhecimentos à análise desses bens. Alguns estudos mais atuais sobre o tema no campo da arquitetura têm utilizado abordagens mais abrangentes que contam com a observação histórica das edificações, aliando-se também às áreas da arqueologia, geografia, biologia, etc. Como resultado, temos trabalhos que trazem considerações mais amplas acerca do objeto, para além da exclusividade do olhar arquitetônico a que comumente foram submetidos.

O passo seguinte a essas leituras foi o início do trabalho de pesquisa no Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar um mapeamento do universo de bens jesuíticos tombados por esta Instituição, buscando-se entender os motivos do tombamento, os locais em que estes se deram e também o que foi efetivamente protegido.

Parte significativa da bibliografia consultada tratou o *barroco* como um estilo característico de um largo período durante o qual teriam surgido vários "sub-estilos" ligados aos diferentes grupos sociais que produziam nos campos da arte e arquitetura. Assim, segundo alguns autores, haveria vários qualificativos do *barroco*, tais como o estilo *plateresco*, o estilo *jesuítico* ou *estilo D. João V* e o estilo *rococó*, que seriam manifestações específicas de determinadas épocas, todas dentro do conceito geral do *barroco.* Durante esta fase da pesquisa, buscou-se retirar dos textos analisados algumas categorias que dissessem respeito ao modo como esses bens foram vistos, assim como as mudanças de concepção e tratamento ao longo dos anos.

Após o levantamento da bibliografia, passou-se para a análise da documentação contida nos processos de tombamento. Os bens relacionados em listagem anexa foram pesquisados buscando dados que expressassem a maneira como o IPHAN tratou esses monumentos, e os significados atribuídos pela instituição a eles.

Constam neste trabalho os seguintes itens: uma análise historiográfica da produção existente sobre as edificações jesuíticas no Brasil, que inclui um relatório analítico dos estudos, livros e artigos publicados no âmbito do IPHAN; uma listagem das fontes arquivísticas levantadas acompanhada de um relatório com texto analítico sobre essas fontes pesquisadas no Arquivo Central do IPHAN, e ainda o escopo de um projeto de integração das SRs interessadas na ampliação da pesquisa sobre o patrimônio jesuítico em nível nacional.

Neste texto, nosso objetivo será analisar como o IPHAN tratou o legado jesuítico no Brasil, apontando novos caminhos interpretativos que podem levar à preservação e gestão desses bens de forma mais completa e diversificada. Assim, verificamos quais seriam as características da categoria "patrimônio jesuítico", seus fundamentos estéticos, produção teórica sobre esses bens desenvolvida no âmbito do IPHAN, as narrativas envolvidas nos processos de tombamento, sempre tentando diagnosticar de forma ampla os valores atribuídos aos bens em questão e apontar outros ainda não considerados.

A questão que move este trabalho surgiu ao longo da leitura dos processos de tombamento e diz respeito à pertinência do uso da categoria "patrimônio jesuítico" tal como foi pensado no início da pesquisa. Procurava-se entender o que o IPHAN protegia, onde estavam esses bens, e porque protegia. Contudo, a pergunta que se impôs foi: o que é o "patrimônio jesuítico"? É possível que não haja uma única resposta, mas, por meio da pergunta, chegamos à idéia de que os bens contidos na categoria "patrimônio jesuítico" não foram considerados a partir de uma unidade de sentido e forma que o agrupamento sugere. A valorização se dava muito mais pela antiguidade do bem, seu estado de conservação e característica fiel ao risco original. Assim, considerava-se menos a ação da Companhia de Jesus no Brasil como um fenômeno de conseqüências diversas nos planos social, cultural, econômico, político etc, do que uma parte da atividade construtiva praticada pelos jesuítas na América portuguesa.

Assim, buscou-se agregar novas possibilidades de valorização desses bens com base em estudos mais diversificados das várias manifestações da Companhia de Jesus, entendendo tais manifestações como permeadas por sentidos que estão relacionados com o momento histórico de atuação desses religiosos, a própria constituição da ordem e seus objetivos no ultramar.

O trabalho foi dividido em 4 partes. Na primeira delas há uma análise geral da produção escrita sobre construções de origem jesuítica, sobretudo na área da arquitetura. O resultado foi um diagnóstico que apontou para a influência dos cânones arquitetônicos e principalmente dos trabalhos de Lucio Costa e de Paulo Santos.

A segunda e a terceira partes tratam dos processos de tombamento que constituem a parte documental da pesquisa. Optou-se pela divisão para melhor clareza e visibilidade da riqueza dos documentos, que são descritos em sua forma e conteúdo e analisados criticamente no intuito de levantar algumas questões acerca da gestão desses bens pelo IPHAN ao longo de sua trajetória.

Finalmente, a quarta e última parte traz algumas considerações sobre novas possibilidades de interpretação dos bens de origem jesuítica que podem fundamentar novas ações por parte do IPHAN voltadas para a gestão do patrimônio já protegido, bem como para a atribuição de novos valores a bens relacionados à presença jesuítica no Brasil.

Bibliografia consultada: análise de alguns títulos

Partindo-se do questionamento sobre a pertinência e adequação do uso da categoria "patrimônio jesuítico", verificou-se que esta ainda necessita da definição de seus parâmetros e pressupostos. A idéia de "patrimônio jesuítico", professada e difundida pelo IPHAN não pode conferir um sentido comum para os elementos que a compõe. Acredita-se que, utilizando-se as contribuições de disciplinas como a História e a Antropologia, encontrar-se-á uma abordagem mais ampla e diversificada do legado jesuítico no Brasil. Uma abordagem histórico-antropológica dos resquícios materiais da Companhia de Jesus como "patrimônio jesuítico" implicaria em dar-lhes alguma unicidade de significado e sentido baseada nos contextos sociais, políticos e culturais de sua produção.

Assim, procurou-se estabelecer os contornos do que seria este "novo" objeto de estudo. Por isso, foi preciso entender minimamente alguns temas, como: o tratamento dispensado pelo IPHAN aos bens de origem jesuítica desde a criação da agência; a importância do ponto de vista estético para as interpretações desses bens; a história e o papel das ordens religiosas no Brasil, sobretudo a Companhia de Jesus, e ainda as especificidades da atuação jesuítica. Uma vez estabelecidas as balizas desse estudo, vejamos o caminho percorrido pela pesquisa, descrito a seguir.

Ao analisar os processos de tombamento, o primeiro fato que nos chama a atenção é o número de inscrições feitas no início da atuação do IPHAN. Entre 1938 e 1941 foram iniciados 24 processos de tombamento, dos quais 19 foram efetivamente finalizados nesse período. O número total de bens de origem jesuítica protegidos pelo órgão até hoje é igual a 43, sendo os outros 24 bens restantes inscritos nos Livros de Tombo ao longo de 62 anos, entre 1943 e 2005, data do tombamento da Igreja Nossa Senhora de Assunção, em Viçosa do Ceará.

Os primeiros números são relativos a um período da agência de proteção do patrimônio histórico e artístico, onde, sob o comando de Rodrigo Melo Franco de Andrade e influência do arquiteto Lucio Costa, tombava-se tudo aquilo que se julgasse digno de proteção em caráter de emergência, tentando resguardar o mais depressa possível as construções que estivessem sob a ameaça de desaparecimento.

Todo o esforço desse período se concentrava em preservar os itens representativos da então chamada *boa arquitetura*, concepção compartilhada de forma mais ampla entre profissionais ou não que, de alguma forma estivessem envolvidos com os processos de tombamento. Como *boa arquitetura*, entendiam-se os vestígios principalmente do período colonial e, na maior parte das vezes, da arquitetura religiosa, sobretudo dos jesuítas, ou seja, a chamada arquitetura de *pedra e cal.*

Como se sabe, um dos grandes mentores intelectuais da prática patrimonial no Brasil foi o arquiteto Lucio Costa. Seu alinhamento ao movimento modernista colaborou muito para a concepção vigente na Instituição sobre o que deveria ser considerado patrimônio no Brasil. Seu compromisso com vertente universalista do modernismo filiava-o à corrente que impunha um alinhamento da arte e da arquitetura brasileira junto aos cânones da arte européia. Assim, de acordo com essa corrente interpretativa, a partir do Renascimento, a arte no Brasil teria passado por todas as fases da arte "universal", tornando-se desta forma, e somente assim, legítima.

Com base em uma valorização do barroco colonial, o modernismo teria também sua legitimação e valorização (CHUVA, 1998). Isto porque, para os modernistas, o barroco representava uma atitude "moderna" face às linhas rígidas renascentistas. Também a nova arquitetura propunha mudanças e rupturas

radicais frente ao que se produzia neste campo e que levariam a uma volta da *boa arquitetura*. Aproximavam-se assim os dois movimentos.

A questão da preservação patrimonial no Brasil tem sido, cada vez mais, objeto de reflexão tanto na academia quanto de estudiosos ligados à própria instituição. Vários estudos já foram publicados ao longo dos anos sobre esta temática e, além disso, vem crescendo o número de pesquisas produzidas nos programas de pós-graduação que tiveram como tema questões suscitadas pela prática de preservação no Brasil. No âmbito institucional, o hábito de produzir estudos sobre o trabalho com o patrimônio cultural e artístico vem desde o início da atuação da agência através das publicações da Revista do IPHAN.

Numerosos foram os artigos que tratavam do patrimônio cultural brasileiro e, em relação aos bens de origem jesuítica, também não foram poucos. O artigo de Lucio Costa, publicado pela Revista na década de 1940, é um exemplo do que se buscava com a Revista.[1]

Lucio Costa escreveu um texto considerado seminal sobre a produção arquitetônica jesuítica no Brasil publicado no ano de 1941, onde trata dos aspectos internos e externos dessas edificações. Trata-se de um trabalho de erudição e complexidade indiscutíveis, que muito influenciou e ainda hoje é de capital importância para pesquisas sobre o tema. Embora o autor não tenha se proposto a analisar outros tipos de vestígios da Companhia de Jesus, a interpretação do legado arquitetônico, construído ao longo de dois séculos de presença dos inacianos, é feita à luz dos critérios estético-estilísticos de sua apresentação material.

O texto inicia com a explicitação do seu viés interpretativo que privilegia o valor arquitetônico das edificações analisadas:

> O considerável acervo de **obras de arte** que os padres da Companhia de Jesus nos legaram, fruto de dois séculos de trabalho penoso e constante, poderá não ser, a rigor, a contribuição maior, nem a mais rica, nem a mais bela, no conjunto dos **monumentos de arte** que nos ficaram do passado. É, contudo, uma das mais significativas (COSTA, 1941, p. 11) [O grifo é nosso].

O autor começa sua classificação analítica combatendo a generalização feita por alguns críticos de arte que englobava como *arte jesuítica* toda arquitetura religiosa que datasse do período entre os séculos XVII e XVIII, atribuindo tal interpretação ao fato de ter se iniciado a ação da Companhia da Jesus no período entre o final do Renascimento e início do Barroco. Lucio Costa não concorda com esta generalização, uma vez que, afirma, a arquitetura religiosa passou por um processo evolutivo "natural" de ordem fisiológica. Assim como essa evolução natural levou ao desgaste das formas renascentistas, dando lugar ao Barroco, este também se desgastou a seu tempo, cedendo vez ao classicismo. Com isso afirma que a concepção de arte teria se transformado independentemente da atuação da Companhia de Jesus, e que tal processo teria mesmo de acontecer ainda que não existisse a Companhia.

Apesar de não concordar com os críticos seus contemporâneos, Lucio Costa entendia que a "arte jesuítica" não era vazia de sentido pelo fato de ter se manifestado de várias maneiras de acordo com as conveniências, com os recursos locais e obedecendo às características estilísticas de cada período. Acreditava que são aparentes as contradições e que estas se acentuavam na medida em que as obras iam se afastando dos padrões do século XVI. Entretanto, tais mudanças não ofuscariam o que chamou de "personalidade inconfundível dos padres" ou "espírito" jesuítico que as diferenciaria, à primeira vista, das demais. Segundo o autor, a marca irredutível é o verdadeiro estilo dos jesuítas.

Ao tratar da origem da Ordem e das condições históricas específicas que a caracterizaram, Lucio Costa conclui ter sido natural que os inacianos tivessem um estilo próprio, pois se tratava de uma ordem nova, livre dos compromissos das tradições medievais e estava em situação favorável (referindo-se ao Concílio de Trento) para que pudesse aderir às modernas concepções pós-renascentistas e barrocas. Por isso, explica, o sentido do "estilo jesuítico" para a arquitetura no Brasil diferiria daquele que existe entre os europeus. No Brasil, quando se fala em construções jesuíticas, fala-se do que há de mais antigo em termos arquitetônicos. Dessa forma, segundo Lucio Costa, o legado dos jesuítas estaria ligado às composições mais renas-

[1] *É importante lembrar que o número 5 da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1941, traz artigos sobre bens de origem jesuítica, com autores como Alberto Lamego, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. Os textos tratam de assuntos como arquitetura, pintura, aspectos de capelas e documentos etc. Optamos pelo uso mais extensivo do texto de Lucio Costa por considerarmos o mais significativo para os objetivos do trabalho, por tratar não só dos aspectos formais das construções, mas também das condições de sua produção.*

centistas, regulares e frias mergulhadas que estavam no espírito da Contra-Reforma. (Ibid., p. 13)

A teorização implementada acerca do *Barroco* inicia-se com uma crítica à concepção sobre o tema, que vigorou por tanto tempo, ligada ao decadente e à aberração, partindo para uma defesa clara do *Barroco*, ligando-o, sempre que possível, à moderna arquitetura brasileira. O autor afirma que os monumentos barrocos são autênticas obras de arte "que não resultam de nenhum processo de degenerescência, mas, pelo contrário, de um processo legítimo de renovação" (Ibid., p. 15), tratando o "estilo" como o fruto de uma renovação dentro das artes e que resultou em uma nova concepção plástica que se libertou dos preceitos anteriores e que se baseava em princípios tão lógicos quanto os que a precederam, e atrelando exemplarmente valores "positivos" ao *Barroco* e, conseqüentemente, à concepção modernista.

Esta visão, comum entre intelectuais daquele momento, apesar de privilegiar as expressões que chamavam de "arte brasileira", caracterizou-se por manter seu objeto descolado do processo histórico e social. Essa inclinação fica ainda mais evidente quando o autor se refere a novas teorias que atribuíram ao barroco uma maior amplitude, considerando-o como um fenômeno social *anticlássico*. Lucio Costa chamou a atenção para o fato de que este modo de entender o barroco traria grande desvantagem por expandir desnecessariamente o campo de análise fazendo com que se tornasse complexo e difuso.

Em um parecer sobre o tombamento da Catedral de São Luís no Maranhão, Lucio Costa delibera contrariamente afirmando que "A edificação não apresenta interesse suficiente para o tombamento". Contudo justifica a inscrição do retábulo do altar-mor, "peça jesuítica que deve provir de fins do século XVII ou do primeiro quartel do XVIII, embora o camarim date do século XIX".[2] Cerca de um mês depois, o próprio Lucio Costa emitiu outro parecer sobre as peças da igreja considerando desfavorável o tombamento pormenorizado "por se tratar de peças de tipo bastante comum comercializadas na época – fins do século XVIII e começo do XIX". Afirma que o tombamento individualizado daria excessiva importância a elas, aprovando somente o tombamento do retábulo com as respectivas imagens que seriam contemporâneas ao antigo Colégio, "como desagravo a memória dos padres cuja obra foi profanada em 1927".[3]

Reafirmando seus critérios, opta por definir o fenômeno *barroco* como toda manifestação artística em um determinado período (entre a última fase do Renascimento e a primeira manifestação classicista do século XIX no Brasil) e dentro do parâmetro histórico "habitual" de expressão artística. Assim, parece que Lucio Costa entendia o barroco como uma manifestação artística geral que englobava vários estilos que se ligavam pelo tipo de atitude em relação aos preceitos renascentistas.

Em linhas gerais, estão assim dispostas as idéias de Lucio Costa em seu importante artigo. Após tais considerações, o autor se ocupa do exame das construções jesuíticas, começando pela arquitetura externa e depois se dedicando aos interiores.

A produção de textos sobre os monumentos jesuíticos no âmbito do IPHAN e, de uma maneira geral, também fora da Instituição, seguiu, *grosso modo*, as linhas deste trabalho de Lucio Costa. Como veremos mais adiante, o uso do critério estético-estilístico de valorização e interpretação de bens edificados, orientou muitos trabalhos sobre o tema.

Assim também se estruturam os textos do arquiteto Paulo F. Santos publicados nas décadas de 1950 e 1960. O fato de priorizar os traços arquitetônicos para entender ou dar sentido aos monumentos de origem jesuítica não quer dizer que esta produção textual sobre o assunto não fosse tributária de alguma concepção histórica. Tanto Paulo Santos quanto Lucio Costa, entre outros autores, tinham uma visão peculiar do processo histórico, que pode ser observada nas entrelinhas de seus textos. Aproximavam-se muito de um tipo de historiografia que priorizava os nomes e datas que se sucedem dentro da idéia de progresso. Desta forma, os jesuítas passaram a ser tomados como precursores da "boa cultura" pelos intelectuais do IPHAN.

Os textos de Paulo Santos sobre as edificações da Companhia de Jesus traçam um panorama de filiação da arquitetura praticada pela Ordem no Brasil à arquitetura dos jesuítas na Europa, sobretudo em Roma e Lisboa. Analisa a composição física das igrejas externa e internamente (priorizando os retábulos), bem como os tipos de estabelecimentos elaborados pelos inacianos para cada atividade. Paulo Santos diferencia as residências, colégios, seminários, aldeias missioneiras, hospitais, entre outros, fornecendo várias informações sobre a estrutura dos colégios, das missões e de outras dependências. Atribui sempre

---

[2] COSTA, Lucio. Parecer ..., de 03/06/1954. Processo nº 505-T-54. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro.
[3] Ibid., 15/07/1954. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro.

a filiação européia ao primeiro arquiteto da Ordem no Brasil, Francisco Dias, que teria chegado em 1577 para a construção do colégio da Bahia.[4]

Esse é o caso de *Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil*, onde Paulo Santos destaca a influência da arquitetura de Portugal nas obras da Companhia de Jesus no Brasil, tomando a Igreja de São Roque em Lisboa como referência para a arquitetura dos jesuítas no Brasil.

A partir de critérios especificamente arquitetônicos, Paulo Santos chega à conclusão de que houve uma influência portuguesa na arquitetura jesuítica no Brasil pelas evidências plásticas mais pobres, pelas proporções pesadas e sintaxe mais simplificada, em relação às igrejas da Companhia na Itália, principalmente a de Gesù.[5]

Pondera também que os traçados severos e simples da arquitetura dos séculos XVI e XVII são tributários das condições ásperas do meio, da sua pobreza e também da austeridade da Ordem, corroborando com a interpretação de Lucio Costa. Tais opiniões serão reproduzidas em muitos trabalhos posteriores sobre o tema.

Um outro critério de atribuição de valor a um bem utilizado pelos técnicos e intelectuais do IPHAN era o de ancianidade ou antiguidade. Paulo Santos, por exemplo, afirma nesse artigo que estudos do IPHAN admitem que a Igreja do Colégio de Olinda seria a primitiva, o que colocaria, segundo ele, um ponto final à discussão sobre a idade da construção. O debate sobre o período de construção do bem era freqüente em vários processos. Na prática, a orientação do órgão era a de somente se tombar a edificação que fosse original, ou mantivesse o máximo de características primitivas, desprezando a construção que tivesse sofrido alterações, ao não lhe conceder o tombamento.

Um exemplo dessa prática está nos documentos que compõem o processo de tombamento da Capela da Ajuda em Salvador na Bahia.[6] Em ofício de 1956 para Rodrigo Melo Franco de Andrade, Godofredo Filho, chefe do 2º. Distrito do DPHAN, informa sobre incêndio na capela e que houve uma vistoria no local.[7] O diretor devolve o ofício ao representante na Bahia pedindo informações sobre o imóvel e pergunta se haveria algo que justificasse a proteção, afirmando que, segundo a documentação existente no arquivo da DPHAN, somente um turíbulo do século XVII mereceria atenção da instituição[8].

Na resposta para Rodrigo, Godofredo Filho diz que quanto à arquitetura, o imóvel existente foi construído no século XX em substituição à primitiva igreja jesuítica de mesma invocação e que por isso não teria valor para proteção. Anexa a este ofício há uma listagem de bens da Igreja da Ajuda que "merecem proteção".[9] Consta no mesmo processo, uma cópia datilografada de documento sem data ou assinatura que traz o seguinte conteúdo:

> Igreja da Ajuda – Salvador. Quando tombada, por inadvertência e mais em atenção à primitiva Ajuda de que herdou as tradições, já não lembrava a igrejinha do Padre Nóbrega, a Sé de palha era uma outra inaugurada nas imediações daquela no ano de 1923. Restam-lhe, apenas, de excepcional valor, como acervo dos primeiros tempos, algumas imagens, alfaias, e uma lápide datada de 1579.[10]

---

[4] *O jesuíta e arquiteto português Francisco Dias foi responsável pela Igreja de São Roque, em Lisboa, e veio para o Brasil incumbir-se primeiramente da construção dos três Colégios erguidos no Quinhentos: o da Bahia, o do Rio de Janeiro e o de Olinda, tendo participado mais tarde, da construção do Colégio de Santos. Francisco Dias foi o primeiro arquiteto no Brasil (os outros construtores eram oficiais mecânicos). A Companhia de Jesus nunca permitiu que voltasse a Portugal, tendo sido arquiteto e revisor de obras dos Colégios e Igrejas da Ordem em todo o Brasil.*

[5] *Il Gesù é a primeira igreja da Contra-Reforma e começou a ser construída em 1568 por Giacomo Vignola. Com algumas intervenções, em 1584 o edifício ficou consagrado como modelo a ser seguido, guardando as necessidades de variação, em todo Ocidente católico no final do século XVI e ao longo do XVII. (Cf. PAIVA, s.d)*

[6] Processo nº. *122-T (OBS: faz parte do processo da Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira). Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro.*

[7] GODOFREDO FILHO. *Ofício nº. 170, de 22/09/1956. Processo nº. 122-T. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro.*

[8] ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Ofício nº. 971, de 27/09/1956. Processo nº. 122-T. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.*

[9] GODOFREDO FILHO. *Ofício nº. 235, de 19/12/1956. Processo nº. 122-T. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro.*

[10] Processo nº. *122-T. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro.*

Igreja de N. S. da Graça e Seminário de Olinda (PE). Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Obras.

O processo se estende, e, em 1957, Carlos Drummond de Andrade, então chefe da Seção de História da Divisão de Estudos e Tombamentos, dirigida por Lucio Costa, pede que se solicite ao chefe do 2º Distrito que indique precisamente os elementos remanescentes da antiga Igreja da Ajuda que conviesse tombar especificamente para efetuar o cancelamento do tombamento em conjunto do imóvel.[11]

Em Ofício datado de 9 de setembro de 1958, Rodrigo Melo Franco solicita que Godofredo Filho, envie ao Bispo a notificação de tombamento dos bens da Igreja da Ajuda, uma vez que a construção "carece de interesse histórico e artístico". Rodrigo informa ainda que o guarda-corpo do púlpito não foi incluído por não ser comprovada sua ancianidade. Inclui notificação nº. 803 com listagem dos bens a serem tombados.[12]

Como se pode notar, uma das principais características que marcaram a atuação do IPHAN, bem como a constituição do Instituto como um lugar de produção de saber, foi a presença maciça de arquitetos ocupando os cargos e produzindo estudos teóricos sobre o patrimônio no Brasil, conformando um código comum e uma certa prática assentada no "olhar treinado" do arquiteto. Assim, podemos entender a perspectiva a-histórica a que nos referimos anteriormente em relação ao IPHAN e aos teóricos do patrimônio. Em seu artigo, Paulo Santos afirma que, acerca de estudos sobre arquitetura, a análise de um "*especialista sagaz* (o arquiteto) *não precisa nem mesmo de documentos*" (1966, p. 57), referindo-se às pesquisas desenvolvidas no âmbito da agência.

Um outro aspecto textual que aparece tanto no trabalho de Lucio Costa quanto nos de Paulo Santos é a utilização de fontes históricas como recurso argumentativo de autoridade. No texto de Lucio Costa, por exemplo, encontramos citações dos jesuítas José de Anchieta e padre Baltazar Teles, bem como de Serafim Leite, largamente usado não só por Lucio Costa como em vários outros trabalhos, além de documentos como o Regimento de Tomé de Sousa. O uso deste recurso baseia-se na idéia de que os documentos históricos são fontes de verdade e assim legitimam as interpretações ou comprovam os critérios de análise utilizados, aparecendo não só nesses textos, mas também nos processos de tombamento examinados nessa pesquisa.

Conforme já afirmamos, o tratamento dado pelo IPHAN aos bens tombados, neste caso, especificamente aos dos jesuítas, esteve ao longo dos anos, relacionado aos critérios de *ancianidade* e de estilo arquitetônico. Tombadas isoladamente, as construções deixadas pela Companhia de Jesus no Brasil eram consideradas por seu valor formal ou histórico. Assim, seriam passíveis de tombamento aquelas edificações que representassem períodos julgados importantes na arquitetura ou que fossem símbolos dos grandes momentos da história, servindo assim como uma espécie de ilustração desses períodos.

---

[11] ANDRADE, Carlos Drummond de. Documento de 05/02/1957. Processo nº. 122-T. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro.

[12] ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Ofício nº. 1204 de 09/09/1958. Processo nº. 122-T. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro.

Ilustra tal afirmação o caso do tombamento da Capela de Nossa Senhora da Escada também em Salvador, na Bahia.[13] Em ofício[14] para Rodrigo Melo Franco, Jair Brandão, chefe-substituto do 2º. Distrito, de Salvador, afirma a necessidade de tombamento, lembrando que a igreja merece ser protegida pelo valor de sua "caixa" que data do século XVI e pela "relação que tem com a história pátria desde o século XVI". No mesmo documento, o técnico ressalta a importância da edificação nas lutas contra os holandeses, afirmando ter sido naquele local que Mauricio de Nassau chegou e dali que teria saído derrotado.

A influência dos arquitetos na atuação do IPHAN, bem como os resultados dessa presença hegemônica já foram devidamente mapeados e estudados em vários trabalhos, inclusive institucionais ou em trabalhos acadêmicos (CHUVA, op. cit.)[15], que dão conta da visão patrimonial da agência brasileira e de como isso se refletiu na prática de preservação no Brasil.

Fora do âmbito institucional, a produção de trabalhos sobre o legado material da Companhia de Jesus foi desenvolvida maciçamente por arquitetos. De uma forma geral, esses escritos mantêm o tipo de abordagem tradicional inaugurada pelos arquitetos do IPHAN, ou seja, a de privilegiar os aspectos materiais do bem, pouco considerando o contexto histórico e social de produção dos mesmos.

Um exemplo desse tipo de produção é a coletânea *A forma e a imagem* feita pelo curso de especialização em História da Arte da PUC / Rio de Janeiro (CARVALHO, s.d). Ainda que alguns autores façam reconhecido esforço de sair da esfera estritamente formal em que gravitaram, no intuito de buscar interpretações e análises mais complexas e abrangentes, colocando a arquitetura como mais um entre outros resultados da ação da Companhia de Jesus no Brasil, a via escolhida pelos autores, com algumas exceções, parte sempre de critérios estético-estilísticos, como é o caso do artigo de Renato Pereira Brandão, que trata da questão da espacialidade (BRANDÃO, s.d).

Este autor lança mão das categorias de Heinrich Wöfflin[16] sobre o *barroco* para confirmar a idéia de que as diferenças espaciais entre as missões espanholas e portuguesas podem ser explicadas a partir de uma dicotomia entre clássico e barroco. O princípio que fundamenta a análise é sempre arquitetônico e à parte do processo histórico.

Entretanto, alguns trabalhos propõem uma abordagem mais abrangente, como é o caso do livro de Beatriz Santos Oliveira (1988) e da dissertação de Rosana Najjar (2001).[17] Em *Espaço e estratégia*, Beatriz Santos procura entender a arquitetura dos jesuítas no Brasil com base nas origens da Ordem e seus objetivos. Assim, analisa a arquitetura de colégios e missões de acordo com os objetivos das principais funções dos padres: a docente e a missioneira.

Em termos gerais, o estudo da professora Beatriz Santos Oliveira propõe a existência de um conteúdo ideológico que permeia todas as construções da Companhia de Jesus no Brasil. Este conteúdo seria o resultado das interações entre as Regras da ordem religiosa e o contexto de atuação, bem como de seus objetivos no Brasil. Segundo a autora, foi esta interação que determinou as opções feitas pelos padres em termos arquitetônicos.

A dissertação da arqueóloga Rosana Najjar é um estudo de caso sobre a Igreja de Nossa Senhora da Assunção em Anchieta no Espírito Santo. A autora reserva um capítulo de seu trabalho para tratar do que chama de interpretação "interdisciplinar". É o local onde faz considerações sobre o contexto de criação da Companhia de Jesus, sobre as características da Ordem e ainda refere-se ao funcionamento dos vários tipos de estabelecimentos mantidos pelos jesuítas, passando então para uma análise da arquitetura jesuítica em geral. Com esse objetivo, utiliza-se do já referido artigo de Lucio Costa de 1941 para explicar as partes que compõem uma apreciação arquitetônica, quais sejam: o programa, a técnica, o partido e a modenatura.

Neste ponto, a autora segue a interpretação utilizada por Paulo Santos, afirmando que as características das construções jesuíticas seguem o imperativo da necessidade, ajustado às condições do meio. Contudo, ainda que a intenção da autora não fosse a de traçar a história das construções jesuíticas no Brasil, os determinantes históricos apontados pela autora não acompanham todo o seu percurso interpretativo.

---

[13] *Processo nº. 560-T-57. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro.*

[14] *BRANDÃO, Jair. Ofício nº. 24, de 21/02/1959. Processo nº. 560-T-57. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.*

[15] *A autora Márcia Chuva também é técnica do IPHAN.*

[16] *Filósofo e historiador da arte, nascido na Suíça na segunda metade do século XIX e falecido em 1945. Foi aluno de Jacob Burckhardt e um dos mais influentes historiadores da arte do século XX.*

[17] *A autora Rosana Najjar é técnica do IPHAN.*

Rosana Najjar utiliza basicamente os trabalhos do historiador Arno Welling para esboçar seu panorama histórico e depois passa a se embasar nos artigos dos arquitetos Lucio Costa e Paulo Santos para tratar dos aspectos formais. Seu trabalho representa uma inovação no âmbito dos trabalhos acadêmicos em arqueologia, ainda que o tratamento dado às questões tenha permanecido compartimentado.

Um outro trabalho que segue o mesmo esforço interpretativo é o de José Antônio Andrade Araújo, que trata da arquitetura rural jesuítica (2000). O autor analisa seu objeto a partir da visão da arquitetura como um campo artístico e o arquiteto, um artista produtor de um discurso. Baseando-se na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu, o autor aborda a expressão arquitetônica como um discurso específico, fechado em si mesmo, mas que reflete as flutuações históricas e de estilo. Após a observação dos casos (os edifícios rurais do Rio de Janeiro), conclui que os jesuítas teriam estabelecido o estilo barroco no Brasil. Ao longo do texto, utiliza-se dos estudos de Lucio Costa admitindo a existência de um "estilo jesuítico" na arquitetura, que seria proveniente do "espírito da ordem". Apesar da abordagem discursiva, o estudo dos exemplos práticos revela a opção pelos critérios formais na interpretação da arquitetura rural dos jesuítas. Assim, a idéia das edificações como um discurso artístico proposta pelo autor é embasada em explicações e argumentos ligados às soluções formais encontradas pelos construtores.

Há ainda, dentro da produção sobre o tema dos jesuítas na arquitetura brasileira o estudo do arquiteto do IPHAN, Glauco de Oliveira Campello (2001)[18], focado nas igrejas classificadas como monumentais, construídas na segunda metade do século XVII. Campello conta com as apreciações de Lucio Costa e recorre ao argumento comum que coloca o meio físico e social como determinantes das soluções jesuíticas para suas construções. O autor ressalta, como fez Paulo Santos, a importância do arquiteto português Francisco Dias para a fase de construção de igrejas mais volumosas, e ainda a interpretação de soluções construtivas de caráter erudito e vernacular, como característica não só da Companhia de Jesus, mas de outras ordens religiosas como os Franciscanos e os Carmelitas.

Outro trabalho de interesse para esta pesquisa por tratar das narrativas da preservação no Brasil, mas de um modo mais geral, é o de José Reginaldo Gonçalves. Este autor pretende analisar

> as modalidades de invenção discursiva no Brasil pelos intelectuais ligados ao patrimônio, desde a década de 1930 até a de 1980, e afirma que esses discursos tinham como propósito, construir uma memória e uma identidade nacionais, e efetuar ligações entre o passado e os indivíduos que compõem a nação. (1996, p. 11)

Segundo José Reginaldo, o que se buscava, em primeiro lugar, era encontrar os objetos que ilustrassem as origens da nação brasileira, aos quais a prática de preservação conferiria autenticidade, ao mesmo tempo em que autorizaria a identificação e proteção do patrimônio por esses intelectuais.

Considerando de uma maneira geral a produção escrita sobre a prática construtiva dos jesuítas no Brasil, e sobre a qual esta pesquisa apresenta uma amostra de alguns títulos significativos, percebe-se que a relevância dos critérios estético-estilísticos se sobrepôs em relação a qualquer outra tentativa de abordagem do tema.

De acordo com a pesquisa realizada, o tema da arquitetura jesuítica no Brasil, foi tratado ao longo dos anos, como uma questão que precisava de resposta, pois os vestígios da atuação dos inacianos demandavam uma organização de modo a obter um sentido que justificasse sua importância. Buscava-se, portanto, o sentido das construções implementadas pela Companhia de Jesus no Brasil, bem como entender sua relevância como símbolo da memória nacional. As respostas a tais questões, principalmente após o estudo de Lucio Costa, buscaram dar uma unidade de sentido à variedade de significados expressa pelos padres em seus edifícios e interiores. Este *sentido* foi encontrado a partir de critérios próprios do campo da arquitetura, emprestando vida própria a um fenômeno – qual seja, o da prática construtiva dos jesuítas no Brasil – que não deve prescindir de uma explicação histórica.

A análise dos processos de tombamento reitera os estudos já consagrados sobre como esta visão esteve acompanhando e determinando a prática do IPHAN. O tratamento dispensado pela Instituição aos bens de origem jesuítica foi, desde os primeiros anos de atuação do SPHAN, pontual, atomizado, visando primordialmente à manutenção física do bem, isoladamente desconsiderando as relações subjacentes à sua

---

[18] *Glauco Campello também exerceu o cargo de Presidente do IPHAN entre 1994 e 1999.*

materialidade. Desta maneira, a idéia de *patrimônio jesuítico*, que perpassa o cerne deste trabalho é uma categoria que entendemos como sendo de origem histórica e que ainda não foi utilizada desta forma pela agência federal de proteção brasileira.

Pesquisa documental: os Processos de tombamento

Quanto à sua constituição material, a maior parte dos processos pesquisados possui cartas, telegramas ou fax de requisições de tombamento. A exceção está presente onde a própria instituição, por meio de seus técnicos, realizou inventários e abriu processos de tombamento com base nos resultados de pesquisas que desenvolveu.

De acordo com o Decreto-Lei 25/1937, que regulamenta as ações de proteção desempenhadas pelo IPHAN, o pedido de tombamento poderia ser feito por qualquer cidadão. A análise dos processos em questão mostrou que, nesses casos, os pedidos partiram de políticos, pessoas ligadas a movimentos sociais, militares, religiosos ou de arquitetos da Instituição.

A praxe legal dos processos iniciava-se a partir da solicitação, seguido de visitas ao local para estudo da possibilidade de tombamento pelos técnicos das subdivisões da Instituição. Neste momento eram feitos relatórios e inventários sobre as condições materiais do bem e pertinência do tombamento como no caso do processo de tombamento do Acervo Paisagístico de Porto Seguro, na Bahia.[19] Em ofício para Renato Soeiro, Godofredo Filho (representante da SPHAN) remete a justificativa de tombamento feita em 12/03/1968. Nela há um estudo onde o técnico informa dados históricos sobre a igreja dos jesuítas com base em citações de Fernão Cardim, descrevendo a igreja e a residência. Afirma que os padres Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Francisco Pires, Vicente Rodrigues e Aspilcueta Navarro missionaram em Porto Seguro. A igreja que estava em questão naquele momento, segundo o documento, era originária do século XVII, informação reproduzida com o trecho de carta do Padre Domingos Coelho de 06/02/1622. Godofredo afirma que a construção tem aparência frágil, “desativada no interior”, e que seria mais uma ermida do que templo. Ainda segundo o autor do ofício, depois da expulsão dos jesuítas, a casa teria servido de residência dos Ouvidores. Sobre a igreja da Ajuda, afirma que foi fundada por Francisco Pires, após sua chegada em 1550, descrevendo-a como construção sólida e de agradável prospecto, embora no seu interior haja “pinturas modernas horrendas”.[20]

Existia a preocupação em acumular informações sobre o bem para que pudessem subsidiar um futuro parecer sobre o valor histórico e arquitetônico/ artístico do objeto. Os técnicos também poderiam elaborar justificativas favoráveis ao tombamento, baseadas nestas informações, que em alguns casos, compunham o parecer final do processo.

A partir da década de 1960, com base na atuação do arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles, alguns bens sofreram alterações em seus processos com as propostas de extensão dos tombamentos. Nos processos que estudamos, tais propostas vieram de Silva Telles e tentavam preservar ao máximo o entorno das construções, na tentativa de protegê-las do avanço do mercado imobiliário e da intensificação do turismo em direção a estas áreas. Os argumentos usados pelo arquiteto e que aparecem nos processos estão sempre ligados à proteção do bem contra os efeitos nocivos que novas construções causariam ao conjunto.

No caso, por exemplo, da extensão do tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Assunção em Anchieta (ES), Silva Telles confirma a supremacia do olhar educado do arquiteto em relação ao tratamento dado aos bens, ao afirmar que as edificações localizadas nas proximidades da igreja eram de “muito mau gosto”.[21]

Por outro lado, esta atuação de Silva Telles demonstra que houve mudanças no tratamento dado a esses bens. As propostas de extensão de tombamento apontam para uma nova concepção de monumento, não somente voltado para a preservação de suas características arquitetônicas individuais, mas também atento ao conjunto no qual ele se insere. A proteção do entorno implica em não mais considerar os monumentos

---

[19] Processo nº. 800-T-68. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.

[20] GODOFREDO FILHO. Ofício nº. 25, de 19/03/1968. Processo nº. 800-T-68. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.

[21] TELLES, Augusto Carlos da Silva. Informação nº. 75, de 23/03/1965. Processo nº. 229-T-40. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.

Igreja de N. S. da Assunção, Anchieta (ES), s.d. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro. Série Obras.

Igreja dos Reis Magos e Residência Anexa, Nova Almeida - Serra (ES), 1945. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

isoladamente, mas como peças-chave de um determinado sítio. Entretanto, não se pode afirmar que já neste momento tal mudança conceitual tenha se verificado. O que se pode inferir, a partir da documentação consultada, é que havia uma preocupação com a estética do lugar em que se situa o monumento e também com a sua preservação, diante de "ameaças" externas.

Quando sugeriu a extensão do tombamento da Igreja da Assunção em Anchieta, o arquiteto Silva Telles indicou o mesmo procedimento em relação à Igreja dos Reis Magos no município de Serra no Espírito Santo. Pediu a extensão do tombamento "a todo o outeiro em que estão situados, e ao conjunto urbanístico da aldeia primitiva".[22] O argumento que usou para este pedido foi o de que o conjunto em que estavam as construções estaria intacto, mantendo ainda as feições rústicas, e afirma que "a aldeia guarda com fidelidade o partido urbanístico do primitivo aldeamento jesuítico"[23], apelando para critérios estético-estilísticos e para a questão da *ancianidade* do bem.

Se por um lado, no processo da Igreja da Assunção, o turismo e a construção de casas ameaçavam o monumento, segundo o arquiteto, já no processo da Igreja dos Reis Magos, as construções no entorno da igreja não foram consideradas como problema na conservação do monumento. Ao contrário, por apresentarem características simples e respeitarem a praça original, foram preservadas em seus lugares, conforme afirma o arquiteto: "as casas que se encontram não interferem na edificação tombada guardando a praça de 50 x 8 m. São térreas em geral com telhados de duas águas com porta e janela ou porta e duas janelas".[24]

Os pareceres de Silva Telles continham as justificativas que arrolavam ora os elementos arquitetônicos que interessassem ao Instituto, ora os itens que diziam respeito à antiguidade e importância histórica do bem. Para o caso, por exemplo, da Igreja do Divino Espírito Santo em Pernambuco, o arquiteto foi favorável ao tombamento, pois os elementos "arquitetônicos de cantaria, a cimalha e os arcos são suficientes para dar as proporções e o caráter da igreja primitiva (...) por isso o acervo é apreciável e deve ser preservado".[25]

Já na década de 1980, Silva Telles emitiu parecer acerca do tombamento da Igreja da Conceição da Congregação Mariana do Recife. Neste documento, o arquiteto manifesta-se de acordo com a proteção do bem e, em consonância com outros envolvidos no processo, como a arquiteta Dora Alcântara, concordou com a inscrição por se tratar, segundo ele, de uma edificação que mantinha íntima ligação com a Igreja do Divino Espírito Santo (era anexa a ela) e pelo valor "arquitetônico, feição externa, acervo decorativo e pelos bens que abriga"[26], observando ainda o seu valor histórico por ser o único exemplar de igreja de congregação existente no Brasil.

---

[22] TELLES, Augusto Carlos da Silva. Informação nº. 76, de 24/03/1965. Processo nº. 230-T-40. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.

[23] Idem.

[24] Idem.

[25] TELLES, Augusto Carlos da Silva. Informação de 03/10/1972. Processo nº. 866-T-72. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.

[26] TELLES, Augusto Carlos da Silva. Informação nº. 92 de 30/08/1985. Processo nº. 1133-T-84. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.

Apesar da notável concordância entre os membros do Serviço de Patrimônio no que dissesse respeito ao valor dos bens que foram protegidos, havia, entretanto, a necessidade de adotar critérios mais claros e precisos para o tombamento dos imóveis. Tal necessidade veio crescendo durante a gestão do patrimônio cultural brasileiro por seu órgão competente, gerando estudos que, paulatinamente, foram inserindo critérios mais claros e definidos nas práticas de preservação.[27]

Pesquisa documental: algumas questões

Os processos de tombamento que abrangem o período de 1938 a 1987 constituem-se, de uma maneira geral, de despachos trocados entre o Diretor do órgão e os técnicos e entre estes e as partes envolvidas fora da instituição. Esses documentos estão dispostos em ordem cronológica e são, quase todos, originais, mas em alguns casos, há fotocópias ou cópias datilografadas. São em sua maioria institucionais e tratam dos trâmites da inscrição do bem em um ou mais Livros de Tombo. Há também estudos sobre os bens feitos por técnicos ou pessoas de fora da instituição e ainda reivindicações por escrito de políticos, eclesiásticos ou associações. Raramente um mesmo processo de tombamento pode conter mais de um bem tombado e um mesmo bem pode ter documentos em mais de um processo.[28]

Há ainda o caso de processos que não têm a documentação completa até a conclusão do tombamento. As informações cessam, aparentemente sem motivo, entretanto, sabemos que, efetivamente, o bem foi tombado, pois consta na base de dados do Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro e na listagem oficial.[29]

Consideramos também os tombamentos de conjuntos arquitetônicos inscritos no Livro Arqueológico, Paisagístico e Histórico, que incluíssem edificações ligadas aos jesuítas, pois nos foram úteis na medida em que apresentavam pareceres e estudos sobre os bens da Companhia de Jesus especificamente. Foi o caso, por exemplo, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Porto Seguro, e de Santa Cruz Cabrália, ambos na Bahia.[30]

O conjunto de Porto Seguro incluiu a Igreja de São Benedito e ruínas do Colégio dos Jesuítas e, a existência desses vestígios serviu como argumento para o pedido de tombamento feito pelo representante do órgão na região. No acervo de Santa Cruz Cabrália, temos também a Igreja Matriz de N. S. da Conceição e também ruínas do Colégio dos Jesuítas.

Em alguns processos, encontramos estudos feitos por técnicos do próprio instituto – engenheiros, arquitetos ou representantes regionais – ou contratados por ele. Tais estudos servem para instruir os processos e funcionam como uma base a partir da qual os pareceres dos técnicos são emitidos.[31] Nesses estudos constam, em geral, históricos do bem desde a sua origem e estado de conservação, podendo vir acompanhados de levantamentos arquitetônicos e de fotografias. Foram úteis durante a pesquisa, pois neles constam indicações da concepção produzida e difundida pela agência de proteção acerca dos bens pesquisados.

Assim, o material depositado no Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro é bastante rico, pois traz, além desses estudos, os pareceres técnicos subseqüentes com as opiniões dos técnicos, divergências e consensos em relação à importância dos bens e à atuação do órgão.

---

[27] A questão do entorno ou da ambiência do bem tombado solicitados por A. C. da Silva Telles ainda hoje é discutida na casa, valendo citar a recente publicação do IPHAN sobre o entorno dos bens tombados. (PROGRAMA ..., 2007)

[28] É o caso da Igreja da Ajuda em Salvador e do Antigo Colégio dos Jesuítas em Paranaguá. A inscrição da Igreja da Ajuda foi feita no Processo nº. 122-T-38, junto com outro bem, e o Antigo Colégio de Paranaguá tem documentação posterior ao seu tombamento no Processo nº. 101-T-38.

[29] É o caso da Igreja da Ajuda em Salvador. Processo nº. 122-T-38. A parte do processo relativa à Igreja da Ajuda contém documentos até o ano de 1984 sem o parecer de tombamento, mas no Livro consta a inscrição com data de 17/06/1938.

[30] Processos nº 800-T-57 de Porto Seguro, e nº 1021-T-80 de Santa Cruz Cabrália. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.

[31] São vários os processos que apresentam estudos: Porto Seguro; Capela da Ajuda; Igreja de N.S. da Conceição em Guarapari; Seminário de Olinda, entre outros.

Igreja de São Benedito ou do Colégio dos Jesuítas, Porto Seguro (BA), s.d. Foto de Jair. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Igreja Matriz de N. S. da Conceição e Ruínas do Colégio dos Jesuítas, Santa Cruz Cabrália (BA), s.d. In: IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia; monumentos e sítios do Litoral Sul, 1988, v. 5.

Acerca dos processos, há a possibilidade destes serem observados a partir da lógica de funcionamento da Instituição. Embora esse não tenha sido o nosso foco de análise, percebemos que há uma espécie de prática institucional que visa à afirmação da legitimidade da ação de preservação no Brasil e do IPHAN como órgão preparado para ser o difusor incontestável das regras dessa ação. Temos nos processos documentos como nas Atas das reuniões do Conselho Consultivo, despachos entre órgãos da administração federal e ministérios, correspondências entre técnicos, entre outros tipos documentais que podem apontar para este viés no caso de um estudo mais amplo.

Há também alguns processos que, do ponto de vista da quantidade de informações, nos oferece pouco material para análise. Esses, em geral, são os processos abertos logo nos primeiros anos de atuação do SPHAN e que comportam apenas os documentos de notificação, recibo e inscrição do bem. Não há, portanto, informações sobre os motivos do tombamento ou origem do pedido. Assim, os processos mais volumosos foram os que forneceram mais material para o nosso estudo. Por fim, existem ainda aqueles processos que contêm documentação posterior ao tombamento e que tratam, na maior parte das vezes, da gestão do bem.

Ao longo da pesquisa, percebemos que o recorte imposto pelo tema a ser estudado nos impedia de fazer maiores generalizações ou tirar conclusões mais amplas, como em qualquer estudo de caso. Partindo então de conclusões de trabalhos maiores e já consolidados sobre o tema geral de patrimônio e preservação no Brasil, percebemos que poderíamos observar a procedência dessas conclusões em um universo mais restrito e específico: os resquícios da Companhia de Jesus em nosso país.

Ainda que tenhamos observado determinadas características nos processos de tombamento e na literatura sobre os bens culturais produzidos pelos jesuítas, que foram igualmente observadas em outros bens em estudos anteriores, não se trata aqui de mera repetição de conclusões já consagradas, mas da ratificação delas em um foco de observação menor. Mesmo parecendo óbvias estas pontuações, elas nos servem para marcar bem a posição de nosso trabalho e de sua pertinência hoje. Passemos agora para uma divisão e análise dos bens segundo algumas categorias.

Uma vez levantados os bens da Companhia de Jesus tombados pelo IPHAN, chamou-nos a atenção a distribuição desses bens no território, o que também pode ser uma pista da concepção que se tinha acerca desses monumentos. Dos quarenta e três itens tombados, trinta e quatro estão entre as regiões Nordeste e o Sudeste. Vejamos a distribuição:

Os bens de origem jesuítica tombados pelo IPHAN na região **Norte** são apenas os seguintes:

BEM	CIDADE	ANO DE TOMBAMENTO
Igreja de Santo Alexandre e Colégio	Belém – PA	1941
Igreja de Nossa Senhora Madre de Deus	Vigia de Nazaré – PA	1954

Na região **Nordeste** são:

BEM	CIDADE	ANO DE TOMBAMENTO
Catedral Basílica	Salvador – BA	1938
Igreja e Seminário	Belém da Cachoeira – BA	1938
Seminário de Olinda	Olinda – PE	1938
Capela da Ajuda	Salvador – BA	1941
Igreja Matriz da Ajuda	Jaguaripe – BA	1941
Capela de Nossa Senhora da Escada	Salvador – BA	1941
Igreja de Nossa Senhora do Socorro	Tomar do Geru – SE	1943
Igreja Matriz do Perpétuo Socorro	Socorro – SE	1943
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Comandaroba – SE	1943
Casa e Capela da Fazenda Iolanda – antiga residência dos jesuítas	Itaporanga D`Ajuda – SE	1944
Capela de São Francisco Xavier	Nazaré da Mata – PE	1949
Retábulo do altar-mor da Catedral de Nossa Senhora da Vitória	São Luís – MA	1954
Acervo Paisagístico de Porto Seguro	Porto Seguro – BA	1968
Igreja do Divino Espírito Santo	Recife – PE	1972
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e Ruínas do Colégio dos Jesuítas	Santa Cruz Cabrália – BA	1981
Igreja da Conceição da Congregação Mariana	Recife – PE	1987
Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção	Viçosa do Ceará – CE	2005

Os bens protegidos na região **Sudeste** são os seguintes:

BEM	CIDADE	ANO DE TOMBAMENTO
Marco da Fazenda de Santa Cruz e Ponte dos Jesuítas	Rio de Janeiro – RJ	1938
Retábulos (3) e púlpito da igreja do Colégio dos Jesuítas existentes na igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso	Rio de Janeiro – RJ	1938
Igreja Matriz de São Francisco Xavier	Niterói – RJ	1938
Igreja e Residência	São Pedro d`Aldeia – RJ	1938
Capela de São Miguel e Residência	São Paulo – SP	1938
Igreja do Rosário e Residência	Embú – SP	1938
Igreja de São Lourenço dos Índios	Niterói – RJ	1948
Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba	Carapicuíba - SP	1940
Igreja de Nossa Senhora da Escada	Guararema – SP	1941
Capela de São João Batista	Carapicuíba – SP	1941
Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Residência	Anchieta – ES	1943

BEM	CIDADE	ANO DE TOMBAMENTO
Igreja dos Reis Magos e Residência	Serra – ES	1943
Solar do Colégio de Campos	Campos dos Goitacazes – RJ	1946
Igreja da Ajuda	Viana – ES	1950
Remanescentes da Vila Colonial de São Vicente	São Paulo – SP	1955
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Guarapari – ES	1970

Os bens protegidos na região **Su**l são os que seguem:

BEM	CIDADE	ANO DE TOMBAMENTO
Ruínas de São Miguel	Santo Ângelo – RS	1938
Casa construída com material missioneiro	Entre-Ijuís – RS	1938
Antigo Colégio	Paranaguá – PR	1938
Ruínas dos Povos de São Lourenço	São Luiz Gonzaga – RS	1970
Ruínas do povoado de São Nicolau	São Nicolau – RS	1970
Ruínas do povoado de São João Batista	São Luís Gonzaga – RS	1970
Conjunto de Imagens da Igreja Matriz	São Luis Gonzaga – RS	1984

Como se pode ver, a maior parte dos bens ficou quase igualmente dividida entre o Nordeste e o Sudeste, com alguns bens no Sul, dois no Norte e nenhum no Centro-Oeste. Entendemos este fenômeno como conseqüência da concepção de patrimônio praticada pelo órgão que privilegiou o monumento físico, a construção, em detrimento de outras manifestações culturais ou artísticas. Desta forma, o IPHAN lançou o olhar apenas onde os padres mantiveram construções sólidas e onde restaram vestígios dessas edificações. Veja-se ainda que o único bem móvel tombado exclusivamente foi o Conjunto de Imagens da Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga no Rio Grande do Sul, que foi inscrito no Livro do Tombo somente em 1984.

Escultura de São Francisco de Assis da Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga no Rio Grande do Sul, inscrita em 1984. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

A agência de proteção somente reconheceu como patrimônio nacional aquilo que poderia ser materialmente traduzido. Os marcos da presença dos jesuítas no Brasil, aos olhos dos agentes do patrimônio, traduzindo os valores da época, expressavam-se tão somente nos seus resquícios materiais, deixando de fora o legado que hoje se classifica como imaterial ou intangível, como nos casos dos aldeamentos na Amazônia e em outras regiões que não mantiveram as suas "características primitivas", mas que deram origem a vilas e posteriormente a cidades.

Para os intelectuais do IPHAN, a contribuição dos jesuítas à formação da nacionalidade e de nosso território deveria ser valorizada através da arquitetura. O que deveria ser protegido como legado da Companhia de Jesus para a memória do Brasil era o seu modo de construir.

Como já vimos, logo no primeiro ano de atuação do SPHAN, foram tombadas várias edificações que, segundo a visão dos técnicos responsáveis,

Ruínas de São Miguel das Missões (RS), s.d. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

deveriam ser "salvas" do perigo do desaparecimento. Nos anos iniciais de atuação da agência, deu-se uma verdadeira "correria" para salvaguardar os itens considerados relevantes e representativos da história nacional. Isto explica o curto espaço de tempo em que foram tombados os primeiros doze bens de origem jesuítica, isto é, desenhou-se uma ação de emergência que incluía as Ruínas de São Miguel no Rio Grande do Sul, objeto de estudo encomendado por Rodrigo Melo Franco de Andrade a Lucio Costa em 1937 (Cf. PESSÔA, 1999); todos os itens tombados no Rio de Janeiro; todos os de Sergipe e quatro dos cinco bens tombados de São Paulo, entre outros.

Dentre esses bens tombados principalmente nas regiões Nordeste e Sudeste e nos primeiros anos de atuação do SPHAN, os tipos de construção que se costumava tombar eram principalmente igrejas; os Colégios que, em geral, eram tombados com as igrejas anexas; as residências que também faziam parte do complexo com igrejas e outra ordem de bens como o Marco da Fazenda e Ponte em Santa Cruz no Rio de Janeiro, ou o conjunto de imagens da Igreja de São Luiz Gonzaga no Rio Grande do Sul (1 registro), ou ainda as Ruínas dos Sete Povos da Missões no mesmo estado (2 registros).

Com exceção dos Colégios e da Fazenda de Santa Cruz, todos os outros bens tombados estavam diretamente ligados à construção principal, a igreja. Sabemos que, indiretamente, a Fazenda e os Colégios também faziam parte de um complexo construtivo que incluía igrejas ou capelas, mas estas não eram as edificações principais.

Há ainda as construções que não foram tombadas (até o final desta pesquisa), a residência de São Francisco Xavier, em Niterói, a residência com igreja da fazenda de Campos Novos, em Cabo Frio, e a residência e igreja de Santana, em Macaé, todas no Rio de Janeiro.[32] Também no Rio de Janeiro, segundo Serafim Leite, os jesuítas mantiveram residências em locais como Papucaia e Macacu, que não foram protegidas pelo SPHAN (1965, p. 256).

A preferência dos técnicos do SPHAN era mesmo pelas igrejas de estilo mais apurado, urbanas e, portanto, mais significativas da opção construtiva dos jesuítas no Brasil, pois os bens não tombados, conforme nos foi possível observar, ficavam em áreas rurais, cujas igrejas não eram a construção principal. É certo que não foi possível fazer uma pesquisa profunda sobre os motivos que levaram o órgão a esquecer esses e outros vestígios da Companhia, mas de acordo com estudos sobre a prática de patrimônio adotada ao longo dos anos, apontamos para esta hipótese que pode ou não se confirmar, mas que certamente merece ser considerada.

Ao observarmos a documentação recolhida no Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro, vemos que há alguns processos que reúnem volumosa documentação e outros que trazem muito poucos registros. Entre os processos que têm pouca documentação disponível para análise estão os seguintes bens:

[32] *Citadas por ARAÚJO (op. cit., 2000) O autor afirma a existência da residência de São Francisco Xavier, mas não há registro no processo de tombamento. O apêndice do livro traz fotografias desses bens tiradas em 1999.*

BEM	LOCALIZAÇÃO	ANO DE TOMBAMENTO
Antigo Colégio dos Jesuítas	Paranaguá – PR	1938
Casa construída com material missioneiro	Entre-Ijuís - RS	1938
Catedral Basílica	Salvador – BA	1938
Igreja do Seminário	Belém da Cachoeira – BA	1938
Marco da Fazenda de Santa Cruz e Ponte dos Jesuítas	Rio de Janeiro – RJ	1938
Retábulos (3) e púlpito da Igreja do Colégio dos Jesuítas na igreja de N. S. do Bom Sucesso	Rio de Janeiro – RJ	1938
Igreja e residência dos Jesuítas	São Pedro D`Aldeia – RJ	1938
Igreja Matriz de São Francisco Xavier	Niterói – RJ	1938
Capela de São Miguel e residência	São Paulo - SP	1938
Capela de São Miguel, Igreja do Rosário e Residência	Embu - SP	1938
Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba	Carapicuíba – SP	1940
Igreja Matriz da Ajuda	Jaguaripe - SE	1941
Igreja de N. S. da Escada	Salvador - BA	1941
Capela de São João Batista	Carapicuíba - SP	1941
Igreja de N.S. do Socorro	Tomar do Gerú - SE	1943
Igreja Matriz do Perpétuo Socorro	Socorro – SE	1943
Igreja N. S. Conceição de Comandaroba	Laranjeiras – SE	1943
Casa e Capela do Engenho do Retiro	Laranjeiras – SE	1944
Solar do Colégio	Campos – RJ	1946
Igreja de São Lourenço dos Índios	Niterói - RJ	1948

Dos vinte bens tombados que apresentam pouca documentação em seus processos, dez foram tombados em 1938, o restante foi tombado até o ano de 1948, isto é, todos foram inscritos logo nos anos iniciais de atuação da SPHAN. Nota-se, portanto, que a urgência imposta pelo trabalho de proteção dos bens culturais nacionais acabou por resultar em ações rápidas em edificações de já reconhecida importância para a história do Brasil. Uma outra possibilidade de explicação para esse fato reside no estado de conservação desses bens. Como não há documentação disponível nos processos e a pesquisa não pôde contemplar fontes que dissessem respeito ao estado do imóvel antes do início do processo, não sabemos se esses bens necessitavam mais rapidamente de uma intervenção para protegê-los do desaparecimento e, por isso, tiveram um processo de tombamento expedido.

Apesar da importância dada aos monumentos considerados dignos de tombamento pelos técnicos do IPHAN, houve também momentos em que alguns eram "esquecidos" durante o processo. Há alguns edifícios que levaram longos anos para serem inscritos no Livro de Tombo enquanto que há processos que se iniciaram e terminaram em poucos dias. Segundo nosso levantamento, o bem que levou mais tempo para ser inscrito foi a Igreja de N. S. da Conceição em Guarapari, no Espírito Santo, que se estendeu por vinte e quatro anos.[33]

Neste processo, a troca de correspondência entre o responsável pelo imóvel e Rodrigo Mello Franco de Andrade começou em 1946, parou durante dois anos e retornou em 1948, quando Rodrigo pediu ao Bispo do Espírito Santo que embargasse a demolição do teto da igreja para não prejudicar o processo de tombamento que estava em curso. Em 1962, Judith Martins, então chefe da Seção de História, afirmou que desde 1946 o processo esteve parado por falta de documentação.[34] Rodrigo Melo Franco de Andrade pediu então ao representante do órgão no Espírito Santo que enviasse material sobre o bem, no mesmo ano de

[33] *Processo nº 382-T-46. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.*

[34] *Esta documentação foi pedida por RMFA em 03/07/1946.*

1962. Somente em 1970 é que a chefe da Seção de Arte, Lygia Martins Costa, ofereceu informações sobre a igreja e solicitou um inventário dos bens da igreja além de seu tombamento. A inscrição no Livro Histórico foi feita em 16/09/1970.

Já os processos de tombamento mais curtos foram os da Igreja Matriz de São Francisco Xavier[35] em Niterói e o da Igreja e residência dos jesuítas[36] em São Pedro D'Aldeia, ambas no Rio de Janeiro. Esses duraram apenas onze dias, entre a notificação e a inscrição no respectivo Livro do Tombo. Em geral, os processos mais longos são os que contêm maior número de documentação e os mais curtos têm menos documentos. A maior parte dos processos durou mais de um ano, sendo dezessete deles com um ano de duração ou mais e quinze com duração menor do que um ano. Entre os processos com menos de um ano de duração, treze estão nos primeiros dez anos de atuação do SPHAN, ou seja, entre 1938 e 1949, o que pode confirmar a tese de que foram efetuados tombamentos em caráter de urgência, ou então que sabiam previamente o que deveriam tombar.

O livro em que se registra o bem talvez seja a fonte documental que possa dar mais indícios de como o SPHAN via os objetos com os quais lidava. Cada monumento, é registrado em um dos Livros de Tombo de acordo com as suas características. O Livro de Belas Artes foi por muito tempo considerado o mais "nobre" por conter os registros dos itens representativos da arte brasileira colonial, barroca e, principalmente, edificada.

Este Livro recebeu vinte e sete inscrições de bens jesuíticos no total, tendo o Livro Histórico recebido vinte e oito registros.[37] A maioria dos bens foi registrada conjuntamente nos livros de Belas Artes e Histórico, (somente três foram inscritos no Livro Arqueológico e Etnográfico).

As inscrições feitas exclusivamente no Livro de Belas Artes foram onze, enquanto doze bens foram inscritos somente no Livro Histórico. Isso nos leva a observar certo equilíbrio entre os tipos de registro. Em lugar de uma supremacia do Livro de Belas Artes em relação aos demais, de acordo com pesquisas anteriormente realizadas sobre a atuação do IPHAN, temos uma divisão equilibrada, pelo menos entre este e o Histórico. Essa equiparação leva a um questionamento quanto aos seus motivos.

Se, por um lado, os critérios arquitetônicos foram decisivos para a seleção dos bens durante toda a atuação da Instituição, por outro lado, sabemos também que a atividade do SPHAN esteve muito ligada a intelectuais do campo das Ciências Sociais e, especialmente, da História, com nomes como Sérgio Buarque de Holanda, presente no gabinete de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Luiz de Castro Faria, membro do Conselho Consultivo do SPHAN, ou ainda Gilberto Ferrez, os Lacombe e Gilberto Freyre.

Todos os bens que apresentam pouca documentação disponível tiveram seus processos de tombamento abertos por iniciativa interna do órgão. Este pode ser considerado mais um dado que confirma a hipótese de que já havia uma espécie de consenso em torno dos bens que mereciam ser tombados logo de início. Já se sabia o que deveria ser protegido e, por isso, o pedido não partiu de entidades externas à agência.

Os processos iniciados por pedidos externos somam apenas quatro do total de bens com os quais estamos trabalhando. O primeiro deles foi em 1946, que tombou a Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Guarapari no Espírito Santo e que foi pedido pelo Procurador Geral do Bispado de Vitória.[38] Na década de 1950, há dois processos iniciados por pedido externo. Um desses processos é o de Remanescentes da Vila Colonial de São Vicente em São Paulo[39], que foi pedido pelo deputado Antonio Feliciano enquanto o outro é o do Retábulo do altar-mor da Catedral de N. S da Vitória em São Luís[40], que foi solicitado pelo pároco da catedral. O último pedido externo foi do prefeito de Porto Seguro (BA), solicitando o tombamento dos bens culturais da cidade - pedido finalmente atendido em 1974, sob a rubrica "Acervo paisagístico de Porto Seguro".[41]

Percebendo que os pedidos externos de proteção não foram comuns quando nos referimos aos bens de origem jesuítica, nos deparamos com a questão já anteriormente mencionada da exclusividade ou hegemo-

---

[35] *Processo nº 162-T-38. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.*

[36] *Processo nº 179-T-38. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.*

[37] *Um mesmo bem pode ser inscrito em mais de um Livro de Tombo.*

[38] *Processo nº 382-T-46. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.*

[39] *Processo nº 514-T-51. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.*

[40] *Processo nº 505-T-54. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.*

[41] *Processo nº 800-T-68. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.*

nia do SPHAN na formação de opinião sobre o que se deveria tombar, além da óbvia hegemonia institucional e legal para isto. De certa maneira, o Instituto conseguiu cristalizar em torno de si a idéia de que somente ele seria capaz de julgar com precisão a importância de um bem para a nação. Ao mesmo tempo, as concepções difundidas pelo órgão também se cristalizaram na sociedade de uma forma geral, tendo em vista os poucos pedidos externos de tombamento e, mais importante, a argumentação utilizada por pessoas ou entidades fora do SPHAN seguiu sempre a mesma lógica argumentativa difundida pelo órgão.

Igreja de N. S. Conceição, Guarapari (ES). Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Entre os argumentos utilizados nos processos para justificar ou impedir o tombamento de um bem, em geral, tinham privilégios aqueles relativos à importância formal do bem, ou seja, à sua arquitetura, e os relacionados ao valor histórico, como é o caso do tombamento do Acervo Paisagístico de Porto Seguro na Bahia.[42] Em carta para o Ministro da Educação, Clóvis Salgado, o prefeito de Porto Seguro, Adelar Maria de Andrade, solicita a proteção para os bens de Porto Seguro, argumentando que o local seria o “berço da nacionalidade”, e que faria “parte do 1º. capítulo da história do Brasil, pois ostenta os brasões agalardoados da sacrossanta epopéia do ano de 1500”.[43]

Há casos, porém, em que fica bastante clara a preeminência do valor arquitetônico em detrimento do histórico, embora haja situações, como no processo de tombamento do Seminário de Olinda, em que o histórico se sobrepõe ao arquitetônico. Durante o processo, o arcebispo D. Miguel Valverde desaconselhava o tombamento, pois o “merecimento arquitetônico” do bem seria discutível pelas reformas que sofreu. Nesse caso, o parecer do técnico do SPHAN foi contrário ao do arcebispo e a favor do tombamento, pois:

> se o seu merecimento architectônico é discutível, não o é o seu valor histórico e o SPHAN não vela somente sobre a arte antiga; mas leva em consideração – e muito – o valor histórico dos edifícios.[44]

Assim, os argumentos que indicavam os critérios utilizados para a escolha dos bens giravam sempre em torno dos aspectos formais e das ligações do bem com episódios ou personalidades históricas, independentemente do grupo que os utilizasse.

IV - Considerações Finais: novas abordagens, novos caminhos

NOVAS ABORDAGENS

Um dos resultados esperados para este projeto foi o de agregar novos significados ao legado jesuítico tombado pelo IPHAN de modo a integrar esses bens entre si e também aos seus locais de origem.

Para isso, uma das etapas do projeto foi levantar o histórico de atuação do IPHAN em relação a esses bens. Nesta pesquisa, buscou-se identificar a lógica que tivesse permeado a atuação do Instituto durante todos esses anos. A análise das fontes priorizou o objetivo de caracterização da prática patrimonial em relação aos bens de origem jesuítica.

Ao longo da pesquisa no Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro e da leitura dos textos selecionados, percebeu-se que a “lógica” procurada não convergia com a idéia de patrimônio jesuítico so-

---

[42] Processo nº 800-T-68 (Igreja de São Benedito e Colégio dos Jesuítas). Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.

[43] Processo nº 800-T-68, volume 1, documento de 10/10/1957. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

[44] Parecer de Aníbal Fernandes de 20/04/1938. Processo nº 131-T-38 (Seminário de Olinda). Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

bre a qual partiu o projeto, qual seja, uma categoria que encerrasse unicidade de sentidos e características entre os bens por ela designados.

Os motivos que impulsionaram os tombamentos, o discurso argumentativo utilizado pela agência, bem como por pessoas fora dela e a produção escrita sobre esses bens, não condiziam com a noção de *patrimônio jesuítico* que se julgava estabelecida e estruturada quando se idealizou o projeto.

Esta foi, portanto, a primeira dificuldade. O pressuposto inicial foi de que *patrimônio jesuítico* seria uma categoria classificatória sob o ponto de vista da forma do bem material, mas também, de maneira mais ampla, uma categoria de análise de significado do bem. Isto quer dizer que podemos entender como patrimônio jesuítico, simplesmente o conjunto de bens materiais e, principalmente arquitetônicos, deixados pela Companhia no Brasil, ou podemos entendê-lo como parte de um legado mais amplo, que inclui vestígios em outros suportes como textos e peças teatrais, por exemplo, e que comporta significados que vão além das formas e estilos, mantendo uma ligação mais profunda entre seus elementos constitutivos.

Contudo, percebemos que não foi dessa maneira que os resquícios da presença dos jesuítas no Brasil foram entendidos pelo IPHAN. Como parte resultante de um movimento que pretendia (re) fundar uma origem brasileira, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desenvolveu uma representação do Brasil que foi construída ao longo das modificações culturais, políticas e sociais por que passava o país naquele momento, respondendo também às suas demandas. Mais especificamente, o movimento cultural modernista, que era adepto do novo e comprometido com a modernidade procurou na herança artístico-arquitetônica colonial, sua origem legítima.

Como os intelectuais e arquitetos modernistas tiveram presença marcante nos cargos-chave da agência, logo estaria feita a ligação entre a ação de preservação no Brasil e o objeto arquitetura do período colonial. Assim, os bens jesuíticos tiveram lugar de destaque na programação de ação do SPHAN, muito mais por seus valores de estilo, de arquitetura e ancianidade do que por outros motivos relativos à herança da presença jesuítica na formação da cultura e do povo brasileiro.

A categoria de *patrimônio jesuítico*, em discussão nesse texto, poderia ser ampliada se considerássemos outras dimensões da contribuição da Companhia de Jesus para a formação da sociedade brasileira, bem como sua influência na constituição e ocupação dos espaços nesta sociedade.

Ainda hoje, vigora a tentativa de imputar um modo de construir específico dos jesuítas no Brasil. Esses ensaios vêm mantendo a prioridade à interpretação estilístico-arquitetônica inaugurada por Lucio Costa em 1941. Mesmo que alguns trabalhos acadêmicos estejam trazendo influências de outras disciplinas, como da história, não se rompeu com o cânone da "arte jesuítica" e seu estilo construtivo com significado nele mesmo, ou seja, a "arte pela arte". A reificação de estilos artísticos ou arquitetônicos desconsidera aspectos sociais, políticos e econômicos que estiveram implicados no contexto histórico do surgimento desses bens e dos próprios "estilos" artísticos. Assim, categorias como *barroco* e *arquitetura jesuítica*, nos moldes elaborados por Lucio Costa, reduzem as possibilidades interpretativas e de representação, circunscrevendo-as apenas no universo das formas.

Partindo da idéia de patrimônio como um suporte de memória, então, não seria possível uma percepção ou leitura meramente estética, de sentido anacrônico, e que não abarcasse significados diversos, dando-se a ler somente por especialistas.

Desta forma, acredita-se que o conceito de *patrimônio jesuítico* deva integrar suas formas materiais como suportes de memória *histórica*, *cristã* e *jesuítica*, nesta ordem. Histórica e cristã porque fizeram parte do resultado de um programa definido no Concílio de Trento para dar conta das transformações ocorridas naquele momento; jesuítica porque esta foi a ordem religiosa que influenciou sobremaneira a nossa formação, estando presente desde a educação até a produção de gêneros na colônia. Assim, o específico da Companhia de Jesus estaria não somente nos significados empenhados no partido arquitetônico adotado, conforme estudos mais atuais demonstram, mas principalmente na maneira como a ordem encarava sua missão no além-mar, onde a atividade construtiva era uma entre várias outras de igual importância para a Ordem.

NOVOS CAMINHOS

A compreensão do legado da Companhia de Jesus no Brasil e sua tradução como patrimônio cultural brasileiro está relacionada à consideração das variáveis que concorreram para a criação da Ordem, seus fins, sua atuação e função no Novo Mundo e ainda as estratégias utilizadas pelos missionários para alcançar os objetivos.

A tarefa de transformar as novas terras conquistadas na América em parte do império católico cabia, seguramente, aos missionários das ordens religiosas, que trabalhavam para retirar os nativos do pecado em que viviam, por meio da catequese. A empresa colonizadora no Novo Mundo tinha, como se sabe, o duplo objetivo de colonizar e evangelizar.

O papel da Companhia de Jesus na conquista e colonização do Brasil foi decisivo. Os padres organizavam missões onde praticavam a catequese, o que facilitava a presença dos portugueses, viabilizando o povoamento e o domínio do território pela coroa ibérica. Além disso, o trabalho de catequese, tornou-se indispensável para a difusão do cristianismo. A Companhia de Jesus foi uma das maiores responsáveis pela conversão dos índios, tentando provar, ao longo dos séculos XVI e XVII, sua humanidade e seu pendor para a cristianização.

Um outro traço em comum neste processo de ocupação foram os estabelecimentos missionários em locais afastados dos núcleos urbanizados das capitanias. Com o objetivo de catequese, os religiosos chegavam ao interior do território e organizavam aldeamentos, que muitas vezes resultavam, tempos depois, em núcleos urbanos como vilas e cidades. Estas são as origens das atuais cidades como São Pedro D'Aldeia, no Rio de Janeiro, e a Vila do Icatu, no interior do Maranhão.

A atuação dos jesuítas na América portuguesa também se dava por meio de seus escritos. Vários foram os textos produzidos pelos inacianos sobre as terras, índios e lutas contra os inimigos da Coroa. O padre José de Anchieta, por exemplo, produziu desde a *Arte gramática da língua mais usada no Brasil*, publicado na cidade de Coimbra em 1595, até biografias de seus irmãos de ordem, além de compor textos dramáticos para índios e colonos (Cf. TELLES, 2004).

Os jesuítas também produziram relatos de batalhas e conquistas, como a *Jornada dos vassalos da coroa de Portugal* do padre Bartolomeu Guerreiro, publicada em 1625, ensaios historiográficos, como a *História da Companhia de Jesus na Vice-Província do Maranhão e Grão-Pará*, do padre José de Moraes, publicada em 1759, e ainda descrições e relatos como a *Relação da missão do Maranhão* do padre Luiz Figueira, publicada em 1608.

O interesse pelo legado jesuítico vem produzindo trabalhos interessantes no mínimo do ponto de vista teórico e metodológico. Uma produção historiográfica recente mantém contato com áreas exteriores à disciplina como a teoria literária, etnografia, teoria da linguagem etc, resultando em pesquisas, livros, artigos e teses que consideram a herança jesuítica em suas mais diversas manifestações.[45] Esses trabalhos trazem aspectos anteriores à produção jesuítica que incluem as guerras de religião na Europa, o contexto do Concílio de Trento, a utensilhagem interpretativa do Antigo Regime, entre outros, que constituem as condições de produção de qualquer manifestação, seja de ordem tangível ou não.

Acredita-se que esse viés seja mais fecundo para o estudo dos bens culturais de origem jesuítica, pois os incluem e circunscrevem em um ambiente mais amplo de possibilidades. Desta forma, os edifícios construídos pela Companhia no Brasil, deveriam ter tanta importância quanto uma carta ou uma poesia. A condição de produção sendo a mesma, os objetivos da ordem comuns e as concepções e visões de mundo também semelhantes, torna viável a idéia de que as diferentes manifestações jesuíticas estariam ligadas e sedimentadas por laço comum que as torna "irmãs".

A conquista e a colonização da América portuguesa faziam parte de um projeto cuja finalidade era converter e conduzir as almas ao corpo místico do Império, estendendo a fé cristã a todas as criaturas. A luta dos jesuítas no Novo Mundo era para libertar os índios da penúria em que se encontravam suas almas, corrompidas pelo mal. A tarefa desses religiosos foi a de construir a possibilidade da expansão do Império e isto se fazia tanto por meio da evangelização nas missões, pelas letras que, acima de tudo, pregavam a

---

[45] *Tal produção tem como principais expoentes os trabalhos de João Adolfo Hansen (1999), professor titular da Universidade de São Paulo onde atua na área de Letras, e Alcir Pécora (1994; 2001), professor livre-docente e diretor do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, onde leciona desde 1977.*

esperança de se concretizarem plenamente os objetivos católicos para o Novo Mundo, e por todos os meios de que dispusessem para tal.

A partir dessas considerações, acredita-se que a empresa da conquista esteja inserida em uma ordem teológico-política que assegura a legitimidade do empreendimento português através dos interesses da coroa e da fé, que são indissociáveis. A empresa da conquista é guiada por uma finalidade superior, que transcende sua dimensão prática e instrumental.

A análise da arquitetura praticada pelos inacianos na América portuguesa deveria privilegiar uma dupla abordagem: uma convencional, baseada nas considerações da categoria de gênero literário como representação de uma tradição formal particular, que não traz em si as impressões sentimentais ou determinações sociais de seus autores; e outra histórica, que inscreve essas produções dentro de um quadro de hábitos que as viabiliza. Tais abordagens têm como intenção observar as implicações hermenêuticas da análise formal de cada gênero produzido, bem como o caráter histórico de sua produção (PÉCORA, 2001).

Ao analisar as cartas jesuíticas produzidas no Brasil no século XVI, Alcir Pécora afirma que estas devem ser vistas como

> um mapa retórico em progresso da própria conversão. Isto significa afirmar que são produzidas como um instrumento decisivo para o êxito da ação missionária jesuítica, de tal modo que as determinações convencionais da tradição epistolográfica (...) sedimentam sentidos adequados aos roteiros plausíveis desse mapa. (...) as cartas não testemunham, nem significam nada que a sua própria tradição e dinâmica formal não possa acomodar (Ibid., p. 18).

Tomando como exemplo o trabalho citado de Alcir Pécora e considerando que os gêneros literários não são formas rígidas e que as práticas letradas não são imóveis, antes se movimentam em seus arranjos, podemos afirmar ser possível conhecer os procedimentos retóricos que balizavam os relatos e outros tipos de produção, podendo-se incluir a produção arquitetônica como igualmente identificável em seus preceitos balizadores. Tais premissas, que estão ligadas aos aspectos elencados na constituição das condições de produção, impediriam uma interpretação puramente formal dos vestígios jesuíticos.

As narrativas produzidas no século XVII, incluindo-se nesse rol, em alguma medida, a produção arquitetônica, podem ser entendidas como capazes de forjar uma memória baseada em símbolos que vão tornar fixos e uniformes estas lembranças inventadas, passíveis de serem transmitidas através das gerações. Esta memória, segundo Aleida Assmann, "fundamenta-se em narrativas que, à semelhança de mitos e lendas, têm uma estrutura própria e transportam uma mensagem clara". A memória de um grupo ou nação precisa ser "idealizada" por meio de uma reunião de símbolos como textos, monumentos e rituais (ASSMANN, 2003, p. 2-4). Desta maneira, criam-se lembranças que poderíamos chamar artificiais, pois podem ter sido construídas objetivamente, isto é, com intenção específica e não como um processo espontâneo. E esta memória, uma vez forjada, se fixa à identidade do grupo que a "inventou".

A relação entre a agência de proteção do patrimônio cultural no Brasil e os resquícios da presença jesuítica se deu marcadamente pela eleição de símbolos que contassem a história da nação e (re) fundassem seu mito de origem e pela influência do movimento modernista na figura de seus representantes. Essas duas vertentes fixaram o valor a ser atribuído aos bens culturais, baseados em uma visão não panorâmica dos objetos com os quais lidavam.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, José Antônio Andrade. *A quadra perfeita: um estudo sobre arquitetura rural jesuítica*. Rio de Janeiro: Madgráfica, 2000.

ASSMAN, Aleida. A gramática da memória coletiva. *Revista Humboldt*, München, ano 45, n. 86, p. 2-4, 2003.

BRANDÃO, Renato Pereira. A Espacialidade Missioneira Jesuítica no Brasil colonial. In: CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de (Coord.). *A forma e a imagem:* arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial. Rio de Janeiro: PUC / Curso de Especialização em História da Arte e da Arquitetura no Brasil. s.d. p. 147-180.

CAMPELLO, Glauco de Oliveira. *O brilho da simplicidade: dois ensaios sobre arquitetura religiosa no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de (Coord.). *A forma e a imagem:* arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, s.d.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória:* a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40). 1998. Tese (Doutorado em História) UFF. Niterói.

COSTA, Lucio. A Arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-103, 1941.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda:* os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 1996.

HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho:* Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NAJJAR, Rosana Pinhel Mendes. *Catequese em pedra e cal:* estudo arqueológico de uma igreja jesuítica (Nossa Senhora da Assunção – Anchieta / ES). 2001. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo. São Paulo.

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. *Espaço e estratégia:* considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Rio de Janeiro/ Uberlândia: José Olympio/ Prefeitura Municipal, 1988.

PAIVA, Francisco. Il Gesù: antecedentes dos projectos de Vignola e Della Porta para a igreja de Jesus em Roma e influência destes sobre a arquitectura jesuítica. Disponível em: www.bocc.ubi.pt.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001

______. *Teatro do sacramento:* a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. São Paulo/ Campinas: Ed. da Universidade de São Paulo/ Ed. da Unicamp, 1994.

PESSÔA, José. (Org.). *Lucio Costa*: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PROGRAMA DE ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO DO IPHAN. *Entorno dos bens tombados*. Pesquisa e texto Analucia Thompson e Lia Motta. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. (Caderno de Estudos dos PEP).

SANTOS, Paulo F. *Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil*. V Colóquio internacional de estudos Luso-Brasileiros. Coimbra, 1966.

TELLES, Isadora Travassos. *A "fundação escriturária" do Rio de Janeiro:* um estudo de caso do auto Na festa de São Lourenço (ca.1583) de José de Anchieta. 2004. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) Unicamp. Campinas.

Serafim Leite: A Companhia de Jesus, a Ocupação do Território e a Formação da Nacionalidade

Sérgio Barra
Historiador e Bolsista do PEP/IPHAN

O Padre Jesuíta Serafim Leite (1890-1969) publicou sua mais grandiosa obra sobre a história da ação da Companhia de Jesus na colonização do Brasil em 10 tomos entre 1938 e 1950.[1] No prefácio do primeiro tomo, o autor justifica a organização da sua obra da seguinte maneira:

> Na realização dum [sic] trabalho histórico, como este nosso, podem-se seguir três caminhos: o cronológico, o ideológico ou o geográfico. Seguimo-los todos três, segundo o desenvolvimento da narração o pedia. Como base, contudo, adotamos o cronológico, de século em século. (LEITE, 1938, tomo I, p. XVII)

Dessa forma, os dois primeiros tomos são dedicados à atividade missionária da Companhia no Brasil no século XVI. No Tomo Primeiro (denominado *O Estabelecimento*) o autor relata brevemente a história do fundador da Ordem, a sua fundação e as linhas gerais da sua atuação na colônia portuguesa da América, nos livros primeiro e segundo (*A Empresa do Brasil e Meios de Subsistência*). Enquanto nos outros três livros restantes, ele realiza um mapeamento geográfico da ação jesuítica naquele primeiro século de colonização (*A Caminho do Sul, Rio de Janeiro e Rumo ao Norte*), procurando descrever aquela ação em todas as capitanias percorridas por missionários jesuítas naquele século. Mesmo que naquele momento ainda aquela ação não se transformasse em um estabelecimento permanente. Enquanto o Tomo Segundo (*A Obra*) se dedica a aprofundar os princípios gerais da ação catequética jesuítica (*Catequese e Aldeamentos, Colonização, Ministérios, Regimento Interno da Companhia, Ciência, Letras e Artes*).

Esse mesmo padrão pode ser encontrado nos tomos de III a VII, que procuram dar conta da ação da Companhia nos séculos XVII e XVIII. Sendo os tomos de número III e IV dedicados à catequese da região *Norte* (que segundo a divisão administrativa da colônia abrangia desde o Ceará até o Amazonas), o Tomo Quinto à região da *Bahia ao Nordeste* (capitanias até o Rio Grande do Norte), o Tomo Sexto do *Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé* e o Tomo Sétimo a *Assuntos Gerais e Conclusão.* Os tomos dedicados à região *Norte* (II e IV) subdividem-se ainda, o primeiro (*Norte: Fundações e En-*

[1] Outros livros do autor: Páginas de História do Brasil (1937), Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária (1940), Novas Cartas Jesuíticas: De Nóbrega a Vieira (1940), Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil (1954), Cartas do Brasil e mais escritos (1955), Breve itinerário para uma biografia do P. Manuel da Nóbrega, fundador da província do Brasil e da cidade de São Paulo - 1517-1570 (1955), Novas Páginas de História do Brasil (1962), Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil: assistência de Portugal, 1549-1760 (1965).

tradas) a um mapeamento semelhante ao realizado no Tomo Primeiro, e o segundo (*Norte: A Obra e Assuntos Gerais*) às questões de fundo que permearam a ação dos jesuítas naquela região. Por fim, os tomos Oitavo e Nono são reservados a *Suplemento Bibliográfico*, e o Décimo ao *Índice Geral da Obra*.

Historiograficamente, a obra é enformada por uma concepção oitocentista de *história científica*. Na justificativa que o autor fornece para a realização da sua obra, no Prefácio, ele afirma que a história "*científica e completa*" da Companhia de Jesus era "obra ardentemente desejada há mais de um quarto de século." (Ibid., p. X). E ainda fornece as características que essa *história científica* tinha necessariamente que ter:

> A história científica é e há de ser sempre, as datas e os homens, com a sua múltipla atividade no tempo e no espaço. (...) Para nós, o historiador não pode ser um simples colecionador de fatos, a enfiar verbetes uns atrás dos outros – um erudito-repórter; nem um intérprete unilateral, olhando os sucessos apenas sob determinado aspecto. Muito menos pode ser um simples esteta. O rigor da história não se contenta com narrações literárias: exige a demonstração do que se afirma. (Ibid., p. XVI).

Dessa forma, o que se buscava nessa forma de conceber e escrever a História era passar a *história a limpo*, desfazendo erros e buscando estabelecer a verdade sobre os fatos com base em documentação arquivística: "A Verdade mata a ficção. A revisão das fontes históricas refaz as mentalidades. É preferível assim. O símbolo, bom ou mau, é sempre uma falsificação. E a história pretende ser, simplesmente, a Verdade." (Ibid., p. XVI). Esse desejo de passar a limpo a história da Companhia também está expresso textualmente no Prefácio da obra de Serafim Leite:

> (...) no século que historiamos nos dois primeiros volumes, tinham serpeado inexatidões sem conta, e faltava obra de conjunto que indicasse a sua fisionomia geral. É o que nos propomos fazer agora, com espírito mais sintético que analítico, para não afrouxar, com ramificações difusas ou ampliações morosas, um trabalho, por si mesmo, vasto. (Ibid., p. XIV).

Pensando-se nas características que ele via como necessárias a uma obra de *história científic*a, Serafim Leite deveria considerar não existir ninguém mais apropriado para cumprir tal tarefa do que ele mesmo. Uma vez que era, ele mesmo, um jesuíta português, e tendo passado a juventude no Brasil. Essa é também a sua justificativa para preferir escrever a história da Companhia na América Portuguesa em detrimento do Oriente Português. Afirma o autor que, tendo que escolher entre aquelas duas partes do Império Português, preferiu a primeira porque

> (...) amando entranhadamente o Brasil, onde passou, secular, os melhores anos da sua juventude, julgou que esse conhecimento direto lhe facilitaria a interpretação de certos pormenores da evolução do Brasil, ao passo que a sua qualidade de português o levaria a interpretar, igualmente com justiça, a atividade da sua Pátria na colonização do Brasil. (Ibid., p.XI).

Apesar de conceber a História como o estabelecimento da Verdade baseada em documentos, no Prefácio da sua obra Serafim Leite mostra ter uma clara consciência das influências do seu *lugar de fala*, sobre a obra que escreve, e da impossibilidade de uma escrita neutra: "Assim como um português aprecia a batalha de Aljubarrota de modo diferente dum espanhol; e um brasileiro a batalha de Guararapes, diferente dum holandês, assim um jesuíta aprecia os fatos da Companhia de modo diferente do seu adversário." (Ibid., p. XIII). Então, para assegurar a cientificidade da sua obra, o autor lança mão de valores cristãos e de uma visão etnocêntrica e evolucionista de Civilização:

> Partimos, porém, do princípio de que a civilização cristã é boa. Mesmo prescindindo do lado sobrenatural da questão, colocando-nos apenas no plano histórico das civilizações, cremos que a civilização representada pelos povos europeus, em particular o latino, é superior à dos Tupinambás ou fetichistas africanos. (Ibid., p. XIII).

Argumentos que, na visão do autor, provavelmente, serviam de justificativa a qualquer violência cometida contra a cultura dos indígenas convertidos. Tais valores vão nortear todo o seu discurso e seus argumentos. Dessa forma, o autor considera a ação catequética da Companhia de Jesus como uma ação de difusão da Civilização Cristã, não podendo deixar de reconhecer o valor daquela ação como uma arma da Reforma Católica e da Monarquia Portuguesa, aliada do papado:

> Em Portugal reinava D. João III. O grande monarca, recusando infiltrações anglo-saxônicas, salvou Portugal da Guerra Civil e manteve, nesta parte do Ocidente, as tradições intelectuais, morais, religiosas e estéticas, da raça latina. A Providência reservou à Companhia de Jesus a principal colaboração nesta obra de saneamento espiritual, sobretudo na vastidão do Império Português. (Ibid., p. X).

Serafim reconhece a existência de motivações econômicas e políticas na expansão ultramarina portuguesa, mas privilegia os interesses religiosos. Ele afirma que o serviço de Deus foi a idéia guiadora de D. João I na sua empresa: "Onde chegasse a proa dum [sic] navio português, podia aparecer ou não aparecer a espada, surgia com certeza a Cruz." (Ibid., p. IX).

Outra idéia norteadora do discurso de Serafim Leite é a de que a Companhia de Jesus teve uma participação fundamental na ocupação do território da colônia portuguesa da América, que para o autor, por um deslizamento discursivo, se confunde com a formação da nacionalidade brasileira: "convém saber que, de todas as missões dos Jesuítas Portugueses, a que teve efeitos mais perduráveis foi a do Novo Mundo. A sua obra confunde-se com a própria formação do Brasil." (Ibid., p. X). Dessa forma, para o autor, a história da Companhia de Jesus no Brasil seria "a História da conquista territorial da grande nação brasileira para a civilização cristã, pela Companhia de Jesus." (Ibid., p. 529). Nação que teria se formado ao longo dos três séculos de colonização portuguesa. Afirmação que encontramos na nota liminar do Tomo Décimo da sua obra:

> Ela [a sua obra] não é apenas história religiosa, mas contém elementos substanciais para diversos tipos de história, dentro da História do Brasil o da América Portuguesa, pois toda ela versa sobre os séculos XVI-XVII-XVIII, os tempos ásperos e gloriosos em que se formou a grande nação brasileira. (Op. cit., tomo X, p. IX).

Ao atrelar, no seu discurso, a *ocupação do território* que viria a constituir o Brasil com a *formação da nacionalidade brasileira*, território e nacionalidade brasileiras passam a ser encaradas pelo autor, mesmo que inconscientemente, como uma herança da colonização portuguesa. Ilmar R. de Mattos, em seu artigo *Construtores e Herdeiros*, chama a atenção para esse caráter de herança que reveste o território e o nome da nação fundada no início do século XIX, a partir do seu rompimento político com a metrópole.[2] Na construção dessa herança, o trabalho de catequese dos missionários da Companhia de Jesus desempenhou, sem dúvida, um papel importante como cimento na obra de arquitetura política da monarquia portuguesa que impediu a fragmentação da sua colônia em uma infinidade de repúblicas autônomas por ocasião da sua independência, a exemplo do que aconteceu com as colônias espanholas da América.

Efetivamente, porém, os jesuítas não constituíam, conscientemente ou não, intencionalmente ou não, com o seu trabalho de catequese, nacionalidade alguma. Nem brasileira, porque não eram brasileiros nem eles nem a colonização[3]; nem tampouco portuguesa, apesar do trabalho de catequese estar visceralmente ligado ao de colonização sob a bandeira de determinada monarquia. No século XVI, o trabalho de catequese está muito mais ligado à idéia de defesa do *orbis christianus* universal contra a ação de hereges (os protestantes) e de pagãos (os indígenas do Novo Mundo).[4] Com o objetivo de analisar como a mensagem religiosa atendeu aos objetivos da colonização, José Maria de Paiva acaba por reconhecer na catequização não uma força simplesmente aliada da colonização, mas uma força realmente integrada a todo o processo colonial. Segundo ele, "a universalidade do orbis christianus se viu ameaçada com a descoberta de regiões

---

[2] *Nessa ocasião, os construtores da nova nação eram ao mesmo tempo herdeiros daquela dupla herança. E essa herança, à qual ainda se juntavam o patronímico de brasileiros e a língua portuguesa, definiria os rumos daquela construção (MATTOS, 2005). A influência dessa herança se expressaria, no século XIX, na opção pela monarquia como organização política da nova nação; enquanto que na República, principalmente após 1930, iria alimentar o discurso que encontra no período colonial as raízes da nacionalidade brasileira, como forma de desqualificar o regime imperial e o neoclassicismo como importações européias.*

[3] *Não existindo a nação difícil seria existir a nacionalidade. Muitos autores são acordes em afirmar a existência do descompasso entre a formação da nação e a construção da nacionalidade no Brasil. A esse respeito, HOLANDA, 1965.*

[4] *Benedict Anderson mostrou como as grandes comunidades religiosas (tais como a cristandade) se opunham às nações modernas pela sua universalidade mas, ao mesmo tempo, eram as suas precursoras por se constituírem nas primeiras comunidades imaginadas. (Cf. ANDERSON, 1989).*

enormes, brutas, selvagens, cujas populações não falavam a língua cristã e não conheciam o Deus cristão" (PAIVA, 1982, p. 23). Era evidente, portanto, a necessidade da cristianização. A anexação dos novos territórios compreendia necessariamente o batismo de seus habitantes. Dessa forma:

> A empresa colonial não tem dois grandes objetivos, como se pretendeu, de colonizar e de evangelizar. A unidade do mundo, verdadeiro universo, fundada sobre a realidade de Deus, obrigava papas e príncipes à manutenção da fé e à luta pela sua implantação em territórios onde ela fosse renegada ou ainda desconhecida. Se permanecesse quebrada, pela infidelidade, a unidade, por-se-ia em risco o equilíbrio social, quando não o próprio equilíbrio cósmico. (Ibid., p. 27)

Vai perpassar toda a obra de Serafim Leite a idéia de que a ação de catequese da Companhia auxiliou a Coroa portuguesa na tarefa de ocupação e colonização do território da sua colônia americana, ajudando a *pacificar*, ou a *civilizar* para utilizar o termo mais comumente empregado pelo autor, os indígenas. Essa idéia aparece de forma clara nos tomos em que ele se dedica a fazer um mapeamento geográfico daquela ação, atribuindo grande importância a cada passo dos padres no território colonial, mesmo aqueles que não davam resultado imediato. Nesse sentido, ainda no Tomo Primeiro, temos o exemplo dos capítulos dedicados às capitanias *ao sul de S. Vicente e à Fundação da Missão do Paraguai*. Apesar de admitir que nenhuma dessas duas empresas teve caráter de ocupação permanente ainda no século XVI (ao qual se dedica o Tomo Primeiro, como já ficou dito), isso não impede que o autor passe aproximadamente 50 páginas discorrendo sobre as tentativas frustradas de instalação dos Jesuítas naquela área durante o primeiro século de colonização. A respeito das capitanias localizadas ao Sul de São Vicente, Serafim Leite adverte, logo no início do capítulo que os padres da Companhia

> Chegaram, no século XVI, até ao sul do Estado actual [sic] de Santa Catarina; de todas estas povoações, aquela onde haviam de ter com o tempo mais influência, foi Paranaguá, que possuiu Colégio e Seminário. Mas, no século XVI, só estiveram ali de passagem, como aliás em todas as demais vilas ao sul de S. Vicente. (Op. cit., tomo I, p. 315).

Sobre as missões do Paraguai, afirma o autor que "a idéia de fundar missão entre os Guaranis do Paraguai vem de 1551." (Ibid., p. 333). Talvez isso sirva de justificativa para o autor em sua decisão de tratar daquelas missões já no Tomo Primeiro de sua obra. Porém, ele ressalta que tal missão havia de fundar-se de fato apenas durante o período de União Ibérica (1580-1640), quando a reunião das duas coroas ibéricas numa única e mesma cabeça facilitou a tarefa. Segundo Leite: "A solução definitiva só veio em 1607, com a fundação da Província independente do Paraguai, ordenada já desde 1604 pelo Padre Geral Cláudio Acquaviva. A missão, porém, já tinha sido fundada desde 1588." (Ibid., p. 350).[5]

No extremo oposto, temos três exemplos onde a ação dos jesuítas teria sido fundamental para a colonização e ocupação do território: Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. O autor demonstra dar grande importância à ação dos jesuítas no Espírito Santo nesse primeiro século de colonização, como primeira capitania onde eles se instalaram, logo após Bahia e Porto Seguro. Tendo os primeiros missionários chegado à colônia em 1549, juntamente com o primeiro Governador Geral (Tomé de Sousa), já em 1551 encontravam-se no Espírito Santo o padre Afonso Braz e o irmão Simão Gonçalves. Serafim Leite ressalta o estado conflituoso em que a capitania se encontrava nos seus primeiros anos de colonização, devido às investidas

[5] *Sobre a organização administrativa da Companhia, explica Serafim Leite que ela estava dividida em Províncias e cada grupo de províncias, segundo critérios geográficos e lingüísticos, constituía uma Assistência. Diz ele que na Companhia antiga (provavelmente porque na sua época a divisão já devia ser outra) existiam seis assistências: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, França e Polônia. A Assistência de Portugal compreendia, além da Metrópole, a Província da Índia, que se desdobrou depois em duas, Goa e Malabar, o Japão, a Vice-Província da China, a Província do Brasil e a Vice-Província do Maranhão. Além disto, Missões em Angola, Moçambique e Etiópia. Os superiores de cada Província governavam todas as casas dela (colégios e residências) e cada casa tinha o seu superior, que nos colégios se chamava reitor (Ibid., p. 12). Explica ainda o autor que no século XVI, as propriedades dos jesuítas na colônia portuguesa da América dividiam-se em 3 grandes seções ou entidades jurídicas possuidoras de bens, correspondentes aos três colégios existentes: Salvador, Rio de Janeiro e Olinda. Dos quais dependiam as Aldeias e Residências mais próximas (Ibid., p. 109).*

de indígenas e piratas às povoações portuguesas: “a intranqüilidade, que reinava na capitania, era às vezes pior que a guerra declarada.” (Ibid., p. 211)

Segundo Leite, esse estado de perturbação constante levou a um pedido para que o Rei tomasse para si a administração daquela capitania. E que Mem de Sá teria afirmado que o faria apenas por amor dos Padres. O Padre Manuel da Nóbrega teria, por sua vez, afirmado que aquela capitania era “a melhor coisa depois do Rio de Janeiro.” (Ibid., p. 214) O fato é que, em 1552, quando o padre Nóbrega visitou Vitória juntamente com o Governador Geral, já teria encontrado o Colégio de Santiago, composto de “grande casa e igreja.” (Ibid., p. 221) Não existindo, durante algum tempo, outra igreja na vila da Vitória senão a dos Jesuítas. Apesar do autor denominá-lo de Colégio, o complexo jesuítico de Vitória era mais provavelmente uma *Residência*.[6] Sendo elevado a Colégio apenas em meados do século XVII (1654).

Mapa da “Expansão dos Jesuítas no Brasil” no século XVI, organizado por Serafim Leite. In: LEITE, 1938, tomo 1, 1938.

Além do estabelecimento de Vitória, diz o autor que “os autores modernos dão origem jesuítica, e com razão, às principais povoações da costa do Espírito Santo.” (Ibid., p. 229), provavelmente originárias de aldeamentos. Segundo ele, os primeiros aldeamentos jesuíticos do Espírito Santo datariam de, aproximadamente, 1555. Explica o autor que os aldeamentos daquela capitania formaram-se, quase sempre, a seguir a alguma entrada ao sertão. Segundo ele, “o Espírito Santo recebeu mais gente do sertão do que nenhuma outra capitania.” (Ibid., p. 214) Baseado em documentos da Companhia, Leite tenta dar conta dos aldeamentos existentes na capitania durante o século XVI:

> Nos catálogos, a primeira vez que se nos deparam Aldeias com residência fixa de Padres é em 1586. Fala-se apenas de duas: Nossa Senhora da Conceição e S. João. Três anos depois, em 1589, dá-se conta de uma terceira com o nome de S. Cristóvão (...). Nunca mais se fala de semelhante Aldeia, nesta Capitania. Achamos, porém, em 1598, uma nova Aldeia de Nossa Senhora da Assunção. (...) no último catálogo do século XVI, mencionam-se, no Espírito Santo, quatro grandes Aldeias com residência fixa: S. João, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Assunção, S. Inácio dos Reis Magos. No primeiro catálogo do século XVI (1606) [sic], surge-nos já nas mesmas condições a Aldeia de Nossa Senhora de Guaraparim. (Ibid., p. 229-230).

Além destas, Leite diz ter encontrado referências a existência do aldeamento de Itapemirim, em 1558. Mas deviam existir ainda outras. Baseando-se para isso na afirmação do padre Anchieta de que em 1581 eram dez as aldeias: “duas sob a administração imediata dos Padres, e mais oito.” (Ibid., p. 230), que deveriam ser aldeias de visita (sem residência) pois diz Anchieta, no mesmo documento, que “os padres vão

---

[6] *O autor afirma que “em 1571, estava a residência do Espírito Santo dependente do Colégio de Salvador” (Ibid., p. 223). Passando depois a ficar subordinada ao Colégio do Rio de Janeiro.*

visitá-las por mar, nem podem ir de outra maneira." (Ibid., p. 230) O que se conclui de certo é que entre o fim do século XVI e o início do XVII existiriam cinco aldeamentos na capitania: São João, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Assunção (Reritiba), Reis Magos e Nossa Senhora de Guaraparim. Diz Leite que em todos esses aldeamentos residiram os padres, ao menos por temporadas.

Apesar de não ser esse o objetivo principal do estabelecimento dos Aldeamentos[7], os índios catequizados desempenharam um papel fundamental na defesa da colônia contra as investidas de corsários de outras nacionalidades e os índios contrários, seus aliados.[8] No caso da defesa da capitania que estou tratando, afirma Leite que "os Índios do Espírito Santo prestavam bons serviços contra piratarias francesas e inglesas." (Ibid., p. 218). Diz o autor que "os franceses várias vezes vieram à Capitania do Espírito Santo." (Ibid., p. 218). Leite se refere a duas ocasiões: em 1558 e em 1581. Sobre a segunda, afirma o padre cronista: "Em 1581, tornaram os franceses ao Espírito Santo. (...) Os moradores, atemorizados, não acharam quem os defendesse senão quase só (...) os Índios das Aldeias jesuíticas." (Ibid., p. 219) Informa o autor ainda que também participaram os índios aldeados da defesa ao ataque do inglês Cavendish (não informa o ano). A participação dos índios nesses episódios teria sido tão fundamental que, afirma Leite, "o povo não se cansava de elogiar os Índios das Aldeias e de confessar que neles estava toda a sua defesa." (Ibid., p. 219)

Para Serafim Leite, a fundação de São Paulo de Piratininga é, fundamentalmente, uma empresa jesuítica. Segundo sua narrativa, a motivação principal para fundar-se o Colégio de Piratininga foi a constatação do Padre Manuel da Nóbrega, responsável pelo Colégio de São Vicente, primeiro estabelecimento jesuíta na capitania do mesmo nome, de que "os pais dos meninos que freqüentavam o colégio [de São Vicente] viviam quase todos no interior e iam e vinham ver os filhos." (Ibid., p. 269) Segundo Leite, atravessando a serra e indo ver o Campo, Nóbrega "ficou maravilhado com o que viu, regiões prósperas para a criação de gado e todo o gênero de cultivos." (Ibid., p. 269) A essas motivações, que Leite denomina de caráter econômico e topográfico, para fundar-se um Colégio no Campo, veio unir-se um terceiro. Segundo o autor: "Nóbrega compreendera que a convivência dos estudantes e noviços com os colonos de S. Vicente prejudicava a sua formação moral e religiosa." (Ibid., p. 269-270) Dessa forma, conclui Leite que, ao estabelecerem-se em Piratininga, os jesuítas tinham apenas em vista "ensinar os meninos, e preparar, cômoda, econômica e pacificamente, nos próprios locais, os futuros apóstolos da catequese e civilização brasileira." (Ibid., p. 275).[9]

Segundo o autor, em pouco tempo São Paulo de Piratininga prevaleceu como centro das povoações fundadas no *Campo* na mesma época (Maniçoba, Geribatiba e Iberapuera). Por uma espécie de *destino manifesto*, para Serafim Leite, o Colégio de São Paulo, por sua posição geográfica, estava destinado a desempenhar um papel fundamental na ocupação do território da colônia: "(...) abrindo um mapa da América do Sul, vê-se que o Tietê pertence a grande bacia do Rio da Prata. A povoação, que fundavam agora os jesuítas nas suas margens, seria o centro mais importante da expansão territorial do Brasil." (Ibid., p. 270) Informa o autor que, de 1562 em diante, ficou a residência de S. Vicente apenas com o título nominal de Colégio, tornando-se o de Piratininga, senão o único, pelo menos o mais importante da Capitania, pelo número de alunos indígenas e colonos.[10] Diz Leite que Nóbrega "pensava então que o Colégio principal da Companhia havia de ser na capitania de S. Vicente." (Ibid., p. 272) A partir de 1567, com a expulsão dos franceses e a pacificação dos índios no Rio de Janeiro, o visitador Inácio de Azevedo, ordenou que o Colégio da região sul teria sua sede na baía da Guanabara. Nem por isso, afirma o autor, "deixou de haver sempre escola de ler, escrever e contar em Piratininga, que subiria de novo a Colégio, mas já no século seguinte [XVII]." (Ibid., p. 301) Serafim Leite sintetiza a importância do Colégio de São Paulo em sentença que ressalta a indissociabilidade entre os interesses da catequese e os da colonização: "O Colégio de Piratininga foi, na Capitania de São Vicente, o grande núcleo fixador, formando-se à sua roda, uma série de Aldeias, que vie-

---

[7] "Reduções eram aldeamentos controlados por padres jesuítas com a finalidade de desenvolver o trabalho de disseminação de hábitos e de costumes europeus e a catequese. A redução era uma forma de retirar os índios de seu convívio comum e natural entre os nativos e lhes dar a oportunidade de se transformarem em bons cristãos" (BARBOSA, 2006).

[8] *John Manuel Monteiro explica como os colonizadores europeus, no ato mesmo de travar amizade com as tribos que ocupavam aquele espaço que se queria colonizar, se inseriam nos conflitos inter-tribais pré-existentes à sua chegada, ganhando, ao mesmo tempo, aliados e inimigos (os chamados índios contrários). (Cf. MONTEIRO, 1994)*

[9] Nessa passagem aparece, mais uma vez, o deslizamento discursivo do autor que associa a ocupação do território colonial à formação da nacionalidade brasileira

ram a ser mais tarde a melhor defesa de S. Paulo." (Ibid., p. 301)

Com relação ao processo de conquista e colonização do Rio de Janeiro, afirma Serafim Leite que "a parte que coube aos Jesuítas foi grande." (Ibid., p. 388)[11] O autor narra as guerras pela conquista da baía da Guanabara entre portugueses e franceses, e seus respectivos aliados indígenas, dando ênfase ao papel desempenhado pelos padres da Companhia, em especial o Padre Manuel da Nóbrega. Segundo Leite, a intervenção dos padres da Companhia nesse contexto teria ocorrido de três maneiras diferentes:

> umas vezes, acompanhavam as expedições organizadas contra os tamoios; outras, dividiam os inimigos conseguindo pazes com uma parte deles; outras ainda, impunham e ajudavam, com a sua influência decisiva, a conquista final do Rio de Janeiro. Nóbrega foi a alma de todo esse movimento. (Ibid., p. 365)

Segundo a narrativa do autor, a participação dos padres da Companhia, em especial o Padre Nóbrega teria sido fundamental nas lutas contra os Tamoios, aliados dos franceses, não só pelas constantes pregações e incentivos aos portugueses na luta, mas também pela sua participação em episódios como o da Paz de Iperoig. Leite, para ressaltar a importância desse acontecimento, e justificar a participação dos padres na guerra de conquista, procura dar uma idéia do perigo que os Tamoios então representavam para a colonização:

> Os Tamoios já se tinham confederado contra os Portugueses, espicaçados pelos Franceses hereges, de quem recebiam ferramentas, espadas e arcabuzes. A vida dos colonos tornava-se quase impossível em S. Vicente, que pensavam em despovoar, indo para terras mais seguras. Aliás, aquela efervescência impossibilitava a catequese. A intervenção da heresia justificava o contra-ataque dos Padres. (Ibid., p. 367)

O plano de Nóbrega era conseguir celebrar pazes com uma parte dos Tamoios, fazendo-os lutar ao lado dos portugueses e seus aliados, e enfraquecendo os Tamoios e os franceses. Para consegui-lo, Nóbrega

---

[10] *Notório instrumento de inculcação de valores, a fundação de colégios era, por um lado, uma forma de catequizar as crianças (filhos de colonos, de índios e meninos-órfãos) que, pelo seu exemplo, deveriam atrair os pais para a igreja. Como explica Serafim Leite, a instrução era um meio de catequese: "O fim, com que os Jesuítas foram ao Brasil, foi a catequese. Assegurar, portanto, a sua eficácia e continuidade constituía a sua preocupação fundamental. Catequizar adultos? Sem dúvida. Mas era mais fácil e de resultados mais seguros conquistar e formar crianças. Com elas preparavam os homens do futuro e que, já no presente, evangelizariam os pais ou, pelo menos, captar-lhes-iam as simpatias. A instrução foi o meio" (Ibid., p. 31). E, por outro, de formar novos padres para continuar a missão no Novo Mundo: "Era preciso preparar o terreno para que a colônia se bastasse a si própria, e em si mesmo se formassem os futuros missionários e apóstolos". (Ibid., p. 32). Como explica Rosana Najjar, a função dos Colégios ultrapassava em muito a exclusivamente pedagógica. O colégio era o pólo centralizador das atividades político-administrativas de uma região e se constituíam como instância superior regional frente aos aldeamentos, que ficavam sob sua responsabilidade. Os aldeamentos possuíam Residências, que permitiam a fixação dos padres. Além disso, os Colégios, diferentemente das Residências, recebiam auxílio financeiro da Coroa e, com o tempo, tornavam-se auto-suficientes. Em um Colégio, além das atividades inerentes à administração de uma determinada região, eram desenvolvidos todos os afazeres existentes numa Residência. Como explica Serafim Leite: "A distinção fundamental, entre colégio e casa, que não o seja, é pois de caráter econômico; terá outra distinção ainda no que toca a estudos; os colégios terão alunos de casa e de fora e estudos secundários e superiores. As casas, só escolas elementares para os de fora – como complemento da catequese." (Ibid., p. 109) Note-se que o termo "casa" aqui tem o significado de Residência, seguindo a denominação dada por Rosana Najjar. Arquitetonicamente, as Residências diferenciavam-se dos Colégios por serem complexos arquitetônicos menores, com plantas mais simples e estarem localizadas em aldeias jesuíticas ou particulares. Enquanto o partido arquitetônico adotado para os colégios tinha dimensões maiores e plantas mais complexas. Segundo Najjar, "tal diferenciação se deveria ao fato dos colégios serem hierarquicamente superiores às residências, sendo implantados em centros urbanos politicamente importantes" (NAJJAR, 2001, p. 171). Explica ainda aquela autora que qualquer Residência poderia, potencialmente, transformar-se em Colégio. Para tal, seria necessário que a aldeia onde ela estivesse inserida alcançasse prestígio regional.*

[11] *A capitania do Rio de Janeiro é a única a merecer um livro inteiro só para ela no Tomo I (o Livro Quarto, com 4 capítulos e 75 páginas). No Tomo VI, quando trata dos acontecimentos nas capitanias do Sul nos séculos XVII e XVIII, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo receberão um livro cada.*

e o ainda então irmão José de Anchieta, oferecer-se-iam como reféns vivendo entre eles até a celebração das pazes. O que de fato conseguiram. E o êxito, Leite confere totalmente a Nóbrega:

> (...) as pazes fizeram-se na igreja de Itanhaém, em que Tupis e Tamoios se abraçaram. As pazes com os do Campo realizaram-se na igreja do Colégio de S. Paulo, onde se juntaram mais de 300 Tamoios, vindos do Rio Paraíba, com um chefe que conhecera os padres em Iperoig. (...) A ambos os atos esteve presente Nóbrega, como quem dispusera tudo para esse resultado, que afinal era o seu próprio triunfo. (Ibid., p. 373).

Porém, essas pazes não foram tão duradouras, definitivas ou importantes para o processo de conquista da Baía de Guanabara quanto se esperava, ou quanto pretende nos fazer crer Serafim Leite. Como narra o próprio autor, os Tamoios continuavam a atacar povoações de portugueses depois de celebradas as pazes: "A experiência de Iperoig mostrava-lhes que os Tamoios, instigados pelos franceses do Rio e Cabo Frio, queriam a guerra. Anchieta conta as terríveis depredações que os Tamoios iam fazer em S. Vicente, depois das pazes." (Ibid., p. 381-382)

Os Jesuítas teriam tido também importância fundamental na tomada dos redutos franceses na Ilha de Villegaignon e no continente, arregimentando índios dos aldeamentos do Espírito Santo e de Piratininga.[12] No ataque à fortificação francesa na Ilha, em 1565, a participação dos jesuítas não teria sido importante apenas pelo contingente indígena que eles conseguiram arregimentar, mas também pelos seus conselhos. A narrativa de Leite nos faz crer que os Padres da Companhia, em especial Nóbrega, gozavam de reputação tamanha entre os colonos que os seus conselhos eram escutados até mesmo em matéria de guerra:

> O papel dos jesuítas na tomada da Ilha de Villegaignon, além do socorro de índios das suas diversas catequeses, esteve sobretudo na atitude de Nóbrega, que viera na armada. Os capitães, vendo as disposições topográficas da Ilha, fortificada à Européia, e os meios reduzidos de que dispunham, estavam irresolutos. O Governador, com o apoio de Nóbrega, conseguiu dobrar as opiniões contrárias. (Ibid., p. 377-378).

Vindo Estácio de Sá dar combate aos franceses, em 1567, Nóbrega continua assumindo um papel principal de conselheiro de guerra, no processo de conquista. Diz Leite que "Men de Sá encomendou ao sobrinho que não arriscasse nada, sem ouvir primeiro o P. Nóbrega." (Ibid., p. 382). O julgamento final do autor não faz nada menos do que atribuir ao Padre Manuel da Nóbrega não um papel importante na conquista do Rio de Janeiro, mas o papel principal:

> Manuel da Nóbrega, (...) antes e durante a conquista atendeu com energia e providência de chefe, para que nada faltasse aos combatentes e se mantivesse bem desperta a coragem e confiança geral no triunfo definitivo. Nóbrega foi o verdadeiro animador da gloriosa empresa. (Ibid., p. 389)

Antes, durante e depois da conquista, se poderia dizer. Pois afirma Serafim Leite que os jesuítas não trabalharam menos pela conservação do Rio de Janeiro do que fizeram para a sua conquista. Citando o episódio do aparecimento de três naus francesas no Rio de Janeiro em 1581, ele afirma que estando ausente da cidade o governador Salvador Correia de Sá e "quase todos os homens válidos" (Ibid., p. 395), ocupados em guerra com o gentio, "foram os padres que em grande parte organizaram a defesa." (Ibid., p. 395) Em 1585, tendo-se sublevado os índios do interior, foram os próprios padres que foram enviados para acalmá-los e, diz Leite que o Padre que lá foi "não só pacificou os índios, mas desceram com ele 600 para se catequizarem." (Ibid., p. 395)

---

[12] "*Na Baía, abasteceu-se a armada de gente de guerra, concorrendo as Aldeias dos Padres com o maior contingente; no Espírito Santo, entraram também os Tememinós. (...) Os de S. Vicente enviaram um bergantim artilhado, com algumas canoas de guerra, onde iam mamelucos e Índios da costa e de Piratininga". (Ibid., p. 377)*

[13] *Leite cita o memorialista do século XIX Moreira de Azevedo que afirma que "depois da perseguição no século XVIII, o Marquês do Lavradio elevou a Aldeia de São Barnabé a vila, com o nome de Vila Nova de S. José de El-Rei". Segundo Leite, esta vila ficou a ser conhecida pelo nome abreviado de Vila Nova. (Ibid., p. 434)*

Também na conquista e colonização da capitania do Rio de Janeiro, teve grande importância o estabelecimento de aldeamentos. Explica Serafim Leite que os aldeamentos da capitania do Rio de Janeiro se originaram com os indígenas que tinham vindo participar das guerras contra os franceses: "Os índios que vieram de Piratininga à guerra do Rio de Janeiro, voltaram quase todos para suas terras. Dos que vieram do Espírito Santo ficou a maior parte. Tal foi o primeiro núcleo das Aldeias do Rio." (Ibid., p. 423) Leite se refere à existência de dois aldeamentos na capitania do Rio de Janeiro durante o século XVI: São Lourenço e São Barnabé. No primeiro, informa o autor, os padres já tinham residência fixa em 1583. Desse aldeamento originou-se a atual cidade de Niterói. O segundo teria origem numa doação de terras feitas em agosto de 1579, e também teria dado origem a uma cidade.[13] Afirma Serafim Leite que, no último quartel do século XVI tinham ambas 3000 índios já cristãos (Tomo I, p. 436). Além de ajudarem a ocupar a terra e rechaçar ataques, os índios dos aldeamentos jesuíticos ajudavam a obra de colonização com a força da sua mão-de-obra. Como diz Leite:

> Em tempo de paz, os Índios davam para as obras públicas o concurso dos seus braços, construindo fortificações e trincheiras. (...) Segundo Fausto de Sousa, os Fortes de Nª Senhora da Guia e de S. Teodósio obrigaram com o seu fogo, em 1599, a retroceder a armada do almirante holandês Olivier van Noort. E, segundo ele, o Forte de Nª Sª da Guia chamou-se depois Santa Cruz, e o Forte de S. Teodósio era um dos quatro redutos que vieram a constituir a fortaleza de S. João da Barra. Neles trabalharam os Índios das Aldeias Jesuíticas." (Ibid., p. 436).

De onde pode-se concluir, ao menos, que se os padres jesuítas tiveram uma participação fundamental na ocupação do território da colônia portuguesa da América, na sua colonização e na sua defesa, não o fizeram sozinhos. A aliança com os indígenas, da qual eles foram os principais artífices, foi fundamental para que não naufragasse a empresa colonial da Monarquia Portuguesa. Não obstante, os discursos que ressaltam a importância da ação catequética da Companhia de Jesus nos processos de ocupação do *território* e da *formação da nacionalidade brasileira*, atrelando esses dois aspectos que, ressalte-se mais uma vez, não são uma decorrência natural um do outro, como o de Serafim Leite, reserva aos indígenas um papel subordinado nesse processo. Ou como o inimigo a ser vencido, juntamente com franceses e ingleses, ou àquele a quem compelia fazer *entrar* na civilização para que fosse autorizado a viver nesse *território* e nessa nação.

Luiz Felipe Baeta Neves identificava, em 1974, a permanência e a dominância de uma determinada ideologia relativa ao indígena, que teve sua "modernidade" assegurada por uma *ausência de estudos críticos* acerca da ação jesuítica na colônia. Um *silêncio* que é, na verdade, uma repetição da fala e da ação dos religiosos. Ele considera o trabalho de Serafim Leite uma intervenção poderosa que, pela repetição, forneceu aos apologistas vulgares da atuação da Companhia uma corroboração "moderna" e "científica" que somaram às suas justificativas "tradicionais" e "religiosas". Porém, como afirma o autor:

> Se seus livros e artigos são um alimento generoso para a manutenção que denunciamos, devem servir para a produção de sua própria crítica e, assim, para a construção de conceitos capazes de compreender as relações da sociedade colonizadora com as sociedades com que aqui se depararam. (1974, p. 4)

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BARBOSA, Ivan Martins. A Magia nas Reduções Jesuíticas no Brasil Colonial. *Último Andar*, São Paulo, n. 14, p. 21-39, jun. 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Herança Colonial – Sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, O Brasil monárquico, v. 1. São Paulo: DIFEL, 1965.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/ Rio de Janeiro: Livraria Portugália/ Civilização Brasileira, 1938.

______. *Páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

______. *Luiz Figueira*: a sua vida heróica e a sua obra literária. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.

______. *Novas Cartas Jesuíticas*: De Nóbrega a Vieira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

______. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil.* São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1952.

______. *Cartas do Brasil e mais escritos*. Coimbra: Acta Universitatis Coninbrigencis, 1955.

______. *Breve itinerário para uma biografia do P. Manuel da Nóbrega, fundador da província do Brasil e da Cidade de São Paulo* - 1517-1570. Lisboa: Edições Brotéria, 1955.

______. *Novas Páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

______. S*uma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil*: Assistência de Portugal, 1549-1760. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e Herdeiros. *Almanack Brasiliense*, n. 1, 2005.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra:* índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NAJJAR, Rosana Pinhel Mendes. *Catequese em Pedra e Cal:* estudo arqueológico de uma igreja jesuítica (Nossa Senhora da Assunção – Anchieta/ES). 2001. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo. São Paulo.

NEVES, Luiz Felipe Baeta. *Combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*. 1974. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

PAIVA, José Maria de. *Colonização e Catequese, 1549-1600*. São Paulo: Cortez, 1982.

O Jesuíta na Moderna Historiografia Brasileira

Luciano dos Santos Teixeira
Historiador da Copedoc/IPHAN

Introdução

Desde o célebre programa de estudo da História do Brasil, formulado pioneiramente por Von Martius em 1847[1], e no qual a História do Brasil era vista como a biografia do Estado-nação, os jesuítas têm sido encarados como co-partícipes da fundação desse Estado. Seja pelo viés da educação - nos colégios e missões jesuíticas -, seja pela constituição das fronteiras nacionais (nosso *Oeste mítico*), em constante conflito com índios, colonos e bandeirantes, a Companhia de Jesus permaneceu como elemento chave do processo de formação colonial no Brasil. Tal preeminência se materializou em um silêncio sobre a ação jesuítica na colônia. Silêncio revelado no escasso questionamento bibliográfico a respeito do tema e que, tacitamente, reproduz um tipo de relato histórico de *fundação nacional*, no qual são imprescindíveis os *mitos e heróis*.

Mas, como nos diz Baeta Neves (1978, p. 16-17), esse *silêncio*, na verdade, oculta um *ruído estrondoso*: a não discussão, o não questionamento da participação jesuítica em nossa história espelha juízos tácitos e, portanto, irrefletidos, sobre essa participação. O silêncio e a apologia se encontram na narrativa de nossas *origens*, como faces da mesma moeda.

Nesse contexto, recuperar a presença jesuítica no Brasil, a partir da leitura de algumas obras consideradas fundadoras (ou mesmo, *re-fundadoras*) da História brasileira, mais que um exercício historiográfico, implica o rompimento com esse silêncio, revelando seus mecanismos ocultos de perpetuação de uma auto-imagem da identidade nacional tranqüilizadora e contínua, recuperando a contribuição daqueles que ousaram propor novas interpretações, em suma, *re-significando* essa presença. Além disso, também nos permite refletir sobre as diferentes modalidades pelas quais podemos discutir o legado dos jesuítas, sua relevância histórica e possível atualidade.

Renovação Historiográfica

Nesse trabalho de reconstrução crítica, focalizaremos aquela que tem sido considerada uma época de redefinições do pensar histórico no Brasil e do próprio *pensar o Brasil*: a década de 1930. Época de redefinições político-culturais mais amplas, do assim chamado *segundo tempo modernista*[2], dos *modernistas na repartição*

---

[1] Sobre os marcos referenciais da concepção de História predominante no IHGB, vide o importante artigo de Manoel Luís Salgado Guimarães (1988).

[2] Sobre a periodização do modernismo brasileiro, enfatizando-se as profundas transformações ocorridas dentro das concepções culturais dos principais autores modernistas, especialmente em Mário de Andrade, ver

(CAVALCANTI, 1994)[3], transformando e traduzindo seu esforço renovador em políticas públicas muitas vezes inovadoras. Época em que se constituíram novos saberes e novas práticas culturais: criação das Universidades de São Paulo e do Brasil (no Rio de Janeiro), estruturação do MEC e do SPHAN, já em pleno período estadonovista etc.

Época que viu despontarem também novas interpretações sobre a história do Brasil, com a adoção de novos arsenais teórico-metodológicos, renovando as concepções historiográficas vigentes. Dessas interpretações, selecionamos três entre as mais representativas, mesmo que reconhecendo o caráter algo arbitrário desse recorte. Entretanto, por serem obras de referência, hoje consagradas como marcos de um novo olhar sobre nossa história, acreditamos que elas possam nos ajudar a reavaliar o papel e o lugar dos jesuítas no Brasil: *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, de 1933; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, de 1936 e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., de 1942 - esta última, embora localizada em outra década, foi concebida na mesma ordem de idéias e preocupações das duas anteriores[4].

Três obras, três visões, três narrativas que compõem o chamado *redescobrimento do Brasil.* Sem desconsiderar o efeito de conjunto, analisaremos individualmente cada uma delas, procurando identificar o modo pelo qual discutem a ação jesuítica e seu lugar na história brasileira.

O Jesuíta e a Formação Patriarcal do Brasil em Gilberto Freyre

"A casa-grande venceu no Brasil a igreja..." (FREYRE, 2005, p. 38). Esta afirmação sintetiza muito da visão freyreana sobre o papel do jesuíta na colonização do Brasil. Dizemos *muito*, porque é difícil e mesmo ilusório querer reduzir toda a complexidade e volubilidade das suas interpretações sociológicas a um único ponto de vista. Ainda assim, cremos ser possível delinear, *grosso modo*, a maneira pela qual Gilberto Freyre concebia a ação jesuítica na América portuguesa.

Tentemos, a princípio, destrinchar aquela observação lapidar: a casa-grande (o latifúndio) venceu no Brasil a igreja (a instituição católica). Uma vitória, porém, que não eliminou, antes englobou, o vencido. A casa-grande se tornou um centro econômico, social, político e religioso. O catolicismo foi incorporado à vida na colônia por intermédio da casa-grande. Essa, por sua vez, tornou-se o centro de todos os aspectos da vida colonial.

Em contraposição, o jesuíta representava a tentativa de se impor à colônia uma nova forma de vida, isolando o indígena de seu meio social de origem e transportando-o para aldeias, colégios e missões, dentro dos quais seria possível moldá-lo, catequizando-o e elevando-o da barbárie para a civilização. Diferentemente do colono português, que ao interagir com o novo meio – físico, social e étnico -, colaborou na formação de uma sociedade *híbrida*, através de um "sistema de plástica contemporização" (Ibid., p. 35) entre tendências contrárias. Adaptando-se e adaptando os elementos autóctones, o colono português lançou os fundamentos de uma nova civilização, fundada no "sistema patriarcal", que torna a família o centro da vida social e produtiva da colônia.[5]

Os jesuítas, de atividade "às vezes, hostil ao familismo" (Ibid., p. 81), apresentam-se, assim, como uma força concorrente ao patriarcalismo dominante. "Em oposição aos interesses da sociedade colonial, queriam os padres fundar no Brasil uma santa república de 'índios domesticados para Jesus' como os do Paraguai"

---

a tese de doutoramento de Eduardo Jardim de Moraes (1983). Para um resumo de suas posições, ver MORAES, 1988.

[3] Para uma visão mais ampla e crítica da participação desses intelectuais durante as décadas de 1930 e 1945, MICELI, 1979; e PECAULT, 1990.

[4] A definição dessas obras como referenciais segue a sugestão proposta por Antônio Cândido no seu célebre "Prefácio" à edição de 1967 de *Raízes do Brasil.* A montagem desse "cânone" dos chamados intérpretes do Brasil seria mais tarde sistematizada por MOTA, 1994, "Introdução", p. 17-51. Para outra abordagem destas obras e das múltiplas interpretações do Brasil surgidas ao longo do tempo, cf. REIS, 2006.

[5] "A família, não o indivíduo nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVII o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar" (Ibid., p. 81).

(Ibid., p. 85). A família de tipo patriarcal configurou os rumos do processo de colonização portuguesa na América, dando-lhe seus aspectos *sui generis*, que contradiziam as ordenações "teocráticas" da Companhia de Jesus.

A vitória da casa-grande marca, talvez, a primeira grande diferenciação que irá separar a colonização portuguesa da espanhola – esta, permeada pela ação "dissolvente" e "imperialista" dos jesuítas. Vitória que, ademais, garantirá a formação da "primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com característicos nacionais e qualidades de permanência" (Ibid., p. 73).

Dessa maneira, em seu processo de redescoberta do Brasil, Freyre fundou na *hibridização* e na *contemporização*, ambas qualidades *plásticas*, uma nova narrativa sobre o Brasil, na qual o jesuíta aparecerá como elemento vencido, mas não eliminado, apenas assimilado pelo patriarcalismo vitorioso. Narrativa que não elidia os seus aspectos contraditórios, mas os incorporava como momentos determinados e datados de nossa formação. Derrotados, dentro da lógica argumentativa do "equilíbrio dos contrários" (Cf. ARAÚJO, 1994), os jesuítas asseguraram seu *lugar* próprio, como um momento necessário para a formação da sociedade brasileira. Mas qual seria exatamente esse *lugar*?

Em primeiro, esse *lugar* tem seu tempo: "Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho" (FREYRE, op. cit., p. 38). Afirmativa que pressupõe, em dado tempo, a disputa entre senhores de engenho e padres jesuítas pelo domínio da colônia, até a derrota destes últimos. Portanto, o papel reservado ao jesuíta estava circunscrito a esse período de lutas pela consciência de colonos e indígenas.

Papel restrito, mas decisivo: os jesuítas,

> Pela influência de seu sistema uniforme de educação e moral sobre o organismo ainda tão mole, plástico, quase sem ossos, como o da nossa sociedade colonial nos séculos XVI e XVII, contribuíram para articular como educadores o que eles próprios dispersavam como catequistas e missionários. (Ibid., p. 90)

Desse caráter contraditório, ao mesmo tempo unificador e dispersador, da ação jesuítica, resultará um *lugar híbrid*o, no qual convivia a *articulação* de uma formação nacional e a *desarticulação* das sociedades indígenas tradicionais. "O missionário tem sido o grande destruidor de culturas não européias, do século XVI ao atual; sua ação mais dissolvente que a do leigo" (Ibid., p. 178), sentenciou Gilberto Freyre.

Onde o colono, estabelecido na colônia, *hibridiza-se*, mistura-se, contemporiza, compõe, o jesuíta isola, segrega, impõe, contraria. Do legado jesuítico, restou sua mais importante contribuição: a "civilização dos indígenas do Brasil", obra "quase exclusiva" dos padres da Companhia, ainda que *artificial* e *superficial* (Ibid., p. 219). Particularmente sagazes em seus propósitos de evangelização, os "soldados de Cristo" concentraram sua atividade missionária no *culumin* – o menino indígena. Envidando seus esforços maiores nesse trabalho de catequização, lograram "a conservação, tanto quanto possível, da raça indígena sem a preservação de sua cultura" (Ibid., p. 219).

Desse processo resultou a criação da língua geral, o tupi-guarani:

> O instrumento mais poderoso de intercomunicação entre as duas culturas: a do invasor e o da raça conquistada. Não só de intercomunicação moral como comercial e material. Língua que seria, com toda a sua artificialidade, uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil (Ibid., p. 219).

Educando a criança, através dela lançando raízes culturais para a tarefa da cristianização do Novo Mundo, o jesuíta terá também sua contribuição na construção da civilização híbrida do futuro. O igualitarismo jesuítico, expresso no tratamento idêntico dado aos índios e portugueses dentro do mesmo espaço, ainda que *artificial* – isto é, contrário ao ritmo *natural* da vida colonial, marcada por relações de hierarquia e dominação – colaborará na constituição da sociedade luso-brasileira.

Terá sido assim a vida no colégio dos padres um processo de co-educação das duas raças – a conquistadora e a conquistada: um processo de reciprocidade cultural entre os filhos da terra e meninos do reino (Ibid., p. 224).

Essa assimilação da *artificialidade* jesuítica à *naturalidade* da vida na colônia, de *co-educação*, como ficou bem frisado, somente foi possível na medida em que o *imperialismo religioso* se deixou amolecer no trato com a vida colonial. Contemporizando a sua rígida moral com as permissões morais concedidas pela necessidade de se povoar o novo território, o catolicismo, na sua matriz jesuítica, tornou-se, também ele,

híbrido. Apropriando-se das crenças religiosas indígenas e africanas pra melhor incutir sua própria visão de mundo à mentalidade colonial, o jesuíta *amaciou* sua expressão catequista:

> O próprio sistema jesuítico – talvez a mais eficiente força de europeização técnica e de cultura moral e intelectual, a agir sobre as populações indígenas; o próprio sistema jesuítico, no que logrou maior êxito no Brasil dos primeiros séculos foi na parte mística, devocional e festiva do culto católico. (Ibid., p. 115)[6]

Interessante observar como esse processo de assimilação englobou os mais diversos aspectos da ação jesuítica. Gilberto Freyre, discutindo a importância e a representatividade da arquitetura jesuítica no período colonial, conquanto reconhecendo nela "a expressão mais alta e erudita da arquitetura no Brasil colonial" (Ibid., p. 37), assinalou sua derrota e conseqüente incorporação à arquitetura da casa-grande. No dizer de Freyre, essa arquitetura *individualizou-se*, ou seja, adquiriu características próprias, superando os padrões eurocêntricos e cristocêntricos da Ordem jesuítica e os integrando à sua lógica própria.

No *sentido patriarcal* de nossa colonização, não há espaço para alguns mitos fundadores do Estado-nação, tão caros à historiografia brasileira oitocentista: a ancestralidade do *ser nacional*; a *homogeneidade* e *uniformidade* da nação. Predomina, ao contrário, a lógica do *equilíbrio de contrários*. O sentido, descrito por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, não é o teleológico das formulações conservadoras ou marxistas, mas o de uma originalidade nacional que coloca o Brasil em condições de igualdade para participar do "concerto geral das nações" (MORAES, 1983, p. 35).[7]

Quanto ao jesuíta, devidamente incorporado à lógica do sistema colonial, terá seu lugar definido segundo os padrões do patriarcalismo, seu ritmo ajustado pelo da casa-grande, sua herança assentada entre as balizas da sociedade colonial brasileira.

As Raízes Coloniais do Brasil em Sérgio Buarque de Holanda

> Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra. (HOLANDA, 1994, p. 3)

Essa passagem, muito citada, nos oferece uma perspectiva privilegiada para que possamos compreender o caminho que Sérgio Buarque de Holanda trilhou no livro *Raízes do Brasil*, de 1936. Sua percepção da realidade brasileira como constante inadaptação do povo à sua terra, como um descompasso entre a sociedade e o meio, referendou uma tomada de posição crítica, em flagrante contraste com o otimismo de Gilberto Freyre. Buscando na história as *raízes* desse descompasso, Holanda lançou mão de um arsenal teórico com amplo uso de oposições: semeador e ladrilhador; trabalhador e aventureiro; cordialidade e impessoalidade etc. que comporão um jogo dialético de contrastes. Buscando estudar a *psicologia social* do povo brasileiro como meio para compreender seus impasses e, assim, poder equacionar as soluções políticas mais adequadas à nossa realidade, Sérgio Buarque de Holanda identificou no *homem cordial* o tipo ideal brasileiro: avesso a todo formalismo, cultor da personalidade, incapaz de respeitar hierarquias e fundando suas relações na afetividade, o *homem cordial* favoreceria o aparecimento de uma *autoridade externa* que lhe impusesse uma *obediência cega* - "o único princípio político verdadeiramente forte" (Ibid., p. 11) -, ainda hoje atuante em nossa história.

---

[6] *Continua o texto: "Na cristianização dos caboclos pela música, pelo canto, pela liturgia, pelas profissões, festas, danças religiosas, mistérios, comédias; pela distribuição de verônicas com ágnus-dei, que os caboclos penduravam no pescoço, de cordões, de fitas e rosários; pela adoração de relíquias do Santo Lenho e de cabeças das Onze Mil Virgens. Elementos, muitos desses, embora a serviço da obra de europeização e cristianização, impregnados de influência animística ou fetichista vinda talvez da África". (Ibid., p. 115)*

[7] *"Se para os países mais avançados o ingresso na modernidade se faz de forma imediata (eles são de fato a própria ordem moderna), para os países novos, emergentes, a participação no concerto das nações deve fazer-se pela afirmação dos caracteres nacionais. Na organização do cenário cultural no plano mundial o modernismo procura diferenciar o papel que cada participante do concerto das nações deve desempenhar". (Ibid., p. 115)*

Contra essa tradição, contra essas *raízes* de fundo ibérico, Sérgio Buarque de Holanda escreveu seu livro. É interessante observar como, partindo de premissas semelhantes às de Gilberto Freyre e, muitas vezes, das mesmas leituras teóricas, o autor desenvolve um caminho interpretativo completamente distanciado. Menos preocupado com os determinantes *raciais*[8], Holanda deslocará seu foco de atenção do *hibridismo* e da *miscibilidade* para a *psicologia coletiva* do povo brasileiro. Mudança de perspectiva que implicará uma reviravolta completa do viés freyreano: enquanto este via no *equilíbrio dos contrários* o fator decisivo para se entender nossa formação, nossa *originalidade*, em uma postura francamente favorável, o autor de *Raízes do Brasil*, ao contrário, enxergava nessas tensões não resolvidas uma característica arcaica e paralisante da vida nacional.

> O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente. (Ibid., p. 31)

De maneira simplificada, pode-se afirmar que Gilberto Freyre valorizava a continuidade da tradição colonial, enquanto Sérgio Buarque de Holanda pugnava pelo rompimento com nosso passado colonial.

Esboçando uma melhor compreensão do lugar ocupado pelo jesuíta na leitura empreendida em *Raízes do Brasil* nos deteremos na análise daquele que é considerado o capítulo chave da obra - *O Homem Cordial* -, no qual o autor condensa sua perspectiva crítica a respeito do *homem brasileiro*. Nele, o autor opõe o tipo de relação baseada na afetividade, própria do ambiente familiar, às relações impessoais que caracterizam o mundo contemporâneo. Retomando a distinção weberiana entre o *funcionário patrimonial* e o burocrata em sentido *puro*, demonstra como prevaleceu no Brasil o primeiro tipo, incapaz de "distinguir o domínio público do privado" (Ibid., p. 105). Nesse sentido, essa verdadeira tirania do privado, assentada sobre as relações familiares, terminou por açambarcar o *público*, fazendo com que o próprio Estado visse sua necessária impessoalidade ser restringida. O que acarretou o predomínio de uma tradição política antidemocrática:

> E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera por excelência dos chamados ´contatos primários', dos laços de sangue e coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas. (Ibid., p. 106)

Mesmo no plano religioso, essa aversão às normas *neutras, antiparticularistas e abstratas*, resultou em "uma religiosidade de superfície", incapaz de produzir uma "moral social poderosa" (Ibid., p. 111). Por esse motivo, a "exaltação dos valores cordiais e das formas concretas e sensíveis da religião" (Ibid., p. 112) prevalecerá em nosso meio.

Uma vez mais, aquilo que em Gilberto Freyre aparecia como tendência positiva de nossa formação – nossa religiosidade também *híbrida*, nascida da *contemporização* do catolicismo com as crenças religiosas indígenas e africanas, dotando-o de um aspecto mais visual que confessional -, representará para Sérgio Buarque mais um exemplo da falta de coesão e da disciplina do homem cordial brasileiro, significando, portanto, uma capitulação frente ao "meio em que vivemos" (Ibid., p. 115). Prevalecerá entre nós, não o fervor religioso, próprio do catolicismo medieval, mas a "parte mística, devocional e festiva do culto católico" (idem).

Nessa linha interpretativa, os jesuítas se tornaram um contraponto ao tipo de colonização empreendido pelos portugueses. Enquanto esta era "tímida e mal aparelhada" (Ibid., p. 62), a ação jesuítica aparecia como "uma rara e milagrosa exceção" (Ibid., p. 62), por seu caráter previdente e minucioso e modelar.

Na dinâmica da colonização, contudo, a combinação dos princípios *racionalizantes*, adotados pelos jesuítas, com a *obediência cega*, típica de uma cultura – a portuguesa – alheia às noções de disciplina e hierarquia, teria gerado uma situação ambígua e singular:

---

[8] *Tendo-se o cuidado de precisar, como salienta Ricardo Benzaquen de Araújo, em Guerra e Paz (1994), que o termo raça em Gilberto Freyre tem um sentido antes cultural do que biológico.*

> Nenhuma tirania moderna, nenhum teórico da ditadura do proletariado ou do Estado totalitário, chegou sequer a vislumbrar a possibilidade desse prodígio de racionalização que conseguiram os padres da Companhia de Jesus em suas missões. (Ibid., p. 11)

Não encontrando meios de resistência entre colonos e índios, os jesuítas puderam desenvolver, de maneira autoritária – qual não conseguiram fazer nas colônias espanholas, pelo fato delas oporem o caráter *racionalizante* de seu projeto colonial às pretensões jesuíticas, limitando-as ao raio de ação determinado pela Coroa espanhola -, um projeto colonial autônomo e sem barreiras. Um dos frutos mais marcantes da presença jesuítica, além das missões, seria a criação da *língua geral* – o tupi-guarani -, que dominaria o ambiente cultural nos primeiros séculos de nossa colonização. O autor chega a dedicar-lhe um anexo ao capítulo, discutindo sua importância no contexto colonial.

A derrota desse projeto, entretanto, assinalaria a vitória das tendências arcaizantes de nossa história. Nesse particular, sua visão se distingue daquela apresentada por Gilberto Freyre. Em *Casa Grande e Senzala*, recordemos, o projeto vencido permanecia como uma tendência englobada no corpo maior da colonização luso-brasileira. Em *Raízes do Brasil*, a influência jesuítica em nossa história aparece de maneira quase residual, sem condições de exercer uma ação mais significativa na sociedade brasileira.

Em ambos os autores, porém, e sob certo ponto de vista, não existe uma linha de continuidade na presença jesuítica no Brasil. A *formação* brasileira se deu contra ou apesar dessa herança. Nem tampouco essa presença é vista como parte constituinte de uma suposta *ancestralidade da nação*. Mas apenas como um momento superado de nossa constituição histórica.

Sérgio Buarque de Holanda vê a superação das raízes coloniais como um projeto que exigirá o confronto crítico com toda nossa tradição, resultando em um caminho autônomo e democrático para o Brasil.

Caio Prado Jr. e o Sentido da Colonização Portuguesa no Brasil

> A obra dos Jesuítas não estava contribuindo, nos seus fins últimos e essenciais para a colonização 'portuguesa' aqui, ou 'espanhola' nas demais colônias; e do sucesso de sua empresa teria certamente resultado uma organização, nação, civilização, ou dêem-lhe o nome que quiserem, muito diversa daquilo que Portugal ou a Espanha pretendiam realizar e realizaram nas suas possessões. (PRADO JR., 1942, p. 87)

Centrando sua análise no *sentido da colonização*, Caio Prado Jr. definiu na citada passagem sua visão sobre o lugar do jesuíta nesse processo: portadora de um projeto colonial autônomo, distinto e, por vezes, oposto ao projeto português, a Companhia de Jesus se tornou mais uma concorrente do que uma parceira na obra da colonização empreendida no Brasil.

Sua derrota, nesse sentido, representou uma necessidade histórica do processo colonial lusitano, que precisava *integrar* todos os elementos da sociedade colonial para que pudesse se realizar plenamente. Mas qual era esse projeto e como ele se desenvolveu historicamente?

As respostas a essas perguntas são a razão de ser da obra máxima de Caio Prado Jr.: *Formação do Brasil Contemporâneo*, lançado em 1942. Tida como um marco no uso de categorias marxistas para a investigação da história brasileira, ela se tornou uma referência obrigatória para os estudos sobre o período colonial.

No entanto, e esse é um dado fundamental para se compreender a obra e a *interpretação do Brasil* que ela realiza, o objetivo primordial do livro não é estudar a Colônia, mas entender o presente – ou seja, o mundo que o autor encara, no início da década de 1940, com seus problemas fundamentais que, nas palavras do próprio, "pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos atrás" (Ibid., p. 8). Um presente que não se diferencia muito do passado, pois o carrega em seu seio. Daí, a caminhada proposta pelo autor, viajando ao passado longínquo para alcançar nele as raízes do presente[9]. Um passado que, na verdade, é longínquo apenas na aparência, pois de fato "nos cerca de todos os lados" (Ibid., p. 8).

---

[9] *No Prefácio à 1ª. Edição, o autor coloca como nota as seguintes observações: "Pessoalmente, só compreendi perfeitamente as descrições que Eschwege, Mawe e outros fazem da mineração em Minas Gerais depois que lá estive e examinei de* visu *os processos empregados e que continuam, na quase totalidade dos casos, exatamente os mesmos.* **Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, como nesta e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e mais para trás**" *(PRADO JR., op. cit., p. 8) [Os grifos são nossos].*

> O passado, aquele passado colonial que referi acima, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação, e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não 'tomou forma'. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda, e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar, e que não é senão aquele passado colonial. (Ibid., p. 7)

Essa quase onipresença do passado, exposta de maneira privilegiada à *visão* do historiador brasileiro[10], impõe um olhar que o submeta à interpretação, "desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível" (Ibid., p. 13), fixando, então, seu *sentido*: essa "linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação" (Ibid., p. 7).

É conhecida a passagem que define tal *sentido da colonização*. Não custa, porém, repeti-la, na medida que demarca também sua distinção perante aquilo que o autor considerou como *objetivos próprios* da ação jesuítica na América.

> No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro **sentido** da colonização tropical, de que o Brasil é um dos resultantes. (Ibid., p. 25)

Vislumbrado com toda essa amplitude, nosso processo colonial se mostrava simplesmente como "um capítulo da história do comércio europeu" (Ibid., p. 16). O *sentido da colonização* era determinado "de fora", da Europa, portanto, cumpria compreender a dinâmica deste processo internacional se se quisesse entender nosso país. Essa visão geral, porém, não deve obscurecer um aspecto essencial do livro: seu objetivo principal é entender o *Brasil de hoje*, encontrar a "chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior [à colônia] e a resultante dele que é o Brasil de hoje" (Ibid., p. 5).

A perspectiva adotada não difere muito daqueles outros *intérpretes* que buscavam, na mesma época, *descobrir* o Brasil, nem que para isso fosse necessário *inventá-lo*. Inventar um país, nesse caso, implicava lidar com suas contradições internas e, acima de tudo, pensar seu descompasso em relação ao resto do mundo. Um dos aspectos mais originais da abordagem de Caio Prado Jr. estava nessa inversão de ponto de vista: o nacional teria de ser pensado dentro de uma lógica mundial. Não bastava mais, simplesmente, recuperar nossa especificidade histórica - a *originalidade nacional*, tão cara aos modernistas -, em oposição à norma internacional. Nacional e internacional não se opunham como entidades diversas, irreconciliáveis, ou numa relação cópia e modelo. O nacional era um produto (ou sub-produto) de um processo mundial. A constituição do país, de sua *formação nacional*, adviria de um processo de *singularização* dentro do contexto internacional. O desafio do *Brasil contemporâneo* seria, então, o de concluir esse processo: "Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional" (Ibid., p. 8).

Essa nova perspectiva não deve ser subestimada, à medida que permitiu redimensionar, daí por diante, todas as tradicionais preocupações historiográficas com nossa *formação*. Na síntese de Caio Prado Jr., estão presentes todas as principais questões do seu tempo: a questão racial, o papel da escravidão, os caracteres gerais do povo brasileiro. Todas, discutidas na forma algo livre do ensaísmo, modo de expressão típico dos diversos *intérpretes do Brasil* que escreveram nas primeiras décadas do século XX. O que o diferencia dos demais é justamente na mudança de eixo interpretativo que empreendeu. Focalizando os conflitos de classe ocorridos no interior da colônia, tomando-os como fatores de transformação social e econômica, manteve sempre no horizonte de sua análise, porém, a *causalidade* internacional, a qual determinava, em última instância, a evolução colonial rumo à *formação nacional*.

---

[10] Completando, ainda, a nota anterior, afirma Caio Prado Jr: "Disse-me certa vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas do seu passado" (Ibid., p. 8).

> Visto deste ângulo geral e amplo, a evolução de um povo se torna explicável. Os pormenores e incidentes mais ou menos complexos que constituem a trama de sua história e que ameaçam por vezes nublar o que verdadeiramente forma a linha mestra que a define, passam para o segundo plano; e só então nos é dado alcançar o **sentido** daquela evolução, compreendê-la, explicá-la. (Ibid., p. 14)

Embora essa determinação não fosse isenta de contradições, conforme se desenvolvessem e se descolassem os interesses de colonizadores e colonos, sempre prevaleceria uma subordinação do local ao mundial. De certa maneira, a evolução da colônia em direção à nação – que Caio Prado Jr. considerou o momento decisivo de nossa história -, poderia ser representada como um processo em que os fatores externos (os interesses mercantis europeus) se enraizariam na ex-colônia, transformando-a em uma nação. Em outras palavras, haveria uma *interiorização*[11] dos grandes interesses internacionais no território nacional em constituição.

Nesse processo evolutivo, os conflitos sociais e políticos, as rebeliões e insurreições, os acontecimentos políticos, idéias e valores dos colonos, escravos e colonizadores, deveriam todos ser tomados como resultados do movimento mais profundo da *vida material*, manifestações, em resumo, da *consciência possível* de sua época. As atitudes mentais, bem como os comportamentos sociais, seriam condicionados e limitados pela necessidade histórica de nossa *linha mestra* evolutiva.

A *família patriarcal* de Gilberto Freyre e *O Homem Cordial* de Sérgio Buarque de Holanda, entre tantas outras teorias sugestivas, deixariam de ser os eixos explicativos de nossa história, à proporção em que se transmudariam de elementos condicionantes para elementos condicionados de nossa formação histórica. O que não anulava, em absoluto, as interpretações anteriores, mas tão somente as circunscreveria no âmbito de outras causas, mais gerais. Não cumpria, na ótica marxista do autor, fixar tipos sociais ou psicológicos, mas apreender a direção das transformações da vida colonial.

Um exemplo significativo era o problema da *mestiçagem*. Exaustivamente debatido por nossos mais importantes intelectuais, sob o signo da ideologia do *branqueamento*, ganhou novo rumo com a obra de Freyre. Caio Prado Jr. retomará fielmente as interpretações expostas em *Casa Grande e Senzala*, inclusive em seus aspectos mais polêmicos, como na questão da sexualidade.[12] A formulação que elabora sobre o tema poderia perfeitamente ser assinada pelo sociólogo recifense:

> A mestiçagem, signo sob o qual se formou a etnia brasileira, resulta da excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças. É a uma tal aptidão que o Brasil deveu a sua unidade, a sua própria existência com os característicos que são os seus. (Ibid., p. 105)

A principal diferença entre os autores está em que a mestiçagem, como fenômeno antropológico, era tomada como um momento significativo, mas secundário, em relação ao sistema colonial, assentado sobre a “grande exploração rural” (Ibid., p. 117)[13]. Assim, o que realmente importava na *Formação do Brasil contemporâneo* era compreender as contradições que fundamentavam as mudanças sociais, desvendando as tendências renovadoras, a partir das quais, “esboçava-se uma reação” (Ibid., p. 355) contra a ordem colonial. Não é, portanto, na *ebulição* dos pequenos conflitos que se encontrarão as causas profundas da *transformação esperada*:

> É assim nas contradições profundas do sistema colonial, donde brotam aqueles conflitos que agitam a sociedade, e donde brotará também a síntese delas que porá termo a tais conflitos, fazendo surgir um novo sistema em substituição ao anterior, é aí que encontraremos as forças motoras que renovarão os quadros econômicos e sociais da colônia. (Ibid., p. 365)

---

[11] *Essa intuição profunda e original da obra de Caio Prado Jr. seria, anos mais tarde, retomada e aprofundada no estudo clássico de Maria Odila Leite da Silva Dias (1972), que trata do mesmo período em questão: 1808-1850.*

[12] *“A mestiçagem brasileira é antes de tudo uma resultante do problema sexual da raça dominante, e tem por centro o colono branco. Neste cenário em que três raças, uma dominadora e duas dominadas, estão em contato, tudo naturalmente se dispõe ao sabor da primeira, no terreno econômico e no social, e em conseqüência, no das relações sexuais também” (Op. cit., p. 105).*

[13] *“... a grande exploração rural, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira” (Ibid., p. 117).*

Entre essas contradições profundas, o autor destacará o problema do índio. Visto como mão-de-obra em potencial para suprir as lavouras, teve como seus principais defensores os padres, principalmente jesuítas. Enquanto Portugal lutava por integrá-lo à ordem colonial, como trabalhador escravo ou como povoador, a Companhia de Jesus pugnava por *civilizá-lo*, de acordo com seus princípios religiosos. Essa divergência gerou uma contradição insolúvel:

> À escravização sumária e exploração brutal do índio pelo colono, o jesuíta opôs o segregamento, o isolamento dele. E na luta que se acendeu em torno desses extremos inconciliáveis, ambos contrários aos interesses gerais e superiores da colonização, e que cada vez mais se afirmavam nos seus excessos, fruto natural das paixões desencadeadas, não sobrou margem para outras soluções intermédias, que teriam possivelmente resolvido o caso. (Ibid., p. 87)

Insolúvel em termos, pois teve sua solução drástica, de caráter irrevogável, com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759. Expulsão que porá fim ao "quase único elemento que promovera em larga escala uma atividade social apreciável" (Ibid., p.338).

Tal constatação não lhe impedirá, em sua visão de conjunto, de encarar nesse fato uma necessidade da colonização portuguesa, conforme já pudemos observar.

A derrota jesuítica resultará no prosseguimento, agora sem obstáculos, do projeto colonial. Menos de um século depois, ele terá se transformado em um projeto nacional, ainda em vias de se completar. Aclarar o quanto falta para que ele se efetive integralmente seria um dos resultados mais desejáveis da análise desenvolvida por Caio Prado Jr.

Conclusões Provisórias – uma nação anti-jesuítica?

Essa rápida viagem pelas obras de alguns dos principais historiadores brasileiros do século XX revelou certos traços em comum a respeito do lugar dos jesuítas no que poderíamos chamar de historiografia *modernista*. Tentaremos, a seguir, enfeixar esses traços, destacando algumas questões que a análise nos suscitou.

Na tradição preocupada com as origens do estado-nação, a que nos referimos no início desse estudo, e que concebia o binômio índio/jesuíta, como um dos pilares da nacionalidade, o lugar dos jesuítas se inscrevia numa ordem de idéias a qual privilegiava a narrativa dos *grandes feitos*, vividos pelos *grandes personagens* de nossa história.

Em contraposição a essa tradição historiográfica tivemos, nas décadas de 1930 e 1940, o aparecimento de novas interpretações sobre o passado brasileiro, inspiradas e desenvolvidas a partir de novos marcos teóricos, advindos da sociologia de Weber, do historicismo alemão, da antropologia de Franz Boas e do pensamento crítico de Marx. Surgidos em uma época de intensas preocupações com a *identidade nacional*, com a reformulação do Estado nacional e a superação de nosso proverbial *atraso político* e *social,* as novas *interpretações do Brasil*, tendo como referência perspectivas teóricas e objetivos políticos distintos, de certa maneira, *re-fundaram o Brasil*, deslocando o foco das atenções para a constituição do *povo brasileiro*, mais do que para o Estado nacional.

Em *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, o povo-nação será visto como marcado essencialmente pelo *patriarcalismo.* A família *patriarcal*, centrada no senhor de engenho e nas relações (raciais, sexuais, sociais) estabelecidas ao seu redor, será a chave de entendimento de nossa *formação.* Os jesuítas, dotados de uma concepção cultural radicalmente oposta à do *patriarcalismo*, ao serem vencidos pelo projeto colonizador português, ficaram inteiramente subordinados a ele. Na lógica de Freyre, seu legado se tornou parte do acervo colonial produzido pela *Casa Grande*. Não há, nessa visão, uma linha de continuidade entre o *legado jesuítico* e o Brasil contemporâneo, a não ser pelo viés da incorporação da religiosidade popular e da educação formal à família patriarcal.

Em Sérgio Buarque de Holanda e seu *Raízes do Brasil*, o legado dos jesuítas é tomado de maneira mais positiva, mas igualmente secundária, para nossa formação. Um projeto racionalizante e, por extensão, modernizante, que foi superado pelo caráter *aventureiro* e *cordial* predominante na constituição do homem brasileiro, permanecendo à margem do processo histórico de formação do Brasil. Vistos pelo ângulo da construção urbana e arquitetônica, os jesuítas estariam mais próximos do padrão de colonização espanhola, por seu caráter planejado e *artificial.*

Já em Caio Prado Jr., em sua síntese sobre a *Formação do Brasil Contemporâneo*, a presença jesuítica é vista como parte de um projeto radicalmente oposto àquele dos portugueses, sendo sua derrota uma conseqüência necessária da instalação de uma economia colonial de tipo extrativista, como foi a da América portuguesa. A separação dos índios em relação ao resto da sociedade colonial, tal como defendido pelos padres da Companhia de Jesus, nas missões e reduções, seria contrária às necessidades de utilização do indígena como mão-de-obra escrava.

As interpretações variam de acordo com o privilégio que foi dado a cada aspecto da ação jesuítica no Brasil. Pelo lado da moralidade e da concepção religiosa, de acordo com Gilberto Freyre, suas missões e igrejas perderão para a capela da Casa Grande. Se considerado o aspecto da construção material, tal como abordado por Sérgio Buarque de Holanda, sua presença será um contraponto ao modelo hegemônico português. Enquanto integração social e econômica, portanto *força de trabalho*, na concepção de Caio Prado Jr., será antes um obstáculo aos interesses coloniais.

Em comum, a ação sempre será compreendida sob o signo da derrota. Derrota que terá conseqüências bem diferentes, em natureza e grau, de acordo com a perspectiva da cada autor. Mas que corresponderá, em qualquer ocasião, a um aspecto decisivo de nossa afirmação nacional.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ricardo Benzaquén de. *Guerra e Paz*. Rio de Janeiro: editora 34, 1994.

CAVALCANTI, Lauro de Oliveira. *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A Interiorização da Metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822:* Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 50. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1979.

MORAES, Eduardo Jardim de. *A Constituição da Idéia de Modernidade no Modernismo Brasileiro*. 1983. Tese (Doutorado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

______. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 2, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1994.

NEVES, Luís Felipe Baeta. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

PECAULT, Daniel. *Intelectuais e política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Patrimônio Cultural Jesuítico: (Re)Definição e (Re)Valorização

Sérgio Barra
Historiador e Bolsista do PEP/IPHAN

Introdução

Andando pelas cidades brasileiras, principalmente por aquelas surgidas ainda nos três séculos de colonização portuguesa (séculos XVI a XVIII), chama a atenção o grande número de igrejas existentes. Muitas delas remanescentes do período colonial e monumentalizadas pela ação dos órgãos estatais de proteção do patrimônio cultural, principalmente a partir do início da atuação do IPHAN (então SPHAN) em 1937.[1] Muitas, porém, foram tão descaracterizadas na sua trajetória, que perderam as características arquitetônicas com as quais foram construídas, dificultando a sua identificação como sendo de origem colonial ou, até mesmo, de origem religiosa. O que pode gerar enganos ao turista desinformado. Quem diria que o palácio em arquitetura eclética que ora se vê foi, originalmente, uma igreja construída pelos jesuítas no século XVI? Ou que aquela modesta igrejinha que aparenta ter, no mínimo, 300 anos de idade é, na verdade, uma reconstrução de 30 atrás?

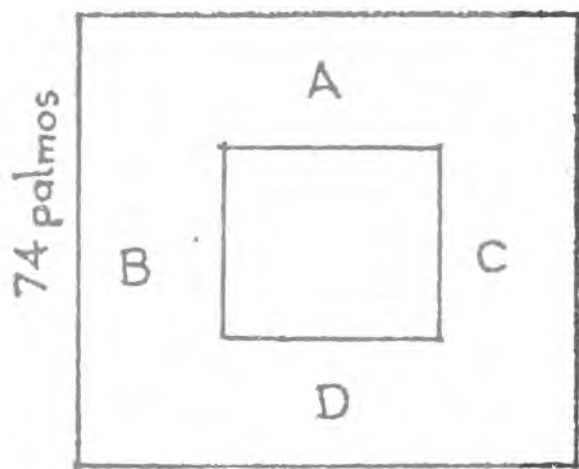
Para muitas dessas construções, a ação dos órgãos de proteção do patrimônio cultural não chegou a tempo de preservar a sua aparência original. Ou nunca chegou. É o caso das igrejas e colégios construídos pelos jesuítas em Vitória, no atual estado do Espírito Santo, e na cidade de São Paulo. Construídos no século XVI, e constantemente reconstruídos até meados do século XVIII com as características que distinguiam a arquitetura dos jesuítas portugueses, foram transformados em palácios ecléticos o colégio de Vitória no início do século XX e o de São Paulo ainda no século XIX.[2] Com a ressalva de que esse último, devido à intensa campanha popular, voltou a ostentar as características arquitetônicas jesuíticas a partir da segunda metade do século XX. O estudo das suas trajetórias, semelhantes entre si e a de muitas outras construções de origem

[1] *Monumentalização é a transformação de qualquer obra arquitetônica em monumento histórico. Explica Françoise Choay que o monumento histórico, diferentemente do monumento propriamente dito, não é edificado deliberadamente com fins memoriais. Ele é escolhido pelo olhar erudito, entre edifícios antigos, trate-se ou não de monumentos, independentemente de qualquer finalidade prática, em razão de seu valor para a História e para a arte. (1995, p. 5)*

[2] *Quando me refiro a jesuítas portugueses, não estou me referindo à nacionalidade dos padres, mas àqueles padres que trabalhavam na Assistência de Portugal da Companhia de Jesus. Serafim Leite explica a organização administrativa da Companhia. Ela estava dividida em Províncias e cada grupo de províncias, segundo critérios geográficos e lingüísticos, constituía uma Assistência. Diz ele que na Companhia antiga existiam seis assistências: Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, França e Polônia. A Assistência de Portugal compreendia, além da Metrópole, a Província da Índia, que se desdobrou depois em duas, Goa e Malabar, o Japão, a Vice-Província da China, a Província do Brasil e a Vice-Província do Ma-*

jesuítica, servirá como auxílio para se pensar a categoria de patrimônio cultural jesuítico, o principal objetivo desse trabalho.

Criada em 15 de agosto de 1534 por Inácio de Loyola (1491-1556), a Companhia de Jesus teve a sua oficialização decretada por Roma, no período imediatamente anterior ao Concílio de Trento (1545-1563).[3] Essa Ordem religiosa tinha características singulares: além de possuir uma organização com feições militares, influência da formação militar do seu fundador[4], era uma Ordem não conventual, cujo objetivo era ganhar o mundo levando a palavra de Cristo. Como *novos cruzados*[5], a pretensão inicial da Ordem, não alcançada, era desenvolver atividades missionárias na Palestina. Em 1538, foi sugerido ao monarca português D. João III (1521-1555) que o trabalho missionário dos jesuítas fosse deslocado para Portugal. Os jesuítas chegaram a Portugal em 1540, sendo este o primeiro país no qual a Ordem se instalou depois de sua criação. Foi somente a partir do sucesso da instalação da Companhia de Jesus em Portugal e dos esforços envidados pelo seu monarca que a ordem pode instalar-se na Espanha em 1545. Quase imediatamente, o trabalho missionário dos jesuítas se estendeu às colônias portuguesas do Novo Mundo. Os primeiros missionários jesuítas vieram para a colônia portuguesa da América logo no início da colonização, acompanhando o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza (1549-1553).

Freqüentemente, eles se instalavam em áreas ainda por colonizar, próximo a aldeias indígenas que pretendiam catequizar, servindo, dessa forma, de *posto avançado* da colonização, ajudando a avançar as suas fronteiras. A sua instalação pressupunha a construção de igrejas, residências, colégios e fazendas, constantemente reconstruídos e ampliados, para prover as necessidades espirituais e materiais do trabalho de catequese. As construções dos jesuítas portugueses na colônia apresentavam um *risco-padrão*, seguindo o projeto do padre Francisco Dias, que determinava, por exemplo, que as igrejas deveriam ter frontão triangular com óculo ao centro do tímpano e três janelas (entre outras características). Uniformidade que evitava a introdução de "idéias extravagantes" nas construções projetadas por leigos. A igreja e a Residência ou Colégio eram construídos de forma integrada, *em quadra*: quatro alas que circundavam um pátio central, construídas não todas de uma vez, mas em etapas, como identificou a arqueóloga Rosana Najjar, no aldeamento de Reritiba, atual Anchieta, no Espírito Santo (2001, p. 160-174). A ala principal era formada sempre pela igreja e os outros três quartos abrigavam variadas funções que ocupavam espaços determinados e obedeciam a uma hierarquia posicional, dependendo de a construção ser uma *Residência* ou um *Colégio*. Segundo Rosana Najjar, essa tipologia está presente em todos os assentamentos jesuíticos implantados no litoral da colônia portuguesa da América, principalmente nos atuais estados de Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, sendo o motivo da semelhança entre, por exemplo, as igrejas dos Colégios de Vitória, São Paulo e Rio

Esquematização da quadra. Desenho de Paulo F. Santos. In: SANTOS, 1966.

ranhão. Além disto, Missões em Angola, Moçambique e Etiópia. Os superiores de cada Província governavam todas as casas dela (colégios e residências) e cada casa tinha o seu superior, que nos colégios se chamava reitor. (LEITE, 1938, tomo I, p. 12)

[3] Reunido pelo Papa Paulo III para definir a estratégia de combate da Igreja Católica à Reforma Protestante. Esse evento foi marcante na trajetória da Ordem, uma vez que ela passou a corporificar, em si mesma, os ideais do Concílio, reunido pelo Papa Paulo III para definir a estratégia de combate da Igreja Católica à Reforma Protestante.

[4] Informa Serafim Leite que Loyola era capitão da Guarnição de Pamplona, capital de Navarra, e iniciou a sua formação religiosa após ser ferido em guerra contra a França (Ibid., p. 3). Loyola compôs, entre 1547 e 1550, as Constituições da Ordem. A Companhia de Jesus era uma ordem centralizadora, sendo seu espírito forjado através dos Exercícios Espirituais, que prescreviam a necessidade de intenso treino físico, mental e religioso aos aspirantes.

[5] Milícia de Jesus Cristo, como os jesuítas se autodenominavam na Fórmula do Instituto. (Ibid., p. 6)

Acima: Igreja e Colégio de Vitória (ES). In: LEITE, 1938, tomo 6, p. 136; Igreja e Colégio de São Paulo de Piratininga (SP). Reprodução. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Abaixo: Igreja de Santo Inácio, do Antigo Colégio dos Jesuítas (demolida em 1922). Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário; Igreja dos Reis Magos e Residência Anexa, Nova Almeida (ES), antes da restauração. In: LEITE, 1938., tomo 6, p. 164.

de Janeiro e do aldeamento de Reis Magos, no Espírito Santo.[6] Muitos desses *complexos jesuíticos* deram origem a núcleos urbanos no interior e no litoral. Ajudavam, dessa forma, a colonizar o território, utilizando os próprios indígenas catequizados na sua defesa. O seu trabalho de catequese e colonização se estendeu a todo o território da colônia e durou até 1759, ano em que foram expulsos dos domínios portugueses.

As construções de origem jesuítica nunca foram tratadas, na prática do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural, como um conjunto de bens com características próprias e destacados do restante da arquitetura colonial. A sua valorização foi uma conseqüência natural da valorização desta última. O fato de serem de origem jesuítica aparece nos processos de tombamento, muitas vezes, como um valor a mais atribuído a esses bens, não se reconhecendo nela as suas características distintivas, apesar de o arquiteto Lucio Costa, um dos mentores da linha de atuação do SPHAN nas suas primeiras décadas, ter escrito um artigo sobre *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*, publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1941, onde parece sugerir a criação de uma categoria, a arquitetura jesuítica, analisando-a a luz de critérios estético-estilísticos. Reconhecendo, porém, a grande diversidade arquitetônica

---

[6] Mas essa tipologia não pode ser estendida às construções dos jesuítas espanhóis, mesmo as que se encontram atualmente em território brasileiro, como as Missões do Rio Grande do Sul. Serafim Leite distingue a diferença entre as aldeias do Brasil e as do Paraguai, afirmando que elas tiveram origem, organização e finalidades diferentes, o que se refletia na sua forma de organização espacial. (Op. cit., tomo II, Livro Primeiro, capítulo 3)

com que se apresentavam à época, e se apresentam ainda hoje, as construções que ele identifica como sendo de origem jesuítica, permitem Lucio Costa afirmar que a unidade da categoria seria dada por certo "espírito jesuítico", que constituiria o verdadeiro "estilo" dos padres da Companhia (1941, p. 10). Por meio desse artigo, mais do que a definição de uma categoria de arquitetura jesuítica, Lucio Costa dava a sua colaboração na construção do *barroco brasileiro* pelo SPHAN. Estilo arquitetônico que incluiria toda a arquitetura do período colonial, inclusive as construções de origem jesuítica.

A fórmula imprecisa, que Lucio Costa encontra para definir a categoria arquitetura jesuítica, deixa clara a impossibilidade de buscar a unidade da categoria, que ora se pretende pensar por intermédio dos critérios estético-estilísticos que embasaram a atuação do SPHAN nas suas primeiras décadas.[7] Hoje essa unidade deve ser procurada não nas suas características arquitetônicas, mas antes pela sua ligação com o simbolismo do trabalho de catequese realizado pelos jesuítas na colônia portuguesa da América, entendido como fundamental para o processo de *ocupação do território colonial* que, por uma relação discursiva estabelecida por alguns autores de uma corrente historiográfica tradicional da História do Brasil, se confunde com a *formação da nacionalidade brasileira*. Esse deslizamento discursivo, geralmente de caráter nacionalista e laudatório da ação da Companhia de Jesus na conquista e ocupação da colônia portuguesa da América, tem o intuito de ressaltar a importância do trabalho missionário dos jesuítas como "cimento" (elemento de coesão) da obra de arquitetura política da monarquia portuguesa, da qual o Brasil, como país independente, seria herança. E é o que marca a especificidade da abordagem da historiografia brasileira sobre a atuação dos jesuítas frente à atuação das outras ordens na História do Brasil.[8] A historiografia mais recente permite desnaturalizar esse discurso e explicitar a sua historicidade, mas para além da questão se essa importância do trabalho dos jesuítas na ocupação e formação do território da colônia é fato ou "apenas" uma construção discursiva, importa levar em consideração a sua existência e os seus efeitos nas primeiras décadas de atuação do SPHAN.

A análise da atuação do SPHAN com relação ao patrimônio cultural jesuítico, a partir do estudo dos casos dos Colégios de Vitória e São Paulo, me permitirá uma reflexão crítica acerca do tradicional sistema de atribuição de valores ao patrimônio cultural utilizado pelo órgão, baseado em valores tais como a sua *monumentalidade* (por estarem ligadas a nomes e/ou fatos considerados importantes na História do Brasil), *excepcionalidade* (por serem exemplares únicos), *ancestralidade* (por remeterem ao período de formação da nacionalidade), e, sobretudo, sua *autenticidade*. Entendida não só como a arquitetura que mantinha o máximo de características consideradas pelos técnicos do órgão como originais, mas também como a arquitetura genuinamente nacional. A valorização dessa noção de *autenticidade* foi, e tem sido ainda hoje, como pretendo mostrar, o maior obstáculo para a proteção oficial das duas construções em estudo.

A (re)valorização desses bens, entendida como a atribuição de novos valores a partir do seu simbolismo se apresenta, então, como critério básico para definição da categoria de *Patrimônio Cultural Jesuítico* e privilegia um *enfoque totalizante* do patrimônio cultural, mais atualizado com as novas formas de percepção do patrimônio, onde não é mais possível manter uma distinção fértil entre *patrimônio material e imaterial*. Ao mesmo tempo essa (re)valorização leva a uma (re)definição do que constituiria o patrimônio cultural jesuítico. Partindo da sua valorização simbólica, deveriam passar a ser considerados patrimônio cultural jesuítico não apenas os bens arquitetônicos, mas também outros aspectos da ação missioneira da Ordem como, por exemplo, o estudo da língua indígena, a elaboração de gramáticas, peças teatrais, cartas, sermões, imaginária. Nesse trabalho vou me ocupar, porém, somente dos vestígios tangíveis desse patrimônio, como forma de analisar a gestão do IPHAN sobre o patrimônio jesuítico.[9]

---

[7] *Ressaltando-se, porém, como procurei deixar claro mais acima, que as construções dos jesuítas portugueses apresentavam, na sua origem, certa unidade arquitetônica que se perdeu com o correr da sua trajetória no tempo.*

[8] *A obra do padre jesuíta Serafim Leite (1890-1969), História da Companhia de Jesus no Brasil, publicada em 10 Tomos entre 1938 e 1950, é o seu melhor exemplo.*

[9] *Outro motivo para eu me concentrar nos vestígios arquitetônicos é o fato de cada um dos outros aspectos da atividade missioneira demandar uma pesquisa específica.*

A atuação do SPHAN na construção do Barroco

Durante as primeiras décadas da atuação do SPHAN, a produção artística e arquitetônica do período colonial, teve a sua eleição como patrimônio cultural nacional justificada pelo seu "valor arquitetônico" e concebida como "obra de arte".[10] A justificativa técnica encobria, porém, uma concepção do tipo de arquitetura que seria mais representativa da identidade nacional, concebida como uma entidade unitária, homogênea e permanente a ser descoberta, descrita, explicada e preservada. O que buscavam os principais artífices da forma de atuação do SPHAN nos seus primeiros anos era encontrar objetos que ilustrassem as origens da nação brasileira.[11] José Reginaldo Gonçalves analisou as modalidades de *invenção discursiva* do Brasil pelos intelectuais ligados ao patrimônio cultural desde a década de 1930 até a de 1980, afirmando que esses discursos tinham como propósito construir uma memória e uma identidade nacionais e efetuar ligações entre o passado e os indivíduos que compõem a nação.[12] Nesses discursos o patrimônio cultural é concebido como uma expressão da identidade nacional em sua integridade e continuidade. Desse modo, preservar o patrimônio é preservar a nação. A arquitetura colonial foi, assim, alçada à categoria de *arquitetura representativa da nacionalidade brasileira*. Como resume Márcia Chuva, a arquitetura colonial *nomeava a nação*:

> A história contada através da maioria absoluta dos bens selecionados, foi demarcada cronologicamente no período colonial, com ênfase no processo sociocultural advindo da proliferação de cidades auríferas mineiras, assim como nos centros de poder político e econômico desse período – Salvador e Rio de Janeiro; a região açucareira de Pernambuco, onde foi também enfatizado, na seleção de bens, o caráter de berço da nacionalidade, referindo-se à vitória sobre os holandeses em Pernambuco; e a arquitetura jesuítica, pela "sobriedade" de suas formas artísticas. (1998, *p. 259)*[13]

A ação institucional do SPHAN identificou-se, dessa forma, a uma visão tradicional de História que era oriunda do século XIX, e que ainda era predominante no Brasil na década de 1930. Visão essa que entendia a História como a narrativa de grandes fatos políticos, protagonizados por grandes homens e, com relação à História do Brasil em particular, que buscava no período colonial as raízes fundadoras da nacionalidade. Essa identificação está exemplificada no já citado artigo de Lucio Costa sobre arquitetura jesuítica, onde o autor se apóia na obra de Serafim Leite, para comentar os fatos históricos. O padre jesuíta se dedicou a escrever a História da atuação da Companhia de Jesus na colônia portuguesa da América a partir de uma perspectiva historiográfica nos moldes da *História científica* do século XIX. Na sua obra, o território e a nacionalidade brasileiros são encarados como uma herança da colonização portuguesa.[14] Da

---

[10] Então, a prioridade dada aos bens de origem arquitetônica transformou o campo do patrimônio cultural, em construção no Brasil, praticamente em sinônimo de arquitetura, ao mesmo tempo em que levou à consagração do arquiteto como profissional mais adequado para trabalhar nele. Como informa Cecília Londres Fonseca, praticamente não havia historiadores no quadro de funcionários do SPHAN. Explica essa autora que a Seção de História do órgão ficou entregue a pessoas como Carlos Drummond de Andrade, que, apesar de seu inegável valor intelectual, não era um especialista na matéria. (2005, p. 114)

[11] Esses eram, em sua maioria, intelectuais de orientação modernista, para quem era notória a preocupação com a definição de uma identidade cultural brasileira, e através da atuação do órgão, nomes como Lucio Costa, Gilberto Freyre e Carlos Drummond de Andrade, enquanto seus funcionários ou colaboradores, faziam representações dessa identidade.

[12] Em sua obra A Retórica da Perda, o autor explica que "a nação, enquanto 'comunidade imaginada', pode vir a ser construída discursivamente, enquanto uma literatura (como é o caso das 'literaturas nacionais'), enquanto uma língua nacional, enquanto uma 'raça', um folclore, uma religião, um conjunto de leis, enquanto uma política de Estado visando à independência política e econômica, ou, ainda, um política cultural visando à recuperação, defesa e preservação de um 'patrimônio cultural' ". O autor explica que as narrativas nacionalistas não são simplesmente textos no sentido estrito da palavra. Elas são formas de ação, performances. (GONÇALVES, 1996, p. 12)

[13] Para uma ampla discussão acerca das motivações e implicações da eleição da arquitetura colonial como patrimônio cultural nacional sugiro a leitura das obras, já citadas, de Maria Cecília Londres Fonseca e Márcia Chuva.

[14] "Cremos que estas páginas concorrerão não só para uma compreensão mais realista da Companhia de Jesus, como instrumento eficaz de civilização cristã, mas também para o conhecimento mais perfeito de Portugal como nação colonizadora; e, ao mesmo tempo, para uma visão mais funda das origens do Brasil, distinguindo, nos seus alicerces

mesma forma, na atuação do SPHAN a cultura brasileira aparece como uma herança da cultura luso-brasileira, por meio da valorização da sua arquitetura própria.[15] Conforme explica José Reginaldo Gonçalves (1996), para Rodrigo Melo Franco de Andrade, presidente do órgão por trinta anos desde a sua criação (1937-1967), o Brasil era não apenas o seu território e sua população, mas também, e principalmente, a "obra de civilização" que nele vinha sendo desenvolvida desde os começos da colonização portuguesa (*Ibid., p. 39-50).*[16]

A valorização da arquitetura colonial, principalmente a arquitetura religiosa, incluiu a valorização dos bens de origem jesuítica. Dessa forma, entre 1938 e 1948 foram tombados 27 dos 43 bens de origem jesuítica protegidos pelo órgão e já identificados pela pesquisa. A análise do conjunto dos bens tombados revela alguns aspectos interessantes da atuação do órgão durante as suas primeiras décadas de atuação. A atuação do órgão em relação aos bens de origem jesuítica refletem, em escala menor, a sua atuação de uma forma geral.[17] A primeira característica para a qual vale a pena atentar é a predominância de inscrições nos Livros Histórico e de Belas Artes. O aspecto se torna interessante se pensarmos na existência de uma espécie de hierarquia entre os livros, como sugerem Cecília Londres e Márcia Chuva, sendo o Livro de Belas Artes considerado o mais importante dos quatro.[18] As inscrições no Livro de Belas Artes ficaram reservadas aos bens considerados obras de arte autênticas da produção artística originária da nação, enquanto o Livro Histórico serviu para abrigar os bens que não apresentavam o mesmo interesse estético, valorizando as idéias de *repetição*, isto é, de seleção de exemplares pertencentes a séries históricas, com a finalidade de documentá-las; e de originário, ressaltando a antiguidade do bem selecionado. Se atentarmos para o fato de que a maioria dos bens identificados como de origem jesuítica encontram-se inscritos, ao mesmo tempo, nos dois livros, pode-se concluir que, foi valorizada a sua antiguidade, como parte da ancestralidade da nação (valor de *ancianidade*); mas, apesar da sua valorização como obra de arte colonial, os exemplares de arquitetura jesuítica não eram considerados os mais representativos da *arquitetura barroca*, escolhida para representar a nação.[19]

Em contraposição ao julgamento de Lucio Costa que as classifica como *barrocas*, a arquiteta Maria Cristina Coelho Duarte afirma que as construções jesuíticas na colônia seguiam os preceitos da arquitetura maneirista lusa, que era uma adoção rústica e simplificada do maneirismo italiano (2003, p. 47).[20] O conceito

---

históricos, os elementos vitais com que a maior nação latina se foi organizando, engrandecendo e formando". (LEITE, op. cit., tomo II, p. 8) Para maior desenvolvimento do tema, ver o artigo sobre Serafim Leite, presente nesta publicação.

[15] *Sendo o processo histórico que culminou na Inconfidência Mineira, em 1789, considerado o evento-síntese da origem da nacionalidade.*

[16] *Ao mesmo tempo em que contava entre os seus colaboradores com nomes como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, autores renovadores da visão de historiografia brasileira, inauguradores de uma reflexão de cunho antropológico, a atuação do SPHAN se apoiava naquela citada visão tradicional de História, oriunda do século XIX. Curiosamente, as primeiras obras de Freyre e Buarque de Holanda são praticamente contemporâneas da obra de Serafim Leite e do artigo de Lucio Costa.*

[17] *Em anexo, ao final desta publicação, constam tabelas que elaborei com base em pesquisa realizada por Aline Bezerra de Menezes, em 2005, à qual foi dada continuidade ao longo do ano de 2006 pelo historiador Luciano Teixeira, da Copedoc, e por mim. Os critérios utilizados por Aline, e mantidos por nós dois, para determinar quais bens tombados eram de origem jesuítica são os mais abrangentes possíveis, incluindo desde a menção expressa a essa origem no processo de tombamento e no site do IPHAN até a menção em bibliografia especializada e indicação de técnicos do IPHAN, informações sempre confirmadas por pesquisas posteriores.*

[18] *FONSECA (Op. cit., p. 113-114); CHUVA (Op. cit., principalmente o capítulo 4, p. 160-204.)*

[19] *Como afirma Lucio Costa no seu já citado artigo sobre arquitetura jesuítica: "O considerável acervo de obras de arte que os padres da Companhia de Jesus nos legaram, (...) poderá não ser, a rigor, a contribuição maior , nem a mais rica, nem a mais bela, no conjunto dos monumentos de arte que nos ficaram do passado. É, contudo, uma das mais significativas". (Op. cit., p. 9)*

[20] *Para a autora, o Barroco esteve restrito, nas igrejas coloniais lusas, a detalhes ou trechos da composição arquitetônica. Somente durante os séculos XVIII e XIX, as construções coloniais, especialmente as de caráter religioso e político, teriam passado por um processo de "barroquização". Então, "Muitos edifícios tiveram suas feições alteradas para se adaptarem aos novos padrões estéticos. Mas, em alguns casos, os elementos barrocos eram apenas acrescidos ao edifício colonial, sem alteração das partes existentes, demonstrando, assim, serem posteriores à construção original" (Ibid., p. 66).*

de *barroco* é concebido por Lucio Costa de forma tão abrangente no seu artigo a ponto de incluir toda a produção artística e arquitetônica do período colonial: "A expressão 'arte barroca' não significa, assim, apenas um estilo. Ela abrange todo um sistema, verdadeira confederação de estilos – uma 'commonwealth' barroca, poder-se-ia dizer" (Op. cit., p. 12). Como explica Márcia Chuva, um imenso investimento foi feito para a reapropriação do *barroco*, até então desqualificado inclusive pelos padrões europeus, através de inúmeros estudos realizados pelo Serviço (pareceres e artigos da Revista do SPHAN), no sentido de criar *tipos* em que se pudessem enquadrar a arte e a arquitetura do período colonial, do qual o artigo de Lucio Costa é o melhor exemplo: "Das lutas de representação travadas no sentido da consolidação de um novo ideário 'nacional' nos anos 30 e 40, no Brasil, talvez a mais intensa, acirrada e profícua nesse momento fundador das práticas de preservação no Brasil tenha sido exatamente a reapropriação do *barroco*" (2006, p. 300). Dessa forma, mais do que revalorizá-la, a atuação do SPHAN estava criando a *arquitetura barroca colonial*.

Voltando à análise da atuação do órgão com relação aos bens de origem jesuítica, a tabela 3 (ver Anexo) chama a atenção para o fato de que os bens tombados localizam-se principalmente nas Regiões Nordeste e Sudeste. Se atentarmos para o fato de que os jesuítas atuaram por todo o território da colônia, com exceção da região das minas, esse fato chama a atenção para a concentração da atuação do SPHAN nessas duas regiões onde, provavelmente, os vestígios materiais da arquitetura colonial se encontravam em melhor estado de conservação. Há também, como mostra a tabela 4 (ver Anexo), um claro predomínio da arquitetura religiosa, exemplificada no tombamento de igrejas, com relação ao patrimônio de origem jesuítica assim como com relação ao patrimônio de origem colonial de uma forma geral.[21]

Por fim, chama a atenção o fato de que 20 dos 27 bens tombados na primeira década de atuação do órgão têm pouca documentação nos processos de tombamento. Duas explicações se apresentam para esse fato: por um lado, essa era uma prática institucional desses primeiros tempos, que não se aplica apenas aos bens de origem jesuítica.[22] Como já ficou dito acima, os bens do período colonial foram tombados em regime de urgência devido ao risco da perda. Por outro, os técnicos do SPHAN, nesse primeiro momento, a meu ver, não viam muita necessidade de justificar o tombamento dos bens, porque para eles esses bens tinham um "valor intrínseco" que não precisava ser explicado. Como aponta Cecília Londres, o principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a própria autoridade dos técnicos do SPHAN, não sendo necessário formular justificativas mais elaboradas. O melhor exemplo disso talvez seja o tombamento da *casa construída com material missioneiro* (Processo 104-T-38), no Rio Grande do Sul, identificada por Lucio Costa, em sua viagem às Missões do Rio Grande do Sul em 1937, como construção feita com material tirado das ruínas da redução de São João Batista[23]. Apesar de o seu maior atrativo arquitetônico ou histórico ser o fato de ter sido construída com material *supostamente* tirado de uma redução jesuítica, a casa foi tombada por sugestão do arquiteto, figura de palavra incontestável dentro da instituição, e inscrita ainda em 1938, no Livro de Belas Artes.[24]

Com base na valorização / construção do *barroco colonial*, o Modernismo buscava também a sua valorização e legitimação. A arquitetura barroca foi escolhida para representar a nação porque ela foi compreendida como a primeira expressão artística *autenticamente nacional*. A nação só voltaria a se expressar com *autenticidade* com a produção da arquitetura moderna. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se determinava o tombamento da arquitetura colonial, ocorria o tombamento da arquitetura moderna.[25]

---

[21] *Entendo que toda a arquitetura erigida pela Companhia de Jesus deve ser considerada, de algum modo, religiosa. Faço a distinção apenas com o fim de interpretar os dados.*

[22] *Como informa Márcia Chuva, os processos de tombamento dos anos 30 e 40 geralmente contém apenas a notificação ao proprietário do imóvel, sua anuência e o conseqüente "inscreva-se" do Diretor. Somente os casos que foram impugnados pelos proprietários contêm um conjunto mais variado de documentação (1998, p. 172).*

[23] *Lucio Costa a descreve: "(...) datando presumivelmente de fins do século XVIII e toda ela construída com material da antiga redução. (...) As proporções, os fragmentos colocados de canto sob o beiral, para "enfeitar", a calçada e as bolas de grés soltas no jardim, o pequeno canteiro feito com os cacos da mesma pedra, a própria "taipa" que circunda o terreno, toda ela arrumada com material das ruínas bases, capitéis, fustes estriados e ornatos partidos, tudo concorre para dar a esta casa encanto especial como arquitetura de interesse como "documento". O madeiramento foi substituído e a parte dos fundos remodelada pelo atual morador (...)". (Disponível em: www.iphan.gov.br)*

[24] *Posteriormente, segundo informação constante na página do Arquivo Noronha Santos, do site do IPHAN, a casa foi demolida e não se conhece o destino que teve o seu principal atrativo enquanto patrimônio cultural, ou seja, as pedras com que foi construída.*

Casa construída com material missioneiro, em São João (Entre-Ijuís) (RS), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Tudo o que foi produzido entre esses dois momentos foi considerado *inautêntico* porque exemplo de arquitetura *importada*, sem ligações com a cultura e a identidade nacionais. Principalmente a arquitetura eclética. Apesar de sua importância histórica como estilo característico da Primeira República, o ecletismo careceria de *autenticidade* por ser um *modismo importado* ou um *empréstimo*. Dessa forma, nessas primeiras décadas de atuação do órgão foram tombados apenas três imóveis ecléticos, valorizados pelo aspecto histórico e não artístico. A estigmatização do estilo e a importância concedida à *autenticidade* das construções a serem protegidas impediram o tombamento dos antigos Colégios de Vitória e São Paulo, já transformados em palácios ecléticos à época do início da atuação do SPHAN.

Os colégios de Vitória e São Paulo

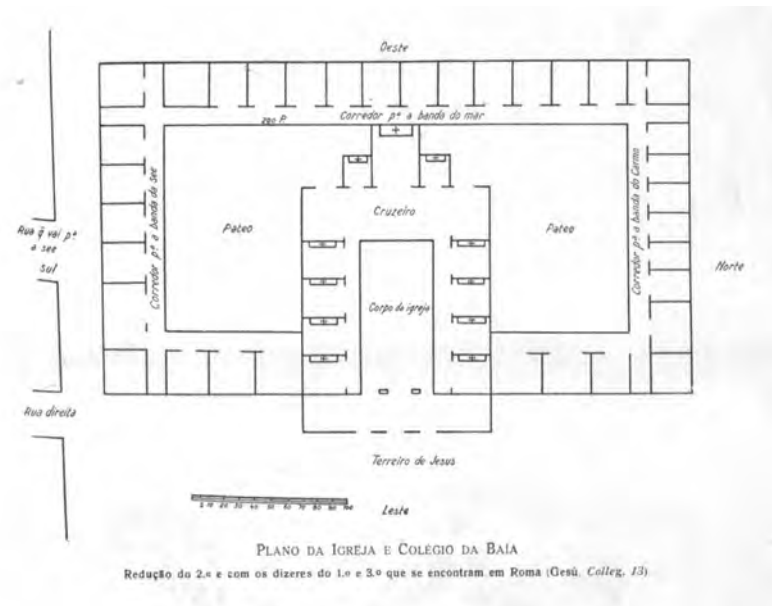
Os *Colégios* jesuíticos de Vitória e São Paulo de Piratininga foram construídos a partir da segunda metade do século XVI, seguindo o risco-padrão de feições maneiristas do Padre Francisco Dias e o partido arquitetônico jesuítico da construção *em quadra*. Segundo Serafim Leite, o Colégio de Santiago, na Vila de Vitória, foi fundado em 1551, pelo Padre Afonso Brás (Op. cit., tomo VI, p. 133). Não por acaso, o mesmo responsável pela elaboração dos projetos e a direção das obras da Igreja de São Paulo, fundado cinco anos mais tarde, em 1556. Apesar de serem denominados por Serafim Leite de *Colégio*, os complexos jesuíticos de Vitória e São Paulo só alcançaram essa categoria no século XVII, mantendo a categoria de *Residência* durante boa parte do século XVI e a primeira metade do século XVII.

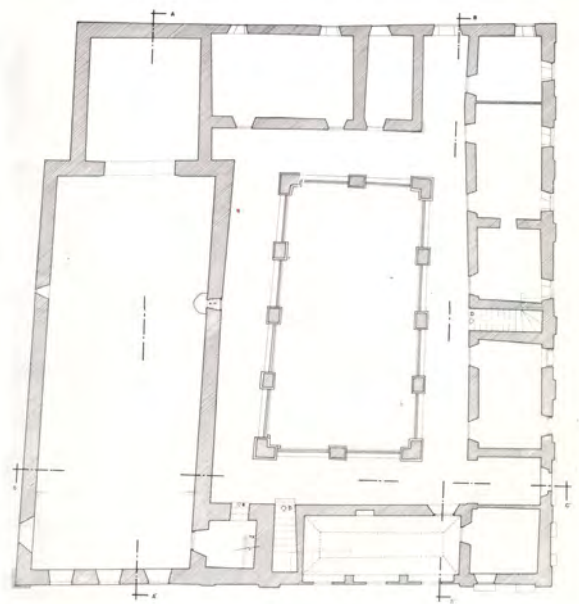
A arqueóloga Rosana Najjar explica as diferenças entre *Colégios e Residências*. As duas denominações se referem à construção em quadra anexa à igreja. As *Residências*, porém, eram complexos arquitetônicos menores que os *Colégios*, com plantas mais simples, que permitiam a fixação dos padres nos *Aldeamentos*. Enquanto o partido arquitetônico adotado para os *Colégios* tinha dimensões maiores e plantas mais complexas, sem deixar de seguir, porém, o princípio da *quadra*.[26] Tal diferenciação se deveria à maior complexidade de serviços prestados pelos *Colégios*. Apesar do nome, a sua função ultrapassava em muito a exclusivamente pedagógica. Os *Colégios*, instalados na povoação principal de cada região da colônia, serviam como pólo centralizador das atividades político-administrativas daquela região e como instância superior regional frente aos *Aldeamentos* que, instalados próximos às aldeias indígenas que se pretendia catequizar ou nos arredores de vilas, ficavam sob sua responsabilidade. Os *Colégios*, diferentemente das *Residências*, recebiam auxílio financeiro da Coroa e, com o tempo, tornavam-se auto-suficientes. Como explica Serafim Leite:

> A distinção fundamental, entre colégio e casa, que não o seja, é pois de caráter econômico; terá outra distinção ainda no que toca a estudos; os colégios terão alunos de casa e de fora e estudos secundários e superiores. As casas, só escolas elementares para os de fora – como complemento da catequese. (Op. cit., tomo I, p. 109)

---

[25] Márcia Chuva mostra como foi feita a busca da identidade entre as arquiteturas do período colonial e moderna. (Op. cit., 1998, p. 176-179. O primeiro exemplar de arquitetura moderna tombado foi a Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, em Belo Horizonte (MG), de autoria de Oscar Niemeyer, em 1947. Em 18 de março de 1948 foi tombado o Palácio Gustavo Capanema, cujo processo de tombamento tinha sido aberto em 1944, antes mesmo da sua inauguração oficial.

[26] Geralmente, as Residências dos Aldeamentos contavam com uma quadra só, enquanto que nos Colégios a construção poderia apresentar várias quadras. Como se pode perceber da comparação entre as plantas da configuração original do Colégio de Salvador, na Bahia (hoje muito modificado) e do aldeamento de Reis Magos, no Espírito Santo.

Planta da Igreja e Colégio de Salvador (BA). In: LEITE, 1938, tomo I, p. 64.

Planta do pavimento térreo da Residência e Igreja de Reis Magos em Nova Almeida (ES). Levantamento de José Antônio Carvalho. In: CARVALHO, 1982, p. 176.

Planta do pavimento superior da Residência e Igreja de Reis Magos em Nova Almeida (ES). Levantamento de José Antônio Carvalho. In: CARVALHO, 1982, p. 177.

Explica Rosana Najjar que o partido arquitetônico adotado pelo programa construtivo das igrejas jesuíticas previa a futura ampliação das instalações da edificação, que se materializa na construção da torre e das alas da residência. Por ter sua ampliação já prevista desde a sua concepção, qualquer *Residência* poderia, potencialmente, transformar-se em *Colégio*. Para tal, seria necessário que o *Aldeamento* onde ela estivesse inserida alcançasse prestígio regional. É o que acontecerá com o complexo jesuítico de São Paulo de Piratininga, por exemplo.

Explica Serafim Leite que a *Casa de Vitória*, sendo fundada sob a forma de Colégio, passou logo a uma categoria intermediária entre *Colégio e Residência*, com o nome de *Casa Reitoral* (Op. cit., tomo VI, p. 133). Em 1571, informa o mesmo autor, estava dependente do Colégio de Salvador (Op. cit., tomo I, p. 223), passando depois a ficar subordinada ao Colégio do Rio de Janeiro. Aparecendo como Colégio no Catálogo da Companhia do ano de 1654.[27] O mesmo ocorrendo com a *Casa* de São Paulo. Informa Serafim Leite que de 1562 em diante o *Colégio* de Piratininga tornou-se o mais importante da capitania, pelo número de alunos indígenas e colonos. A partir de 1567, porém, com a expulsão dos franceses e a pacificação dos índios no Rio de Janeiro, o visitador Inácio de Azevedo ordenou que o *Colégio* da região sul teria sua sede na

baía da Guanabara. Como informa Leite, a *Casa* de São Paulo voltou a ter a categoria de *Colégio* em 1631, ganhando personalidade jurídica independente do Colégio do Rio, ao qual estava até então subordinado (Op. cit., tomo VI, p. 399).

Os edifícios dos *Colégios* e suas respectivas igrejas estavam em constante reconstrução e ampliação. Segundo pesquisa da arquiteta Maria Cristina Coelho Duarte, a primeira ala da *Residência* do complexo jesuítico de Vitória já havia sido concluída em 1585.[28] Mas a última ala, segundo Serafim Leite, ergueu-se apenas em 1747.[29] A primeira menção ao Colégio de São Paulo de Piratininga é um relato do Padre Fernão Cardim de 1585, onde se percebe que o complexo jesuítico de São Paulo já contava então com uma das alas da quadra.[30] Porém, ao contrário do complexo jesuítico de Vitória, o de São Paulo de Piratininga não teria sido construído sem muitas paralisações e recomeços devido à conturbada História da presença dos padres da Companhia naquela área, marcada pelos conflitos com os colonos em torno da questão da mão-de-obra indígena. Ficando concluída a igreja e sua torre apenas no começo do século XVIII.[31]

Com relação ao edifício do Colégio de São Paulo, vale a pena chamar a atenção para uma controvérsia que surge da leitura da narrativa de Serafim Leite. Segundo o Reitor Antonio Aranha, citado por Leite, o edifício teria sido concluído no triênio 1723-1725 quando se concluiu a "quadra do Colégio, levando à perfeição o derradeiro corredor" (Op. cit., tomo VI, p. 395). O Reitor estaria referindo-se, segundo Leite, ao corredor que faltava para fechar o claustro. Assim, ele admite que a quadra do Colégio de São Paulo tenha sido completada no começo do século XVIII: "A conclusão do Colégio em quadra perfeita, rematou-se em 1724" (Ibid., p. 391). Porém, segundo bibliografia mais recente, o Colégio de São Paulo, ao que parece, nunca chegou a fechar-se em uma quadra perfeita.[32]

---

[27] *Os Catálogos da Companhia de Jesus são a principal fonte de informações utilizada por Serafim Leite, e parecem ser publicações periódicas onde a Companhia fazia um levantamento da sua situação econômica e administrativa na colônia.*

[28] *Nesse ano, o padre José de Anchieta, que foi reitor do Colégio de Vitória de 1589 a 1598, relata ter a construção "oito câmaras bem assobradadas e oficinas bem acomodadas". (Apud. DUARTE, op. cit., p. 100)*

[29] *Apenas doze anos, portanto, antes da expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses (Op. cit., tomo VI, p. 134). Segundo o autor, em 1707 ergueu-se um "corredor novo", provavelmente a segunda ala da Residência; em 1727 reconstruiu-se "desde os alicerces", parte do Colégio que se tinha arruinado; em 1734 outro "corredor novo"; e em 1747, finalmente fez-se a ala contígua à igreja, "que veio dar ao Colégio 'majestade' e 'beleza'." Ressalva Maria Cristina Duarte que face ao longo tempo que o edifício do Colégio de Santiago levou para ser construído até completar o programa da quadra, acabou recebendo elementos do estilo barroco, como é o caso da segunda torre, introduzido no conjunto provavelmente já no século XVIII.*

[30] *Ele descreve a construção da seguinte forma: "Edifício de taipa, caiado em Tabatinga, contendo um corredor e oito cubículos (quartos) confortáveis, forrados e assoalhados, com oficinas bem acomodadas e, no claustro, um poço de água boa; tendo também um grande pomar, abundante em frutos de variedade estrangeira, horta de verdura e legumes, muros cobertos de parreiras e belo jardim com grande variedade de flores, predominando rosas e cravos vermelhos." (Apud. MORAES, 1979, p. 22). Fernão Cardim diz tratar-se de um edifício novo, apesar de Geraldo Dutra de Moraes sustentar que o colégio já estava pronto há quase 30 anos.*

[31] *Geraldo Dutra de Moraes e Serafim Leite são acordes em afirmar que com a expulsão dos jesuítas de São Paulo, em 1640, devido a demandas com colonos a respeito da liberdade dos índios, a igreja e o colégio teriam se arruinado e, algumas partes, até mesmo desmoronado (MORAES, op. cit., p. 24.; LEITE, op. cit., tomo VI, p. 382). A respeito dos conflitos entre colonos e jesuítas acerca da liberdade indígena ver MONTEIRO, 1994, p. 141-147. Se assim foi, ao serem readmitidos na capitania, treze anos depois (1653), eles tiveram que recomeçar a construção do seu complexo praticamente do zero. Diz Serafim Leite que por ocasião da construção da torre sineira (por volta de 1683) cederam os alicerces arrastando consigo parte da fachada da igreja. As obras, recomeçadas, tiveram que parar devido mais uma vez a desentendimentos entre os jesuítas e colonos na questão da liberdade dos índios. Dessa forma, "A Igreja acabou de se construir em 1694. (...) a Torre do Colégio ergueu-se na 1ª década do século XVIII" (LEITE, op. cit., Tomo VI, p. 383).*

[32] *Diz Geraldo Dutra de Moraes que apenas em 1745 tiveram início as obras de ampliação do Colégio de São Paulo, sendo incorporada ao edifício principal a ala perpendicular na lateral direita, formando um ângulo reto. (Op. cit., p. 30). Assim sendo, até a sua expulsão dos domínios portugueses (1759), os jesuítas não teriam tido tempo de construir a última ala do seu colégio de São Paulo. Impossível saber se teria se enganado o padre cronista devido ao estado de total descaracterização do edifício (do qual falarei mais adiante) na época em que escrevia o Tomo VI da sua obra (1945) ou, ao contrário, a falta de informação é que tem atrapalhado os estudos mais recentes acerca do complexo Jesuítico de São Paulo?*

Palácio Anchieta, antigo Colégio de Vitória (ES). Foto do autor, 2005.

A trajetória dos Colégios de Vitória e São Paulo depois da expulsão dos jesuítas, em 1759, também guarda muitas semelhanças. A partir de então, ambas as construções tiveram sempre uso governamental. O Colégio de Vitória serviu como sede do governo da capitania, depois da província (durante o Império), e finalmente do estado do Espírito Santo (durante a República), uso que mantém até hoje. O de São Paulo, por sua vez, serviu primeiramente, de Residência Episcopal (entre 1760 e 1764), passando depois a Palácio dos Capitães-Mores (até a Independência), Palácio da Presidência de Província (até o final do Período Imperial) e Residência dos Presidentes do Estado (durante a 1ª República). A partir de 1932, passou a servir como sede da Secretaria Estadual de Educação. A sua ligação com a representatividade do poder político determinou as diversas reformas internas e externas pelas quais passaram as construções, descaracterizando-as completamente não só com o fim de adaptá-las à sua nova função, mas também como forma de apagar a memória de um outro poder que, considerou-se por muito tempo, rivalizava e contestava o poder do Estado, e de negar um passado visto como atrasado.[33]

É dessa forma que os Colégios de Vitória e São Paulo tiveram a sua forma alterada, transformando-se em palácios ecléticos, com a demolição das suas respectivas igrejas e a reforma interna e externa das quadras. O primeiro nas primeiras décadas do século XX (entre 1908 e 1912) e o segundo ainda durante o Império.[34] Maria Cristina Coelho Duarte explica que, com o advento da República, o ecletismo ganhou status de gosto oficial. Então, quase todas as capitais estaduais e as maiores cidades do país receberam do governo central da República Velha um palácio eclético para a agência dos Correios e Telégrafos, como um símbolo à modernidade. Os estados, por sua vez, providenciaram a modernização dos seus prédios representativos, como o palácio do governo, a assembléia legislativa e o fórum (Op. cit., p. 74). Dessa forma, estendendo ao Colégio de São Paulo a análise da autora sobre o Colégio de Vitória, a razão das transformações que atingiram os dois prédios partiram da necessidade de consolidação do novo poder político e de impressão da marca de uma nova era (de modernidade e progresso), com o apagamento de um passado visto como provinciano e os prenúncios de um futuro promissor (Ibid., p. 138)[35].

A partir da reabilitação do período colonial pela historiografia, e da arquitetura colonial pelo SPHAN, o Colégio de Vitória volta a ter a sua origem jesuítica rememorada, passando a chamar-se Palácio Anchieta, desde 1945, por abrigar o túmulo do insigne padre, aberto à visitação pública.[36] A origem jesuítica da construção, dessa forma, assume o caráter de *memória oficial*, construída e constantemente reafirmada

---

[33] *O poder alcançado pelos jesuítas não só na colônia mas na própria metrópole, figura na historiografia como a justificativa mais citada para a sua expulsão dos domínios portugueses pelo Marquês de Pombal, em 1759. Pombal estava convencido de que os jesuítas fomentavam a oposição a ele, amparados em um poder erguido sobre tesouros escondidos. Além disso, para ele, os jesuítas eram o principal símbolo do atraso do reino, devido ao seu ensino e às suas idéias, que remetiam ao período da Contra-Reforma. A esse respeito, ver BOXER, 2002, p. 190-215.*

[34] *Para os detalhes das intervenções arquitetônicas que fizeram desaparecer do Colégio de Vitória os traços da arquitetura colonial jesuítica, recomendo a leitura do capítulo 3 da já citada obra de Maria Cristina Coelho Duarte, especificamente o seu item 5. (Op. cit., p. 106-112) No ano da Proclamação da República o edifício do Colégio de São Paulo já havia sido transformado em um palácio eclético.*

[35] *Desde pelo menos a segunda metade do século XIX, mas principalmente na virada do século XIX para o XX difunde-se a idéia do período colonial como o tempo do atraso na história do Brasil. A literatura é pródiga em exemplos, mas basta citar a teoria dos três momentos da História do Brasil estabelecida pelo cronista carioca Luiz Edmundo no Prólogo da sua principal obra, O Rio de Janeiro do meu tempo (1938, p. 11-47). Deve-se ressaltar que a negação do provincianismo colonial e a representação cultural do poder pela adoção de modelos europeus já se encontrava no projeto de nação do Império. A valorização da arquitetura colonial ocorrerá apenas com a atuação do SPHAN, a partir de 1937, como procurei mostrar.*

[36] *Falecido na capitania do Espírito Santo em 1597 (LEITE, op. cit., tomo I, p. 223).*

pelo Estado. Falta perguntar se essa memória jesuítica, em tudo encoberta pela forma eclética de que se reveste o seu suporte desde o início do século XX, é reconhecida pela população da cidade. O edifício do Palácio Anchieta foi tombado pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC) em 12 de março de 1983, por sua importância e representatividade para a sociedade capixaba.[37] Os pontos considerados importantes para a decisão do tombamento, segundo Duarte, são relativos à importância histórica que esse edifício adquiriu ao longo de sua existência. Dentre eles, a sua participação no processo de fundação da cidade *como sede dos jesuítas na capitani*a; a participação na vida política do Estado, desde o tempo da colônia, sediando em caráter ininterrupto a chefia do governo local; o caráter monumental, embora não original, de sua arquitetura e a riqueza de seu acervo de bens móveis (utensílios, mobiliário, pinturas e esculturas), muitos também tombados. Dessa forma, o seu *valor histórico* teria pesado mais do que o seu *valor formal* para a decisão do seu tombamento em nível estadual. O que fez com que os técnicos do patrimônio do Espírito Santo não atentassem para o grau de transformação pela qual passou o edifício. As características formais atuais do edifício, no entanto, segundo Duarte, teriam se tornado um empecilho para o tombamento do Palácio Anchieta em âmbito nacional devido à importância que ainda é conferida pelo IPHAN ao valor de *autenticidade* do bem para o seu tombamento.[38]

Quanto ao Colégio de São Paulo, teve a sua igreja e torre demolidas em 1896, quando parte do seu teto desabou após uma violenta tempestade. Posteriormente, foi reconstruído no mesmo lugar da torre, um torreão em estilo eclético que fazia conjunto com o novo aspecto do edifício do Colégio. Segundo César Salgado, em 1953 iniciou-se a demolição do palácio eclético onde então estava instalada a Secretaria de Educação, sendo poupados o torreão e uma grossa parede de taipa, remanescente da construção original da ala lateral direita do Colégio (1976).[39] Nessa ocasião, e devido à proximidade das comemorações do IV Centenário de São Paulo (1954), informa o autor que um movimento popular se articulou para angariar fundos para a reconstrução do Colégio e da Igreja, *marcos de fundação da cidade*. O próprio autor fazia parte desse movimento que valorizava o simbolismo do Colégio jesuíta como berço da cidade de São Paulo, como se percebe da seguinte passagem do seu livro: “Poucas cidades sabem onde nasceram. São Paulo sabe. E havia um marco onde São Paulo nasceu. Certo dia, deram ordem a uma picareta para derrubar esse marco!” (Ibid., p. 11).[40]

A reconstrução parece ter demorado ainda alguns anos (ou décadas) para ter início, pois as obras do edifício do colégio e da torre sineira estavam concluídas no início da década de 1970. Só durante essa década foi realizada a reconstrução da igreja[41], que aconteceu em meio a polêmicas com os órgãos de proteção do patrimônio cultural. Um parecer técnico de abril de 1977, extraído da publicação nº 1 do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT), revela a posição do órgão contrária à reconstrução da igreja, “uma réplica discutível de um original pouco documentado”. A argumentação do órgão se baseava, pelo que dá a entender, na ausência de *autenticidade* que tiraria qualquer importância histórica ou cultural dessa reconstrução que, ainda por cima, tinha o demérito de, segundo o documento, estar destruindo o único remanescente autêntico da construção original: a parede de taipa preservada quando da demolição do palácio eclético.[42] Segundo o documento, ao reerguer a

---

[37] Processo administrativo nº 05/82. Está inscrito no Livro de Tombo Histórico sob o nº 23, Folha 4.

[38] Desde 1997 tramita no IPHAN o processo para o tombamento do Palácio Anchieta. Consultando o processo de tombamento (de número 1404-T-97), atualmente arquivado na Gerência de Proteção (Geprot/DEPAM), percebe-se que o processo parou no momento da sua instrução pelos técnicos da 21ª SR/ES, em 1998. [39] O que não fica claro na narrativa do autor é o motivo pelo qual o palácio da Secretaria de Educação estava sendo demolido em 1953.

[40] É difícil dizer em que medida esse foi realmente um movimento popular, abrangendo desde o seu início um vasto leque de setores sociais da cidade, e em que medida foi um movimento capitaneado por uma elite culta que conhecia a história do lugar, da qual o autor do livro faz parte, e que convenceu o restante da população da sua importância.

[41] Dependente de questões judiciais referentes ao terreno onde ela primitivamente se encontrava, transformado em via pública depois da sua demolição. Não foi possível descobrir a data do início da reconstrução do colégio ou da igreja. César Salgado (1976) informa que em 5 de dezembro de 1965 foi doado à Companhia de Jesus a área de terreno para a reconstrução da igreja. Mas, foto de 1972, publicada por Geraldo Dutra de Moraes (Op. cit.) mostra o terreno ao lado do Colégio ainda vazio. À época em que os dois autores escrevem (César Sampaio em 1976 e Geraldo Dutra de Moraes em 1979) a reconstrução do complexo jesuítico de São Paulo ainda não estava concluída. Mas foto de 1979 mostra que as obras estavam em fase de conclusão.

igreja o que se pretendia conseguir era o "*autenticamente falso*, característica das obras kitsch".

Apesar da crítica do órgão estadual de preservação do patrimônio cultural, o Colégio de São Paulo, hoje Pátio do Colégio, foi reconstruído com o aspecto exterior que tinha na época em que ainda pertencia aos jesuítas, para servir como *lugar de memória da fundação da cidade de São Paulo*. Transformado em museu e centro cultural - Museu Anchieta, Memorial da Companhia de Jesus - com esse fim, o seu simbolismo como berço da cidade de São Paulo aumenta na medida em que a sua História se une aos mitos fundacionais da História de São Paulo que integram a História dessa cidade à da *ocupação do território colonial* e, conforme já dito, também à formação da *nacionalidade brasileira*. É dessa forma, por exemplo, que ele se liga ao bandeirantismo pelo fato, lembrado por Geraldo Dutra de Moraes (Op. cit.), de partirem do Pátio do Colégio as bandeiras rumo ao sertão. Esse simbolismo é tamanho a ponto da fundação da cidade ser contada a partir de 1554, data da instalação dos jesuítas na região, e não a partir de 1560, data da sua elevação à categoria de vila.[43]

Colégio de São Paulo (SP) em 1889. Reprodução. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.

Assim, apesar de apresentarem hoje características arquitetônicas em tudo diferentes, as duas construções têm na sua origem jesuítica a base da construção da sua memória oficial. Além desse, outro ponto em comum também volta a unificar os dois Colégios a essa altura da sua trajetória: o fato de ambos não terem o seu estatuto de patrimônio cultural reconhecido pelo órgão federal de proteção[44], devido não só ao histórico desprezo que o IPHAN nutriu com relação à arquitetura eclética[45], mas também à importância que o órgão ainda atribui ao valor de *autenticidade* do bem, entendida não só como a ausência de descaracterizações, mas também como expressão da produção classificada como *genuinamente nacional*. No caso da orientação que guiou as primeiras décadas de atuação do SPHAN, a arquitetura colonial, como já ressaltei.

Uma questão de autenticidade

Explica Márcia Chuva que, primordial na determinação dos valores (não somente culturais, mas especialmente econômicos) da obra de arte, a *autenticidade* como oposição ao falso, ao simulacro, é um valor incorporado e reconhecido no campo da preservação cultural, permanecendo ainda hoje atual e capaz de determinar os rumos das políticas públicas voltadas para a preservação cultural (2006, p. 495).[46] A legitimidade das narrativas nacionalistas que inventaram discursivamente a nação, entre elas a construção de um patrimônio cultural nacional, dependem do fato de serem reconhecidas como autênticas pela sociedade. Da mesma forma que o patrimônio que materializa essas narrativas (GONÇALVES, 1996). Assim, o valor do

---

[42] Não por acaso, a parede de taipa foi a única parte do atual Pátio do Colégio que, até hoje, mereceu o tombamento pelo CONDEPHAAT.

[43] É importante ressaltar que o fato de ser uma reconstrução escapa a muitos dos moradores de São Paulo, pois em lugar algum do conjunto atual há placa ou texto com a menção a esse fato. Vim a descobri-lo apenas em uma visita à exposição permanente sobre a História de São Paulo em exibição no Museu do Ipiranga.

[44] O Colégio de Vitória é hoje um patrimônio cultural reconhecido, em nível estadual, pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo.

[45] Só muito recentemente o IPHAN tem se posicionado diferentemente, como mostram os tombamentos do Elevador Lacerda, em Salvador e da Bolsa do Café, em Santos/ SP, decididos na reunião do Conselho Consultivo de 7 de dezembro de 2006.

[46] Mesmo em relação ao patrimônio imaterial, a autenticidade também é reconhecida como um valor, que tem orientado as escolhas políticas e as políticas públicas. (Ibid., p. 295)

patrimônio cultural é medido em termos de sua autenticidade, e a busca pela autenticidade do patrimônio seria expressão da busca pela autenticidade da narrativa nacional:

> a crença nacionalista na realidade da nação é retoricamente possibilitada pela crença na autenticidade do seu patrimônio. Não importa que os conteúdos das definições de patrimônio, autenticidade e nação possam variar bastante em termos históricos e sociais. Ideólogos do patrimônio – ou ideólogos da nação – (...) convergem em sua crença na autenticidade. (GONÇALVES, 1988, p. 268)[47]

Ressalta José Reginaldo Gonçalves que em nossos encontros cotidianos, *autenticidade* costuma ser tomada como uma realidade ou um dado existencial ou histórico. Porém, diz o autor, esta é uma noção que deve ser pensada não como um dado universal, mas como um *artefato cultural* produzido no contexto da moderna História cultural do Ocidente (Op. cit., 1996, p. 58). No sentido comumente associado à palavra, *autenticidade* trata essencialmente de uma relação de verdade e sinceridade entre o emissor de uma mensagem e o conteúdo desta podendo, porém, adquirir aspectos diferentes segundo os campos aos quais ela se aplica.[48] No domínio das artes plásticas, a *autenticidade* é essencialmente determinada pela ausência de qualquer modificação ou alteração das formas iniciais. Só seriam realmente *autênticos*, nesse sentido, o monumento, o quadro, a escultura que permanecem no estado desejado por seu criador. Porém, com relação ao campo da arquitetura em particular, consagrados ao uso, os edifícios são destinados, essencialmente, à impermanência: reparados, adaptados, transformados de acordo com as vontades das demandas e dos estilos. Nesse caso, seria necessário ter definido previamente a *autenticidade* de um objeto para poder reconhecê-la.

Raymond Lemaire discute a aplicação da noção de *autenticidade* no campo da restauração. Duas correntes opostas polarizam desde o século XIX a prática de restauração da arquitetura histórica. De um lado, existem os teóricos que acreditam que o *valor da arquitetura como obra de arte* sobressairia sobre os *valores histórico e simbólico* por esses não pertencerem ao objetivo perseguido pelo criador da obra, e constituírem-se como que em "acidentes", devidos a fatores que são exteriores a ela (tais como a ação de forças naturais, a evolução das mentalidades e das sensibilidades), enquanto aquele pertenceria à essência mesma da obra de arte em questão. Sem ele a obra seria inexistente: "A autenticidade da mensagem formal, portadora da beleza da obra de arte, é aquela à qual cabe toda primazia" (LEMAIRE, op. cit., p. 8). Esse raciocínio teria guiado o pensamento dos restauradores de monumentos do século XIX, que tentavam restabelecer as obras de arte em seu estado primitivo ou naquele que eles acreditavam que o fosse, e de as completar, quando seus autores não haviam tido a disponibilidade ou os meios de fazê-lo, a fim de lhes devolver ou de lhes dar a *autenticidade formal*.[49] Em oposição a essa, se coloca outra corrente que considera que todos os traços das metamorfoses por que passam as obras de arte ao longo do tempo são autênticos testemunhos da História da obra, de seu devir no decorrer dos séculos, que frequentemente só é perceptível através deles e, por isso, devem ser mantidos durante o trabalho de restauração. O respeito ao *valor documental* do monumento, reconhecido como fonte insubstituível do conhecimento do passado assume, então, uma importância que os restauradores do século XIX e a maior parte de seus sucessores não haviam reconhecido, e o torna incompatível com as exigências de *autenticidade formal* e *verdade* das restaurações tradicionais.

---

[47] Ao mesmo tempo, as práticas associadas ao patrimônio cultural são elas mesmas autenticadoras. É como colar um selo de autenticidade no bem eleito como patrimônio cultural.

[48] Em literatura, por exemplo, a autenticidade não está condicionada por se ter à disposição o manuscrito original do autor, mas pela exatidão de sua transcrição; no mundo da música, a autenticidade é transmitida não pela simples leitura das notas, mas por sua tradução em um conjunto e uma sucessão de sons, que requer um intermediário cuja intervenção influencia inevitavelmente a expressão e portanto a autenticidade da obra. (LEMAIRE, 1994, p. 1)

[49] Guiados, principalmente, pelo pensamento do arquiteto francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), quando eram restauradas as catedrais góticas francesas (consagradas como os monumentos mais representativos da nação francesa) no século XIX, e mesmo no século XX, não se hesitava em demolir qualquer parte, qualquer adorno, qualquer mobiliário que não pertencesse ao estilo principal do edifício, de preferência góticas, e a restabelecer, ou estabelecer este estilo na sua forma original ou aquela que se acreditava que fosse. Toda parte alterada pelo tempo ou pelos acontecimentos era refeita de modo idêntico. Viollet-le-Duc promoveu, dessa forma, como explica Márcia Chuva, um processo de desbarroquização do patrimônio cultural francês (1998, p. 272-273).

Reconhece, porém, Lemaire que, se a *autenticidade formal* e a *autenticidade histórica* são de fácil diferenciação no plano teórico, elas estão inexoravelmente entrelaçadas na materialidade das obras de arte. O conteúdo de uma é inevitavelmente marcado pela evolução da outra. Isso significa que a *autenticidade formal* pura está raramente presente na realidade. Conclui Lemaire que: "Ressalta de tudo isto que o problema da autenticidade, tanto formal quanto histórica de um monumento, é de uma excepcional complexidade e que o emprego da palavra 'autenticidade' não acompanhado de uma especificação apropriada é esvaziado de qualquer significação válida". (Op. cit., p. 9) Nesse mesmo sentido, conclui também Françoise Choay que: "utilizada no sentido deturpado de conformidade material e morfológica a originais fictícios, a noção de autenticidade somente pode funcionar no campo da preservação e da restauração de maneira limitada, de modo marginal e relativo". (Op. cit., p. 4)

Explica José Reginaldo Gonçalves que no modelo brasileiro de preservação do patrimônio cultural, cujo maior expoente seria Ouro Preto e as demais cidade históricas de Minas, foram enfatizados os aspectos de *singularidade* e *permanência* que criariam um vínculo orgânico dessas cidades com o passado e que determinariam a sua *autenticidade* (1988, p. 268-271).[50] Tendo sido as origens da nação associadas à arte e arquitetura do período colonial, diz Márcia Chuva que as práticas de proteção do patrimônio tombado que se rotinizaram dentro do SPHAN, optando mais pela *restauração* do que pela *conservação* como um procedimento recorrente e regular, buscaram recuperar, física e simbolicamente, essas origens, promovendo a reconstituição de um patrimônio "original", "autêntico", "primitivo", "genuíno". Para que a nação pudesse tomar a posse ou o domínio das suas origens, o patrimônio deveria manter-se e/ou voltar ao seu estado primitivo. A restauração do patrimônio nacional visava recuperar a sua dignidade com a identificação de suas características originais perdidas em reformas posteriores e também escolher um tempo apropriado ao qual se deveria retornar – o tempo colonial. No momento da restauração, os critérios norteadores das práticas, na medida em que recorriam a modelos, sacralizavam um tempo idealizado, que teria seu clímax de autenticidade na produção *barroca* (CHUVA, 2006, p. 302).

Os bens tombados encontravam-se, freqüentemente, bastante modificados em suas feições primitivas devido às inúmeras reformas e ampliações que sofreram ao longo do tempo. Desfigurações, na sua maioria, julgadas inaceitáveis na medida em que ocultavam os valores que atribuíam sentido e significado à preservação dos monumentos – maculando a imagem que os dignificava enquanto símbolos da legítima produção artística nacional (Ibid., p. 303). Dessa forma, a exemplo do que ocorreu na França, no século XIX, sob a influência do pensamento de Viollet-le-Duc, também no Brasil o patrimônio cultural nacional passou por um processo de restauração que procurava devolver suas feições autênticas. Porém, ao contrário do que aconteceu na França, entendidas a arte e a arquitetura coloniais como expressões do barroco, aqui os monumentos passaram por um processo de barroquização.

Nas restaurações feitas pelo SPHAN, tentava-se identificar o que os vestígios, enquanto documentos, ainda guardavam sobre suas próprias origens. Na análise física do monumento, descobriam-se os materiais utilizados, as reformas que já havia sofrido etc., recorrendo-se também à memória oral da população local. Por outro lado, foi recorrente o recurso a técnicas construtivas modernas para a conservação do patrimônio tombado, como a utilização do concreto, por exemplo (CHUVA, 1998, p. 285-286). Porém, embora a tecnologia do concreto viesse beneficiar a restauração do patrimônio tombado, nem sempre se desejava que isso ficasse à mostra optando-se, muitas vezes, por disfarçar o seu uso. Na concepção dos técnicos do SPHAN, o uso de materiais construtivos modernos não maculava a *autenticidad*e do monumento desde que ficassem escondidos e o seu aspecto externo ficasse o mais próximo possível do *original*.

Dessa forma, visando restituir a feição *primitiva* ou *original* do monumento, o SPHAN recuperava, na verdade, uma imagem idealizada e reconhecida (Ibid., p. 290). Assim, foi a própria prática de restauração do SPHAN que construiu o *barroco* colonial que se procurava preservar. Na discussão sobre os critérios de valoração do patrimônio cultural, baseados em valores como o de *autenticidade*, torna-se fundamental considerar como fato extremamente significativo esse processo de *barroquização* do patrimônio histórico

---

[50] A esse modelo o autor contrapõe a categoria de historic preservation norte-americana, onde o aspecto de "recriação" *é mais forte do que o aspecto de "herança", dando o exemplo da cidade de Colonial Williansburg, uma cidade reconstruída com o fim de apresentar a aparência que ela possivelmente ostentava na época da Independência Norte-Americana. Esse modelo foi, e ainda é, bastante criticado pela sua "artificialidade" ou "inautenticidade", mesmo por muitos preservacionistas norte-americanos. Como explica o autor, esse modelo de preservação está fundado não numa relação orgânica com o passado, mas na própria possibilidade de reprodução técnica desse passado. (Ibid., p. 269-270).*

e artístico nacional implementada pelo SPHAN. O que explicita o *caráter artificial, construído ou tecnicamente reproduzido* (GONÇALVES, 1982, p. 273), dos chamados patrimônios culturais, e torna difícil julgálos em termos de sua *autenticidade* ou *inautenticidade*.

(Re)Valorização do Patrimônio Jesuítico

Uma vez que os valores que embasaram historicamente a atuação do IPHAN se mostram, muitas vezes, controversos e inadequados para a utilização com relação ao patrimônio cultural, como espero ter deixado claro na discussão sobre *autenticidade*, cumpre pensar numa (re)valorização do patrimônio, entendida como a atribuição de valores outros que não os de autenticidade, excepcionalidade, monumentalidade e ancianidade. Isto se torna ainda mais imperativo em se tratando do patrimônio cultural jesuítico que, como também já procurei mostrar, apresenta uma trajetória de refuncionalização e descaracterização, muitas vezes intencional, após a expulsão dos jesuítas da colônia portuguesa da América, produzindo hoje um conjunto de bens com características bem diversificadas, dos quais cumpre apontar a origem comum, inclusive como forma de ressaltar as suas diferentes trajetórias até o momento da sua proteção oficial. Assim como os efeitos que essa proteção teve nessa mesma trajetória.

Essa (re)valorização, a meu ver, deve ser feita baseando-se em dois princípios. Em primeiro lugar, a *importância da atribuição de valor* como principio básico que define o que deve, ou não, ser considerado parte do patrimônio cultural nacional, em substituição à idéia dominante nos primeiros anos de atuação do SPHAN de que o patrimônio cultural teria um valor intrínseco. A noção de *atribuição de valor* está na base da idéia de patrimônio cultural. Como explicou Cecília Londres, é pelo valor que lhes é atribuído enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos nacionais, por atores definidos e em circunstâncias específicas, que determinados bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para as gerações futuras. A autora chama ainda a atenção para a historicidade do processo de atribuição de valor quando afirma que:

> a recepção dos bens tombados tem uma dinâmica própria em dois sentidos: primeiro, no da mutabilidade de significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos (...); segundo, no da multiplicidade de significações e de valores atribuídos, em um mesmo momento e um mesmo contexto, a um mesmo bem, por grupos econômica, social e culturalmente diferenciados. (Op. cit., p. 44)

Em segundo lugar, a proposta de um *enfoque totalizante* do patrimônio cultural, como a que faz Laurent Lévi-Strauss (2001). Esse enfoque pretende superar a separação entre patrimônio material e patrimônio imaterial, para enxergar o patrimônio cultural como um conjunto complexo de manifestações múltiplas e interdependentes dos componentes da cultura de um grupo social. Dessa forma, essa abordagem se concentra não mais no estudo do monumento em si mesmo, mas nos modos de vida, nas crenças, nos saberes, nas relações sociais que esse monumento reflete. Como diz o autor: "Cada testemunho material não é mais, portanto, considerado isoladamente, mas em seu contexto e na compreensão das múltiplas relações que mantém de modo recíproco com seu ambiente físico – cultural e natural – e não-físico". (Ibid., p. 24)

Partindo desses princípios, proponho dois caminhos para a (re)valorização do patrimônio cultural jesuítico: Por um lado, a recuperação da sua *dimensão histórica*, pela re-inserção desses bens no contexto histórico e no quadro das relações sociais em que foram produzidos; e, por outro, a recuperação da sua *dimensão simbólica*, pela análise do simbolismo da arquitetura jesuítica para o trabalho de catequese da Companhia de Jesus.

No primeiro caminho cabe, por um lado, recuperar a sua importância no contexto histórico em que estavam inseridos no momento da sua produção e, por outro, a importância desse mesmo contexto histórico para a historiografia brasileira.

Os processos de colonização e de catequese do Novo Mundo estiveram, desde o seu princípio, indissoluvelmente ligados. Como define o antropólogo Luiz Felipe Baeta Neves, A expansão ocidental dos séculos XV/XVI era uma expansão bifronte. Supunha uma incorporação territorial e uma incorporação espiritual. A segunda das quais ficava a cargo das ordens missionárias (1974, p. 10). A principal das quais, a Companhia de Jesus. José Maria de Paiva também ressalta os laços estreitos que se estabeleceram entre colonização e catequese no Novo Mundo (1982). Com o objetivo de analisar como a mensagem religiosa atendeu

aos objetivos da colonização, esse autor acaba por reconhecer na catequização não uma força simplesmente aliada da colonização, mas uma força realmente integrada a todo o processo colonial. Segundo ele, "a universalidade do *orbis christianus* se viu ameaçada com a descoberta de regiões enormes, brutas, selvagens, cujas populações não falavam a língua cristã e não conheciam o Deus cristão". (Ibid., p. 23) Dessa forma, a unidade do mundo, fundada sobre a realidade de Deus, obrigava papas e príncipes à manutenção da fé e à luta pela sua implantação em territórios onde ela fosse renegada ou ainda desconhecida. Se aquela unidade permanecesse quebrada pela infidelidade, diz ele, por-se-ia em risco não só o equilíbrio social, mas o próprio equilíbrio cósmico. Era evidente, portanto, a necessidade da cristianização. A anexação dos novos territórios compreendia necessariamente o batismo de seus habitantes.

Como explica Luiz Felipe Baeta Neves, a catequese é um esforço racionalmente feito para conquistar homens. Um esforço para acentuar a semelhança e apagar as diferenças.[51] Ou, como diz José Maria de Paiva: "Conquistar é sujeitar" (Op. cit., p. 46). E a sujeição implica em uma imposição de governo e administração, mas também de regime e modo de vida novos. A sujeição impunha a cultura portuguesa. Para os portugueses, a sujeição era uma questão de segurança e de êxito na colonização: "É a partir da sujeição que se poderá pensar num trabalho sistemático de imposição cultural, a cargo sobretudo da catequese" (Ibid., p. 46). A catequese exigia uma transformação daqueles costumes que não se conformavam com os parâmetros culturais portugueses. Como afirma José Maria de Paiva: "Urgindo a transformação dos costumes dessemelhantes, a catequese se revelava perfeitamente como instrumento da colonização" (Ibid., p. 87). Por isso, para o antropólogo Luiz Felipe Baeta Neves, assim como para os estudos mais recentes nas áreas de História e de Antropologia, este trabalho de imposição cultural, implícito no trabalho de catequese levado a efeito pelos padres da Companhia de Jesus, implicava numa *violência simbólica* contra a cultura indígena, principal alvo da catequese jesuítica. Segundo aquele autor, o trabalho de catequese da Companhia de Jesus foi "uma forma atuante de violentar as culturas indígenas" (Op. cit., p. 105).[52] Dessa forma, O trabalho de catequese da Companhia de Jesus assumiu extrema importância no processo de colonização e conquista portuguesa da América, ajudando a *pacificar* ou a *civilizar* indígenas e colonos, pelo estabelecimento dos seus Aldeamentos e Colégios.

A colonização do Novo Mundo, muitas vezes, encontra sua principal justificação no princípio da difusão da fé. Mas há também casos de penetração em que a cruz precedia a conquista militar.[53] Estabelecido muitas vezes em regiões de fronteira ainda por colonizar, a mensagem transmitida pelo complexo arquitetônico àqueles que chegavam ao desconhecido e selvagem espaço da colônia era, como diz Beatriz Oliveira, do "primeiro símbolo de civilização" (1988, p. 40).[54] A implantação de uma igreja e um *Colégio* se

---

[51] *Diferenças acentuadas pela forma como os missionários cristãos enxergavam os indígenas. Em primeiro lugar, o indígena é visto como um grupo homogêneo, sem diferenças significativas quer quanto à raça, cultura, origem ou qualquer outro traço distintivo. Portanto, não há índios no sentido de uma pluralidade e especificidade culturais, raciais ou históricas (Op. cit., p. 22). O repúdio à animalidade do indígena centralizava-se em três formas de comportamento qualificadas de repugnantes e que seriam comuns a todos os nativos, segundo a visão impessoalizante dos europeus: o incesto, o canibalismo e a nudez. Três formas de comportamento vistas como demonstrativos da barbárie em que viveria o gentio, e da indigência da cultura índia, que desconheceria regras e interdições fundamentais para o funcionamento de uma vida social (Ibid., p. 29).*

[52] *Pierre Bourdieu define violência simbólica como a utilização de sistemas simbólicos (como a religião, por exemplo) como instrumento de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre outra. (2006, p. 7-15)*

[53] *Como afirma Romano (1995), laços estreitos se estabeleceram entre a guerra e a evangelização. Lembra Charles Ralph Boxer que a missão religiosa como uma instituição de fronteira foi uma característica da colonização ibérica em muitas regiões. Explica este autor que nas colônias espanholas, a responsabilidade da pacificação das regiões fronteiriças foi dada, a princípio, aos missionários das ordens religiosas, acompanhados, sempre que necessário, de pequenas escoltas ou guarnições militares. O seu papel seria puramente defensivo e limitado à proteção dos missionários e dos ameríndios subjugados. Quando uma região estava totalmente pacificada e os seus habitantes convertidos e de novo instalados em aldeias e comunidades agrícolas, então os missionários entregavam as suas responsabilidades ao clero secular e avançavam para outro local de ação no interior. (1989, p. 98)*

[54] *Em seu livro, a autora objetiva mostrar como a arquitetura jesuítica era a expressão dos princípios que orientavam a ação catequética da Companhia. Em particular, ela procura demonstrar como a visão de mundo do jesuíta, a forma como concebiam a sua ação catequética e o papel que reservavam à educação formal se refletiam no projeto arquitetônico dos colégios construídos na colônia.*

constituía nos germes de futuros núcleos urbanos e asseguravam a transmissão e conservação da cultura portuguesa em terras distantes, garantindo para a metrópole o controle e o domínio destes lugares.

> O colégio, a igreja e a residência, com sua arquitetura e ideais implícitos, foram a orientação segura dos colonos na transmissão e conservação da cultura luso-européia. Nesses estabelecimentos não só a Igreja Romana pôde propagar a fé católica e os valores do humanismo renascentista, como também imprimir a hegemonia político-ideológica do Estado absolutista português. (Ibid., p. 25)

Os *Aldeamentos*, por sua vez, estabelecidos com o fim de auxiliarem ao trabalho de catequese dos indígenas, também serviam como baluartes de defesa da Coroa portuguesa contra ataques de corsários de outras nações e dos indígenas "selvagens".[55] Localizavam-se nos arredores de vilas e cidades, com função doutrinária, econômica e política. Explica Rosana Najjar que, inicialmente, os Aldeamentos eram implantados próximos dos núcleos portugueses já existentes. Os indígenas transferidos para os aldeamentos auxiliavam, dessa forma, a proteger dos índios "bravos" os moradores dos núcleos urbanos. Esta proximidade, porém, mostrou-se prejudicial, pois as "más influências" dos portugueses afetavam a catequese. A partir do governo de Mem de Sá (1557-1572), as aldeias passam a não se localizar mais tão próximas dos núcleos portugueses, mas também não tão distantes que esses núcleos não pudessem socorrê-las, se necessário. Ou vice-versa. Dessa forma, os índios dos aldeamentos eram utilizados tanto como mão-de-obra quanto para defesa das áreas urbanas que orbitavam. A partir de então, informa a autora, a escolha da sua localização estava ligada a este aspecto (NAJJAR, op. cit., p. 44).[56]

No caso do estabelecimento dos jesuítas em Piratininga, Serafim Leite sintetiza a importância do Colégio de São Paulo em sentença que ressalta a indissociabilidade entre os interesses da catequese e os da colonização: "O Colégio de Piratininga foi, na Capitania de São Vicente, o grande núcleo fixador, formando-se à sua roda, uma série de Aldeias, que vieram a ser mais tarde a melhor defesa de S. Paulo." (Op. cit., tomo I, p. 301) Porém, como visto anteriormente, na sua narrativa, ele associa a *ocupação do território colonial* à *formação da nacionalidade brasileira*, como se o segundo fosse decorrência necessária do primeiro. Segundo Leite, ao estabelecerem-se em Piratininga, os jesuítas tinham em vista "ensinar os meninos, e preparar, cômoda, econômica e pacificamente, nos próprios locais, os futuros apóstolos da catequese e *civilização brasileira*." (Ibid., p. 275) Dessa forma, a ação jesuítica se apresenta, na obra de Serafim Leite, como definitiva também para a construção do território nacional e da nacionalidade brasileira. Assim, território e nacionalidade brasileiras passam a ser encaradas pelo autor, mesmo que inconscientemente, como uma herança da colonização portuguesa.[57] E na construção dessa herança, o trabalho de catequese dos missionários da Companhia de Jesus teria desempenhado um papel importante como cimento na obra de arquitetura política da monarquia portuguesa que impediu a fragmentação da sua colônia em uma

---

[55] Baeta Neves interpreta o estabelecimento dos aldeamentos como um plano de colonização. Uma forma de sujeitar os indígenas, ao mesmo tempo, à vida cristã e à Coroa portuguesa. Segundo o autor, a reunião de grupamentos indígenas de tradições culturais diferentes em um mesmo Aldeamento os deixava mais vulneráveis a uma força homogeneizadora centralizada. O estabelecimento dos aldeamentos seria também peça essencial para se compreender a mudança das posições jesuítas quanto às formas ideais de relacionamento com os indígenas. Marcando uma série de alterações nas políticas de conversão jesuíticas. Era uma alternativa à estratégia de pregação nas próprias aldeias indígenas, que gerava batismos em massa, mas pouco duradouros. Era também uma forma de remediar a carência de padres e de combater o nomadismo indígena, que dificultavam o contato e a catequese. Regulava também o relacionamento entre colonos e indígenas, evitando o contágio pelos "maus-exemplos" e normatizando a escravidão indígena (o que fará com que os aldeamentos sejam mal recebidos pela população "branca"). (Op. cit., p. 66-90)

[56] Afirma essa autora que a aldeia é a base do projeto missioneiro colonial. (Ibid., p. 45)

[57] Ilmar R. de Mattos, em seu artigo Construtores e Herdeiros, chama a atenção para esse caráter de herança que reveste o território e o nome da nação fundada no início do século XIX, a partir do seu rompimento político com a metrópole. Nessa ocasião, os construtores da nova nação eram ao mesmo tempo herdeiros daquela dupla herança. E essa herança, à qual ainda se juntavam o patronímico de brasileiros e a língua portuguesa, definiria os rumos daquela construção (2005). A influência dessa herança se expressaria, no século XIX, na opção pela monarquia como organização política da nova nação; enquanto que na República, principalmente após 1930, iria alimentar o discurso que encontra no período colonial as raízes da nacionalidade brasileira, como forma de desqualificar o regime imperial e o neoclassicismo como importações européias.

infinidade de repúblicas autônomas por ocasião da sua independência, a exemplo do que aconteceu com as colônias espanholas da América. A obra de Serafim Leite é herdeira de uma tradição historiográfica oriunda do século XIX, na qual a História é concebida como a biografia do Estado-nação e cujo discurso é marcado por forte cunho nacionalista, que, ao atrelar por meio de um *deslizamento discursivo* aqueles dois processos, busca as origens da nação brasileira no período de colonização e coloca os jesuítas como nada menos do que co-partícipes da fundação desse Estado-nação.[58]

Esse discurso influenciou a atuação do SPHAN nos seus primeiros tempos. A sua existência marca a distinção dada pela historiografia à atuação da Companhia de Jesus frente à das outras ordens religiosas que atuaram na colônia portuguesa da América, como co-fundadores da nacionalidade brasileira.

O segundo caminho por mim proposto para a (re)valorização do patrimônio cultural jesuítico prega a necessidade da recuperação da sua *dimensão simbólica*, nesse caso, chamando a atenção para o simbolismo da arquitetura em *quadra*, projeto construtivo básico dos complexos arquitetônicos jesuíticos nos primeiros séculos de colonização, para o trabalho de catequese da Companhia. Rosana Najjar e Beatriz Oliveira fazem uma análise da arquitetura jesuítica concentrando-se a primeira nos *Aldeamentos* e a segunda nos *Colégios*, tendo em vista mostrar como a arquitetura em quadra era parte integrante do processo de catequese/colonização da Companhia, correspondendo aos princípios morais e ideológicos da Ordem.[59] Segundo Najjar, esse programa construtivo "é a tradução material dos objetivos políticos e ideológicos daqueles que o adotaram". (Op. cit., p. 163)

Diz Beatriz Oliveira que os jesuítas percebiam com clareza o potencial pedagógico das artes e atribuíram, na sua lida, papel de grande importância ao teatro, música, pintura e escultura, literatura, oratória e, principalmente, à arquitetura. Por isso, nas construções jesuíticas, principalmente nos lugares de culto, cada espaço, cada objeto e até os elementos decorativos serviam a um fim determinado. Segundo a análise da autora, na organização espacial em quadra dos *Colégios* e *Residências,* materializava-se o *equilíbrio entre a vida ativa e a vida ascética*, que marca o estilo da religiosidade jesuítica. Por isso, igreja, colégio e residência deveriam estar unidos, uma vez que a vida do missionário estava implicada nas atividades religiosas e docentes. A conjunção entre reclusão e vida ativa poderia ser conseguido por um simples fechar de portas e janelas. (Op. cit., p. 68)

A necessidade de expressar a hierarquização do universo, que se refletia na organização hierárquica da Ordem, encontrava-se também na organização interna das diversas partes que compunham a *quadra*, de acordo com a diversidade de funções que abrigava, servisse de Colégio ou apenas de Residência: "A construção é ordenada como o são os astros: gira em torno de um centro que a organiza e comanda. As diversas funções que lhe compõem o programa construtivo estão ligadas entre si, disciplinar e hierarquicamente, por este raio invisível". (Ibid., p. 64) O traçado em *quadra* procuraria uma harmonia totalmente controlada. Cada atividade tem o seu lugar específico determinado: "Residência, aulas, oficinas, serviços e igreja ocupam nesta planta homogênea espaços delimitados e determinados que obedecem a uma hierarquia posicional". (Ibid., p. 58) E deveria, sobretudo, permitir que o olhar do Superior alcançasse com facilidade as todas as partes. Nas plantas jesuíticas, a necessidade das hierarquias precisas era levada ao extremo das classificações. Como afirma a autora:

---

[58] *A produção historiográfica mais recente põe a descoberto a historicidade desse discurso, ressaltando que os dois processos não são uma decorrência natural um do outro. Sendo dois processos com questões próprias e independentes. Enquanto historiadores que estudam a colonização, hoje se dedicam a investigar questões referentes às relações de poder entre colônias e metrópole, relações comerciais entre as diversas partes do Império, ou as especificidades da sociedade formada no processo de colonização; historiadores que se debruçam sobre o processo de independência, analisam questões como a forma particular como se deu esse processo na colônia americana de Portugal e as múltiplas opções que se apresentaram àqueles que tomaram a si a tarefa de construir a nova nação.*

[59] *Deve-se ressaltar, como faz Maria Cristina Coelho Duarte, que a quadra, como programa construtivo, já era bastante difundida como base das construções dos mosteiros das ordens religiosas na Idade Média, que utilizavam o pátio interno para meditação e recolhimento, onde o silêncio era a lei primeira, e a proibição da entrada de estranhos à ordem religiosa, a lei maior. O jesuíta, porém, diz a autora, "transformou esse claustro silencioso e de entrada proibida no centro principal de suas atividades". (Op. cit., p. 82)*

> No espaço organizado, a arte das distinções e a exigência de clareza. O sentido da construção de um mundo monista e puro, onde qualquer mistura tende a trazer confusão e desordem. Por isso convém manter separados os pátios e, se isto não for possível, que se conserve pelo menos apartados os diferentes serviços por meio dos pavimentos ou quartos de quadra específicos. (Ibid., p. 96)

Referindo-se particularmente aos Colégios, afirma Beatriz Oliveira que a construção em *quadra* expressava as características da pedagogia jesuítica e atendia às regras de "recolhimento e decência". A autora ressalta que a educação jesuítica se caracterizava por ser uma educação que ignorava o mundo do trabalho produtivo e voltava-se para a construção de um mundo particularizado e ideal onde apenas o pensar era privilegiado. (Ibid., p. 69) O objetivo era formar o indivíduo nas virtudes que deveriam constituir a base da vida social, e maneira a recuperar a sociedade através da sua ação. Os edifícios das escolas e das residências deveriam funcionar como instrumentos pedagógicos de forma a atingir aquele objetivo: "São (...) espaços pedagógicos, estes que os jesuítas projetaram. Possuem uma linguagem didática no sentido em que constituem sua metalinguagem e, ainda, por determinarem um processo específico de ensino-aprendizagem condicionado ao seu uso". (Ibid., p. 4)

Dessa forma, valorizar o simbolismo da arquitetura em *quadra*, e o que ela expressa do modo de vida que os jesuítas criaram na colônia e das relações sociais em que eles estavam inseridos, mais do que o seu valor estético (juízo sempre variável com o tempo), é uma forma de (re)valorizar esses vestígios materiais do patrimônio cultural jesuítico buscando escapar das armadilhas criadas pelo valor tradicionalmente utilizado de *autenticidade*. Maria Cristina Duarte chama a atenção justamente para a manutenção do pátio interno no Colégio de Vitória, após as reformas que o transformaram no Palácio Anchieta, como forma de justificar o seu tombamento em nível federal. Porém, como afirma a própria autora na sua análise arquitetônica do edifício atual, o pátio interno foi reduzido em suas dimensões, perdeu a sua função de centro da quadra e o edifício "lhe deu as costas". (Op. cit., p. 122) Enquanto arquiteta, a autora busca nas características arquitetônicas atuais do edifício elementos de permanência das características jesuíticas como forma de justificar o seu tombamento. Buscando fugir, porém, da armadilha posta pela valorização da *autenticidade*, esbarra na armadilha da *ancianidade*, ao tentar relacionar a construção atual com a do período colonial, entendido como o período de *formação da nacionalidade brasileira*, repetindo o mesmo *deslizamento discursivo* de Serafim Leite e da historiografia nacionalista a que já me referi:

> Enquanto aquelas paredes **que foram construídas junto com o Brasil** e que são, portanto, o suporte de uma história (de uma vivência, de uma transformação, de uma evolução) se mantiverem, mesmo que associadas a pedaços apostos ao longo de sua existência, o edifício terá resguardado seu caráter de permanência. (Ibid., p. 137) [O grifo é meu]

A meu ver, a própria autora sugere, no seu estudo, caminho mais fértil para a valorização do Palácio Anchieta como patrimônio cultural quando questiona

> Será que para ser considerado monumento nacional, as características formais originais devem necessariamente estar ainda evidentes? Não seria a própria história do bem, sua participação numa história de abrangência nacional e o fato de ter abrigado em vida e reverenciado posteriormente a figura do Padre Anchieta, abrigando seus despojos mortais, fortes argumentos para a defesa de sua inclusão como patrimônio histórico da nação? (Ibid., p. 104)

Considerações Finais

Da análise das trajetórias dos antigos Colégios Jesuíticos de Vitória e São Paulo pode-se concluir, antes de qualquer coisa que para se pensar a categoria de *Patrimônio Cultural Jesuítico* sob o ponto de vista de uma perspectiva mais sintonizada com os avanços das discussões sobre patrimônio cultural e da historiografia sobre a atuação da Companhia de Jesus na colônia, faz-se necessária a atribuição de novos valores. Valores capazes de darem unidade a um conjunto hoje muito variado de bens, que devem incluir não só os vestígios materiais da atuação da Companhia de Jesus na colônia, patrimônio já consagrado pela historiografia nacionalista e pela atuação do SPHAN, mas também outros aspectos da ação missioneira da Ordem igualmente importantes para o seu trabalho de catequese / colonização.

Conclui-se também pela necessidade de desnaturalizar a atribuição tradicional de valores utilizada pelo órgão, baseada nas noções de *autenticidade*, *monumentalidade*, *excepcionalidade* e *ancianidade* na definição do que constituiria o Patrimônio Cultural Jesuítico, ressaltando a sua historicidade. A meu ver, tais valores, apesar de consagrados pelo uso, apresentam-se hoje inadequados para o trabalho com um patrimônio cuja origem comum é apagada pelas diferentes trajetórias que lhes modificaram a forma, mas lhes preservaram o simbolismo. A valorização desse simbolismo foi o que procurei ressaltar nos dois caminhos apontados na minha proposta de (re)valorização desse patrimônio.

Nos casos dos vestígios materiais da Companhia tratados nesse trabalho, a guerra de representações que os envolveu na disputa pela construção da memória local e nacional fez com que alguns fossem descaracterizados pouco tempo após a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses.[60] Se, no início do século XX, essa guerra de representações, que envolve os espaços mais importantes de todos os núcleos urbanos, e que decide qual memória deve ser lembrada e qual deve ser esquecida pela população, dava a vitória ao ecletismo como símbolo da vitória do progresso sobre o atraso colonial, hoje o jogo virou a favor das origens coloniais nas duas construções por mim analisadas.[61] E determina medidas como a reconstrução de um bem já descaracterizado, como no caso do Colégio de São Paulo como forma de recuperar a sua origem colonial.[62]

No caso do Pátio do Colégio, o valor deixa de residir na sua autenticidade, desde há muito ausente, qualquer que seja a definição que se dê para esse conceito, e passa a residir no simbolismo não só da construção, mas daquele lugar. A construção da sua memória oficial, aquela que momentaneamente detém a hegemonia, chama a atenção para a participação daquele lugar para a vida da população paulistana, em primeiro lugar como berço da cidade, mas também como local de manifestações populares, tanto na época em que lá se encontrava o Colégio dos Jesuítas quanto quando passou a sediar o Governo do Estado.

Dessa tentativa de reflexão se impõe como conclusão maior a de que não é adequada a avaliação da importância de um bem enquanto patrimônio cultural a partir do valor de autenticidade, tão caro às correntes mais conservadoras daqueles que militam nas fileiras da proteção ao patrimônio cultural. Sempre carente de autenticidade, em última análise, a sua importância como patrimônio cultural deve ser justificada com base em valores simbólicos que ressaltem a sua participação na história da ocupação de um território e da formação de uma nacionalidade (sempre uma construção discursiva da nação), e a sua participação na história de vida de cada um dos habitantes que, diariamente entram em contato direto com ele. Em que nível essa é, na maior parte das vezes, uma construção ideológica mais ou menos bem sucedida é difícil dizer. O que sobressai é a necessidade que um monumento tem de expressar a identidade de uma coletividade, antes de qualquer outra coisa, para ser considerado um Patrimônio Cultural.

---

[60] Michel Pollak chamou a atenção para a idéia da memória em disputa. A esse respeito ver POLLAK, 1992, p. 200-215.

[61] Mesmo que essas origens não estejam mais impressas na sua aparência.

[62] Para o caso do Pátio do Colégio, assim como para casos semelhantes, como sugestão de metodologia de abordagem que busque aquele enfoque totalizante associando materialidade e imaterialidade, talvez possa se pensar na sua valorização a partir da categoria de Lugar, na medida em que a população paulistana reconhece aquele como lugar de celebração coletiva e cívica das origens de São Paulo, da memória da cidade, conforme proposta pelo Decreto do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000).

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico.* 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOXER, Charles Ralph. *A Igreja e a Expansão Ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1989.

______. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Renato Pereira. A Espacialidade Missioneira Jesuítica no Brasil colonial. In: CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de (coord.). *A Forma e a Imagem*: Arte e Arquitetura Jesuítica no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Departamento de História PUC, s/d, p. 147-180.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. Utopia e Realidade: O Real Colégio de Jesus da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. In: ______ (Org.). *A Forma e a Imagem*: Arte e Arquitetura Jesuítica no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Departamento de História PUC, s/d, pp. 35-85.

CHOAY, Françoise. Sete proposições sobre o conceito de autenticidade e seu uso nas práticas do patrimônio histórico. In: *Conference de Nara sur l'Authenticité*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Paris: UNESCO, 1995, p. 101-120.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória:* a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40). 1998. Tese (Doutorado em História) UFF. Niterói.

______. A Noção de autenticidade nas práticas de preservação cultural no Brasil: representações em disputa. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta & PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *História e Linguagens*: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Casa de Rui Barbosa, 2006, p. 295-306.

COSTA, Lucio. A Arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-103, 1941.

DUARTE, Maria Cristina Coelho. *Palácio Anchieta*: o testemunho de uma transformação. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

EDMUNDO, Luiz. Olhando para atraz. In: ______. *Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. v. 1, p. 11-47.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: IPHAN, UFRJ, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologia nacionais: o problema dos patrimônios nacionais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

______. *A Retórica da Perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC-IPHAN, 1996.

LEITE, Edgard. Memória Mítica Indígena e História: natureza das ações jesuíticas no período colonial. In: Relações Interculturais na América Latina. Rio de Janeiro: NUSEG/INTERCOM, 1998, p. 69-84.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugália/Civilização Brasileira, 1938.

LEMAIRE, Raymond. Autenticidade e Patrimônio Monumental. Tradução por Beatriz Mugayar Kühl. *Restauro*, Napoli, 1994, n. 129, p. 7-24, 1994.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: o novo decreto para a proteção dos bens imateriais. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 147, p. 23-27, out-dez, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e Herdeiros. *Almanack Brasiliense*, n. 1, 2005.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Geraldo Dutra de. *A Igreja e o Colégio dos Jesuítas de São Paulo.* São Paulo: Prefeitura do Município, 1979.

NAJJAR, Rosana Pinhel Mendes. *Catequese em pedra e cal:* estudo arqueológico de uma igreja jesuítica (Nossa Senhora da Assunção – Anchieta/ ES). 2001. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo. São Paulo.

NEVES, Luiz Felipe Baeta. *O Combate dos Soldados do Cristo na Terra dos Papagaios*. 1974. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio Janeiro.

OLIVEIRA, Beatriz Santos. *Espaço e Estratégia*: consideração sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Rio de Janeiro/ Minas Gerais: José Olímpio/ Prefeitura Municipal, 1988.

PAIVA, José Maria de. *Colonização e Catequese*, 1549-1600. São Paulo: Cortez, 1982.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

ROMANO, Ruggiero. *Mecanismos da Conquista Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SALGADO, César. *O Pátio do Colégio*: História de uma igreja e uma escola. São Paulo: s/ed., 1976.

ANEXOS

Descrição dos Processos de Tombamento Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

Aline Bezerra de Menezes
Historiadora

Sérgio Barra
Historiador

Bahia

01) Catedral Basílica (Salvador) Proc. 84-T-38 do Livro de Belas Artes.

1. CERTIDÃO de 19/02/1938 assinada pela Auxiliar de Escrita, Judith Martins, acusando que a notificação nº 23 de 17/02/1938, relativa à inscrição da Catedral no Livro do Tombo foi assinada e expedida para o Deão M. Ildefonso Nunes de Oliveira.
2. NOTIFICAÇÃO nº 188 de 23/05/1938 de RMFA para o Deão, solicitando anuência e acusando a falta de resposta da notificação anterior. Dá um prazo de 15 dias para anuir ou impugnar o processo.
3. CARTA de recebimento e anuência de 14/06/1938. Telegrama sobre o mesmo assunto.
4. DOCUMENTO de inscrição: RMFA manda inscrever em 25/05/1938, sendo inscrito na mesma data e assinado por Carlos Drummond.
5. CERTIDÃO de tombamento expedida em 20/09/1982.

À esquerda: Frontispício da Catedral Basílica de Salvador, antiga Igreja do Colégio dos Jesuítas, ca. 1858. Foto de Victor Frond. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Coleção Marques dos Santos.; Interior da Catedral. Foto de Clarival Prado Valadares. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Negativo.

À direita: Frontispício da Catedral. Foto de Pinheiros, 1943. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Negativo.

Vistas das fachadas principal e lateral da Igreja do Seminário em Belém da Cachoeira (BA). Fotos de Pinheiros. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro. Negativo.

02) Igreja do Seminário (Belém da Cachoeira). Proc. 122-T-38 do Livro de Belas Artes.

1. CERTIDÃO de 18/02/1938, assinada por Judith Martins sobre a inscrição de várias edificações no Livro do Tombo incluindo a Igreja e Seminário de Belém. Afirma que foi mandada notificação ao arcebispo da Bahia.
2. NOTIFICAÇÃO nº 186 de 23/05/1938 de RMFA para o arcebispo acusando falta de resposta e estipulando prazo para a mesma.
3. RESPOSTA do bispo em 14/06/1938.
4. DOCUMENTO de inscrição de todos os bens em 17/06/1938.

Vista do altar-mor da Capela da Ajuda em Salvador (BA). Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

03) Capela da Ajuda (Salvador) Proc. 122-T (OBS: faz parte do processo da Igreja do Seminário de Belém da Cachoeira).

1. OFÍCIO nº 170 de 22/09/1956 de Godofredo Filho, chefe do 2º Distrito para RMFA, informando sobre incêndio e que estiveram no local em contato com as autoridades responsáveis pelo imóvel.
2. OFÍCIO nº 971 de 27/09/1956 de RMFA para Godofredo Filho, pedindo informações sobre o imóvel e se há algo que justifique proteção. Afirma que, segundo a documentação existente no arquivo da DPHAN, somente um turíbulo do século XVII mereceria atenção da instituição.
3. OFÍCIO nº 235 de 19/12/1956 de Godofredo Filho para RMFA, enviando listagem de bens da Igreja da Ajuda que "merecem proteção". Afirma que quanto à arquitetura, o imóvel atual foi construído no século XX em substituição à primitiva igreja jesuítica de mesma invocação e não tem valor para proteção.
4. CÓPIA datilografada de documento sem data ou assinatura: "Igreja da Ajuda – Salvador. Quando tombada, por inadvertência e mais em atenção à primitiva Ajuda de que herdou as tradições, já não lembrava a igrejinha do Padre Nóbrega, a Sé de palha era uma outra inaugurada nas imediações daquela no ano de 1923. Restam-lhe, apenas, de excepcional valor, como acervo dos primeiros tempos, algumas imagens, alfaias, e uma lápide datada de 1579".

5. PROCESSO 122-T – Igreja da Ajuda / Salvador. Neste documento, Carlos Drummond, chefe da Seção Histórica, pede que se solicite ao chefe do 2º Distrito que indique precisamente os elementos remanescentes da antiga Igreja da Ajuda que convêm tombar especificamente para poder cancelar o tombamento em conjunto do imóvel. Assinado por Drummond e RMFA em 05/02/1957.
6. OFÍCIO nº 1204 de 09/09/1958 de RMFA para Godofredo Filho, pedindo para enviar ao Bispo a notificação de tombamento dos bens da Igreja da Ajuda, uma vez que a construção “carece de interesse histórico e artístico”. Informa que o guarda-corpo do púlpito não foi incluído por não ser comprovada sua ancianidade. Inclui notificação nº 803 com listagem dos bens.
7. OFÍCIO nº 1561 de 27/11/1958 de RMFA para Godofredo Filho: pergunta se a notificação foi entregue ao Bispo.
8. OFÍCIO nº 259 de 11/12/1958 de Godofredo Filho para RMFA, informando que entregou a notificação mas que o Bispo só iria consentir o tombamento depois de inventariar as peças.
9. OFÍCIO nº 05 de 02/01/1980 de Aloísio Magalhães para arquiteto Eduardo Furtado de Simas, diretor-substituto da 4ª D.R. da Sphan: Solicita informações sobre os bens da igreja e acusa falta de resposta da notificação 803 de 09/09/1958.

Interior e frontispício da Igreja Matriz da Ajuda em Jaguaripe (BA). Fotos de Pinheiros, 1941. Arquivo Central do IPHAN / Seção Rio de Janeiro. Negativo.

04) Igreja Matriz da Ajuda (Jaguaripe) Proc. 281-T-41 dos Livros de Belas Artes e Histórico.

1. NOTIFICAÇÃO nº 477 de 21/08/1941 de RMFA para Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, D. Augusto Álvaro da Silva, avisando do tombamento do Convento de Santo Antonio do Paraguassú em Cachoeira, da Igreja Matriz de N.S. da Purificação em Santo Amaro e de N.S. da Ajuda em Jaguaripe. Pede anuência.
2. DOCUMENTO de recebimento da notificação de 17/09/1941, aprovando o tombamento e com visto de RMFA.
3. DOCUMENTO de inscrição: Rodrigo manda inscrever em 25/09/1941.

Acima: Frontispício e altar-mor da Capela de N. S. da Escada, Salvador (BA), 1957. Fotos de Jair. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Abaixo: Frontispício da Capela de N. S. da Escada, Salvador (BA), posterior a 1957. Foto de Falcão. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

05) Capela de N. S. da Escada (Salvador) Proc. 560-T-57 do Livro Histórico.

1. OFÍCIO nº 76 de 04/04/1957 de Godofredo Filho para Rodrigo, encaminhando relatório com dados históricos sobre Capela da Escada e Matriz de Abrantes. Ambas, edificações jesuíticas dos séculos XVI e XVII respectivamente. Envia plantas e fotografias para fins de tombamento. O estudo da Capela da Escada, de Jair Brandão de 27/02/1957, faz um histórico: foi doada aos jesuítas em 1572 (não foi construída por eles). Afirma que as paredes, fachada principal e torre devem ser as originais ou no máximo, do século XVII. O interior foi quase todo modificado, menos o arco cruzeiro e um púlpito. Julga que, apesar da pobreza, a capela é "merecedora" de tombamento pelo seu conjunto "mais ou menos puro".
2. OFÍCIO nº 489 de 10/04/1957 de RMFA para Godofredo Filho, acusando recebimento e encaminhamento para a Divisão de Estudos de Tombamento para exame.
3. DOCUMENTO de 09/06/1958 onde Paulo Thedim Barreto opina contra o tombamento da capela utilizando argumentos fornecidos pelo estudo de Jair Brandão: "Capela primitiva bastante modificada, interior com pouca ligação com a antiga ermida a não ser o arco cruzeiro e um púlpito com taça de pedra; o terreno em que se assenta foi adulterado pelo corte que sofreu o morro".
4. OFÍCIO nº 808 de 11/06/1958 de RMFA para Godofredo Filho, avisando do parecer.
5. CARTA nº 04 de 19/01/1959 de Godofredo para Rodrigo: refere-se a correspondência de Rodrigo de setembro e outubro de 1958, solicitando especificações de obras com orçamento, referente à restauração pleiteada pelo amigo de Rodrigo, Dr. Heitor Pedro Farias, para a Capela da Escada. Envia tais especificações. Afirma que a igreja é digna de tombamento e das obras projetadas, pois está "vinculada a fatos históricos de interesse" e também por "considerar, ainda intacta,

a mesma estrutura do século XVI, quanto à caixa". As fotos aludidas por Godofredo são de n. 116.009 a 116.014 (90) que constam no arquivo.

6. OFÍCIO nº 221 de 13/02/1959 de RMFA para Godofredo Filho. Avisando que para realização das obras é necessário pedido de reconsideração do despacho de arquivamento de pedido de tombamento, o que aconteceu quando foi negado o pedido. Para a reconsideração é necessário enviar as razões satisfatórias.
7. OFÍCIO nº 24 de 21/02/1959 de Jair Brandão chefe-substituto do 2º. Distrito para RMFA, reiterando pedido de tombamento lembrando que a igreja merece tombamento pela sua caixa que data do século XVI e pela "relação que tem com a história pátria desde o século XVI". Ressalta sua importância nas lutas contra os holandeses, pois foi ali que Mauricio de Nassau chegou e dali que teria saído derrotado.
8. DOCUMENTO de 26/02/1959 de Carlos Drummond, afirmando que os fatos elencados por Jair Brandão não justificam o tombamento. Em relação à caixa primitiva, afirma que a Seção de Arte deverá dar o parecer. Não concorda com todas as outras razoes do estudo de Jair Brandão.
9. DOCUMENTO de 30/01/1962 assinado por Carlos Drummond, confirmando a negação do tombamento pela Seção de História, mas ressalta que, como houve "obra de restauração em benefício do imóvel, o que importa em reconhecer o seu valor tradicional, parece impor-se a conveniência do tombamento, que dará coerência à atuação deste órgão." Sugere a revisão do processo. Rodrigo assina "de acordo" na mesma data e manda notificar autoridade eclesiástica.
10. NOTIFICAÇÃO nº 872 de 02/02/1962 de RMFA para Cardeal D. Augusto Álvares da Silva, avisando da inscrição e pedindo anuência.
11. CARTA de 07/02/1962 do Cardeal para RMFA, acusando recebimento agradecendo e lamentando a não realização das promessas anteriores.
12. Em 10/04/1962 RMFA manda inscrever. Judith Martins, chefe da Seção de Arte, registra inscrição.

06) Acervo paisagístico de Porto Seguro – Igreja de São Benedito ou do Colégio dos Jesuítas (Porto Seguro) Proc. 800-T-68 do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Histórico.

Volume 1

1. CARTA de 10/10/1957 de Adelar Maria de Andrade, prefeito de Porto Seguro, para o Ministério da Educação, Clóvis Salgado. Solicita proteção para os bens de Porto Seguro. Os primeiros argumentos são: "berço da nacionalidade", "faz parte do 1º capítulo da história do Brasil, pois ostenta os brasões agalardoados da sacrossanta epopéia do ano de 1500". A seguir, faz uma listagem dos marcos importantes, descrevendo-os e informando do estado em que estão. Entre eles há o Marco da Descoberta; duas fortalezas; igrejas e um velho casarão. Sobre a igreja de São Benedito e Colégio dos Jesuítas, afirma que este foi o primeiro Colégio do Brasil e

que restam apenas os alicerces. O telhado desabou e o prefeito aprovou a demolição para aproveitamento das pedras. A igreja de São Benedito requer pequenos reparos. Sugere o levantamento das paredes do Colégio. Afirma que as igrejas "exprimem uma remota época arquitetônica" e possuem belíssimas imagens.

2. CORRESPONDÊNCIA de 14/10/1957, encaminhando o pedido do prefeito para José de Sousa Reis que aprovou as reivindicações e sugeriu o tombamento do conjunto. Pede parecer de Lucio Costa.
3. CARTA nº 30 de 18/07/1959 de Godofredo Filho para RMFA. Em relação a Porto Seguro diz o seguinte: "Porto Seguro continua parece, sob o mesmo signo que infelicitou a Capitania e não permitiu jamais que a terra se reabilitasse. Nem o Donatário, nem Tomé de Sousa e Mem de Sá que ali estiveram, nem Nóbrega, nem Anchieta, nem os outros padres e nobres que ali se fixaram, nem os bandeirantes que dali partiram (...), ninguém, nada conseguiu dar a Porto Seguro vida, progresso, riqueza, comunicação com o resto do mundo. E, ainda hoje, permanece como uma espécie de terra abandonada, um simulacro de cidade, morta mas ilustre pelos seu passado e monumentos salvos, graças ao esquecimento a que foram relegados". (escreveu isso em função de dois enviados não terem encontrado o Prefeito, o presidente da Câmara e nem o Vigário). Promete enviar material fotográfico para as obras e possível tombamento. Em anexo: relatório dos enviados de 22/07/1959 assinado por Jair Brandão. Relata todos os monumentos: a igreja do Colégio é de adobe com vergas das portas e janelas de tijolos. Simples com telhado à vista, sem forro e piso de ladrilhos da última restauração.
4. JUSTIFICATIVA de 17/08/1959 assinada por Paulo Ormindo David de Azevedo. Trata da instalação da cidade, seu crescimento e destaques. Afirma que as igrejas e a Casa de Câmara e Cadeia não caíram por causa da interferência da DPHAN desde 1941. Por isso, pensa no tombamento do conjunto da Cidade Alta.
5. EXPEDIENTES enviados ao Presidente Castelo Branco a respeito de Porto Seguro.
6. RELATÓRIO de 12/11/1966 de Péricles Augusto Stuart Leão a Castelo Branco sobre Porto Seguro. Reclama do abandono da cidade pelas autoridades e pela DPHAN. Lista os monumentos, entre eles Igreja da Ajuda de 1549, levantada pelos jesuítas Vicente Rodrigues e Francisco Pires; Igreja de São Benedito construída em 1530 e o Colégio em 1539.
7. TELEGRAMA de 27/09/1967 de Renato Soeiro (EDPATRI-Bahia), solicitando providências para tombamento da parte antiga de Porto Seguro.
8. TELEGRAMA de 25/01/1968 de Renato Soeiro, solicitando urgente que enviasse proposta de tombamento.
9. OFÍCIO nº 25 de 19/03/1968 de Godofredo Filho para Renato Soeiro, mandando justificativa de tombamento feita em 12/03/1968. Sobre a igreja dos jesuítas: cita Fernão Cardim, descrevendo a igreja e residência. Afirma que Nóbrega, Anchieta, Francisco Pires, Vicente Rodrigues e Aspilcueta

À esquerda: Vista da Igreja do Rosário (de São Benedito ou do Colégio), 1959. Foto de Jair. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Negativo.

À direita: Coro da Igreja do Rosário (de São Benedito ou do Colégio), s.d. Foto de Erich Hess. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Negativo.

Navarro missionaram em Porto Seguro. A igreja atual é do século XVII, com base na carta do Padre Domingos Coelho de 06/02/1622 que reproduz um trecho. Afirma que a construção tem aparência frágil, "desativada no interior", e é mais uma ermida do que templo. Depois da expulsão dos jesuítas, a casa serviu de residência dos Ouvidores. Sobre a igreja da Ajuda, afirma que foi fundada por Francisco Pires, após sua chegada em 1550. Descreve-a como construção sólida e de agradável prospecto, embora no seu interior haja "pinturas modernas horrendas".

10. NOTIFICAÇÃO nº 1013 de 16/05/1968 de Soeiro para Gilberto José do Nascimento, prefeito de Porto Seguro. Informa da inscrição do "conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade alta de Porto Seguro, compreendido pela figura assim descrita: trecho de litoral com 1 km de extensão por 600m de profundidade, a contar da cota zero, tendo como centro a antiga Casa de Câmara e Cadeia". Manda notificação ao Bispo de Ilhéus, D. Frei Caetano de Altamira.
11. RELATÓRIO de 22/01/1958 de Nelson Lacerda Soares sobre a redefinição do tombamento de Porto Seguro. Levanta temas a serem considerados: alguns pontos (Monte Pascoal, Arraial da Ajuda, etc) são de interesse para a subsecretaria por seu valor histórico. Afirma que o processo de tombamento não deixa claro qual o objeto de tombamento. Propõe a diminuição da área tombada para melhor administração.
12. CONTRATO de 08/03/1985 entre a Fundação Pró-Memória, UFBA, IPAC-BA e Prefeitura de Porto Seguro para fazer reavaliação das delimitações da área de tombamento.
13. DOCUMENTOS soltos: processo judicial; certidão de tombamento; relatório de seminário; recortes de jornal; plantas, etc.

Volume 2

1. DESPACHOS e comunicações para elevar Porto Seguro como monumento nacional, o que foi feito em 18/04/1973.

Volume 3

1. PROJETO de redelimitação das áreas tombadas dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, incluindo um estudo histórico.
2. DOCUMENTO de 14/05/1999 afirmando que o 3º volume do processo foi aberto para a rerratificação do tombamento.

Volume 4

1. CONJUNTO de fotografias do Arraial da Ajuda e de Trancoso
2. DOCUMENTOS sobre a rerratificação do tombamento do conjunto de Porto Seguro
3. PORTARIA nº 140 de 22/04/2000, assinada pelo Ministro da Cultura, Francisco Weffort, homologando a rerratificação do tombamento.

Frontispícios da Igreja Matriz de N. S. da Conceição e Ruínas do Colégio dos Jesuítas, Santa Cruz Cabrália (BA), antes e depois de restauração, s.d. In: IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia; monumentos e sítios do Litoral Sul, 1988, v. 5.

07) Igreja Matriz de N. S. da Conceição e Ruínas do Colégio dos Jesuítas (Santa Cruz Cabrália) Proc. 1021-T-80 (anexo 998-T-79) do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

1. OFÍCIO nº 3501 de 28/12/1978 de Augusto C. da Silva Telles, Diretor da DCR, para Fernando da Rocha Peres, Diretor da 4ª DR do IPHAN. Acusa o recebimento de relatório de viagem de inspeção efetuada pelo arquiteto Eduardo Furtado de Simas aos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.
2. OFÍCIO nº 1411/78 de 19/12/1978 de Fernando da Rocha Peres para Renato Soeiro, Diretor Geral do IPHAN. Encaminha o relatório do arquiteto e solicita o estudo da possibilidade do tombamento dos 2 monumentos (Igreja Matriz e Casa de Câmara e Cadeia), argumentando serem de importância histórica e arquitetônica.
3. RELATÓRIO do arquiteto Eduardo Furtado de Simas, de 14/12/1978, de uma viagem de vistoria realizada nos dias 11 a 13 de Dezembro de 1978: 1) Vistoria das obras em execução na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Pena em Porto Seguro; 2) Análise dos conjuntos arquitetônicos das cidades Alta e Baixa, em Porto Seguro; 3) Sobre SANTA CRUZ CABRÁLIA, o arquiteto afirma que apenas ratifica a proposição de um estudo de tombamento para os dois monumentos "de grande importância histórica e arquitetônica situados na Cidade Alta" (f. 22): A antiga Casa de Câmara e Cadeia e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Proposição já efetuada, segundo o arquiteto, em relatórios anteriores de

viagem à cidade. Sobre a Casa de Câmara e Cadeia, afirma ter sido a 1ª intendência do Brasil. Sobre a Igreja, afirma já ter dado notícias mais detalhadas em relatórios anteriores, que não constam do processo.

4. OFÍCIO nº 147 de 15/01/1979 de Renato Soeiro para Fernando da R. Peres. Solicita a remessa dos seguintes elementos relativos à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição: 1) Fotografias das 4 fachadas, internas e dos estornos da Igreja; 2) Plantas, inclusive de situação; 3) Documentação histórica. Pergunta se, ao invés do tombamento isolado dos dois monumentos, não seria oportuno o exame do tombamento do conjunto arquitetônico-paisagístico.
5. OFÍCIO nº 426/80, de 20/06/1980 de Ary Guimarães, diretor da 4ª DR/SPHAN, para Aloísio Magalhães, diretor geral do SPHAN. Proposição de tombamento de Santa Cruz Cabrália/BA. Segundo o remetente, conteria: 1) Proposição de Tombamento do Acervo paisagístico do Município, e do Conjunto Arquitetônico da Cidade Alta; 2) Plantas de localização da Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália, e dos monumentos: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e Antiga Casa de Câmara e Cadeia; 3) Documentação fotográfica da Cidade Alta, acervo paisagístico do município, monumentos importantes e imagens da Igreja Matriz; 4) Proposta para a execução de trabalhos arqueológicos no município de Santa Cruz Cabrália, especialmente na área das ruínas do antigo Colégio dos Jesuítas. Obs: Os itens 2 e 3 não se encontram no processo. Uma folha manuscrita informa que estão na pasta de inventário.
6. PROPOSIÇÃO de tombamento do Acervo Paisagístico do Município de Santa Cruz Cabrália, especificamente o do Ilhéu da Coroa Vermelha e orla marítima, e o conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta, bem como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Antiga Casa de Câmara e Cadeia, e ruínas do antigo Colégio dos Jesuítas. Trabalho do arquiteto Eduardo Furtado de Simas, de 02/06/1980, enviado a Ary Guimarães.

01 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES – HISTÓRICOS

O município de Santa Cruz Cabrália possue [sic], assim como Porto Seguro, grande valor histórico, vez que, desde a época do Descobrimento do Brasil, a área hoje pertencente ao município, *tinha grande beleza paisagística,* constituída por sua orla marítima, rios, e aspectos naturais outros de relevante significação.

Em 27 de maio de 1534, por *D. João III, Rei de Portugal, foi feita a doação da Capitania de Porto Seguro, sem declaração de limites, a Pero de Campos Tourinho, fidalgo de Solar em Viana do Castelo. Deve-se salientar que D. João III, visando o desenvolvimento dos novos domínios da Coroa de Portugal, escolheu os melhores homens da nobreza lusitana, para Donatários das Capitanias. Com isto, afluíram para a Bahia, como parte integrante do governo central, durante o primeiro século da era do descobrimento, elementos de destaque*.

Durante os dez anos que permaneceu como Donatário da Capitania de Porto Seguro, Pero de Campos Tourinho muito trabalhou, ten-

do fundado a parte da Cidade Baixa de Porto Seguro, o Arraial de Santo Amaro (destruído por Abitara, Cacique dos Aimorés, no ano de 1564), e fundou ainda a Vila de Santa Cruz, na foz do Rio João de Tiba.

Esta Vila foi [sic] destruída pelos índios aimorés, e, posteriormente, reconstruída pelo Capitão-Mór Manuel Miranda Barbosa.

Ainda foi *Pero de Campos Tourinho quem mandou construir a Igreja Matriz de Santa Cruz, cuja fachada foi modificada nos meados do século XVIII.*

Estes dados, coletados do livro "Legendas dos Séculos", I Volume, de autoria de Jorge Maltieira, *dão conta da existência, nos primórdios do Descobrimento do Brasil, da Vila de Santa Cruz*, hoje Cidade de Santa Cruz Cabrália, sede do município do mesmo nome.

Santa Cruz Cabrália situa-se a 22 km de Porto Seguro, na foz do Rio João de Tiba, possuindo cidades Baixa e Alta, a exemplo [sic] de Porto Seguro.

A – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição
B – Antiga Casa de Câmara e Cadeia, Primeira Intendência do Brasil
C – Ruínas do Antigo Colégio dos Jesuítas

Estes monumentos são de real significação, e, posteriormente, analisaremos cada um deles com maiores detalhes.

Deve-se destacar ainda, a beleza da Cidade Alta, no que se refere ao aspecto paisagístico, sendo local que descortina panoramas de grande riqueza visual, como o do Rio João de Tiba, e o da Orla Marítima.

Finalizando estas considerações preliminares, *enfatizamos a necessidade urgente do tombamento, e conseqüente proteção legal ao município de Santa Cruz Cabrália, evitando-se desfigurações como as já existentes, quais sejam as implantações de loteamentos criminosos, destruidores da natureza, e violentadores do belo acervo paisagístico da área. Santa Cruz Cabrália, por seu valor histórico, por seu rico e deslumbrante paisagismo, que remonta à época do descobrimento do Brasil, merece toda a proteção federal, salvaguardando área de tão grande significação para nossa história.*

Portanto, nesta área onde iniciou-se a *construção do Brasil*, tem que ser preservada, razão pela qual reiteramos a importância de sua adequada proteção legal, pelo tombamento da SPHAN.

02 – CIDADE ALTA DE SANTA CRUZ CABRÁLIA

Local especialmente privilegiado pela natureza, dominando um dos mais belos panoramas visuais que conhecemos. Localiza-se num morro, a aproximadamente 100 metros do nível do mar. O acesso à Cidade Baixa é feito por ladeira pavimentada (o acesso é bom para veículos), e por caminhos que entrecortam as encostas do morro.

Área ampla, com belas árvores de porte, e onde situam-se monumentos de grande valor, que passaremos agora a analisar:

02.1 – Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

Construída entre 1600 e 1630 pelos Padres Jesuítas, possue [sic] arquitetura simples e de pequenas proporções, tendo Nave Única, Capela Mor, áreas laterais à Capela Mor (uma delas é a Sacristia), e Corredor lateral à Nave da Igreja.

A fachada principal (modificada no século XVIII), possue [sic] frontão em volutas e Torre Sineira do lado esquerdo do Frontão.

[SEGUE-SE DESCRIÇÃO DE VISTORIA ARQUITETÔNICA REALIZADA NO IMÓVEL]
(...) Os altares (Mor e laterais ao Arco do Cruzeiro), são de madeira, sem grande qualidade, e recentes, não sendo da época de construção do Monumento (...)
(...) As imagens possuem grande valor artístico, necessitando entretanto de especializada restauração.
Ainda sobre a Igreja reiteramos a necessidade urgente de uma intervenção imediata, para estabilização das alvenarias de pedra dos maciços, e restauração geral do monumento, que ostenta grande valor histórico e arquitetônico.
É oportuno salientar ainda a existência, na área posterior da Igreja, de antigo cemitério da cidade. Dentro do imóvel, encontramos também lápides do século XIX. (...)

02.2 – Antiga Casa de Câmara e Cadeia
Construção datada de 1565, foi a primeira Intendência do Brasil.
[SEGUE-SE DESCRIÇÃO DE VISTORIA ARQUITETÔNICA REALIZADA NO IMÓVEL]
O monumento portanto, por seu valor histórico e arquitetônico, está a merecer imediata proteção pelo tombamento da SPHAN, bem como, deve-se efetuar total consolidação e restauração do importante imóvel.

02.3 – Ruínas do antigo Colégio dos Jesuítas
Situadas na área próxima à fachada lateral esquerda da Igreja Matriz, subsistem ainda as ruínas (*trechos de alvenaria de pedra e alicerces) do antigo Colégio dos Jesuítas, construção que não chegou a ser concluída, em virtude do ataque e destruição por parte dos índios aimorés* que ocupavam a área de Cabrália nos séculos XVI e XVII.
Na área dos alicerces (cobertos por mato) e nos trechos dos remanescentes das alvenarias de pedras, consideramos urgente uma limpeza completa do local, para posterior *prospecção arqueológica especializada, visando detectar a área exata ocupada pelas ruínas, e, ser efetuada a adequada consolidação e proteção da área do antigo Colégio dos Jesuítas.*

02.4 – Desfigurações efetuadas na Cidade Alta
Através da insensibilidade dos homens, foi a Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália prejudicada, com as seguintes desfigurações:
A – Construção de reservatório cilíndrico em concreto armado, em área próxima à antiga Casa de Câmara e Cadeia.
B – Instalação ao lado do citado reservatório, de torre metálica retransmissora da TELEBAHIA.
C – Construção de casa residencial (obras sendo concluídas), sobre a área dos alicerces das ruínas do Antigo Colégio dos Jesuítas.
A construção, além de situar-se sobre os aludidos alicerces, fica bem próxima à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, prejudicando-lhe bastante a visibilidade e ambiência.
Tais desfigurações, efetuadas pela ausência de proteção legal à Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália, devem paralizar [sic] imediatamente, razão pela qual configura-se como urgente, o tombamento da área da Cidade Alta, com seus monumentos e acervo paisagístico.

03 – CONCLUSÃO
Diante de tudo que foi exposto, e constatado na viagem que efetuamos a Santa Cruz Cabrália, no período de 27 a 30 de maio de 1980, temos para concluir, as seguintes proposições para serem levadas à consideração da Direção Geral da SPHAN:
01 – Tombamento imediato do Acervo Paisagístico do Município de Santa Cruz Cabrália deve ser efetuado, com especial destaque para a área do Ilhéu da Coroa Vermelha, e para a Orla Marítima, *áreas efetivamente ameaçadas de desfiguração, pela tentativa de implantação de loteamentos criminosos, e que violentam a natureza local.*
02 – Tombamento do importante Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália, *evitando-se desfigurações além das já efetuadas.*
03 – Tombamento dos importantes monumentos localizados na Cidade alta de Santa Cruz Cabrália, a saber: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Antiga Casa de Câmara e Cadeia, e Ruínas do Antigo Colégio dos Jesuítas.

Proposta para a execução de trabalhos arqueológicos no Município de Santa Cruz Cabrália. Trabalho de Ivan Dorea Cancio Soares, técnico do SPHAN, de 13 de junho de 1980.
De acordo com as observações feitas durante a viagem ao Município de Santa Cruz Cabrália, constatamos a necessidade premente da realização de trabalhos arqueológicos no Sítio Histórico localizado na chamada Cidade Alta, o qual engloba o prédio da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, o prédio da Casa de Câmara e Cadeia e as ruínas do Colégio dos Jesuítas.
Considerando que, naquela área, surgiu o próprio Estado Brasileiro, faz-se mister a realização do proposto trabalho, enfocando-se os seguintes aspectos:
(...)
3. Execução de escavações arqueológicas (Trincheiras) especificamente no local das ruínas do Antigo Colégio dos Jesuítas, com o intuito de se constatar os primitivos alicerces e demais vestígios da implantação do citado prédio, tendo como objetivo a reconstituição da planta original;
(...)
Outrossim, para que haja uma concretização séria e científica dos trabalhos, achamos por bem solicitar o embargo das obras de construção de uma casa residencial situada ao lado da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e totalmente sobre as ruínas do antigo Colégio dos Jesuítas.

Informações complementares para a proposta de tombamento de Santa Cruz Cabrália, no Estado da Bahia. Trabalho do arquiteto Eduardo Furtado de Simas, de 15/09/1980, encaminhado a Ary Guimarães.
Delimita a área proposta para tombamento:
"*Ficou acordado que o tombamento proposto pela 4ª DR e que seria o da área total do município de Santa Cruz Cabrália, deverá ser alterado, não abrangendo toda a área, e sim os trechos mais significativos, abaixo relacionados*:
a – Cidade Alta – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, inclusive encostas do morro. Área de rigorosa preservação.
b – Cidade Baixa – Preservação do Gabarito de altura máxima em

2 pavimentos, e proteção do uso do solo e do Acervo Paisagístico, incluindo-se trecho do Rio João de Tiba, até seu encontro com o mar, e abrangendo as pequenas ilhas existentes no Rio.
c – Orla marítima de Santa Cruz Cabrália, até o limite com o município de Porto Seguro, e incluindo-se especialmente o "Ilhéu da Coroa Vermelha". Em toda esta área deve ser adotado a proteção do significativo acervo paisagístico. (...)"

1. PEDIDO de tombamento do acervo paisagístico do município de Santa Cruz Cabrália, conjunto arquitetônico da Cidade Alta, de 13 de novembro de 1980, de Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Diretora Substituta da Divisão de Estudos, Pesquisas e Tombamentos (DEPT/SPHAN), para o Diretor Geral: "(...) Indiscutível é o mérito, do ponto de vista histórico; grande o interesse paisagístico da orla marítima incluindo especialmente o "Ilhéu da Coroa Vermelha" (Ponta da Coroa Vermelha) e os recifes fronteiros, e também o conjunto formado pela Igreja de Nª Sª da Conceição, antiga Casa da Câmara e Cadeia, além das ruínas do Colégio dos Jesuítas, na Cidade Alta. (...) Também cabe chamar a atenção para uma construção insólita, sobre as ruínas do Colégio, na Cidade Alta. Tudo leva a crer que se trate de um caso ilegal. Se o for, será necessário que se providencie o quanto antes a retirada dessa casa; caso contrário, dever-se-á estudar a desapropriação da mesma".
2. DISTRIBUIÇÃO do Conselho Consultivo de 11 de novembro de 1980. Encaminha o processo ao Conselheiro Pedro Calmon.
3. PARECER do relator Pedro Calmon de 9 de dezembro de 1980. O Diretor da 4ª DR/ SPHAN sugere, documentadamente, o tombamento do Acervo Paisagístico do município e o do Conjunto Arquitetônico da cidade alta de Santa Cruz Cabrália – ao lado de Porto Seguro, *no trecho de litoral por primeiro visto pelos portugueses, em 1500: onde começou a história do Brasil.* – Somos obviamente favoráveis à medida. *O advérbio justifica-se, pela razão nacional, do interesse que tem o ambiente para o sentimento e a emoção dos brasileiros, e pelo motivo mais restrito, da defesa do que resta do passado nesse remoto lugar, como a antiga casa da Câmara e cadeia e a igreja matriz. Não se deu ainda em Santa Cruz a invasão do progresso, em forma de deformação agressiva do que a cidade conserva de histórico e humilde. É tempo portanto (agora ou nunca) de agir a SPHAN, para preservar o que pode ser restaurado e manter o admirável "acervo paisagístico", que recordará às gerações futuras o cenário do Descobrimento; tal como Pedr'Álvares Cabral achou esta terra; entre a floresta e a praia; no patamar da formação brasileira.* Faça-se com urgência o tombamento alvitrado! [sublinhados no original]
4. DOCUMENTO de 12/12/1980 de Aloísio Magalhães para o Ministro da Educação e Cultura. Submete o tombamento à consideração do ministro.
5. NOTÍCIA DE JORNAL (sem fonte e sem data). Informa sobre o tombamento do Palacete do Instituto Oswaldo Cruz e mais sete outros monumentos.

6. NOTÍCIA DE JORNAL – JORNAL DO BRASIL de 13/12/1980. Informa sobre o tombamento do Palacete do Instituto Oswaldo Cruz e mais sete outros monumentos. Entre os quais, o acervo paisagístico do município de Santa Cruz Cabrália.
7. NOTÍCIA DO BOLETIM SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, NOV/DEZ de 1980. Noticia os novos tombamentos.
8. GUIA para formação de processo de tombamento do acervo paisagístico do município de Santa Cruz Cabrália de 18/12/1980.
9. HOMOLOGAÇÃO do tombamento de 08 de janeiro de 1981. Assinado por Rubem Lud-wig, Ministro da Educação e Cultura.
10. DESPACHO de 21 de Janeiro de 1981. Encaminhando o processo à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Assinado por Celene Motta Ferreira, Chefe da Secretaria Administrativa do Gabinete do Ministro.
11. PORTARIA nº 032 de 12 de Janeiro de 1981. Homologa o tombamento do Acervo (Conjunto) Paisagístico de Santa Cruz Cabrália.
12. ATA da 94ª reunião do Conselho Consultivo de 09 de dezembro de 1980. Informa que a proposta de tombamento do acervo paisagístico de Santa Cruz Cabrália partiu do Diretor Regional da Secretaria do Patrimônio na Bahia, e foi aprovada por unanimidade.
13. NOTÍCIA DE JORNAL – O GLOBO de 08/02/1981. Noticia o tombamento do Palacete do Instituto Oswaldo Cruz, do Município de Santa Cruz Cabrália e dos ex-votos do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (MG)
14. INSCRIÇÃO do acervo no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico de 29/01/1981. Assinada por Aloísio Magalhães e Edson de Brito Maia, respondendo pelo Arquivo da SPHAN.
15. OFÍCIO nº 136 de 03/02/1980, de Aloísio Magalhães para Antonio Carlos de Magalhães, Governador do Estado da Bahia. Comunica a inscrição do Acervo Paisagístico do Município de Santa Cruz Cabrália, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o nº 83, folha 24.
16. NOTIFICAÇÃO nº 1173 de 03/02/1981, de Aloísio Magalhães para Alcides Gobiras Lacerda, Prefeito de Santa Cruz Cabrália. Comunica a inscrição do Acervo Paisagístico do Município de Santa Cruz Cabrália, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o nº 83, folha 24.
17. RECIBO da notificação anterior.
18. OFÍCIO nº 158 de 03/02/1981, de Aloísio Magalhães para Ari Guimarães, Diretor da 4ª DR da SPHAN. Comunica a inscrição do Acervo Paisagístico do Município de Santa Cruz Cabrália, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob o nº 83, folha 24.
19. CERTIDÃO DE TOMBAMENTO de 03/02/1981. Assinado por Aloísio Magalhães e Edson de Britto Maia, Chefe do Arquivo do IPHAN.
20. CERTIDÃO DE TOMBAMENTO de 20 de maio de 1981.
21. CARTA de 05/06/1981, de Coroa Vermelha Empreendimentos Imobiliários para Aloísio Magalhães. Informa sobre a intenção da imobiliária de alienar terras tombadas, de sua proprie-

dade, localizadas entre Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, e pergunta se o SPHAN não as deseja adquirir, e sobre os procedimentos a seguir.

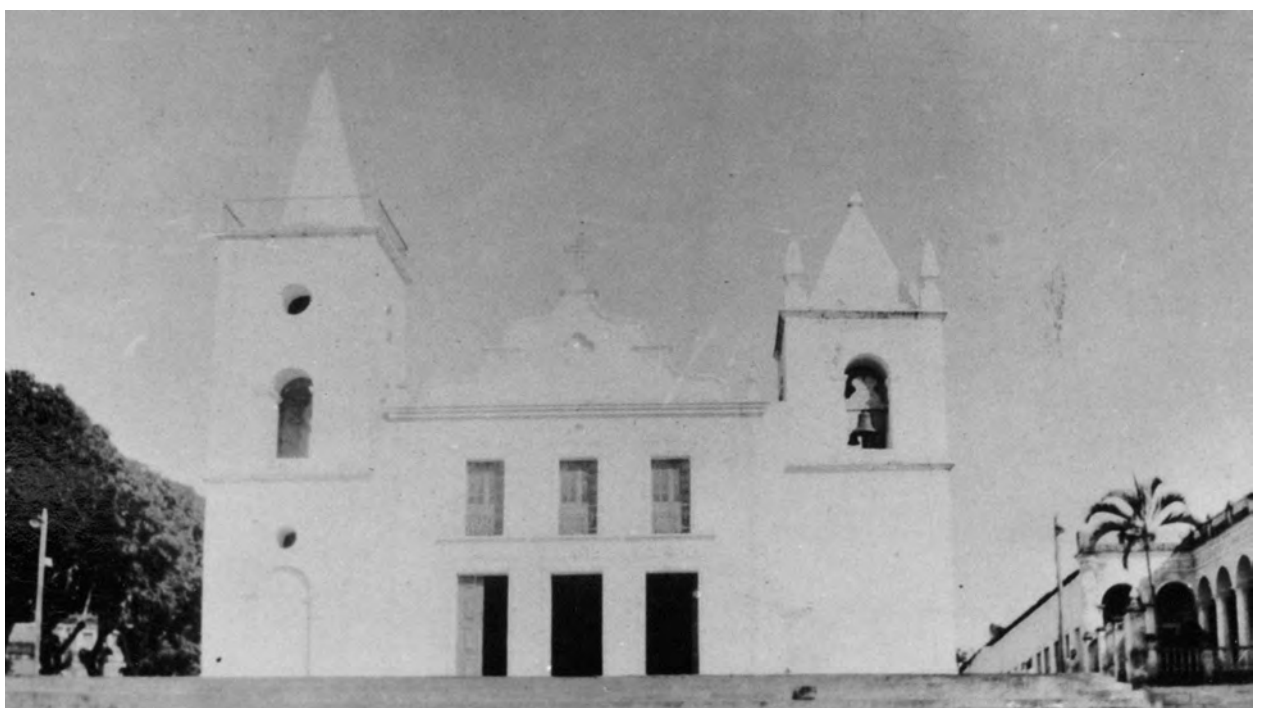
22. OFÍCIO nº 050/81 de 29/06/1981 de Aloísio Magalhães para Coroa Vermelha Empreendimentos Imobiliários. Informa negativamente sobre o desejo do SPHAN de adquirir as terras e ressalta a necessidade de aprovação pela Secretaria da negociação pretendida.
23. OFÍCIO nº 940/81 de 02/12/1981 de Ary Guimarães para Aloísio Magalhães. Encaminha o Ofício nº 117/81, do prefeito de Santa Cruz Cabrália, datado de 30/11/1981, solicitando informação da União quanto ao interesse na aquisição de área à venda naquele município.
24. OFÍCIO nº 117/81 de 30/11/1981 do Prefeito de Cabrália para Diretor da 4ª DR/SPHAN. Ofício referido no documento anterior.
25. OFÍCIO nº 11/82 de 05/01/1982 de Aloísio Magalhães para Alcides Gobiras Lacerda, Prefeito de Cabrália. Responde negativamente ao ofício anterior do Prefeito.
26. OFÍCIO nº 937/81 de 02/13/1981 [sic] de Ary Guimarães, Diretor da 5ª DR/SPHAN, para Sonia Rabello, da Fundação Nacional Pró-Memória. Encaminha cópia de ofício enviado pelo prefeito de Cabrália solicitando esclarecimentos quanto ao tombamento de parte da área do município.
27. OFÍCIO nº 113/81 de 9 de novembro de 1981 de Alcides Gobiras Lacerda para Diretor da 4ª DR/SPHAN. Pergunta sobre os limites da área tombada, e sobre a permissão de aforamento de terras e de escrituras de Domínio Direto, afora da área da Marinha.
28. OFÍCIO nº 001/82 de 05/01/1982 de Aloísio Magalhães para Alcides Gobiras Lacerda. Responde ao ofício anterior do Prefeito.
29. OFÍCIO nº 101/84 de 07/02/1984 de Ary Guimarães para Augusto Carlos da Silva Teles, Diretor da DTC da SPHAN. Solicita a execução de estudos para a redefinição do tombamento de Santa Cruz Cabrália.
30. INFORMAÇÃO nº 45/84 de 18 de maio de 1984, de Dora Alcântara, arquiteta da DTC/ SPHAN, para Diretor DTC/ SPHAN. Redefinição do tombamento de Santa Cruz Cabrália, que *"poderia ser assim definido: 'Conjunto Paisagístico em Santa Cruz Cabrália, especialmente, Ilhéu da Coroa Vermelha, orla marítima e o conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta, que inclui a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Casa da Câmara e Cadeia".*
31. INFORMAÇÃO nº 49/84 de 23 de maio de 1984, de Augusto C. da Silva Telles, Diretor da DTC/ SPHAN, para Subsecretário. Concorda com a redefinição de tombamento feita por Dora Alcântara, e encaminha à apreciação do Subsecretário.
32. DESPACHO do Subsecretário Irapoan Cavalcanti de Lyra de 23/05/84, de acordo e encaminha ao Secretário.
33. DESPACHO do Secretário, Marcos Vinícius Villaça de 23/05/1984. Encaminha ao Conselho Consultivo, sob os cuidados do relator Pedro Calmon.
34. PARECER do relator Pedro Calmon de 31/05/1984. Concorda com a opinião de Dora Alcântara.

35. ATA da 108ª reunião do Conselho Consultivo de 31/05/1984. Reunido na cidade de Salvador, com a presença do Secretário de Educação e Cultura do Estado da Bahia, Edivaldo Machado Boaventura, do Prefeito de Salvador, Manoel Figueiredo de Castro, dos membros do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Academia de Letras da Bahia, do Conselho Estadual de Cultura, de Carybé, representando os artistas, e de Jorge Amado, representando a crítica literária. Informa ser aquela a segunda reunião do Conselho Consultivo fora da sede. Tendo sido a primeira realizada em Belo Horizonte, em homenagem a Rodrigo Mello Franco de Andrade e a segunda em Salvador, em homenagem a Godofredo Rebollo de Figueiredo Filho. Reitera a redefinição do tombamento de Cabrália.
36. CERTIFICAÇÃO de 12/06/1984, assinada por Irapoan Cavalcanti de Lyra. Certifica a redefinição do tombamento.
37. OFICIO nº 461/84 de 02/08/1984 de Marcos Vinícios Villaça, Secretário da Cultura, para Esther de Figueiredo Ferraz, Ministra da Educação e Cultura. Solicita a homologação da redefinição do tombamento de Cabrália.
38. HOMOLOGAÇÃO, em 23/08/1984, assinada pela Ministra de Educação e Cultura.
39. DESPACHO de 27/08/1984, encaminha o processo à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Assinado por Celene Motta Ferreira, Assessora da Ministra.
40. AVERBAÇÃO de 04/09/1984 solicita a averbação da redefinição do tombamento no Livro do Tombo próprio. Assinado por Marcos Vinícios Villaça.
41. DESPACHOS à DTC, para a averbação, e posteriormente à Assessoria Jurídica, para providenciar as notificações de Lei, em 04/09/84. Assinado por Irapoan Cavalcanti de Lyra, subsecretário.
42. DOCUMENTO à Divisão de Registro e Documentação de 24/09/84. Assinado por Augusto C. da Silva Telles, Diretor da DTC. Anotado no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, à folha 24, em 17/10/84. Assinado por Edson de Britto Maia, Chefe do Arquivo DRD e José Laurenio de Melo, diretor da DRD.
43. PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL, em 27/08/1984. Publicação da Homologação.
44. OFÍCIO nº 23/84 de 17/10/1984 de Edson de Britto Maia para Ary Guimarães. Comunicação da anotação da redefinição do tombamento no Livro do Tombo.
45. CERTIDÃO de 18/10/1984, assinada por Irapoan Cavalcanti de Lyra, Edson de Britto Maia e José Laurenio de Melo.
46. OFÍCIO nº 03/85 de 15/02/1985 de Edson de Britto Maia para Ary Guimarães. Remete certidão do tombamento com a redefinição.
47. CÓPIA DA CERTIDÃO de 12/02/1985. Assinaturas: as mesmas da certidão anterior.

Ceará

01) Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, inclusive a pintura de forro (Viçosa do Ceará). Proc. 1453-T-99 dos Livros de Belas Artes e Histórico.

1. CERTIDÃO de tombamento, com reprodução de trechos do Livro do Tombo das Belas Artes e do Livro de Tombo Histórico.
2. VERSÃO anterior da certidão de tombamento, contendo as seguintes anotações a mão: "Ficam excluídas deste tombamento as imagens de gesso, parte integrante do acervo móvel e integrado da referida igreja. A delimitação da área de entorno encontra-se descrita às folhas 220 e 221 do Processo em questão".
3. CORRESPONDÊNCIA do arquiteto José Liberal de Castro ao professor doutor Nestor Goulart Reis Filho, membro do Conselho Consultivo do IPHAN, datada de 10 de agosto de 1999, comunicando o envio em anexo de um "texto, desenhos e fotografias concernentes à igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção, antiga igreja da Missão de Ibiapaba, da Companhia de Jesus", visando servir de apoio para a organização do "processo de inscrição da igreja como Monumento Nacional". Solicita ainda que o professor Nestor Goulart seja um "defensor credenciado" do processo de tombamento da igreja, "sem entraves". Informa também que uma cópia do mesmo material seria entregue à coordenação regional local do IPHAN. Lista como anexos: o texto de 105 páginas – originalmente destinado à revista do Instituto do Ceará - e um jogo de 14 fotocópias coloridas de fotos dos painéis da igreja.
4. CÓPIA da correspondência do arquiteto José Liberal Castro, enviada à 4ª. SR, com acusação de recebimento assinada por

Frontispício da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção em Viçosa do Ceará (CE), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Negativo.

Romeu Duarte Júnior e Olga Gomes Paiva, em 24 de agosto de 1999.

5. OFÍCIO NGRF/ 14669FAU/ 240999, assinado pelo prof. Dr. Nestor Goulart Reis Filho, dirigido ao presidente do IPHAN, Carlos Henrique Heck, propondo o tombamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Assunção.
6. MEMORANDO nº 223/99, datado de 01/10/1999, da chefe do Gabinete interino da Presidência do IPHAN, Maria José Moura, encaminhando à diretora do DEPROT, dra. Louise Ritzel, documentação anexa e solicitando a abertura do processo de tombamento.
7. DESPACHO referente ao memorando nº 223/99, solicitando abertura do processo de tombamento, da coordenadora do DEPROT, Adalgiza Maria Bonfim d'Eça para a chefe da Divisão de Estudos e Acautelamento, arquiteta Cláudia Girão, "para análise e pronunciamento".
8. MEMORANDO DEPROT/ IPHAN/ N. 814/99, de 26/10/1999, da museóloga Gláucia Côrtes Abreu para a chefe de divisão, Claudia M. Girão Barroso, solicitando abertura do processo de tombamento junto ao DID.
9. DESPACHO relativo ao memorando DEPROT/ IPHAN/ N. 814/99, da coordenadora de proteção, Adalgiza Maria Bonfim d'Eça, para a Diretora Substituta do DID, Dra. Catarina Eleonora F. da Silva, solicitando abertura do processo de tombamento, datado de 28/10/1999.
10. MEMORANDO nº 0993/99, do DID, assinado por Célia Corsino, para a Chefe do Arquivo Noronha Santos, Francisca Helena, solicitando providências para a abertura do processo de tombamento, datado de 05/11/1999.
11. DESPACHO referente ao processo 1453-T-99, da chefe da Divisão de Acautelamento e de Estudos, Claudia Girão Barroso, para a museóloga Gláucia Côrtes Abreu.
12. MEMORANDO DEPROT/ IPHAN/ 930/99, de 13/12/1999, da museóloga Gláucia Côrtes para a chefe de Divisão Claudia Girão, informando a inclusão do processo e pedindo instrução da 4ª. SR.
13. OFÍCIO nº 198/99 – DEPROT, de 20 de dezembro, enviado pela Diretora Substituta do DEPROT para Nestor Goulart Reis Filho, informando da instauração do processo.
14. OFÍCIO nº 199/99 – DEPROT, de 20/12/1999: cópia do ofício anterior enviada para o sr. José Liberal Castro.
15. DESPACHO referente ao memorando DEPROT/IPHAN/930/99, enviado à 4ª. SR.
16. OFÍCIO nº 189/99 – GAB/4ª. SR, de 27/12/1999, acusando recebimento pela 4ª. SR do memorando DEPROT/IPHAN/930/99, assinado pelo arquiteto Romeu Duarte Júnior.
17. OFÍCIO nº 082/01 – GAB/4ª. SR, datado de 27/04/2001, do chefe de Divisão Técnica da 4ª. SR para a Coordenadora do DID, informando que "após realizar estudos sobre a importância do sítio histórico e a própria edificação, decidiu ampliar o objeto de estudo: da edificação, estendeu-se ao sítio histórico", acrescentando que a instrução do processo de tombamento se encontrava em fase de finalização.
18. MEMORANDO IPHAN/ 4ª. SR/ GAB/ N. 217/01, do supe-

rintendente da 4ª. SR para o Dr. Roberto de Hollanda, diretor DEPROT/ IPHAN, encaminhando a instrução do processo de tombamento e informando que a Regional estava por concluir os preparativos referentes à elaboração da instrução de tombamento para o sítio de Viçosa, datado de 21/11/2001.

19. MEMORANDO nº 038/02 – GAB/ 4ª. SR IPHAN, de 04/03/2002, do superintendente da 4ª. SR para o coordenador de Conservação/DEPROT, arquiteto José Leme Galvão Júnior, encaminhando, para complementação de instrução para tombamento da igreja, mais justificativas referentes ao seu tombamento, seguido de três laudas de "justificativas".
20. MEMORANDO nº 052/052 – GAB/ 4ª. SR IPHAN, de 04/04/2002, da 4ª. SR para o coordenador de proteção do DEPROT, encaminhando informações adicionais referentes à complementação da instrução do processo de tombamento, seguido de dois mapas do núcleo urbano da cidade, mais seis laudas do Inventário de Bens Culturais Imóveis do município de Viçosa do Ceará, mais relação dos bens móveis e integrados da igreja, mais oito folhas de fotocópias coloridas de fotos do bem, além de um mapa sugerindo área de entorno para o bem.
21. MEMORANDO nº 073/2002, de 15/04/2002, do Coordenador de Proteção do DEPROT para o seu diretor, Roberto de Holanda Cavalcanti, encaminhando o processo para o PROJUR.
22. PROCESSO nº 1453–T–99, com sua descrição assinada por José Leme Galvão Júnior.
23. MEMORANDO nº 225/2002 GAB/ DEPROT, datado de 16/04/2002, encaminhando o processo para o PROJUR, na pessoa da Dra. Tereza Beatriz da Rosa Miguel.
24. MEMORANDO nº 062/02 – GAB/ 4ª. SR IPHAN, de 22/04/2002, encaminhando para o PROJUR documento relativo à documentação de instrução de tombamento da igreja, referente à posse do imóvel em questão por parte da Paróquia de Nossa Senhora de Assunção de Viçosa do Ceará.
25. DECLARAÇÃO da propriedade do bem, datado de 19/04/2002, ratificado em 20/04/2002.
26. PARECER do PROJUR/ IPHAN/ RJ, nº 029/02, de 23/04/2002, solicitando a resolução de pendências no processo e o submetendo à apreciação do Conselho Consultivo do IPHAN.
27. PARECER aprovado em 26/04/2002, pela procuradora chefe do IPHAN.
28. MEMORANDO nº 152/02/ PROJUR/RJ, de 24/04/2002, remetendo o parecer técnico citado, acompanhado dos autos do processo, para a procuradora jurídica chefe, Dra. Sista Souza dos Santos. No mesmo documento, a procuradora dá ciência e encaminha-o para o Sr. chefe do Gabinete da Presidência, Dr. Antonio Vagner Pereira, "para conhecimento e adoção das medidas que couberem, solicitando que, em seguida seja remetida à senhora Secretária do Conselho Consultivo, Profa. Anna Maria Barroso, para as providências necessárias".
29. NOTIFICAÇÃO 001/02, de 02/05/2002, informando sobre o processo de tombamento à Diocese de Tianguá, em Viçosa do Ceará, implicando no tombamento provisório dos bens

móveis e integrados da igreja, com as devidas conseqüências jurídicas.

30. OFÍCIO nº 162/02, da Presidência ao Senhor prefeito de Viçosa do Ceará, Dr. Evaldo Soares de Sousa, notificando do processo de tombamento.
31. PROCESSO nº 1453-T-99, encaminhado pelo presidente do IPHAN ao conselheiro Antonio Carlos da Silva Telles, de 02/05/2002.
32. CARTA de Silva Telles ao presidente do IPHAN e aos conselheiros, recomendando o tombamento com exclusão das imagens de gesso, datada de 13/05/2002.
33. MEMORANDO nº 169/02/ GAB/ PROJUR/ IPHAN, de 07/06/2002, notificando e trazendo em anexo recibo original, subscrito por Dom Javier Hernandes Arnedo, Bispo da Diocese de Tianguá, que comprova o recebimento da notificação relativa ao tombamento da igreja.
34. RECIBO original de 13/05/2002.
35. DOCUMENTO assinado por Carlos H. Heck, certificando que o Conselho Consultivo, em sua 34ª. Reunião, de 16/05/2002, decidiu recomendar o tombamento do bem.
36. ATA da 34ª. Reunião do Conselho Consultivo, em 20 laudas.
37. OFÍCIO nº 234/02 – Presidência, de 16/07/2002, assinado por Carlos H. Heck, solicitando ao Ministro da Cultura, Francisco Weffort, a homologação do tombamento da igreja.
38. PORTARIA nº 457, de 09/08/2002, de Francisco Weffort, homologando o tombamento.
39. EXCERTO do Diário da União, de 14/08/2002, com a portaria nº 457.
40. DOCUMENTO assinado pela presidente do IPHAN, Maria Elisa Costa, determinando a inscrição do processo nos Livros de Tombo Histórico e de Belas Artes, com exclusão das imagens de gesso, datado de 08/01/2004.

Vista do altar-mor da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção em Viçosa do Ceará (CE), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Negativo.

Espírito Santo

01) Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Residência (Anchieta). Proc. 229-T-40 do Livro Histórico.

1. NOTIFICAÇÃO nº 323 de 30/09/40 de RMFA para o Bispo do ES, D. Luiz Scortegagna, comunicando o tombamento da igreja e residência. Rodrigo solicita anuência do bispo ao tombamento.
2. DOCUMENTO de 15/10/40, assinado por José "Siqueira", acusando o recebimento da notificação nº 323.
3. CÓPIA de carta da Diocese do ES/ Secretaria do Bispado de 19/010/40. Nela, o secretário do Bispado P. José Lidwin, comunica que recebeu de Paulo Thedim Barreto os ofícios das inscrições no livro do tombo das igrejas: N. S. Assunção, Santos Reis Magos e Santuário de N. S. da Penha de Vitória.
4. CARTA de RMFA para o bispo do ES de 14/07/43. Rodrigo diz que o bispo não anuiu às notificações 323, 324 e 326. Com base no art. 9º do Decreto de 1937, pede novamente a anuência do bispo para o tombamento das igrejas. Caso o bispo queira impugnar o tombamento que mande comunicar as razões.
5. NOTIFICAÇÃO de Judith Martins (perito em Belas Artes) de 20/09/43, onde acusa o recebimento da reiteração das notificações 323, 324 e 326 feita por RMFA em 30/07/43 e que o bispo não se manifestou até a data deste documento. Como o prazo para a impugnação pelo representante legal (Bispo) expirou, foram inscritos no livro sob o nº 222, fls. 37 do livro 2 em 21/09/43. Documento assinado também por RMFA.
6. INFORMAÇÃO nº 75 onde o arquiteto Augusto C.Silva Telles propõe ao Diretor da DPHAN a extensão do tombamento da Igreja Assunção a todo o outeiro em que estão situados evitando a construção de novas edificações, reduzindo o im-

Interior da Igreja de N. S. da Assunção, em Anchieta (ES), 1942-1946. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Obras.

Frontispício da Igreja de N. S. da Assunção, em Anchieta (ES), 1980. Foto de Sabino Barroso. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

pacto nefasto delas ao monumento. Refere-se a construções de "muito mau gosto" localizadas à frente e à esquerda do monumento. (Documento assinado em 23/03/65)

7. OFÍCIO nº 430 de 01/04/65: RMFA solicita ao arquiteto Christiano W. Fraga, representante da DPHAN no ES, que envie informações sobre a que entidade ou pessoas pertence a área do outeiro da Igreja da Assunção, com nomes e endereços. O documento acusa a aceitação da Divisão competente da DPHAN para a extensão do tombamento.
8. CERTIDÃOde tombamento da Igreja e Residência de 21/10/75.
9. OFÍCIO nº 867 de 04/05/77. Augusto C. S. Telles envia certidão de tombamento a Christiano Woelffel Fraga, conforme solicitado anteriormente. A certidão é de 03/05/77.
10. CERTIDÃO de 01/12/88. Tombamento da Igreja e Residência.

02) Igreja dos Reis Magos e Residência anexa (Nova Almeida – Serra). Proc. 230-T-40 do Livro de Belas Artes e Histórico.

1. NOTIFICAÇÃO nº 324 de 30/09/1940 de RMFA para D. Luiz Scortegagna, comunicando que foi determinada a inscrição no Livro do Tombo da Igreja dos Três Reis Magos e residência. Pede anuência.
2. DOCUMENTO de 15/10/1940, acusando recebimento da notificação. Assinado pelo padre José Lidwin, secretário do Bispado de Vitória.
3. DOCUMENTO de 19/10/1940, acusando o recebimento dos ofícios de Paulo Thedim Barreto sobre os tombamentos da Igreja dos Reis Magos, Assunção e N.S. da Penha de Vitória. A resposta será dada posteriormente. Assina o secretário do bispado.
4. CARTA de 14/07/1943. Rodrigo reitera as notificações de 1940 e solicita anuência do Bispo. Caso contrário prosseguirá com o processo.
5. INSCRIÇÃO assinada por Judith Martins e Rodrigo. Em 20/09/1943 expirou o prazo para a impugnação e foi inscrito em 21/09/1943.
6. INFORMAÇÃO nº 76 de 24/03/1965 de Augusto Carlos da Silva Telles para o Diretor, pedindo "extensão do tombamento da igreja dos Reis Magos e residência a todo o outeiro em que estão situados, e ao conjunto urbanístico da aldeia primitiva". Afirma que o conjunto está inteiramente autêntico e com o claustro em feição rústica. O local das edificações é notável pela "grandiosidade e pitoresco da paisagem" e ainda: "a aldeia guarda com fidelidade o partido urbanístico do primitivo aldeamento jesuítico". As casas que se encontram não interferem na edificação tombada guardando a praça de 50 x 8m. São térreas em geral com telhados de duas águas com porta e janela ou porta e duas janelas.
7. OFÍCIO nº 421 de 31/03/1965 de RMFA para Christiano. A Diretoria foi favorável à extensão. Solicita informações sobre donos da área com respectivo endereço.
8. RESPOSTA de Christiano para RMFA de 08/04/1965, infor-

Igreja dos Reis Magos e Residência Anexa, Nova Almeida, Serra (ES). Vista com torre sineira, 1971. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

À esquerda: Vista de um dos pátios da Igreja dos Reis Magos e Residência Anexa, Nova Almeida, Serra (ES), 1977. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

À direita: Frontispício da Igreja dos Reis Magos e Residência Anexa, Nova Almeida, Serra (ES), 1945. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

mando sobre obras previstas para o local e não os nomes e endereços dos proprietários.

9. OFÍCIO nº 594 de 11/05/1965 de RMFA para Christiano. Agradece informações e esclarece mal-entendido da parte do representante do Espírito Santo.
10. OFÍCIO nº 3 de 1966 de 02/02/1966 de Christiano para Diretor. Acusa liberação de verba para "transformar em monumento arquitetônico" as ruínas da igreja em 1943. Trata do assédio turístico e do abandono em que se encontra o monumento. Acusa utilização do monumento como casa de veraneio por padres, seminaristas e freiras, além do abandono da igreja. Protesta contra o uso indevido do patrimônio de "nossa história e de nossa arte".
11. INFORMAÇÃO nº 34 de Augusto S. Telles para Diretor da DCR em 10/11/1966. Comenta informações acima e apresenta possíveis soluções.
12. OFÍCIO nº 361 de 23/02/1966 de RMFA para Christiano. Pede que se verifique se o monumento não é próprio estadual ou municipal.
13. OFÍCIO nº 360 de 23/02/1966 de RMFA para Francisco Sá Filho (Diretor do Serviço de Patrimônio da União). Solicita verificar se o monumento é próprio nacional.
14. OFÍCIO nº 44/66 de 15/12/1966 de Christiano para RMFA. Afirma não ter encontrado informações ou documentos de registro do imóvel. Adverte do interesse da Cúria e reitera viagem que fará à outras cidades para procurar registro.
15. OFÍCIO nº 1985 de 19/12/1966 de RMFA para Francisco Sá Filho. Solicita vista do monumento para a DPHAN (conforme sugestão de Christiano).
16. OFÍCIO nº 812 de 21/12/1966 de Francisco Sá Filho. Informa que o monumento é próprio nacional desde 1897.
17. OFÍCIO nº 1998 de 22/12/1966 de RMFA para Raymundo Moniz de Aragão (Ministro da Educação e Cultura). Solicita que o ministro peça ao Ministro da Fazenda que passe o monumento para a pasta do MEC para ser protegido pela DPHAN "por motivo do excepcional valor histórico e arquitetônico das respectivas edificações". Oficia a Christiano no mesmo dia, dizendo do citado acima. Oficia no mesmo dia a Francisco Sá Filho pedindo apoio para tal manobra.

18. OFÍCIO nº 52 de 28/12/1966 de Christiano para RMFA. Sugere novas instruções para conseguir a transferência da igreja.
19. OFÍCIO nº 40 de 06/01/1967 de RMFA para Francisco Sá Filho, solicitando certidão do registro como próprio nacional, seguindo instruções de Christiano.
20. Entre 15/01/1967 e 14/02/1967: troca de ofícios sobre a certidão de registro, envio da certidão e repasse para Christiano.
21. INFORMAÇÃO nº 261 de 08/09/1967, de Augusto C. S. Telles para Diretor, comunicando problemas entre o prefeito de Serra, Sr. Naly da Encarnação Miranda, e o representante Christiano que se insurgiu contra destruição de palmeiras na praça defronte à igreja para ampliação de campo de futebol. Sugere que se apurem os fatos. Há o telegrama com reclamação do prefeito enviado à DPHAN.
22. OFÍCIO nº 53 de 20/12/1967 de Christiano para Diretor. Transcreve notícia de TV onde o prefeito de Serra nega ter derrubado palmeiras e afirma não ter documentos informando do tombamento expedido pela DPHAN. Segue o dossiê com vários documentos sobre o assunto.
23. INFORMAÇÃO nº 02 de 29/12/1967, de Augusto C.S.Telles para Diretor, solicitando que a extensão do tombamento seja notificada à prefeitura de Serra.
24. OFÍCIO nº 573 de 10/04/1968, de Renato Soeiro para Christiano: solicita informação sobre a praça e a área da extensão do tombamento. Se seria logradouro público municipal e sua denominação atual e ainda relação de casas, seguindo as instruções de Silva Telles.
25. DOCUMENTO de 28/12/1966, registrando o andamento do processo de troca de jurisdição da Igreja dos Reis Magos para o MEC.
26. OFÍCIO nº 17 de 26/08/1968 de Christiano para Renato Soeiro, mandando cópia da planta cadastral da praça para regularização da extensão do tombamento. Afirma que a praça não tem nome oficial e é considerada logradouro municipal. Lista de nomes dos proprietários.

03) Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Guarapari). Proc. 382-T-46 do Livro Histórico.

1. TELEGRAMA de 25/04/1946, do Procurador Geral do Bispado Monsenhor José Lidwin, para RMFA, alertando para as ações do prefeito de Guarapari, Celso Couto, que estava “prejudicando gravemente a igreja construída pelo padre Anchieta em 1578, permitindo a construção de prédios” em volta do monumento impedindo o acesso à igreja. O remetente pede providências.
2. CÓPIA de telegrama de 26/04/1946, onde RMFA acusa recebimento do telegrama de José Lidwin e afirma que pediu ao representante no Espírito Santo, André Carloni, que enviasse documentação fotográfica e mais informações para uma deliberação sobre o assunto. Rodrigo informa que esta igreja ainda não tinha sido tombada, o que impedia o órgão de tomar providências.

3. CÓPIA de telegrama de 26/04/1946 onde RMFA solicita a André Carloni que envie fotos do local em questão e que entre em entendimento com o prefeito para não se perder a valiosa igreja.
4. TELEGRAMA de 02/05/1946 de José Carloni: “Tendo ido Guarapari verifiquei veracidade informações loteamento toda colina prejudicando paisagem notável bem como construções que vão ocultar as duas igrejas coloniais que relembram primórdios colonização. Informei verbalmente prefeito motivo minha ida aquela cidade e oficiei sentido embargar qualquer modificação daquela colina até que exame sob ponto de vista legal histórico e artístico determine acertada solução.”
5. TELEGRAMA de RMFA de 04/05/1946 para André Carloni. Rodrigo agradece as informações e aguarda cópia da correspondência enviada ao prefeito e ao Interventor Federal e mais fotos para deliberar sobre conveniência de tombamento.
6. TELEGRAMA de José Lidwin pedindo tombamento das igrejas. Afirma que mandou documentos pelo representante para RMFA.
7. CARTA de André Carloni para prefeito e Interventor, de 02/05/1946: notifica a denúncia sobre as igrejas situadas na colina, construídas por Anchieta e uma delas em ruínas e por isso são patrimônio histórico nacional. Verificou construções de casas, cercas de arame farpado dividindo o loteamento do terreno e determinando arruamentos estreitos que fecham o acesso à igreja em ruínas. Se o projeto for consumado será um vandalismo, pois a própria colina deve ser conservada como logradouro público. Solicita o embargo das obras até que se delibere sobre o tombamento.
8. CARTA de 06/05/1946 de André Carloni para RMFA, indicando envio de fotos e croquis sobre as construções da prefeitura. A igreja que serve ao culto é a de 1585, da construção de Anchieta na fundação do povoado de Guarapari. A igreja que está em ruínas foi construída em 1677 pelo donatário da Capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, e é dedicada a N. S. da Conceição.
9. CARTA de RMFA para André Carloni de 09/05/1946, onde Rodrigo agradece o material enviado, mas o adverte por ter se antecipado junto ao prefeito e Interventor, uma vez que as igrejas não são tombadas pelo órgão.
10. CARTA de André Carloni para RMFA de 15/05/1946, pedindo desculpas pelo excesso.
11. CARTA de 30/05/1946 de Rodrigo para André Carloni, pedindo as seguintes informações: possíveis respostas do prefeito e do interventor, o nome do prefeito de Guarapari e se as obras foram paralisadas ou não.
12. CARTA manuscrita de 09/05/1946 de José Lidwin para RMFA, contendo um histórico sobre a igreja: Guarapari, segundo Lidwin, foi fundada em 1578 por José de Anchieta para catequese dos índios que habitavam as margens do rio. Na colina edificou-se igreja e residência com invocação de Sant`Ana, na embocadura do rio. O ex-prefeito Celso Couto profanou o cemitério e fez da torre um presídio. Solicita tombamento de “relíquia preciosa dos tempos coloniais”.

Frontispício da Igreja de N. S. da Conceição, Guarapari (ES), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

13. CARTA de 25/06/1946 de Jacintho Almeida para RMFA: transcreve ofício mandado pela prefeitura ao interventor federal, dando conta que José Lidwin não apresentou documentos que provassem a propriedade do morro pela Paróquia de Guarapari. Afirma que o município zela pelo logradouro e que a paróquia nunca o fez. A prefeitura lançou edital público nos dias 28, 29 e 30 de abril de 1944, pedindo que os proprietários se manifestassem contra os aforamentos e o Bispado nunca se pronunciou. A intenção da prefeitura é a de "povoar a cidade, enchendo-a de prédios e embeleza-la", além de aumentar a captação de impostos. Afirma que a prefeitura respeita as igrejas e adjacências.
14. TELEGRAMA de 03/07/1946 de RMFA para Jacintho Almeida: Solicita planta geral do morro da igreja com indicação dos templos e dos terrenos já construídos, aforados e por aforar.
15. TELEGRAMA de 06/08/1948 de RMFA para o Bispo do Espírito Santo, pedindo que seja embargada a demolição iniciada do telhado e coro da igreja de N.S. Conceição para não prejudicar o processo de tombamento em curso.
16. OFÍCIO de 14/08/1962 de Judith Martins (Chefe da Seção Histórica) para RMFA: afirma que desde 1946 cogita-se o tombamento do "morro da igreja", solicitando-se planta geral do lugar com localizações de igrejas e terrenos. O processo esteve parado desde então por falta deste documento e não foi feita notificação para o tombamento das igrejas. No mesmo documento Rodrigo pede que se solicite material sobre o assunto ao senhor André Carloni.
17. INFORMAÇÃO nº 71 de José de Sousa Reis (Diretor da Divisão de Conservação e Restauração) para RMFA de

26/02/1970: afirma que a igreja tinha placa do PHAN, mas o tombamento não estava confirmado. Propõe dar início ao processo. Refere-se ao interesse do Bispo em criar fundos para a nova Matriz (a de 1677), o que o fez acreditar em menor interesse na igreja mais antiga. Diz que a igreja tem "interior singelo e boa imagem no altar". O interesse da igreja da Conceição está na localização num outeiro sobre a costa com "paisagem excepcional". Afirma que são de interesse local e turístico.

18. OFÍCIO nº 24/70 de 20/03/1970 de Christiano W. Fraga (representante do Espírito Santo) para RMFA: propõe o tombamento da igreja N.S. Conceição de Guarapari. Motivo: antiguidade da igreja, localização em cidade de mais de 400 anos e ponto de convergência de milhares de pessoas de todo o Brasil.
19. INFORMAÇÃO nº 158 de 22/04/1970 de Lygia Martins Costa (Chefe da Seção de Arte) para Renato Soeiro: menciona trabalhos de conservação feitos pela DPHAN na igreja da Conceição em 1952, 1953,1960 e 1969. Afirma que merece tombamento, pois tem "proporções robustas acusando suas origens seiscentistas tal qual a torre de cúpula hemisférica e as fachadas posterior e lateral esquerda"; pelas grandes reformas feitas na segunda metade do século XVIII; beleza plástica e "presença na paisagem". Trata das intervenções feitas e do que restou da imaginária: peças de bom porte em madeira e barro cozido que deveriam ser apreciadas após a retirada de "tinta grosseira" que reveste alguns. Solicita que se fixe a área circunvizinha necessária para desafogar a ambiência da igreja e preservar o poço dos jesuítas anexo. Solicita ainda que um inventário dos bens seja realizado.
20. OFÍCIO nº 972 de 08/06/1970 de Renato Soeiro para Christiano W. Fraga, comunicando a decisão favorável da Divisão competente pelo tombamento. Solicita nome e endereço do proprietário para notificação.
21. OFÍCIO nº 54/70 de 27/07/1970 de Christiano W. Fraga para Renato Soeiro, comunicando o nome e endereço do proprietário: Cúria Metropolitana de Vitória, Morro de São Francisco, Vitória – ES.
22. NOTIFICAÇÃO nº 1045 de 03/08/1970 de Renato Soeiro para representante da Cúria (via Christiano), comunicando a inscrição no Livro do Tombo e pedindo anuência do representante.
23. OFÍCIO nº 58/70 de 10/09/1970, de Christiano para Renato Soeiro: comunica e envia recebimento da notificação assinada do Arcebispo de Vitória, D. João Batista da Motta e Albuquerque.
24. DOCUMENTO assinado pelo Arcebispo. Autorização para inscrição em 16/09/1970, assinado e indicação da inscrição por Judith Martins em 16/09/1970.

Frontispício da Igreja da Ajuda, em Viana (ES), após as obras efetuadas pela DPHAN, setembro de 1969. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Obras.

04) Igreja da Ajuda (Viana) Proc. 422-T-50 dos Livros Histórico e de Belas Artes.

1. DOCUMENTO de 25/01/1950 do chefe da Seção de Arte, Alcides Rocha Miranda, para o Diretor da Divisão de Estudos de Tombamento: acusa não inscrição da igreja da Ajuda e do Rosário. A igreja da Ajuda deve-se conservar "como expressão de sua época" e já obteve obras da DPHAN. Propõe o tombamento. No verso: "de acordo" do Diretor incluindo duas imagens de N. S. Conceição e alfaias de prata no Livro de Belas Artes.
2. NOTIFICAÇÃO nº 619 de 08/02/1950 de RMFA para o Bispo do Espírito Santo, D. Luiz Scortegagna, comunicando o tombamento e pedindo anuência.
3. DOCUMENTO de 10/03/1950 assinado pelo Bispo consentindo no tombamento. Mandado inscrever por Rodrigo em 20/03/1950. Descrição da inscrição assinada por Carlos Drummond na mesma data.
4. CERTIDÃO de tombamento de 1985 (expedida em 03/07).
5. CERTIDÃO de tombamento expedida em 01/12/1988.

Maranhão

Retábulo do altar-mor da Igreja N. S. da Vitória, em São Luís (MA), 1954. Foto de Pedro G. Pinto. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Processo de Tombamento

01) Retábulo do altar-mor da Catedral de N.S. da Vitória (São Luís) Proc. 505-T-54 do Livro de Belas Artes.

1. CARTA sem data do pároco da Catedral e Secretário Geral do Arcebispado, Padre Porcínio de Oliveira Costa, ao Diretor, pedindo restauração do interior e das peças da Catedral.
2. CARTA nº 140 de 26/04/1954 de RMFA para o padre, respondendo à solicitação afirmando a possibilidade de tombamento da igreja.
3. DELIBERAÇÃO contrária ao tombamento em 03/06/1954: "A edificação não apresenta interesse suficiente para o tombamento". Contudo justifica-se a inscrição do retábulo do altar-mor, "peça jesuítica que deve provir de fins do século XVII ou do primeiro quartel do XVIII, embora o camarim date do século XIX". Assinado pelo Diretor da Divisão de Estudos de Tombamento, Lucio Costa.
4. Seguem várias fotografias do interior da igreja.
5. Em 15/07/1954, Lucio Costa emite parecer sobre as peças da igreja considerando desfavorável o tombamento pormenorizado "por se tratar de peças de tipo bastante comum comercializadas na época – fins do século XVIII e começo do XIX". Afirma que o tombamento individualizado daria excessiva importância a elas. Aprova o tombamento do retábulo com as respectivas imagens que são contemporâneas ao antigo Colégio, "como desagravo a memória dos padres cuja obra foi profanada em 1927".
6. OFÍCIO nº 743 de 19/07/1954 de Rodrigo para Pedro Guimarães Pinto (representante): notifica o tombamento do retábulo e solicita recibo. O mesmo para o Arcebispo pedindo anuência.
7. CARTA nº 116 de 18/08/1954 de Pedro Guimarães para RMFA. Remete o recibo e anuência do Bispo. Rodrigo assina e pede inscrição em 23/08/1954. Carlos Drummond assina na mesma data como chefe da Seção de Arte.
8. CERTIDÃO de tombamento expedida em 18/08/1981.

Vista da capela-mor, com retábulo do altar-mor ao fundo, e parte da nave da Igreja N. S. da Vitória, em São Luís (MA), 1954. Foto de Pedro G. Pinto. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Processo de Tombamento.

Frontispício e interior da Igreja de Santo Alexandre, em Belém (PA), 1967. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Pará

01) Igreja de Santo Alexandre e Antigo Colégio dos Jesuítas - Palácio Arquiepiscopal (Belém). Proc. 235-T-40 do Livro Histórico.

1. NOTIFICAÇÃO nº 329 de 29/11/1940 de RMFA para D. Antonio de Almeida Lustosa, arcebispo do Pará, informando o tombamento da igreja na praça Caetano Brandão.
2. CARTA de 05/12/1940 de D. Antonio para RMFA, acusando recebimento de notificação do tombamento das seguintes igrejas: Catedral Igreja de N.S. das Mercês, de Santo Alexandre, de São João Batista e de N.S. do Carmo.
3. CARTA de 16/12/1940 de D. Antonio para RMFA, afirmando que não tem razoes para impugnar o processo, pois reconhece que "essas igrejas têm valor histórico ou artístico ou um e outro".
4. DOCUMENTO de inscrição: manda inscrever RMFA em 03/01/1941. Carlos Drummond acusa inscrição em 03/01/1941. Rodrigo afirma: "constituindo a igreja de Santo Alexandre um elemento do conjunto, integrado pelo antigo Colégio dos Jesuítas, atual Palácio Arquiepiscopal de Belém, estenda-se o tombamento a essa última edificação", tal ordem data de 11/01/1955, sendo inscrito na mesma data e assinado por Carlos Drummond.
5. CERTIDÃO de tombamento de 17/09/1993.
6. CERTIDÃO de tombamento de 22/05/1996.

02) Igreja de Nossa Senhora Madre de Deus (Vigia de Nazaré). Proc. 434-T-50 do Livro de Belas Artes.

1. INFORMAÇÃO nº 99 de 08/08/1950, do Chefe da Seção de Arte [assinatura ilegível] para o diretor da D.E.T. Recomendação do senhor diretor do PHAN para se examinar a conveniência da inscrição nos Livros do Tombo da Igreja de Sant'Ana, em Belém, e da Igreja de Nossa Senhora Madre de Deus, em Vigia, ambos no Estado do Pará. OBS: As razões da recomendação da igreja de Vigia são eminentemente arquitetônicas: "Parece-nos conveniente o seu tombamento em vista das singularidades arquitetônicas do frontão avantajado e da colunata lateral, além da circunstância de já haver esta repartição beneficiado este monumento com obras de custo. Releva notar que interiormente, conta ainda com a sacristia de teto apainelado com pinturas de interesse; enquanto o mais foi desfigurado. (...)". DESPACHO de C. Drummond, chefe da SH, no canto inferior direito, em 29/11/1954. Envia à "consideração superior" o expediente de notificação de tombamento relativo à igreja de Vigia.
2. DESPACHO do chefe da SH, Carlos Drummond, de 23/05/1950. Passa ao chefe da AS a recomendação do Diretor do PHAN de exame da conveniência do tombamento dos dois monumentos.
3. NOTIFICAÇÃO nº 749 de 29/11/1954. Do Diretor do PHAN, Rodrigo M. F. de Andrade para o Arcebispo de Belém, D.

Mário de Miranda Vilas Boas. Notifica a inscrição da igreja da Madre de Deus, em Vigia e solicita a anuência.
4. RECIBO da Notificação nº 749. Sem data nem assinatura.
5. Ct. Nº 552 de 29/11/1954. Do Diretor da DPHAN para o Dr. Ernesto Cruz. Encaminha a notificação nº 749 para que ele entregue ao arcebispo.
6. Papel timbrado do Ministério da Educação e Saúde, em [?] de dezembro de 1954. Recibo da notificação nº 749, assinado por Mário Vilas Boas, Arcebispo de Belém do Pará. DESPACHOS no canto inferior direito: 1) De Rodrigo M.F. de Andrade, em 14/12/1954: "À vista da anuência, increva-se"; 2) De Carlos Drummond, em 14/12/1954: "Inscrito nesta data, sob o nº 424, a fls 80 do Livro nº 3".]

7. a 12. DOCUMENTOS referentes ao tombamento da Igreja de Sant'Ana, em Belém.

13. OFÍCIO nº 068/SEC/SPHAN de 10/07/1981. Do Arquivo da SPHAN para o Diretor da 1ª Diretoria Regional da SPHAN, Dr. Jorge Dereng. Remete Certidão de Tombamento da igreja de N.S. Madre de Deus, cópia da folha nº 6 do Processo de Tombamento nº 434-T-50 e cópia da folha do Diário da Justiça de 20/03/1970, com acórdão relativo a furto em monumento tombado.
14. CERTIDÃO de Tombamento da Igreja de N. S. Madre de Deus, 09/07/1981. "O tombamento inclui todo o acervo da igreja, inclusive imaginária e alfaias". Assinaturas: Chefe do Arquivo do IPHAN, Edson de Brito Maia; Diretor Geral do IPHAN: Irapoan Cavalcanti de Lyra.
15. CERTIDÃO de Tombamento da Igreja de N. S. Madre de Deus de 23/03/1996. Assinatura: Chefe do Arquivo Central do IPHAN, Meise Caetano Amaral Paes

Fachada lateral e frontispício da Igreja de N. S. Madre de Deus, Vigia de Nazaré (PA), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Fachada principal e pátio do Colégio dos Jesuítas, Paranaguá (PR), s.d. Fotos de Erich Hess. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Paraná

01) Antigo Colégio dos Jesuítas (Paranaguá) Proc. 155-T-38 dos Livros de Belas Artes e Histórico.

1. NOTIFICAÇÃO nº 78 de 23/03/1938 de RMFA para Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, informando do tombamento de várias fortalezas no Brasil e do Convento dos Jesuítas de Paranaguá.
2. Seguem correspondências acusando recebimento da notificação.
3. LISTAGEM manuscrita dos monumentos tombados. Convento dos Jesuítas inscrito em 24/05/1938, assinado por Carlos Drummond.

Antigo Colégio dos Jesuítas (Paranaguá) Proc. 101-T-38.

Volume 1:

1. OFÍCIO nº 390 de 06/12/1950 do Substituto do chefe da delegacia, N. Bithencourt Guimarães para o Diretor do Departamento Administrativo do Ministério da Educação e Saúde. Comunica autorização do Presidente da República da transferência para o Ministério da Educação e Saúde do próprio nacional "Antigo Convento dos Jesuítas". Pede designar o expediente acertado para escolha de representante para assinar a transferência. Abaixo, RMFA informa que o arquiteto Carlos Eugênio Contrim, encarregado pelo DPHAN para obras de reparo que se realizavam no antigo Colégio, estaria designado para assinar o termo de transferência. Segue-se troca de expediente sobre a transferência.
2. CONTRATO de 17/07/1958, estabelecendo convênio entre a Universidade do Paraná e a DPHAN para instalação do Museu de Paranaguá. Com 16 cláusulas, o contrato estipula o seguinte: a DPHAN confia a guarda do monumento à Universidade para instalação do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá. A DPHAN será consultada quanto à organização museográfica e receberá relatórios e informações, e contribuirá anualmente com recursos. As obras serão submetidas à aprovação da DPHAN bem como os trabalhos de reparo e restauração serão feitos pela DPHAN.
3. OFÍCIO nº 49 de 14/01/1956 de RMFA para Joaquim Tramu-

jas, presidente do IHG de Paranaguá. Informa que está ciente da instalação da sede do Instituto no edifício, mas pede que o faça em dependência discreta, pois as salas principais abrigarão exposição de peças de valor histórico.

4. TERMO de entrega e recebimento das chaves do próprio nacional "Antigo Colégio dos Jesuítas", ficando com a guarda provisória o Diretor do IHG, Joaquim Tramujas. Assinado em 17/11/1956.
5. CERTIDÃO expedida em 11/07/1985.

Pátio do Colégio dos Jesuítas, Paranaguá (PR), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Volume 5
Pasta I

1. DOCUMENTAÇÃO jurídica referente às desapropriações dos terrenos vizinhos ao museu para ampliação da área tombada. Documentos de 15/12/1972 a 29/12/1972.

Pasta II

1. DESPACHO do Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, com o Presidente da República. Submete à consideração do presidente a expansão da área do museu, alegando que são "pequenas propriedades que impedem sua expansão e lhe prejudicam a aparência monumental."
2. DOCUMENTO sem data (do ano de 1970) e sem assinatura onde o Presidente da República "declara de utilidade pública e prevê a desapropriação de imóveis para a expansão do Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá."

Pasta III

1. OFÍCIO nº 566 de 10/04/1968 de Renato Soeiro para Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra. Afirma que, na mesma quadra do monumento há três propriedades particulares que impedem a expansão do Museu e prejudicam a ambiência. Pede providências do Ministro junto ao Presidente para desapropriação.
2. CARTA de 22/08/1968 de Tarso Dutra para Presidente da República, pedindo consideração sobre projeto de desapropriação.
3. Encaminhado para o Patrimônio da União em 02/09/1968, de lá para Serviço Patrimônio da União do Paraná em 09/09/1968, chegando em 15/10/1968.
4. PROCESSO da DSPU – PR (Ministério da Fazenda) sobre a situação dos imóveis.
5. CORRESPONDÊNCIAS e despachos acerca da desapropriação dos imóveis (avaliação dos imóveis, indenização, minutas, projetos de decreto).
6. CARTA de 16/03/1971 de Renato Soeiro para Ministro da Educação e Cultura. Afirma que há anos os três imóveis vem "polarizando as atenções do IPHAN e do Museu" no caso da incorporação dos mesmos para proporcionar "as condições necessárias para a sua expansão e, assim, melhor atingir os fins culturais a que tem em vista". Os imóveis são contíguos ao museu e são as únicas construções da área usadas para fins residenciais. Submete a incorporação ao Ministro para encaminhar ao Presidente.

Volume 6

1. DOCUMENTOS referentes ao aforamento dos três terrenos.

À esquerda: Vista da Igreja de N. S. da Graça e Seminário de Olinda (PE), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.

À direita: Frontispício da Igreja de N. S. da Graça e fachada lateral do Seminário de Olinda (PE), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro.

Pernambuco

01) Seminário (Olinda) Proc. 131-T-38 do Livro de Belas Artes.

1. DOCUMENTO de 20/02/1938 assinado por Judith Martins, Auxiliar de Escrita, certificando que a notificação n. 116 de 18/02/1938, referente à inscrição do Palácio Episcopal, Convento de São Francisco de Igarassú e Seminário de Olinda, foi assinada e expedida para o Arcebispo D. Miguel Valverde.
2. CARTA de 31/03/1938 de D. Miguel para RMFA, acusando recebimentos da notificação nº 116 e ponderando sobre o tombamento dos três monumentos. Quanto ao Seminário, desaconselha o tombamento pois, do antigo colégio dos jesuítas só existem as paredes e foi muito reformado no início do século. Afirma que o merecimento arquitetônico é discutível.
3. CARTA do Interventor Federal para RMFA de 04/04/1938, encaminhando parecer do Bispo.
4. CARTA de 18/04/1938 de RMFA para D. Miguel avisando do encaminhamento da impugnação do tombamento ao Conselho Consultivo do DPHAN.
5. PARECER de Aníbal Fernandes de 20/04/1938, afirmando que o Sphan tombou o Seminário de Olinda e sua igreja pelo indiscutível interesse histórico. Elenca fatos da história da igreja construída em 1576. Discute com o Bispo: "se o seu merecimento architetônico é discutível, não o é o seu valor histórico e o Sphan não vela somente sobre a arte antiga; mas leva em consideração – e muito – o valor histórico dos edifícios". Gilberto Freyre assina apoiando o parecer de Aníbal Fernandes, afirmando que foi dele a iniciativa dos tombamentos.
6. RELATÓRIO e voto de 17/05/1938 de Francisco Marques dos Santos. Elogia o parecer de Aníbal Fernandes, ex-delegado do Sphan em Pernambuco, conferindo autoridade aos pareceres de Aníbal e Gilberto Freyre. Aprova os tombamentos do Seminário e do Palácio.
7. RESOLUÇÃO de 17/05/1938 do Conselho Consultivo do Sphan. Decidiu-se por unanimidade pela manutenção do tombamento e por torná-lo definitivo. Documento assinado por RMFA, Francisco Marques dos Santos (relator), Manuel Bandeira, Carlos Leão, Marques Junior, Heloisa Alberto Torres e Raimundo Lopes, entre outros.

8. INSCRIÇÃO em 17/05/1938, assinada por RMFA e Judith Martins.
9. CARTA de 20/05/1938 de RMFA para D. Miguel, comunicando a decisão do Conselho Consultivo de tornarem definitivos os tombamentos.
10. CÓPIA de telegrama de 20/03/1950 de RMFA para o Ministro Provincial da Ordem Franciscana, pedindo o nome e endereço da entidade proprietária do Convento de Igarassú.
11. CERTIDÃO de tombamento emitida em 10/07/1975.
12. CERTIDÃO de tombamento emitida em 23/06/1987.

02) Capela de São Francisco Xavier (Nazaré da Mata) Proc. 393-T-49 do Livro de Belas Artes.

1. INFORMAÇÃO nº 28 de 18/03/1949 de Renato Soeiro, diretor da DCR para RMFA. Solicita tombamento da Capela do Engenho Bonito em Nazaré da Mata e de N. S. da Guia em Taperuá na Paraíba, pois obras de conservação e restauração estão sendo efetuadas por conta da União. Rodrigo, em manuscrito, solicita parecer de Lucio Costa em 21/03/1949.
2. Lucio Costa pede inscrição em 30/03/1949. RMFA pede expedição de notificação ao proprietário em 05/04/1949.
3. NOTIFICAÇÃO nº 566 de 06/04/1949 de RMFA para sr. João Antonio Gonçalves Guerra. Comunicando inscrição da Capela do Engenho Bonito em Nazaré da Mata e pedindo anuência.
4. ASSINATURA de João Antonio Gonçalves Guerra favorável em 28/06/1949. RMFA manda inscrever em 17/06/1949.
5. CERTIDÃO de tombamento de 19/10/1988.

Fachadas da Capela de São Francisco Xavier, em Nazaré da Mata (PE), antes da restauração, 1955. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Frontispício da Capela de São Francisco Xavier, em Nazaré da Mata (PE), após a restauração, 1955. Foto de Marcel Gautherot. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Frontispício da Igreja do Divino Espírito Santo, em Recife (PE), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Frontispício da Igreja do Divino Espírito Santo, em Recife (PE), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

03) Igreja do Divino Espírito Santo (Recife) Proc. 866-T-72 do Livro Histórico.

1. OFÍCIO nº 83/72/P de 01/08/1972, de Ayrton de Almeida Carvalho, chefe do 1º Distrito do Iphan, para Renato Soeiro. Informa sobre solicitação de obras e aconselha o tombamento. Encaminha solicitação de obras feita pela Irmandade do Divino Espírito Santo.
2. OFÍCIO nº 93/72/P de 13/09/1972 de Ayrton de Carvalho para Renato Soeiro. Encaminha plantas da igreja e parecer de José Luiz Mota Menezes sobre a igreja. Título: "Igreja de N. S. do Ó, do extinto e demolido Colégio dos Jesuítas do Recife e Igreja da Congregação anexa". Notícias históricas da Igreja e Colégio: com base em Serafim Leite, afirma que um Colégio no Recife era desejado pelos padres e população. Os edifícios da igreja e colégio foram doados aos jesuítas por Francisco Barreto em 1654. Em 1686 começaram as obras de um novo colégio, sendo os edifícios aproveitados como sede do governo, Palácio, quartel e sede da Faculdade de Direito do Recife. Foi demolido no início do século XX restando a Igreja de N. S. do Ó e a anexa, da Congregação. Em 1855 foi restaurada e entregue à Irmandade do Divino Espírito Santo. As obras do século XIX descaracterizaram o interior do "gosto da época" em gesso. Faz comentários sobre a arquitetura das duas igrejas. Refere-se às obras do século XIX na Igreja de N. S. do Ó. Dá a posição do 1º Distrito. "Diante de um critério de prioridade de teor nacional" o templo estando descaracterizado, não estava em condições de tombamento imediato. Pondera que, se seguidas algumas possibilidades de reformas seria possível recuperar o monumento e assim indica o tombamento. O parecer conclusivo é favorável ao tombamento pelo valor histórico das duas igrejas e para acentuar o valor artístico das igrejas que somente as obras orientadas pelo Sphan poderiam proporcionar.
3. INFORMAÇÃO de 03/10/1972 de Silva Telles. Favorável ao tombamento e obras devido ao desabamento do forro. Os elementos arquitetônicos de cantaria, a cimalha e os arcos são suficientes para dar as proporções e o caráter da igreja primitiva. No exterior restam três portadas e a torre da esquerda, por isso o acervo é "apreciável" e deve ser preservado.
4. NOTIFICAÇÃO nº 1067 de 16/10/1972 de Soeiro para Renato Freitas Lins, Juiz da Irmandade do Divino Espírito Santo, avisando da inscrição da igreja do Divino Espírito Santo, solicitando anuência.
5. RECEBIMENTO da notificação assinada em 26/10/1972 e enviada por Ayrton de Carvalho para Renato Soeiro em 13/11/1972.
6. Mandado inscrever por Soeiro em 07/12/1972, assinado por Judith Martins na mesma data.
7. CERTIDÃO de tombamento expedida em 13/10/1989.

04) Igreja da Conceição da Congregação Mariana (Recife) Proc. 1133-T-84 do Livro Histórico.

Frontispício e grade da tribuna e sanefa da Igreja da Conceição da Congregação Mariana, em Recife (PE), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

1. OFÍCIO nº 107/84/P de 10/12/1984 de Ayrton de Carvalho para Irapoan Cavalcanti de Lyra, subsecretário da SPHAN. Avisa sobre o encaminhamento ao Secretário de Cultura de uma proposta de tombamento da Igreja da Congregação Mariana. Envia cópia do relatório feito pelo engenheiro Antonio Menezes e Cruz com fotos e plantas.
2. Em informação nº 22 de 12/11/1984, Cruz elenca os motivos do tombamento: exemplar único no Brasil de igreja de Congregação; está anexada à igreja do Divino Espírito Santo e estranha não ter sido tombada na mesma ocasião; templo de mais de 270 anos com jogo de volumes e ambiência interior de interesse para conservação.
3. RELATÓRIO de tombamento: é vizinha à igreja do Divino Espírito Santo e encontra-se há mais de dez anos sem uso. Fundada em 1707 pelos jesuítas, segundo Pereira da Costa, que afirma também que logo após a fundação, os padres a entregaram para administração de um prefeito. A partir de 1759 foi incorporada à Fazenda Nacional, abandonada e fechada ao culto religioso. Pertenceu à Irmandade da Misericórdia no século XVIII e de São João Batista dos Militares no XIX. Em 1841 foi doada à Irmandade de N. S. da Conceição. Descrição da arquitetura: três portas que dão acesso a uma pequena nave, de partido jesuítico. Cita Serafim Leite afirmando que se davam Exercícios Espirituais para pessoas seculares nesta igreja (História ... vol. 5). Afirma que precisa de obras de restauração e que a 4ª DR fez um escoramento provisório da cobertura mais ou menos em 1982, assim como outros reparos. “Elementos necessários à tomada de uma decisão sobre o tombamento”: Segundo Serafim Leite, é a única igreja construída para abrigar a Congregação Mariana; uma vez recuperada, servirá para atender à demanda de casamentos da Igreja do Divino Espírito Santo; o imóvel encontra-se integrado dentro de uma zona de preservação da prefeitura.
4. INFORMAÇÃO nº 84/85 de 19/08/1985 de Umberto Napoli, arquiteto da DTC, para o Coordenador do Setor de Tombamento. Apresenta os motivos dados por Ayrton de Carvalho: arquitetura religiosa setecentista, templo do início do século XVIII (1708), edificado por jesuítas, mantém características volumétricas do partido original; exemplar único de igreja de congregação. É favorável ao tombamento pelas “características estilísticas e compositivas do século XVIII”.
5. INFORMAÇÃO nº 90/85 de 28/08/1985 de Dora Alcântara, coordenadora do Setor de Tombamento da DTC, para Augusto Carlos da Silva Telles, diretor da DTC. Encaminha informação de Umberto Napoli, apóia o tombamento pelos mesmos motivos de Umberto e de Antonio Menezes Cruz.
6. INFORMAÇÃO nº 92/95 de 30/08/1985 de Augusto C. S. Telles, diretor da DTC. Afirma estar de acordo com Dora Alcântara. A inscrição se impõe pela íntima ligação da igreja com a do Divino Espírito Santo, que foi restaurada e revitalizada e pelo valor artístico, feição externa e acervo decorativo

e de bens móveis que abriga, também por seu valor histórico por ser a única igreja de congregação no Brasil.

7. Envio do processo à Assessoria Jurídica para as providências cabíveis, em 02/09/1985. Assinado por Ângelo Oswaldo de Araújo Santos (secretário).
8. NOTIFICAÇÃO nº 1296 de 04/06/1986 de Ângelo para o bispo de Olinda e Recife, avisando do tombamento e pedindo anuência.
9. RECIBO assinado pelo bispo em 30/06/1986.
10. OFÍCIO nº 70/86 de 01/07/1986 informando o tombamento ao prefeito.
11. Encaminhado ao Conselho Consultivo por Ângelo em 30/06/1986.
12. Relator: Américo Jacobina Lacombe: afirma que os jesuítas costumavam promover em suas igrejas e capelas, a fundação de Congregações Marianas para leigos. A importância e o valor são comprovados pelos documentos do processo. É favorável ao tombamento.
13. ATA da 121ª Reunião do Conselho Consultivo de 10/07/1986. O parecer do relator foi aprovado por unanimidade.
14. PUBLICAÇÃO da ata no Diário Oficial de 21/10/1986.
15. CERTIFICADO de tombamento de 09/01/1987.
16. OFÍCIO nº 12/87 de 13/01/1987 de Ângelo Oswaldo para o Ministro da Cultura, solicitando homologação do tombamento.
17. HOMOLOGAÇÃO feita em 13/01/1987 pelo ministro Celso Monteiro Furtado.
18. PUBLICAÇÃO da homologação em 21/01/1987 no Diário Oficial.
19. Remetida a homologação às Coordenadorias de Proteção Jurídica para sugerirem inscrição. Encaminhada em 12/05/1987.
20. SUGESTÃO feita em 03/06/1987 por Dora Alcântara e Paulo Francisco Rocha Lagoa (coordenador jurídico)
21. Inscrito em 01/07/1987.
22. CERTIDÃO de tombamento de 02/07/1987.
23. COMUNICAÇÃO do tombamento ao prefeito, ao bispo e ao governador

Rio de Janeiro

01) Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso e outros (Rio de Janeiro) Proc. 0010-T-38 do Livro de Belas Artes.

1. NOTIFICAÇÃO nº 69 de 18/03/1938 ao provedor da Santa Casa de Misericórdia, identificando os bens de propriedade daquela instituição a serem tombados pelo processo.
2. RECIBO da notificação nº 69 de 26/03/1938. Assinatura ilegível
3. NOTIFICAÇÃO nº 223 de 01/06/0938. Do Presidente Diretor do SPHAN para o provedor da Santa Casa de Misericórdia, acusando o não recebimento do recibo da notificação nº 69 e discriminando os bens a serem tombados: 1. Igreja de Nossa Senhora de BomSucesso, 2. Santa Casa de Misericórdia, 3. Asilo São Cornélio, 4. Casa nº 21 da Ladeira do Morro do Valongo.
4. RECIBO da notificação nº 223 de 29/07/1938. Assinado por Irmã Françoise.
5. FOLHA com 3 despachos: 1) Judith Martins, auxiliar de escrita, acusa a expiração da data de impugnação, em 14/07/1938. 2) Ordem de inscrição dos bens no Livro do Tombo de Belas Artes (Livro nº 3), por Rodrigo M. F. de Andrade, em 15/07/1938. 3) Ordem para expedir o ofício comunicando a inscrição definitiva, por Rodrigo M. F. de Andrade, em 03/07/1938.
6. CORRESPONDÊNCIA da Santa Casa de Misericórdia de 18/08/1938. Do Provedor da Santa Casa de Misericórdia, [ilegível] Almeida e Silva, para o Diretor do SPHAN. Contesta o tombamento da igreja de N. S. da Saúde, afirmando ser uma reconstrução e não a original; e solicita que se providencie a não abertura de uma avenida planejada pela Prefeitura, que iria destruir a Capela da Santa Casa.
7. CORRESPONDÊNCIA da Santa Casa de Misericórdia de 15/03/1956. Do diretor da Santa Casa, José Frederico de la Rocque, para o Diretor do SPHAN. Solicita certidão de tombamento das casas 13 e 21 da Ladeira do Morro do Valongo. Despacho no verso encaminhando à DET, e solicitando informação do arquiteto Paulo Thedim Barreto, em 27/03/1956.
8. INFORMAÇÃO do arquiteto (manuscrita) de 24/04/1956. De Paulo Thedim Barreto para Diretor da DCR. Responde à solicitação da Santa Casa de Misericórdia, informando que as casas 13 e 21 estão tombadas. Despacho no verso, de Carlos Drummond de Andrade, chefe da SH, em 26/04/1956. Informa que constam do Livro do Tombo as inscrições do Jardim do Valongo e da casa 21 da Ladeira do Valongo, somente: “consulto assim, a autoridade superior sobre os termos da certidão a ser passada”.
9. CÓPIA datilografada do documento anterior.
10. CERTIDÃO de Tombamento de 23/10/1991. Casa 21 da Ladeira do Morro do Valongo. Assinaturas: chefe do Arquivo Central do IBPC, Edson de Brito Maia e o Presidente do IBPC, Jayme Zettel

Acima: Fachada da Igreja de N. S. do Bom Sucesso, s.d. Foto de Erich Hess. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Abaixo: Retábulo da antiga igreja dos jesuítas na Igreja de N. S. do Bom Sucesso, s.d. Foto de Erich Hess. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

À esquerda: Detalhe da Ponte dos Jesuítas (RJ), s.d. Foto de Stille. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

À direita: Ponte dos Jesuítas (RJ), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

02) Ponte dos Jesuítas (Rio de Janeiro) Proc. 100-T-38 dos Livros de Belas Artes e Histórico.

1. NOTIFICAÇÃO nº 162 de 22/03/1938 de RMFA para Ulpiano de Barros, Diretor do Domínio da União. Informa sobre o tombamento de bens pertencentes ao Domínio da União, entre eles a Ponte dos Jesuítas e o Marco da Fazenda Real.
2. RECEBIMENTO da notificação acusado em 01/04/1938.
3. RMFA manda inscrever em 05/04/1938. Carlos Drummond assina.

À esquerda: Fachada da Igreja Matriz de São Francisco Xavier, Niterói (RJ), antes da restauração, s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

À direita: Fachada da Igreja Matriz de São Francisco Xavier, Niterói (RJ), após a restauração, s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

03) Igreja Matriz de São Francisco Xavier (Niterói) Proc. 162-T-38 do Livro de Belas Artes.

1. NOTIFICAÇÃO nº 170 de 09/05/1938 de RMFA para o Bispo de Niterói, informando do tombamento.
2. CARTA de 16/05/1938 do Bispo de Niterói para RMFA, informando que não se opõe ao tombamento.
3. RMFA manda inscrever em 20/05/1938, inscrito na mesma data, assinado por Maria de Lourdes Madeira.
4. Certidões de tombamento expedidas em 08/03/1989 e 08/05/1996.

04) Igreja de São Lourenço dos Índios (Niterói) Proc. 163-T-38 dos Livros de Belas Artes e Histórico.

Altar-mor da Igreja de São Lourenço dos Índios, Niterói (RJ), s.d. Foto de Edgard Jacintho. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Fachadas principal e lateral da Igreja de São Lourenço dos Índios, Niterói (RJ), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

1. RMFA manda inscrever em 23/08/1938. Inscrita em 12/01/1948, assinada por Carlos Drummond e Judith Martins.
2. CARTA de 06/01/1948 de Celso A. M. S. Guimarães (prefeito) para RMFA pedindo informações para consertos na igreja.
3. CARTA de 13/01/1948 de RMFA para o Prefeito: afirma o tombamento da igreja e informa sobre obra de restauro realizada pelo órgão com recursos da União em 1939.

05) Solar do Colégio de Campos (Campos dos Goitacazes) Proc. 175-T-38 dos Livros de Belas Artes e Histórico.

Fachada principal e pátio interno do Solar do Colégio, em Campos (RJ), cerca de 1941. Fotos de Erich Hess. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

1. NOTIFICAÇÃO nº 301 de 01/08/1938 de Heloisa Alberto Torres (substituindo RMFA) para D. Zulmira Viana Barroso, proprietária. Pede anuência ao tombamento.
2. ANUÊNCIA expedida em 04/08/1939.
3. NOTIFICAÇÃO nº 304 de 09/09/1939 de RMFA para Manoel Ribeiro Barroso. Comunica o tombamento do Solar do Colégio de propriedade do destinatário.
4. NOTIFICAÇÃO ao outros proprietários em 23/12/1940 assinada por RMFA.
5. Acusam recebimento da notificação os outros proprietários

em 05/01/1941.

6. Outra notificação de 22/09/1943 pedindo anuência.
7. RECEBIMENTO acusado em 08/10/1943.
8. Expirado o prazo, mandou inscrever RMFA em 24/07/1946. Assina Judith Martins na mesma data.
9. DECRETO nº 1286 de 29/05/1977. O Governador declara de utilidade pública para fins de desapropriação a casa e capela do Engenho do Colégio e seus acessos.
10. CERTIDÃO de tombamento expedida em 12/04/1984.
11. CARTA de 04/08/1988 de Maria Cecília Moreira D`Affonseca solicitando certidão com dados completos do bem tombado para orientar elaboração do projeto de revitalização do Solar do Colégio.

Fachada principal da Igreja e Residência dos jesuítas, em São Pedro D'Aldeia (RJ), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

06) Igreja e Residência dos Jesuítas (São Pedro D`Aldeia)
Proc. 179-T-38 dos Livros de Belas Artes e Histórico.

1. NOTIFICAÇÃO nº 267 de 01/08/1938 a João B. Torres, Provedor da igreja, comunicando o tombamento.
2. RECEBIMENTO da notificação assinado em 01/08/1938.
3. CARTA de 12/08/1938 do Bispo de Niterói para RMFA, informando que não se opõe ao tombamento.
4. CARTA de 30/08/1938 de João B. Torres, Provedor da Irmandade Venerável do Santíssimo Sacramento de São Pedro D'Aldeia, para RMFA. Informa não ter recursos para obras de que necessita a igreja e residência que são de propriedade da Irmandade. Afirma que a construção está em ruínas e a parede do fundo da igreja com grande fenda.
5. RMFA manda inscrever em 12/08/1938. Assina Judith Martins.
6. CERTIDÕES de tombamento expedidas em 12/11/1985 e 09/04/1987.

À esquerda: Casa construída com material missioneiro, em São João (RS), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

À direita: Ruínas e remanescentes do Povoado de São João (RS), 1968. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Rio Grande do Sul

01) Casa construída com material missioneiro, em São João (Entre-Ijuís) Proc. 104-T-38 do Livro de Belas Artes.

1. CERTIFICADO de notificação relativa à inscrição do bem no Livro do Tombo, em 18/02/1938. Expedida ao sr. Henrique Muller e assinada por Judith Martins.
2. DOCUMENTO manuscrito do proprietário do bem de 30/03/1938. Para Rodrigo M. F. de Andrade. Acusa o recebimento da notificação de tombamento e propõe a venda da casa ao SPHAN por 10:000$000.
3. FOLHA com 4 despachos: 1) Inscreva-se de Rodrigo M. F. de Andrade, em 20/04/1938. 2) Sugestão de ofício ao proprietário sobre a conveniência ou não da compra da casa. Por João Malheiros dos Santos, escriturário, em 24/04/1938. 3) Manuscrito de Carlos Drummond de Andrade com os dados da inscrição: “Inscrito sob o nº 29, a fls 6 do Livro do Tombo nº3, em 20.IV.1938”.
4. CERTIFICADO de Tombamento de 25/02/1985. Assinaturas do Chefe do Arquivo DRD/SPHAN, Edson de Brito Maia, Diretor DRD/SPHAN, José Laurenio de Melo e Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Irapoan Cavalcanti de Lyra.
5. CERTIFICADO de Tombamento de 15/08/1985. Assinaturas do Chefe do Arquivo DRD/SPHAN, do Diretor do DRD/ SPHAN e do Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos.

Acima, à esquerda: Detalhe das Ruínas de São Miguel (RS), s.d. Foto de Marcel Gautherot. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Acima, à direita: Ruínas de São Miguel (RS), s.d. Foto de Edgard Jacintho. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Abaixo: Vista das Ruínas de São Miguel (RS) tomada a partir do Museu, s.d. Foto de Edgard Jacintho. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

02) Ruínas de São Miguel (Santo Ângelo) Proc. 141-T-38 do Livro de Belas Artes.

1. NOTIFICAÇÃO informando do tombamento de vários bens no Rio Grande do Sul.
2. RMFA manda inscrever em 16/05/1938. Inscritos na mesma data: Coleções do Museu Júlio de Castilhos; Ruínas da Igreja de São Miguel das Missões e Forte de Caçapava do Sul. Assina Carlos Drummond.
3. CERTIDÕES de tombamento expedidas em 25/02/1985 e 27/08/1985.

À esquerda: Vista dos pisos aflorados da Igreja Matriz das ruínas e remanescentes do povo de São Nicolau (RS), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

À direita: Pórtico das Ruínas e remanescentes do Povo de São Lourenço das Missões (RS), 1968. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

03) Ruínas dos Povos de São Lourenço e São Nicolau (São Luís Gonzaga) e Ruínas de São João Batista (Santo Ângelo) Proc. 813-T-69 do Livro Histórico.

1. OFÍCIO nº 215/68 de Luís Saia, chefe do 4º Distrito, para Diretor em 26/12/1968. Aconselha o tombamento uma vez que as obras nas ruínas de São Miguel estão na fase final. Pondera que, se há um plano de conjunto para proteção das ruínas missioneiras, não há como não tombar os “restos”. Entretanto, afirma, “eles ultrapassam o nível de uma pura indicação do local onde existiram as aldeias” pois há ainda paredes, peças de cantaria, restos de portais e colunas e, especialmente, o desenho no chão das edificações ali erguidas. Ressalta o interesse turístico e cultural da proteção e consolidação. Aconselha um estudo para o tombamento de tais “restos” incluindo os eventuais remanescentes. Afirma que muitos materiais foram retirados das ruínas para edificações e é preciso, segundo ele, fazê-los retornar ao local de origem. Encaminha fotos que não constam no processo.
2. OFÍCIO nº 789 de 13/05/1969 de Renato Soeiro para Luís Saia. Informa que Lucio Costa, Diretor da Divisão de Estudos de Tombamento, esteve de acordo com o tombamento exceto com a afirmação de Saia sobre a utilização de material das ruínas para outras construções, referindo-se ao seu relatório de 1937. Pede nome dos prefeitos para enviar notificações.
3. OFÍCIO nº 814 de 14/05/1969 de Renato Soeiro para Luiz Saia, mandando as notificações aos prefeitos de São Luiz Gonzaga e de Santo Ângelo.
4. OFÍCIO nº 95/69 de 21/08/1969 de Luís Saia para Renato Soeiro avisando do encaminhamento das notificações assinadas em 27/05/1969. Mandou inscrever Soeiro em 22/01/1970, assina Judith Martins na mesma data a inscrição das ruínas de São João em Santo Ângelo.
5. NOTIFICAÇÃO nº 1024 de 26/08/1969 de Renato Soeiro para prefeito de São Nicolau.
6. NOTIFICAÇÃO nº 1023 de 26/08/1969 de Renato Soeiro para prefeito de São Luiz Gonzaga.

7. Assinada a anuência em 29/05/1969. Mandou inscrever Renato Soeiro em 18/03/1970, assina Judith Martins a inscrição das ruínas de São Lourenço em São Luiz Gonzaga.
8. CARTA de 16/10/1979 do Deputado José Alcebíades de Oliveira para Aloísio Magalhães. Diz-se representante da região missioneira sendo ex-prefeito de Santo Ângelo, consulta sobre a possibilidade de aproveitamento pela Diocese de determinada área no município de São Nicolau sem o prejuízo do patrimônio. Solicita o planejamento do órgão para as Missões para o ano de 1980. Anexa carta do padre vigário sobre o assunto: pede para reerguer igreja matriz, casa paroquial e um Centro de Formação. Solicita apoio do deputado e argumenta "não podemos retardar o progresso dum município que também tem o direito de fazer hoje sua história", assina padre Florentino (...)
9. PARECER de 09/11/1979 de J. N. B. de Curtis, Diretor da 9ª DR, para Diretor-Geral: acha inoportuna a aprovação de projetos na área de São Nicolau, em função das escavações que estão ocorrendo no local e do estudo de proteção ambiental que ainda não tinha começado.
10. CERTIDÕES expedidas em 25/02/1985.

04) Conjunto de Dez Imagens existentes na Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga, provenientes da antiga igreja do Povo Missioneiro (São Luiz Gonzaga) Proc. 1076-T-83 dos Livros Histórico e de Belas Artes.

1. OFÍCIO nº 14/83 de 11/02/1983 de J. N. B. de Curtis, Diretor da 10ª DR, para Augusto C. S. Telles, Diretor da DTC. Solicita providências para o tombamento imediato das imagens. Pede urgência por constatar trabalhos grosseiros implementados a mando do vigário: "A urgência aqui solicitada prende-se ao fato de que, através de denúncia, tive ocasião de constatar os danos sobre a pintura de uma das imagens, realizadas por pessoa inexperiente, a mando do vigário". (f. 01). Afirma enviar em anexo documentação fotográfica de 9 das 10 imagens, que deve ter sido retirada do processo.
2. CARTA de 22/02/1983 de Dora Alcântara para assessora Lygia Martins Costa, pedindo sua opinião sobre o tombamento das imagens, enquanto especialista em história da arte.
3. PARECER de 10/03/1983 de Lygia M. Costa. Inicia o seu parecer com a intenção de integrar o pedido de tombamento das imagens ao tombamento, já realizado, do povoado de São Lourenço, da mesma cidade de São Luiz Gonzaga. Porém, como a tradição as reconhecia como pertencentes ao povoado de São Luiz Gonzaga, que não contava com qualquer medida protecionista, a operação ficava inviabilizada. Conclui, entretanto, "os remanescentes dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai não estão salvaguardados como pensávamos, quer no todo quer nas sete individualidades que o compõem" (f. 4), e que o relatório de Lucio Costa de 1937 propunha um tombamento mais abrangente do que as ruínas de São Miguel em Santo Ângelo. Diz que, em conversa com o chefe do Arquivo, Edson de Brito Maia, se recordou de um

Escultura de N. S. da Conceição. Imagem da Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga (RS), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

projeto antigo de Luís Saia, chefe do antigo 4º Distrito, da necessidade de "estudo de uma fórmula que propicie o tombamento de tais restos, incluindo os eventuais remanescentes estejam eles onde estiverem" (f. 04) Propõe, então, que seria oportuno "o tombamento global dos remanescentes de todos os Sete Povos", incluindo os tombamentos já feitos e também todo o que resta "daquela história conhecido ou ainda por conhecer". Concorda com o possível estranhamento do novo critério, mas argumenta que "o tombamento de um complexo histórico-cultural de características próprias, que abrange bens arqueológicos e móveis dispersados não pode ser condicionado à explicitação de cada um de seus elementos". Solucionando de uma só vez a defesa de todos os bens relacionados com os Sete Povos que, "de fato, com altos e baixos no tocante à qualidade artística dentro de cada povo, são uma coisa só, visto terem a mesma origem jesuítico-indígena visando idêntico propósito, se desenvolverem na mesma área geográfica sem interferências e em relativamente curto espaço de tempo". Dessa forma, "toda nova descoberta missioneira passaria (...) a estar implicitamente resguardada". Trata da necessidade de um inventário geral do legado jesuítico dos Sete Povos sediados no Brasil, a exemplo de outros países da região missioneira, possibilitando também a análise de materiais por historiadores e críticos de arte, resultando em uma "apreciação mais abrangente e profunda de toda produção da idealista república religioso-comunitária indígena, aspirada, um dia, para a América do Sul". Pelo recurso à idéia de um conjunto artístico e arquitetônico, D. Lygia extrapola o pedido de tombamento das 10 imagens, que não consegue justificar com argumentos baseados na História da Arte.

4. INFORMAÇÃO nº 28/83 de 23/03/1983 de Dora Alcântara para Augusto C. S. Telles. Pede a opinião da Assessoria Jurídica quando à fórmula sugerida por D. Lygia. Silva Telles encaminha para Sonia Rabello em 24/03/1983.
5. NOTIFICAÇÃO nº 29 de 10/06/1983 de Irapoan Cavalcanti de Lyra, Subsecretário de Patrimônio Histórico para o Bispo de Santo Ângelo, D. Stanislau Kreutz, informando a abertura do processo de tombamento das imagens.
6. RECIBO da Notificação nº 29/83. Sem a assinatura do Bispo.
7. CÓPIA de nota dos Correios de 15/06/83.
8. CARTA de 29/06/1983 da Cúria Diocesana para a SPHAN, rejeitando e impugnando o tombamento das imagens, com a justificativa de que desde 1859 a freguesia cuida do acervo sem haver disputa sobre a posse. Constitui patrimônio da Mitra Angelopolitana pelo Decreto nº 119-A de 1890. Tudo de acordo com a opinião da Paróquia e com a Diretoria do Conselho Administrativo Diocesano. Os argumentos parecem ser motivados por um receio de perder a propriedade das imagens, devido à tutela da SPHAN, citada na Notificação nº 29/83.
9. CARTA de 28/06/1983 da Diretoria da Comunidade Paroquial de São Luiz Gonzaga para o Diretor do Patrimônio Histórico do RS. Manifestando-se contra o tombamento das imagens. Mais uma vez, o argumento parece ser o medo da perda da propriedade das imagens: "(...) a Comunidade Paroquial

Esculturas de Santo Isidoro e de Santa Catarina de Sienna. Imagens da Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga (RS), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

da Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga não concorda com o tombamento das referidas estátuas pelo Patrimônio Histórico e nem pretende entregá-las [grifo meu], uma vez que fazem parte integrante do passado da comunidade de São Luiz Gonzaga." (f. 12)

10. CARTA do Bispo de Santo Ângelo ao subsecretário, de 29/06/83, encaminhando os documentos anteriores (n[os] 6, 8 e 9) com as manifestações contrárias ao tombamento.
11. INFORMAÇÃO nº AJ/033/83 de 08/07/1983, assinada por Teresa Beatriz da Rosa Miguel e por Sonia Rabello (assessora jurídica), sobre as contra-razões às impugnações do tombamento provisório das imagens. Explica a questão da propriedade. Afirma Teresa que o tombamento não é mudança de posse, é apenas uma tutela legal do Poder Público Federal. Dispensa a necessidade de novo parecer técnico, uma vez que as razões da impugnação não são relativas ao valor cultural do bem. Sonia Rabello concorda encaminhando para o Conselho Consultivo e propõe o tombamento apenas das dez imagens e não das talvez existentes por ser matéria controvertida, devendo constar em novos processos conforme forem aparecendo.
12. OFÍCIO nº 14/83 de 08/07/83. Da diretora do Centro de Restauração de Bens Culturais da SPHAN/FNPM, Maria Luiza Guimarães Salgado, para o Subsecretário da SPHAN. Relatório de vistoria técnica descrevendo as 10 imagens. Conclui que estão todas repintadas e a de São Luiz Gonzaga chegava a estar deformada por uma restauração desastrosa. Sugere a restauração das imagens, que teria que ser feita no local devido à oposição da comunidade à sua remoção para o Rio de Janeiro.
13. CARTA AJ019, de 19/07/1983, de Sonia Rabello (Assessoria Jurídica) para o Bispo de Santo Ângelo, prestando esclarecimento sobre a questão da propriedade das imagens.
14. DESPACHO do Subsecretário encaminhando o processo à consideração do Secretário da Cultura, em 19/08/83.
15. DESPACHO do Secretário Marcos Vinícios Vilaça encaminhando o processo ao conselheiro Lourenço Luiz Lacombe, Diretor do Museu Imperial, em 19/08/83.
16. PARECER do relator, Lourenço Luiz Lacombe, favorável ao tombamento urgente em 09/09/1983. Faz um resumo do andamento do processo e dá parecer favorável ao tombamento sem nenhuma apreciação do valor artístico ou enquanto patrimônio cultural de importância nacional das imagens: "Lido cuidadosamente este processo e examinadas as fotos das dez imagens, e ainda, valendo-me das informações prestadas por D. Maria Luiza Salgado, julgo da maior conveniência e urgência (para usar a expressão do Diretor da 10ª DR) o tombamento das aludidas peças." [grifado no original] (f. 28)
17. ATA da 103ª Reunião do Conselho Consultivo de 12/09/1983 aprovando por unanimidade o tombamento.
18. COMUNICADO nº 158/83, de 09/11/1983. De Irapoan Cavalcanti, subsecretário do PHAN, ao Bispo de Santo Ângelo, informando o não acolhimento da impugnação pelo Conselho Consultivo e que o processo será encaminhado à Ministra da Educação.

19. DESPACHO do Subsecretário, em 27/12/83. Certifica a decisão do Conselho Consultivo.
20. DESPACHO do Subsecretário, em 29/12/83, encaminhando o processo à consideração do Secretário da Cultura.
21. OFÍCIO nº 262/83 de 30/12/1983. Do Secretário da Cultura, Marcos Vinícios Vilaça, para a Ministra da Educação e Cultura, Profª Esther de Figueiredo Ferraz. Solicita a homologação do tombamento.
22. CÓPIA da Ata da 103ª Reunião do Conselho Consultivo
23. HOMOLOGAÇÃO pela Ministra m 09/01/1984. Publicado no Diário Oficial de 11/01/1984.
24. DESPACHO da Subchefe de Gabinete para Assuntos Administrativos, Doris de Queiroz Carvalho, encaminhando o processo a SPHAN, em 13/01/84.
25. DESPACHO do Secretario da Cultura, ordenando a inscrição das imagens, em 08/02/1984.
26. DESPACHOS: 1) do Subsecretário à DTC para proceder à inscrição dos bens nos Livros de Tombo de Belas Artes e Histórico, e à Assessoria Jurídica para providenciar as notificações de Lei e divulgação necessárias, em 08/02/84. 2) do Diretor da DTC, Augusto da Silva Telles à DRD para tomar as providências relativas à inscrição nos Livros de Tombo, em 20/02/84.
27. INSCRITO em 20/02/1984. Livro Histórico nº 491, fls 86 e Livro de Belas Artes, nº 557, fls 5, vol. II.
28. CERTIDÃO de Tombamento, de 20/02/84.
29. NOTIFICAÇÃO nº 1253, de 03/07/1984. Do subsecretário, Irapoan Cavalcanti para a Mitra Diocesana do RS, comunicando o tombamento.
30. RECIBO dos Correios, de 06/07/84
31. RECIBO dos Correios, de 28/06/84
32. CÓPIA da Notificação nº 1253
33. CÓPIA da Notificação nº 1250
34. CERTIDÃO de tombamento, expedida em 25/02/1985

À esquerda: Altar-mor da Capela de São Miguel, em São Paulo (SP), out. 1980. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

À direita: Fachada da Capela de São Miguel, em São Paulo (SP), antes da restauração, em 1937. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

São Paulo

01) Capela de São Miguel (São Paulo) e Igreja do Rosário (Mboy) e residência (Embú) Proc. 180-T-38 dos Livros Histórico e de Belas Artes.

1. NOTIFICAÇÃO nº 268 de 09/08/1938 de RMFA para D. Duarte Leopoldo, informando da inscrição da Igreja de São Gonçalo; Igreja de Mboy e Igreja de São Miguel. Pede anuência.
2. ANUÊNCIA assinada em 21/10/1938.
3. OFÍCIO de 26/10/1938. RMFA pede ao Bispo que mande fotos da Igreja de Mboy antes das alterações que sofreu.
4. Mandado inscrever por RMFA em 21/10/1938. Inscrito na mesma data, assina Judith Martins.

Vista da nave, com capela-mor ao fundo, da Igreja do Rosário e Residência, em Embu (SP), 1947. Foto de Germano Graeser. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Obras.

À esquerda: Frontispício da Capela da aldeia de Carapicuíba (SP), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

À direita: Vista da Aldeia de Carapicuíba (SP), s.d. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

02) Conjunto arquitetônico e urbanístico da Aldeia de Carapicuíba (Cotia) Proc. 218-T-39 do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

1. NOTIFICAÇÃO nº 316 de 21/12/1939. Do Diretor do SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade para Prefeito do Município de São Roque, SP, notificando a inscrição e pedindo anuência.
2. NOTIFICAÇÃO nº 316 de 20/04/1940. Do Diretor do SPHAN, para Prefeito do município de Cotia, SP, notificando a inscrição e pedindo anuência.
3. NOTA de recebimento da Notificação nº 316, sem data.
4. PEDIDO de transcrição de 13/05/1940, por Rodrigo M.F. de Andrade. Com despacho de Carlos Drummond, chefe da Seção Histórica, com os dados da inscrição, em 28/08/58: "Feita a inscrição sob o n° 7, a folhas 3 do Livro de Tombo n°. 1, em 13 de maio de 1940".
5. CORRESPONDÊNCIA de 27/12/1940. Do Prefeito municipal de Cotia, Joaquim Horácio Pedroso, para o Assistente Técnico da 6ª Região do SPHAN, Luís Saia, comunicando o recebimento da Notificação nº 316.
6. PLANTA não identificada.
7. OFÍCIO nº 121/77 de 18/04/1977. Do chefe substituto do 4º Distrito do IPHAN, Armando Rebollo, para o Diretor Geral do IPHAN, Renato Soeiro, solicitando a certidão de tombamento do bem, a pedido do CONDEPHAAT.
8. OFÍCIO nº 781 de 26/04/1977. Do Diretor Geral do IPHAN, para o chefe do 4º Distrito do IPHAN, remetendo a certidão solicitada.
9. OFÍCIO nº 053/89 de 26/04/1989. Da Diretora de Turismo da Prefeitura Municipal de Cotia, Neide Oliveira Machado, para SPHAN, solicitando cópia do tombamento dos patrimônios históricos existentes na cidade: 1. Sítio do Padre Inácio, 2. Sítio do Mandu, 3. Igreja Matriz de Nossa Senhora de Mont Serrat, 4. Convento do Carmelo, 5. Roselândia e 6. Sabesp (antigo DAE)
10. INFORMAÇÃO nº 04/89, de 08/05/1989. Do chefe do arquivo DRD/SPHAN, Edson de Brito Maia, para o Chefe de Gabinete da SPHAN, encaminhando a solicitação da prefeitura de Cotia, e informando que são monumentos tombados pelo SPHAN em Cotia apenas a casa do sítio Mandu e a casa

grande do sítio do Padre Inácio.

11. CERTIDÃO de tombamento de 04/05/1989. Assinado pelo Chefe do Arquivo DRD/SPHAN, Edson de Brito Maia; Coordenadora de Registro e Documentação do SPHAN, Jannice de Mello Monte-Mor; e Secretario do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Augusto Carlos da Silva Telles.

À esquerda: Fachada principal da Igreja Matriz de N. S. da Escada, em Guararema (SP), restaurada e sem a torre, março 1972. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

À direita: Nave e capela-mor da Igreja Matriz de N. S. da Escada, em Guararema (SP), 1958. Foto de Germano Graeser. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

03) Igreja Matriz de N. S. da Escada (Guararema) e Capela de São João Batista (Carapicuíba) Proc. 221-T-39 dos Livros Histórico e de Belas Artes.

1. OFÍCIO nº 479 de 21/12/1939 de RMFA para D. José Gaspar de Affonseca e Silva, Arcebispo de São Paulo, notificando a inscrição e pedindo anuência.
2. NOTIFICAÇÃO nº 312 de 10/06/1940 de RMFA para o Bispo reiterando pedido anterior.
3. ANUÊNCIA do Bispo em 18/01/1941. Mandou inscrever RMFA em 25/01/1941, assinado por Drummond na mesma data.

04) Remanescentes da Vila Colonial de São Vicente (São Paulo) Proc. 514-T-51 do Livro Histórico.

1. RELATÓRIO e parecer de 22/05/1951 assinado por Adahil Barreto (relator). Pretende dar opinião sobre projeto do Deputado Antonio Feliciano que erige a monumento nacional, a cidade de São Vicente. O parecer é desfavorável ao tombamento de toda a cidade por existirem prédios novos, além de antigos que não têm interesse para efeito de tombamento. Pondera que, uma vez tombado, não se poderia realizar nenhuma reforma sem aprovação do DPHAN. Erigir uma cidade a monumento, segundo ele, significa uma "verdadeira intervenção branca do Poder Central" visto que nem o Prefeito poderia realizar transformações na cidade sem aprovação prévia do órgão. Conclui que erigir uma cidade inteira como monumento é inconveniente para ela e para seu povo, prejudicando sua sobrevivência "matando-a lentamente". Aconselha cautela para que o efeito não seja contraproducente, prejudicando em lugar de favorecer. Propõe medida intermediária

que concilie os propósitos de proteção com os interesses da cidade. Seriam tombados apenas os remanescentes históricos.

2. CÓPIA da Lei 1618 – A de 06/06/1952. Considera monumentos nacionais os edifícios e logradouros remanescentes das duas antigas vilas coloniais de São Vicente (SP) e Porto Calvo (AL). Assinado por João Café Filho, Presidente da República.
3. Carlos Drummond consulta o Diretor em 08/01/1955, sobre como proceder. RMFA responde em 17/01/1955, instruindo inscrição nos termos de remanescentes da antiga vila colonial até que proposta do 4º Distrito, revista e suplementada pela DET seja encaminhada. Drummond inscreve na mesma data.
4. CARTA de 14/05/1957 da vereadora Angelina Pretti da Silva, solicitando a relação dos bens remanescentes tombados.
5. TELEGRAMA de 04/06/1957 de RMFA para Hugo Hermann Graese, solicitando a ida de Luís Saia, na companhia de Hugo, até São Vicente para relacionarem um por um os remanescentes, particularmente peças da igreja dos jesuítas.
6. OFÍCIO nº 1073 de 28/08/1962 de RMFA para chefe do 4º Distrito da DPHAN, Luís Saia. Em alusão ao apelo do IHG-SP para evitar a demolição da Igreja de São Vicente Mártir, solicita dados históricos e fotos da igreja junto com opinião sobre como proceder sobre o assunto.
7. CARTA nº 345 de 04/09/1962 de RMFA para Raul Votta, membro da Sociedade Brasileira de Farmácia. Explica que não sabia que a Igreja de São Vicente Mártir era a matriz de São Vicente. Acha que assim ficaria mais fácil o tombamento, pois “se trata da única edificação que, naquele município, pode ser incluída entre os remanescentes”. Afirma que solicitou informações sobre quem mandou substituir o templo por edifícios de apartamentos. Promete que tomará devidas providências.
8. OFÍCIO de 24/09/1962 de Luís Saia para RMFA. Confirma a pretensão de demolição, mas para construir nova matriz. Comunicando o tombamento à autoridade eclesiástica, este respondeu que a primitiva igreja não era neste local. Luís Saia afirma que “é verdade”. Aconselha documentar o esclarecimento e que se estude uma nova solução para o edifício que está desfigurado por tantas reformas, mas que mantém alguns traços antigos.
9. OFÍCIO nº 1217 de 01/10/1962 de RMFA para Luís Saia, solicitando um anteprojeto contendo uma solução nova para “conter, evidenciar e valorizar os restos das paredes mais antigas”.
10. OFÍCIO nº 1218 de 01/10/1962 de RMFA para Mons. Geraldo Borwsky, informando que a igreja é tombada pela Lei Federal 1618 de 06/06/1952, e pedindo que não seja tomada iniciativa sem consulta prévia ao órgão.
11. REQUERIMENTO da Câmara de 09/11/1967: “É de toda conveniência que tenhamos conhecimento de todos esses locais, para que possamos dar a eles a atenção especial que merecem, não apenas pelo que representam nos fatos da nossa História, como pelos benefícios que poderão proporcionar à cidade, no ponderável setor turístico.”

12. OFÍCIO da Câmara Municipal de São Vicente de 10/11/1967 para Diretor: "São Vicente, Cidade-Monumento da História Pátria, Cellula Mater da Nacionalidade". Envia requerimento da Câmara (acima) solicitando informar quais são os logradouros de São Vicente considerados pela Lei 1618-A.
13. OFÍCIO nº 1928 de 14/12/1967 de Renato Soeiro para Luís Saia. Solicitando a indicação *in loco* dos edifícios e logradouros remanescentes da vila colonial que interessam preservar. Lembra que a inscrição no Livro é dos "Remanescentes da Vila Colonial de São Vicente".
14. PARECER de 17/01/1973 de Paulo Thedim Barreto para Diretor do DAC (Departamento de Assuntos Culturais). Enumera itens: 1 – afirma que Luís Saia definiu "de boca" o que "pode ser interpretado como remanescentes" e documentou com 12 fotos. Afirma que o assunto foi conversado e decidido por Saia e por Lucio Costa; 4 – deve ser tombado o arcabouço da Igreja Matriz com talha incluindo colunas, sacrário e imaginária; 5 – não ficaram de acordo com o estudo de Saia e Lucio Costa, pedindo audiência do chefe da Seção de Arte da DET, D. Lygia Martins Costa. Renato Soeiro assina, de acordo, em 22/01/1973 pedindo parecer do chefe da Seção de Arte.
15. Lygia Costa assina, de acordo com Paulo Thedim Barreto em 17/05/1973. Cópia de resposta de Luís Saia de 26/09/1972: "A chefia do 4º Distrito vai providenciar, com a maior brevidade, uma proposta destinada a tentar especificar o que em São Vicente pode e deve ser interpretado como remanescentes da antiga instalação desse estabelecimento. Acredito que é chegada a oportunidade de definir, de algum modo, qual a substância do tombamento havido".
16. OFÍCIO de 05/01/14976 de Ruy de Azevedo Marques (CONDEPHAAT) para Armando Rebolo, chefe do 4º Distrito. Afirma que ignora o que compõe os "remanescentes" e pede remeter a Lei nº 1618 –A, a conclusão do estudo de Paulo Thedim e a certidão de tombamento.
17. OFÍCIO de 14/01/1976 de Renato Soeiro para Rebolo. Envia documentação solicitada, que não consta no processo.

Sergipe

01) Casa e Capela da Fazenda Iolanda (Antiga residência dos jesuítas) (Itaporanga D'Ajuda) Proc. 289-T-41 do Livro Histórico.

Acima: Frontispício da Capela da Fazenda Colégio – Fazenda Iolanda, em Itaporanga D'Ajuda (SE). Foto de Pinheiro. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

1. NOTIFICAÇÃO nº 485 de 14/11/1941 de RMFA para Nicola Mandarino e esposa, comunicando a inscrição da Casa de residência e igreja do Colégio ou Tejupaba.
2. RECEBIMENTO assinado em 26/11/1941 por Nicola Mandarino.
3. NOTIFICAÇÃO nº 485-A de 04/02/1943 de RMFA para Nicola Mandarino. Afirma que o proprietário não respondeu à notificação nº 485 e dá um prazo de 15 dias para anuir ou impugnar o tombamento.
4. RECEBIMENTO assinado em 15/03/1943, por um terceiro.
5. CARTA de 01/04/1943 de Prudente de Morais Neto (advogado) para Diretor do SPHAN. Aponta que o recibo da notificação foi assinado por um terceiro e que, assim, seria necessário que houvesse uma procuração legal para juntar ao processo ou notificar pessoalmente o proprietário.
6. NOTIFICAÇÃO nº 485-B de 14/04/1943 de RMFA para Nicola Mandarino, nos mesmos termos da notificação 485-A.
7. RECEBIMENTO da notificação nº 485-B, assinado por Nicola Mandarino em 12/05/1943.
8. ANUÊNCIA assinada por Nicola Mandarino em 20/05/1943. RMFA manda inscrever em 20/05/1943. Inscrito em 21/05/1943, assinado por Judith Martins (perito em Belas Artes).
9. CERTIDÃO de tombamento expedida em 20/09/1982.

Frontispício e capela-mor da Igreja de N. S. do Socorro, em Tomar do Geru (SE), 1982. Fotos de João Legal. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

02) Igreja de N. S. do Socorro (Tomar do Geru) Proc. 291-T-41 dos Livros de Belas Artes e Histórico

1. NOTIFICAÇÃO nº 486 de 17/11/1941 de RMFA para D. José Tomaz Gomes da Silva, Bispo de Aracaju. Avisa da inscrição das seguintes obras: Igreja Matriz N. S. Divina Pastora em Divina Pastora; Igreja N. S. do Socorro de Tomar do Geru; Igreja Matriz de N. S. das Vitórias em São Cristóvão; Igreja Matriz do Coração de Jesus em Laranjeiras; Igreja de N. S. do Rosário dos Homens Pretos em São Cristóvão; Igreja Ma-

triz de Santo Amaro em Santo Amaro; Igreja Matriz de N. S. do Socorro em Socorro.

2. CÓPIA de Carta de 15/03/1943 do Bispo para RMFA. Acusando recebimento da notificação. Refere-se a ofício de 04/02/1943 sobre o tombamento. Visto assinado por RMFA e conferido por Judith Martins.
3. RMFA manda inscrever em 20/03/1943. Inscrito na mesma data, assinando Judith Martins.
4. CERTIDÃO de tombamento expedida em 20/09/1982.

Nave e fachadas da Igreja Matriz do Perpétuo Socorro, em Socorro (SE), 1976. Fotos de Nadir Lima. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Obras.

03) Igreja Matriz do Perpétuo Socorro (Socorro – Cotiguiba) Proc. 296-T-41 dos Livros de Belas Artes e Histórico.

1. NOTIFICAÇÃO nº 486 de 14/11/1941: igual a primeira notificação da igreja de Tomar do Geru.
2. RECEBIMENTO assinado em 29/11/1941, assinado pelo Bispo.
3. NOTIFICAÇÃO nº 486-A de 04/02/1943. Dando prazo de 15 dias para anuência ou impugnação. (Este documento é referido no processo 291-T-41)
4. RECEBIMENTO da notificação nº 486-A, assinado pelo Bispo de Aracaju em 15/03/1943.
5. ORIGINAL da carta de 15/03/1943, referida no processo 291-T-41, acusando recebimento da notificação.
6. RMFA manda inscrever em 20/03/1943. Inscrito na mesma data, assina Judith Martins.
7. CERTIDÃO de tombamento expedida em 20/09/1982.

À esquerda: Capela de Santo Antônio do Engenho do Retiro e Casa de Residência, em Laranjeiras (SE), 1939. Foto de Erich Hess. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

Frontispício da Capela de Santo Antônio do Engenho do Retiro, em Laranjeiras (SE), 1939. Foto de Erich Hess. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

04) Casa de Residência e Capela de Santo Antônio do Engenho do Retiro (Laranjeiras) Proc. 297-T-41 dos Livros de Belas Artes e Histórico.

1. NOTIFICAÇÃO nº 487 de 14/11/1941 de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para o Ilmo. Senhor Manoel dos Santos Silva e senhora. Notifica o tombamento da Casa de Residência e Capela de Santo Antônio do Engenho do Retiro aos proprietários dos bens.
2. RECIBO da Notificação nº 487 (2ª via). Assinado por Manoel dos Santos Silva em 15/03/1943.
3. NOTIFICAÇÃO nº 487-A de 21/09/1943, de RMFA para Manoel dos Santos Silva. Notifica o esgotamento do prazo para a anuição ou impugnação do tombamento pelo proprietário em 15 dias a contar do recebimento desta.
4. RECIBO da Notificação nº 487-A. Assinado por Manoel dos Santos Silva em 27/09/1943.
5. De 12/01/1944. Informa que o prazo de impugnação do tombamento terminou sem manifestação do proprietário. Assinado: Judith Martins
6. Inscreva-se de RMFA, em 12/01/1943 (Data provavelmente incorreta)
7. MANUSCRITO: Inscrito sob o nº 231, a fls 39, do Livro 2 e sob o nº 298, a fls 63 do Livro 3, em 14/01/1944. Assinado: Judith Martins
8. OFÍCIO nº 55 de 14/01/1944. De RMFA para Manoel dos Santos Silva. Informa ao proprietário sobre o fim do prazo de impugnação e a inscrição da Casa de Residência e Capela de Santo Antônio do Engenho do Retiro.
9. CÓPIA de Certificado de Tombamento de 20/09/1982. Assinaturas: Irapoan Cavalcanti Lyra, Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Edson de Brito Maia, Divisão de Registro e Documentação da DTC/ SPHAN/ SEC.

À esquerda: Fachadas principal e lateral esquerda da Igreja de N. S. da Conceição de Comandaroba, em Laranjeiras (SE), 1977. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

À direita: Frontispício da Igreja de N. S. da Conceição de Comandaroba, em Laranjeiras (SE), 1939. Foto de Erich Hess. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Série Inventário.

05) Igreja de N. S. Conceição (Comandaroba - Laranjeiras) Proc. 299-T-41 dos Livros de Belas Artes e Histórico.

1. NOTIFICAÇÃO nº 489 de 14/11/1941 de RMFA para José de Faro Sobral e esposa. Avisa da inscrição.
2. RECIBO assinado em 30/11/1941, por José Sobral.
3. NOTIFICAÇÃO nº 489-A de 04/02/1943 de RMFA para José Sobral, dando prazo de 15 dias para anuência ou impugnação.
4. RECIBO assinado em 15/03/1943 por José Sobral.
5. CARTA de 15/03/1943 de José Sobral para RMFA. Dá anuência enfatizando apoio ao trabalho do SPHAN. Afirma necessidade de providências urgentes, pois a igreja corria risco de desaparecer pela ação do tempo e por roubos das imagens da igreja, objetos de uso geral, além dos buracos cavados por pessoas que acreditavam existir dinheiro enterrado no piso e nas paredes.
6. RMFA manda inscrever em 23/03/1943, inscrição na mesma data, assinada por Judith Martins.
7. CERTIDÃO de tombamento expedida em 20/09/1982.

Tabelas dos Bens de Origem Jesuítica tombados pelo IPHAN

Tabela 1 - Total dos bens de Origem Jesuítica e seu livro de inscrição

	Bem	Livro de Inscrição
1	Igreja e Seminário de Belém da Cachoeira (BA)	Belas Artes
2	Igreja Matriz da Ajuda (BA)	Belas Artes / Histórico
3	Acervo Paisagístico de Porto Seguro (BA)	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
4	Catedral Basílica de Salvador (BA)	Belas Artes
5	Capela da Ajuda (BA)	Belas Artes
6	Capela Nossa Senhora da Escada (BA)	Histórico
7	Matriz N. S. Conceição e Ruínas Colégio de Santa Cruz Cabrália (BA)	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
8	Retábulo do altar-mor da Catedral de N. S. Vitória (MA)	Belas Artes
9	Igreja de Santo Alexandre e Colégio (PA)	Histórico
10	Igreja de Nossa Senhora Madre de Deus (PA)	Belas Artes
11	Capela São Francisco Xavier (PE)	Belas Artes
12	Seminário de Olinda (PE)	Belas Artes
13	Igreja do Divino Espírito Santo (PE)	Histórico
14	Igreja da Conceição da Congregação Mariana (PE)	Histórico
15	Igreja de Nossa Senhora da Conceição (SE)	Belas Artes / Histórico
16	Casa e Capela da Fazenda Iolanda (antiga residência dos jesuítas) (SE)	Histórico
17	Casa de Residência e Capela de Santo Antônio do Engenho do Retiro (SE)	Belas Artes / Histórico
18	Igreja Matriz Perpétuo Socorro (SE)	Belas Artes / Histórico
19	Igreja Nossa Senhora do Socorro (SE)	Belas Artes / Histórico
20	Igreja de N. S. da Assunção e residência (ES)	Histórico
21	Igreja de Nossa Senhora da Conceição (ES)	Histórico
22	Igreja dos Reis Magos e residência (ES)	Belas Artes / Histórico
23	Igreja da Ajuda (ES)	Belas Artes / Histórico
24	Retábulos (3) e púlpito da igreja do Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro existentes na igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso	Belas Artes
25	Solar do Colégio de Campos (RJ)	Belas Artes / Histórico
26	Igreja Matriz S. Francisco Xavier (RJ)	Belas Artes
27	Igreja de São Lourenço dos Índios (RJ)	Belas Artes / Histórico
28	Ponte dos Jesuítas (RJ)	Belas Artes / Histórico
29	Igreja e residência de São Pedro d'Aldeia (RJ)	Belas Artes / Histórico
30	Capela de S. João Batista (SP)	Histórico
31	Igreja do Rosário e residência (SP)	Belas Artes / Histórico
32	Igreja de Nossa Senhora da Escada (SP)	Belas Artes / Histórico
33	Capela de São Miguel e residência (SP)	Belas Artes / Histórico
34	Remanescentes da Vila Colonial de S. Vicente (SP)	Histórico
35	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba (SP)	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

	Bem	Livro de Inscrição
36	Antigo Colégio de Paranaguá (PR)	Belas Artes / Histórico
37	Ruínas de São Miguel (RS)	Belas Artes
38	Ruínas do povoado de São João Batista (RS)	Histórico
39	Ruínas do povoado de São Lourenço (RS)	Histórico
40	Ruínas do povoado de São Nicolau (RS)	Histórico
41	Conjunto de Imagens da Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga (RS)	Belas Artes / Histórico
42	Casa construída com material missioneiro (RS)	Belas Artes

Tabela 2 - Bens de Origem Jesuítica classificados por ano de tombamento

GESTÃO RODIGO MELO FRANCO DE ANDRADE (1937-1967)			
	Bem	Nº do Processo	Estado
1	Retábulos (3) e púlpito da igreja do Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro existentes na igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso	10-T-38 / 38	RJ
2	Catedral Basílica de Salvador	84-T-38 / 38	BA
3	Ponte dos Jesuítas	100-T-38 / 38	RJ
4	Casa construída com material missioneiro	104-T-38 / 38	RS
5	Igreja e Seminário de Belém da Cachoeira e Capela da Ajuda de Salvador	122-T-38 / 38	BA
6	Seminário de Olinda	131-T-38 / 38	PE
7	Ruínas de São Miguel	141-T-38 / 38	RS
8	Antigo Colégio de Paranaguá	155-T-38 / 38	PR
9	Igreja Matriz São Francisco Xavier	162-T-38 / 38	RJ
10	Igreja de São Lourenço dos Índios	163-T-38 / 48	RJ
11	Solar do Colégio de Campos	175-T-38 / 46	RJ
12	Igreja e residência de São Pedro d'Aldeia	179-T-38 / 38	RJ
13	Igreja de N. S. do Rosário e Capela de S. Miguel e residência	180-T-38 / 38	SP
14	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba	218-T-39 / 40	SP
15	Igreja de N.S. da Escada e Capela de São João Batista	221-T-39 / 41	SP
16	Igreja de Nossa Senhora da Assunção e residência	229-T-40 / 43	ES
17	Igreja dos Reis Magos e residência	230-T-40 / 43	ES
18	Igreja de Santo Alexandre e Colégio	235-T-40 / 41	PA
19	Igreja Matriz da Ajuda	281-T-41 / 41	BA
20	Casa e Capela da Fazenda Iolanda (antiga residência dos jesuítas)	289-T-41 / 43	SE
21	Igreja de Nosa Senhora do Socorro	291-T-41 / 43	SE
22	Igreja Matriz Perpétuo Socorro	296-T-41 / 43	SE
23	Casa de Residência e Capela de Santo Antônio do Engenho do Retiro	297-T-41 / 44	SE
24	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	299-T-41 / 43	SE
25	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	382-T-46 / 70	ES
26	Capela São Francisco Xavier	393-T-49 / 49	PE
27	Igreja da Ajuda	422-T-50 / 50	ES

	Bem	Nº do Processo	Estado
28	Igreja de Nossa Senhora Madre de Deus	434-T-50/ 54	PA
29	Remanescentes da Vila Colonial de S. Vicente	514-T-51 / 55	SP
30	Retábulo do altar-mor da Catedral de N. S. Vitória	505-T-54 / 54	MA
31	Capela de Nossa Senhora da Escada	560-T-57 / 62	BA

GESTÃO RENATO SOEIRO (1967-1979)			
	Bem	Nº do Processo	Estado
32	Acervo Paisagístico de Porto Seguro	800-T-57 / 68	BA
33	Ruínas dos Povos de São Lourenço, São Nicolau e São João	813-T-69 / 70	RS
34	Igreja do Divino Espírito Santo	866-T-72 / 72	PE

GESTÃO ALOÍSIO MAGALHÃES (1979-1982)			
	Bem	Nº do Processo	Estado
35	Matriz N. S. Conceição e Ruínas do Colégio	1021-T-80 / 81	BA

GESTÃO IRAPOAN C. LYRA (SPHAN) e MARCOS V. VILAÇA (PRÓ MEMÓRIA) 1982-1985			
	Bem	Nº do Processo	Estado
36	Conunto de Imagens da Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga	1076-T-83 / 84	RS

GESTÃO OSWALDO JOSÉ DE CAMPOS MELO (1987-1988)			
	Bem	Nº do Processo	Estado
37	Igreja da Conceição da Congregação Mariana	1133-T-84 / 87	PE
TOTAL: 37 PROCESSOS			

Tabela 3 - Bens de Origem Jesuítica classificados por Região

Regiões Norte e Nordeste		
	Bem	Local
1	Igreja e Seminário de Belém da Cachoeira	Cachoeira/BA
2	Igreja Matriz da Ajuda	Jaguaripe/BA
3	Acervo Paisagístico de Porto Seguro	Porto Seguro/BA
4	Catedral Basílica de Salvador	Salvador/BA
5	Capela da Ajuda	Salvador/BA
6	Capela Nossa Senhora da Escada	Salvador/BA
7	Matriz N.S.Conceição e Ruínas Colégio	Santa Cruz Cabrália/BA
8	Retábulo do altar-mor da Catedral de N. S. Vitória	São Luís/MA
9	Igreja de Santo Alexandre e Colégio	Belém/PA
10	Igreja de Nossa Senhora Madre de Deus	Vigia de Nazaré/PA
11	Capela São Francisco Xavier	Nazaré da Mata/PE
12	Seminário de Olinda	Olinda/PE
13	Igreja do Divino Espírito Santo	Recife/PE
14	Igreja da Conceição da Congregação Mariana	Recife/PE

	Bem	Local
15	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Comandaroba/SE
16	Casa e Capela da Fazenda Iolanda (antiga residência dos jesuítas)	Itaporanda D'Ajuda/SE
17	Casa de Residência e Capela de Santo Antônio do Engenho do Retiro	Laranjeiras/SE
18	Igreja Matriz Perpétuo Socorro	Socorro/SE
19	Igreja de Nossa Senhora do Socorro	Tomar do Geru/SE
TOTAL : 19 BENS		

Região Sudeste		
	Bem	Local
1	Igreja de Nossa Senhora da Assunção e residência	Anchieta/ES
2	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Guarapari/ES
3	Igreja dos Reis Magos e residência	Serra/ES
4	Igreja da Ajuda	Viana/ES
5	Retábulos (3) e púlpito da igreja do Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro existentes na igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso	Rio de Janeiro/RJ
6	Solar do Colégio de Campos	Campos dos Goitacazes/RJ
7	Igreja Matriz São Francisco Xavier	Niterói/RJ
8	Igreja de São Lourenço dos Índios	Niterói/RJ
9	Ponte dos Jesuítas	Rio de Janeiro/RJ
10	Igreja e residência	São Pedro D'Aldeia/RJ
11	Capela de São João Batista	Carapicuíba/SP
12	Igreja do Rosário e residência	Embu/SP
13	Igreja de Nossa Senhora da Escada	Guararema/SP
14	Capela de São Miguel e residência	São Paulo/SP
15	Remanescentes da Vila Colonial de S. Vicente	São Vicente/ SP
16	Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba	Carapicuíba/SP
TOTAL: 16 BENS		

Região Sul		
	Bem	Local
1	Antigo Colégio	Paranaguá/PR
2	Ruínas de São Miguel	São Miguel das Missões/RS
3	Ruínas do povoado de São João Batista	Entre-Ijuís/RS
4	Ruínas do povoado de São Lourenço	São Luiz Gonzaga/RS
5	Ruínas do povoado de São Nicolau	São Nicolau/RS
6	Casa construída com material missioneiro	Entre-Ijuís/RS
7	Conjunto de Imagens da Igreja Matriz de S.Luiz Gonzaga	São Luiz Gonzaga/RS
TOTAL: 6 BENS		

Tabela 4 - Processos de Bens de Origem Jesuítica com pouca documentação

	Bem	Localização	Ano
1	Retábulos (3) e púlpito da igreja do Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, na Igreja de N. S. do Bom Sucesso	Rio de Janeiro/RJ	1938
2	Catedral Basílica de Salvador	Salvador/BA	1938
3	Ponte dos Jesuítas	Rio de Janeiro/RJ	1938
4	Casa construída com material missioneiro	Entre-Ijuís/RS	1938
5	Igreja e Seminário de Belém da Cachoeira	Cachoeira/BA	1938
6	Antigo Colégio	Paranaguá/PR	1938
7	Igreja Matriz São Francisco Xavier	Niterói/RJ	1938
8	Igreja e residência	São Pedro D'Aldeia/RJ	1938
9	Igreja do Rosário e residência	Embu/SP	1938
10	Capela de São Miguel e residência	São Paulo/SP	1938
11	Conj. Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba	Carapicuíba/SP	1940
12	Igreja de Nossa Senhora da Escada	Guararema/SP	1941
13	Capela de São João Batista	Carapicuíba/SP	1941
14	Igreja Matriz da Ajuda	Jaguaripe/BA	1941
15	Igreja de Nossa Senhora do Socorro	Tomar do Geru/SE	1943
16	Igreja Matriz Perpétuo Socorro	Socorro/SE	1943
17	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Comandaroba/SE	1943
18	Residência e Capela de Santo Antônio do Engenho do Retiro	Laranjeiras/SE	1944
19	Solar do Colégio de Campos	Campos dos Goitacazes/RJ	1946
20	Igreja de São Lourenço dos Índios	Niterói/RJ	1948
TOTAL: 20 BENS			

Bibliografia Geral sobre Patrimônio Jesuítico

ABREU, Carol (Org.). *Anchieta: a restauração de um santuário*. Rio de Janeiro: 6ª. SR / IPHAN, 1998.

ALBERRO, Solange; SCHUM, Petra. *Barrocos y Modernos*: nuevos camiños en la investigación del barroco ibero-americano. Frankfurt: Vervuert, 1998.

ALDEN, Dauril. *The Making of an Enterprise*: the Society of Jesus in Portugal, its empire, and beyond, 1540-1750. Stanford: Stanford University Press, 1996.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANAIS DO XI SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS MISSIONEIROS. Santa Rosa, v. 1, 1995.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANICO, Marta, PERALTA, Elsa. *Estudo e valorização do Patrimônio Jesuítico*. Lisboa: Univ. Lusíada, 2004.

______. *Patrimônios e Identidade*s - Ficções Contemporâneas. Oeiras: Celta, 2006.

ARAÚJO, José Antônio Andrade. *A quadra perfeita*: um estudo sobre arquitetura rural jesuítica. Rio de Janeiro: Madgráfica, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e persuasão:* ensaios sobre o barroco. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos*: o cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: EDUSP, 2004.

ASSUNÇÃO, Tomas Lino. *História Geral dos Jesuítas*. Lisboa: Moraes, 1982.

AZEVEDO, Ferdinand. *Ensino, jornalismo e missões jesuíticas em Pernambuco*, 1866-1874. Recife: FASA, 1981.

AZEVEDO, J. Lucio. *Os jesuítas no Grão-Pará*: suas missões e a colonização. Coimbra: Imprensa Nacional, 1930.

BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e Artificialismo* - Iberismo e Barroco na Formação Americana. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2003.

BETTENDORF, João Felipe. *Chronica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

BOHNER, Aloysio; ULLMANN, Reinholdo Aloysio. *A atividade dos jesuítas de São Leopold*o. São Leopoldo: UNISINOS, 1989.

BOXER, Charles Ralph. *A Igreja e a expansão ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1989.

______. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

______. *A Idade de Ouro no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CABRAL, Luis Gonzaga. *Jesuítas no Brasil (século XVI)*. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

CALEFFI, Paula. A História no Mito: Proposta Metodológica. In: SIDEKUM, Antônio (Org.). *História do imaginário religioso*. São Leopoldo: UNISINOS, 1997. v. 1, p. 15-25.

______. O caciquismo e o fim dos conflitos Intra-Étnicos nas Missões Guaranis e Chiquitanas. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. LXVII, n. 2, dez. 1991.

CAMPELLO, Glauco de Oliveira. *O brilho da simplicidade:* dois ensaios sobre arquitetura religiosa no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

CARNEIRO, David D. da Silva. Colégio dos jesuítas em Paranaguá. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, 1940.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de (Coord.). *A forma e a imagem:* arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de História, s.d.

CARVALHO, José Antonio. *O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

______. A arquitetura dos jesuítas no Espírito Santo: o colégio e as residências. *Revista Barroco*, n. 12, p. 127-140, 1982/83.

CASTRO, José Liberal de. *Igreja Matriz de Viçosa do Ceará*: arquitetura e pintura de forro. Fortaleza: Edições IPHAN/UFC, 2001 (Cadernos de Arquitetura Cearense, 1).

CEBALLOS, A. R. G. de. *Estúdios del barroco Salmantino:* El colégio real de la Compañia de Jesus (1617-1779). Salamanca: Centro de Estúdios Salmantinos, 1969.

CHOAY, Françoise. Sete proposições sobre o conceito de autenticidade e seu uso nas práticas do patrimônio histórico. In: *Conference de Nara sur l'Authenticité*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Paris: UNESCO, 1995, p. 101-120.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória:* a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40). 1998. Tese (Doutorado em História) UFF. Niterói.

______. A noção de autenticidade nas práticas de preservação cultural no Brasil: representações em disputa. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *História e Linguagens*: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Casa de Rui Barbosa, 2006. p. 295-306.

COLARES, Anselmo Alencar. *Colonização, Catequese e Educação no Grão-Pará*. 2003. Tese (Doutorado em História). UNICAMP. Campinas.

COSTA, Lucio. A Arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-103, 1941.

______. A arquitetura jesuítica no Brasil. In: *ARQUITETURA religiosa:* textos escolhidos. [São Paulo]: FAU-USP/ MEC-IPHAN, 1978.

______. Igreja de São Miguel (Ruínas) São Miguel das Missões - RS: Relatório de 1937. In: PESSÔA, José (Org.). *Lucio Costa*: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

COSTIGAN, Lúcia Helena (Org.). *Diálogos da Conversão*: Missionários, Índios, Negros e Judeus no Contexto Ibero-Americano do Período Barroco. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

DAVIDSON, Nicholas S. *A Contra-Reforma*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DIAS, Fernando Correia. A redescoberta do barroco pelo movimento modernista. *Revista Barroco*, n. 4, 1972.

DOMINGUEZ, Beatriz Helena. O Medieval e o Moderno no Mundo Ibérico e Ibero-Americano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 20, 1997.

DUARTE, Maria Cristina Coelho. *Palácio Anchieta*: o testemunho de uma transformação. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

EISENBERG José. *As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno*: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ENGEMANN, Carlos. *Os Servos de Santo Inácio a serviço do Imperador*: Demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1970-1820). 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. *Futuros Outros*: homens e espaços: os aldeamentos jesuíticos e a colonização da América Portuguesa. 2001. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense. Niterói.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Sentir, adoecer e morrer* - sensibilidade e devoção no discurso missionário jesuítico no século XVII. 1999. Tese (Doutorado em História). PUC-RS. Porto Alegre.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC/ IPHAN, 2005.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. *Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionária no Sul do Brasil e Paraguai (1580-1640)*: um estudo comparativo. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1999.

______. *Jesuítas portugueses e espanhóis no sul do Brasil e Paraguai coloniais*: novos estudos. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (Orgs.). *Línguas Gerais*: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel*: a História das Línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: Atlântica Editora-EdUERJ, 2004.

FREITAS, Inês Aguiar de. Para pensar um novo mundo: A geografia dos jesuítas no Brasil. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 2, n. 3, p. 31-44, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 50. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FULOP-MULLER, René. *Os Jesuítas, seus segredos e seu poder*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1946.

GADELHA, Regina A. F. (Org.). *Missões Guaranis*: impacto na sociedade contemporânea. São Paulo: EDUC, 1999.

GAMBINI, Roberto. *O Espelho do Índio*. São Paulo: Axis Mundi-Terceiro Nome, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MinC/ IPHAN, 1996.

______. Autenticidade, Memória e Ideologia Nacionais: o problema dos patrimônios nacionais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

GUILLERMOU, Alain. *Los Jesuítas.* Vilassar de Mar/ Barcelona: Oikos-Tau, 1970.

______. *Santo Inácio de Loyola e a Companhia de Jesus*. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

GUTIERREZ, Ramón. *As missões jesuíticas dos guaranis*. Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória-UNESCO, 1987.

HANSEN, João Adolfo. A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

______. *A sátira e o engenho:* Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

______. Sem F, sem L, sem R: cronistas, jesuítas e índios no século XVI. In: KOSSOVITCH, E.A. (Org.). *A Conquista da América*. Campinas: CEDES, 1993. p. 45-55. (Cadernos Cedes, 30).

______. Ler e ver: pressupostos da representação colonial. Disponível em: www.sibila.com.br

HAUBERT, Maxime. *Índios e Jesuítas no tempo das missões*: séculos XVII/XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HERNANDES, Paulo Romualdo. *O Teatro de José de Anchieta*: Arte e Pedagogia no Brasil Colônia. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). UNICAMP, Campinas.

HOFFNER, Joseph. *Colonialismo e evangelho*: ética do colonialismo espanhol no século de ouro. Rio de Janeiro/ [São Paulo]: Presença/ EDUSP, 1973.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

KARNAL, Leandro. *Teatro da Fé*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

KERN, Arno Alvarez. *Missões*: uma utopia política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

______. *Arqueologia Histórica Missioneira*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 1998. (Coleção Arqueologia, 6)

KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1992. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 30, 2002/2. (Arte e História)

KOK, Glória. *Os Vivos e os Mortos na América Portuguesa*: da antropofagia à água do batismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LACOUTURE, Jean. *Jesuítas I* – Los conquistadores. Barcelona: Paidós, 1991.

LAMEGO, Alberto. O solar do colégio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 2, 1938.

_______. Os sete povos das Missões. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, 1940.

______. O colégio de Santo Alexandre e a Igreja de São Francisco Xavier de Belém do Grão-Pará. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 6, 1942.

LEAL, Antonio Henriques. *Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil, estrahido dos cronistas da Companhia de Jesus*. Rio de Janeiro: Garnier, 1873.

LEITE, Edgard. Memória Mítica Indígena e História: Natureza das ações jesuíticas no Período Colonial. In: BARROS, José Flávio Pessoa de; LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes. *Memória, Representações e Relações Interculturais na América Latina*. Rio de Janeiro: NUSEG/ INTERCOM, 1998. p. 69-84.

LEITE, Serafim. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

______. *História da Companhia de Jesus no Brasi*l. Lisboa/ Rio de Janeiro: Livraria Portugália/ Civilização Brasileira, 1938. 10 v.

______. Aldeia dos Reis Magos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 8, 1944.

______. *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

LOPEZ, Santiago S. *Contrarreforma y barroco:* lecturas iconográficas y iconológicas. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

LEMAIRE, Raymond. Autenticidade e Patrimônio Monumental. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. *Restauro*, Napoli, n. 129, p. 7-24, 1994.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio Imaterial e diversidade cultural: o novo decreto para a proteção dos bens imateriais. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 23-27, 2001.

LIMA, J. da Costa. *A ação missionária dos jesuítas portugueses*. Porto: s/ed, 1932.

LIMA, Luís Filipe Silvério. *Padre Vieira*: Sonhos Proféticos, Profecias Oníricas. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social). USP. São Paulo.

LOPES, Fátima Martins. *Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado/ IHGRN, 2003 (Coleção Mossoroense 1379).

LUZ, Guilherme Amaral. *Carne Humana*: A Retórica do Canibalismo na América Portuguesa Quinhentista. 2003. Tese (Doutorado em História) UNICAMP. Campinas.

MADER, Maria Elisa de Sá. *O Vazio*: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII. 1995. Tese (Doutorado em História) PUC. Rio de Janeiro.

MAINSTONE, Madelaine. *O barroco e o século XVII*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

MALDI, Denise. De Confederados a Bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 40, n. 2, 1997.

MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco*: análise de uma estrutura histórica. São Paulo: EDUSP, 1997.

MASSIMI, Marina. *Descobrimento, Ação, Conhecimento e Poder no Brasil Colonial*: estudos históricos psicológicos. 1995. Tese (Livre docência). USP. Ribeirão Preto.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e Herdeiros. *Almanack Brasiliense*, n. 1, 2005.

MAURO, Frédéric (Coord.). O império luso-brasileiro, 1620-1750. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992. v. 6.

______. *Portugal, o Brasil e o Atlântico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. 2 v.

MAXWELL, Kenneth. A Amazônia e o fim dos jesuítas. *Folha de São Paulo*, 26. ago. 2001, Caderno Mais.

MEIRA, Ana Goelzer; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). Fronteiras do mundo ibérico: patrimônio, território e memória das missões. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

MÍSSIO, E. (2005) A dissimulação como virtude entre os jesuítas da Contra-Reforma. Memorandum, n. 9, p. 121-131. Disponível em: *http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a09/missio01.pdf*

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

______. *Tupis, Tapuias e Historiadores*: Estudos de História indígena e do indigenismo. 2001. Tese (Livre docência em Etnologia) IFCH-UNICAMP. Campinas.

MONTERO, Paula (Org.). *Deus na Aldeia*: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Editora Globo, 2006.

MORAES, Geraldo Dutra de. *A Igreja e o Colégio dos jesuítas de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura do Município, 1979.

MORSE, Richard. *O espelho de próspero*: cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MOTA, Lucio Tadeu. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do Segundo Reinado (1839-1889). *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 1, p. 117-142, 2006.

______. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado nacional. In: II REUNION DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR: Fronteras culturales y Ciudadania - GT 27 "Etnicidades e Estados Nacionales". Piriapolis (Uruguay). 11-14 nov. 1997.

NAJJAR, Rosana Pinhel Mendes. *Catequese em Pedra e Cal:* estudo arqueológico de uma igreja jesuítica (Nossa Senhora da Assunção – Anchieta/ES). 2001. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo. São Paulo.

NEMÉSIO, Vitorino. *A Companhia de Jesus e o plano português do Brasil*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1971.

NEVES, Luiz Felipe Baeta. *Combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*. 1974. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

______. *Transcendência, poder e cotidiano:* as cartas de missionário do padre Antônio Vieira. Rio de Janeiro: EdUERJ/ Editora Atlântica, 2004.

NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

O'MALLEY, John W. *Os primeiros jesuítas*. São Leopoldo/ Bauru: Ed. UNISINOS/ EDUSC, 2004.

OLIVEIRA, Beatriz Santos. *Espaço e Estratégia*: consideração sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil. Rio de Janeiro/ Minas Gerais: José Olímpio/ Prefeitura Municipal, 1988.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. *Os Índios Bravos e o Sr. Visconde*: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. 2000. Dissertação (Mestrado em História) UFMG. Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Marilda de. *Identidade e interculturalidade*: história e arte guarani. Santa Maria: Ed.UFSM, 2004.

PAIVA, Francisco. Il Gesù: antecedentes dos projectos de Vignola e Della Porta para a igreja de Jesus em Roma e

influência destes sobre a arquitectura jesuítica. Disponível em: www.bocc.ubi.pt.

PAIVA, José Maria de. *Colonização e Catequese, 1549-1600*. São Paulo: Cortez, 1982.

______. Transmitindo Cultura: a catequização dos índios do Brasil, 1549-1600. *Revista Diálogo Educacional*, v. 1, n. 2, p. 1-170, jul./dez. 2000.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: EDUSP, 2001.

______. Cartas à Segunda Escolástica. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

______. Sermões: o modelo sacramental. In: VIEIRA, Antônio. *Sermões*. São Paulo: Hedra, 2000. p. 11-25.

______. Vieira e a condução do índio ao corpo Místico do Império Português (Maranhão, 1652-1661). Disponível em: www.sibila.com.br

______. Vieira, o índio e o corpo místico. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/ Companhia das Letras, 1996. p. 423-461.

______. Teatro do Sacramento: a unidade teológico-reótirco-política dos sermões de Antônio Vieira. São Paulo/ Campinas: EDUSP/ UNICAMP, 1994.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995.

PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. Conflitos entre colonos e jesuítas na América Portuguesa. Disponível em: *www.unb.br/face/eco/bmueller/jesuitas.pdf*

PISNITCHENKO, Olga. *A Arte de Persuadir nos Autos Religiosos de José de Anchieta*. 2004. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária). UNICAMP. Campinas.

POMPA, Cristina. *Religião como tradução*: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: EDUSC, 2003. (Coleção Ciências Sociais)

______. Profetas e Santidades Selvagens. Missionários e Caraíbas no Brasil Colonial. *Revista Brasileira de História*, Associação Nacional de História. São Paulo, v. 21, n. 40, p. 177-195, s.d.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. Luzes e sombras sobre a alma nativa: dois jesuítas expulsos da Amazônia. Disponível em: *http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/GT48Eduardo.pdf*

QUEVEDO, Julio. *Guerreiros e Jesuítas na Utopia do Prata*. Bauru: EDUSC, 2000.

______. *Rio Grande do Sul*: aspectos das Missões. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização*. A representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

ROMANO, Ruggiero. *Mecanismos da Conquista Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ROSA, Maria Carlota. Acerca das duas primeiras descrições missionárias de língua geral. Actes: La "découverte des langues et des écritures d'Amérique". Disponível em: *http://celia.cnrs.fr/FichExt/Am/A_19-20_25.pdf*

SALGADO, César. *O Pátio do Colégio*: História de uma igreja e uma escola. São Paulo: s/ed., 1976.

SANTOS, Paulo F. *Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil*. V Colóquio internacional de estudos Luso-Brasileiros. Coimbra, 1966.

______. *O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1951.

SEVERAL, Rejane da Silveira. Jesuítas e Guaranis face aos impérios coloniais ibéricos no Rio da Prata. *Revista de História Regional*, v. 3, n. 1, p. 117-134, 1998.

SILVA, Edilson Rocha da; LASALA, R. P. Fernando de. *As causas da expulsão dos jesuítas do Grão-Pará, 1755-1759.* 1991. Dissertação (Mestrado) Facultas Historiae Ecclesiasticae. Pontificia Universitas Gregoriana. Roma.

SILVA, Helenice Rodrigues. Rememoração/ Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SIQUEIRA, Sonia Maria Gonçalves. A teatralidade no barroco religioso brasileiro. *Revista Gávea*, Rio de Janeiro, n. 4, jan. 1987.

SOARES, Lenin Campos. Jesuíta: um tradutor de dois mundos. *Mneme - Revista Virtual de Humanidades*, n. 10, v. 5, abr./jun.2004. Dossiê História Cultural.

SOUSA, Neimar Machado de. *A Redução de Nuestra Señora de Fe no Itatim*: entre a Cruz e a Espada (1631-1659). Campo Grande: Editora UCDB, 2004.

SOUZA, José Coelho de. *Os Jesuítas no Maranhão*. São Luiz: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TELLES, Isadora Travassos. *A "fundação escriturária" do Rio de Janeiro:* um estudo de caso do auto Na festa de São Lourenço (ca. 1583) de José de Anchieta. 2004. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) Unicamp. Campinas.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana Beatriz. *Brasil de todos os santos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

VANGELISTA, C. (Org.). *Fronteiras, etnias, culturas*. América Latina, siglos XVI-XX. Quito: Abya-Yala, 1996.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 1977.

VERÍSSIMO, Ignácio José. *Pombal, os jesuítas e o Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WREGE, Raquel Silveira. *A Educação escolar jesuítica no Brasil-Colônia*: uma leitura da obra de Serafim Leite "História da Companhia de Jesus no Brasil". 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) UNICAMP, Campinas.

WRIGHT, Robin (Org.). *Transformando os Deuses*: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. São Paulo: Hedra, 2000.

______. *Cartas do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2003.

WILLEKE, Frei Venâncio. A primeira ordem se estabelece no Brasil. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 19-42, 1973.